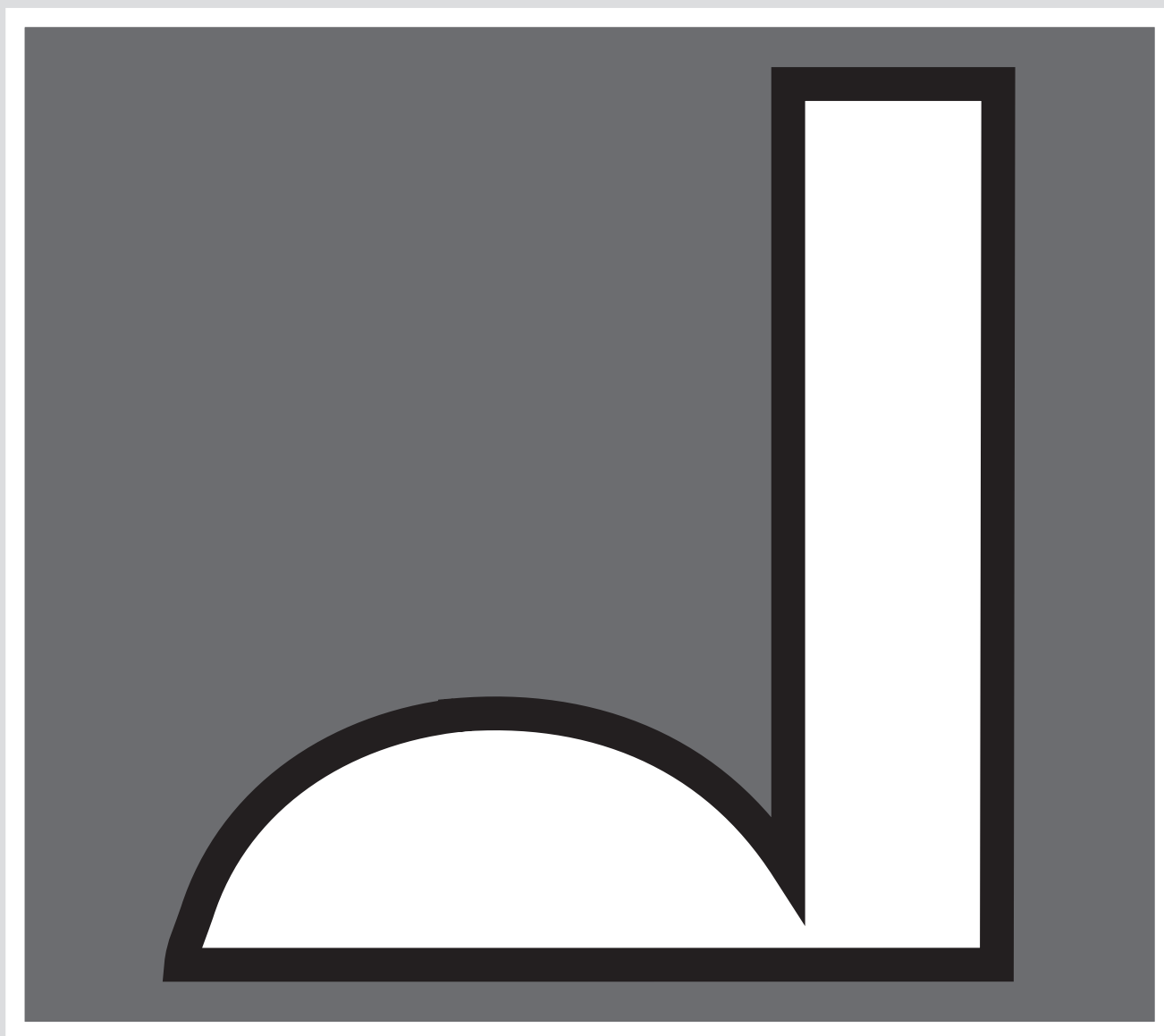




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 127 -QUARTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 52, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007**, que “Dá nova redação ao **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de setembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 21 de agosto de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discurso do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Justificação pela apresentação de requerimento de voto de repúdio às declarações preconceituosas contra o Estado do Piauí, tecidas pelo Sr. Paulo Zottolo, Presidente da Phillips. 28124

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 925, de 2007, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti e Mão Santa, solicitando voto de repúdio ao Sr. Paulo Zottolo, presidente da Phillips, pela afirmação preconceituosa contra o Estado do Piauí, em entrevista concedida à imprensa. 28126

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Apelo à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e ao presidente do Ibama, Bazileu Alves M. Neto, para que revejam as instruções normativas de junho/julho, pois a medida está inviabilizando a pesca artesanal e industrial no Pará. Defendeu reivindicação do setor pesqueiro no sentido de incluir um grupo de trabalho criado pelo Ibama para aprimorar os estudos, visando ao monitoramento e a redução de espécies ameaçadas. 28126

SENADOR MÃO SANTA – Repúdio às declarações do presidente da Phillips sobre o Estado do Piauí. 28127

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro da presença de 50.000 trabalhadoras rurais em Brasília, a fim de participar da Marcha das Margaridas. 28130

SENADOR EFRAIM MORAIS – Justificação pela apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Gervásio Maia, ocorrido na cidade de João Pessoa, na Paraíba. Registro do aniversário de 144 anos da emancipação política da cidade de Cajazeiras – PB. 28132

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR, como Líder – Críticas à proposta de divisão do Estado da Bahia. 28136

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Leitura e solicitação da transcrição nos Anais do Senado, do artigo intitulado “O Brasil é isso mesmo que está aí”, do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, publicado na revista **Veja** desta semana... 28136

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Saudou o lançamento oficial, ontem, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. A parlamentar pediu a aprovação de voto de pesar pela morte da presidente do sindicato e de 45 trabalhadores rurais, em acidente ocorrido na cidade de Acauã, Piauí. 28139

SENADOR PAULO PAIM – Registro do início da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, de 21 a 29 de agosto corrente. 28140

SENADOR JOSÉ MARANHÃO, como Líder – Voto de pesar pela morte do ex-Secretário de Finanças do Município de João Pessoa, na Paraíba, o ex-Deputado Estadual Gervásio Maia. 28142

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO – Considerações sobre a crise da saúde em todo o País.. 28143

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Debate sobre a questão da prorrogação da CPMF. 28147

SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Anúncio de elaboração, juntamente com os Senadores Neuto de Conto e Sérgio Zambiasi, de projeto beneficiando setores não contemplados pelo Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2007 – Texto que modifica o Supersimples. 28154

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE – Manifestação sobre a necessidade de apreciação na Ordem do Dia de matérias de grande importância.... 28155

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Manifestação de confiança com relação à decisão das bancadas de Oposição sobre a Ordem do Dia. 28159

1.2.4 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 27, de 2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (*Mensagem nº 106/2007-CN – nº 600/2007, na origem*). Remessa à Comissão

Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

1.2.5 – Ofícios

Nº 84/2007, de 21 do corrente, da Liderança do Democratas no Senado Federal, de indicação do Senador Antonio Carlos Júnior para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 401/2007 (Apagão Aéreo.) *Designação do Senador Antonio Carlos Júnior para integrar, como titular, a referida Comissão.* 28170

Nº 85/2007, de 21 do corrente, da Liderança do Democratas no Senado no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 802, de 2007, com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA. *Designação dos Senadores Romeu Tuma e Kátia Abreu para integrarem a referida Comissão.* 28170

Nº 132/2007, de 15 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária Externa criada com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA. *Designação dos Senadores Paulo Paim, Sibá Machado e Patrícia Saboya para integrarem a referida Comissão.* 28170

Nº 133/2007, de 16 do corrente, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação de recursos públicos para ONG e OSCIP.... 28170

Nº 152/2007, de 20 do corrente, do Senador João Pedro, renunciando à vaga de suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 28171

Nº 170/2007, de 21 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 802, de 2007, com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA. *Designação do Senador Cícero Lucena para integrar a referida Comissão.*..... 28171

Nº 1.436/2007, de 21 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, informando que os Deputados Henrique Eduardo Alves e André de Paula integram, como Líderes da Maioria e Minoria, respectivamente, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência..... 28171

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 926, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2003, de sua autoria. **Deferido.** 28171

Nº 927, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar aos Estados Unidos, no período de 22 a 29 de agosto de 2007, a fim de participar de conferência na Universidade de Utah..... 28171

Nº 928, de 2007, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia, ocorrido no dia 18 do corrente, na cidade de João Pessoa, na Paraíba..... 28172

Nº 929, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona..... 28172

Nº 930, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando voto de aplauso a atletas paraibanos pelos brilhantes resultados obtidos nos Jogos Pan-Americanos 28172

Nº 931, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso ao Sr. Pedro Mendes Ribeiro, Presidente da Associação dos Violeiros e Poetas Populares do Piauí, pela abertura, no último dia 16, do XXXIV Festival de Violeiros..... 28173

Nº 932, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria dos Santos Rodrigues, ocorrido ontem, dia 20, em Ibotirama-BA..... 28173

Nº 933, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso à Associação Piauiense de Municípios – AAPM, pela realização, entre os dias 15 e 19 do corrente, da Feira dos Municípios..... 28173

Nº 934, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando a apresentação de condolências à família de Maria dos Santos Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vítima fatal de acidente automobilístico, ocorrido dia 20 do corrente..... 28173

Nº 935, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando a criação de uma Comissão Externa, composta por 3 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação, nos dias 8 e 9 de setembro de 2007, em Madri, Espanha. 28174

Nº 936, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando voto de louvor à Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, por seu inestimável trabalho no Rio Grande do Norte. 28174

Nº 937, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações pela posse do Dr. Fernando Neto Botelho, no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG..... 28174

1.2.7 – Mensagem do Presidente da República

Nº 131, de 2007 (nº 598/2007, na origem), de 13 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Agnelo Santos Queiroz Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais..... 28175

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. 28177

Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que altera e revoga dispositivos do Código Civil, sobre a culpa e seus efeitos na separação dos cônjuges, e dá outras providências..... 28181

Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte de Goiás (UFNG), com sede no Município de Porangatu, no Estado de Goiás..... 28183

Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, no Estado da Paraíba.. 28184

Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que modifica a redação do art. 1.698, do Código Civil. 28185

Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações – ZPE, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima. 28185

Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Redenção, Estado do Pará... 28187

Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Tucuruí, Estado do Pará. 28190

Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Breves, Estado do Pará..... 28192

1.2.9 – Leitura de propostas de emenda à Constituição

Nº 76, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Gerson Camata, que acrescenta parágrafo ao art. 65 e altera o § 7º do art. 66 da Constituição Federal, para fixar prazo para a apreciação de projetos de lei pela Casa revisora, ao fim do qual a Casa iniciadora poderá, por decisão da maioria absoluta de seus membros, enviar os projetos diretamente à sanção..... 28194

Nº 77, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera o inciso XI do art. 52 da Constituição Federal para permitir ao Senado Federal a exoneração de agentes pú-

blicos em cujos mandatos tenham sido investidos com aprovação dessa Casa. 28202

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 176/2007, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Distrito Federal, referente à manifestação sobre o Requerimento nº 802, de 2007..... 28205

Recebimento do Ofício nº 893/2007, da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo; do Ofício nº 149/2007, da Câmara Municipal de Simões Filho; Estado da Bahia; Ofício nº 985/2007, da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; e dos Ofícios nºs 270 e 271/2007, da Câmara Municipal de Barreiras, Estado da Bahia, referentes às manifestações sobre o Requerimento nº 834, de 2007. 28205

Recebimento do Ofício nº PR-1.067/2007, do Instituto dos Advogados Brasileiros, acerca do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp..... 28206

Recebimento do Ofício nº 83, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007. *Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007, seja apreciado pelo Plenário.* 28206

1.2.11 – Pareceres

Nº 702, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício nº S/8, de 2007, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual sobre a gestão de florestas públicas para uso sustentável, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006..... 28206

Nº 703, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007 (nº 2.427/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Difusora Ouro Verde Ltda.*, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. 28223

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº

369, de 2007). **Apreciação sobrestada, por falta de acordo de Lideranças.** 28229

São os seguintes os itens sobrestados

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007). 28229

Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)..... 28229

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007..... 28229

Item 5 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 28229

Item 6 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimen-

to – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). 28229

Item 7 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias. 28230

Item 8 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. 28230

Item 9 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios..... 28230

Item 10 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 28230

Item 11 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados..... 28230

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral..... 28231

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Anto-

nio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. ... 28231

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico..... 28231

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior..... 28231

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego..... 28231

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências..... 28231

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso..... 28232

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos..... 28232

Item 20

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002..... 28232

Item 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da

Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996..... 28232

Item 22

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003..... 28232

Item 23

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004..... 28232

Item 24

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994... 28232

Item 25

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004..... 28233

Item 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993..... 28233

Item 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos..... 28233

Item 28

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apátrida, celebrada em 30 de agosto de 1961. 28233

Item 29

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD. 28233

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002. 28233

Item 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003. 28233

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003. 28234

Item 33

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003. 28234

Item 34

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002. 28234

Item 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004. 28234

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CÉSAR BORGES – Críticas ao Governo Federal pela redução dos investimentos em segurança pública no País. 28234

SENADORA MARISA SERRANO – Necessidade de indicação de pessoas qualificadas para integrar as agências reguladoras. 28239

SENADOR PAPALÉO PAES – Manifestação contra a prorrogação da CPMF. 28242

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson da Silveira Pereira, Presidente da Federação Goiana de Futebol. . 28244

SENADOR PAULO DUQUE – Reflexão sobre a violência que impera em todo o País. 28244

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro da realização do I Encontro dos Legislativos Roraimenses, em Boa Vista. Comentários à matéria intitulada “ONU exige que Brasil tire invasor de área indígena”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 do corrente. 28247

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro da presença de cerca de 50.000 trabalhadores rurais em Brasília, participando da Marcha das Margaridas. Reflexão sobre a reforma agrária no país. 28250

SENADOR FLÁVIO ARNS – Relato sobre a experiência vivida pela Associação Pestalozzi de Niterói, na busca pelo fortalecimento dos projetos sociais e educacionais desenvolvidos pela instituição. 28254

SENADOR CÍCERO LUCENA – Reflexão sobre o caos da saúde no Brasil, especialmente na Paraíba, onde foi a óbito uma jovem de 28 anos por falta de assistência médica. 28256

1.3.2 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 924, de 2007, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 28259

Requerimento nº 927, de 2007, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 28259

Requerimento nº 922, de 2007, lido em sessão anterior, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 721, de 2007, que a homenagem a ser realizada no Período do Expediente da sessão do próximo dia 28 de agosto, seja dedicada ao Dia do Corretor de Imóveis. **Aprovado.** 28259

1.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR MAGNO MALTA – Reflexão sobre o PAC da Segurança Pública. Lamento pela prisão do Apóstolo Estevam Hernandes e da Bispa Sônia, nos Estados Unidos. 28259

1.3.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre a política agrícola brasileira e a trajetória de grande sucesso do agronegócio. 28264

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária ama-

nhã, quarta-feira, dia 22, às 14 horas, com Ordem
do Dia anteriormente designada. 28266

1.4 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA

3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES-
SO NACIONAL

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO
PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

ATA DA 130ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2007

1º Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias,
Papaléo Paes, Jonas Pinheiro e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/8/2007 07:30:30 até 21/8/2007 21:03:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Fica inscrito em primeiro lugar, o Senador Paulo Paim, em segundo, a Senadora Serys, e em terceiro a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de solicitar a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a está inscrito como primeiro suplente, portanto, o quarto inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na realidade, Sr. Presidente, pedi inscrição para uma comunicação inadiável em nome da Senadora Fátima Cleide, que está impedida de aqui estar e pediu-me que eu fizesse sua inscrição, até porque, nesta semana, nós mulheres teremos muitas atividades. Encerrou-se, ontem, a Conferência Nacional, e, hoje, estamos iniciando a Marcha das Margaridas. Então, é claro que os Parlamentares darão preferência para as mulheres se manifestarem mais no plenário esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a será atendida.

A Senadora Fátima Cleide fica inscrita em terceiro lugar.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, a Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Mão Santa. Após a fala de S. Ex^a, falará o Senador Mão Santa.

Senadora Ideli, V. Ex^a falará como Líder?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Sr. Presidente.

Havia combinado com o Senador Papaléo que falaria como oradora, sem prejuízo da ordem, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem 10 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero registrar que fiz esse apelo à Presidência da Mesa e ao Senador Mão Santa porque faço questão de, neste meu pronunciamento, dizer da providência tomada com relação às declarações do Sr. Paulo Zottolo. E, nesta oportunidade, solicitar o apoio do Senador Mão Santa e dos demais Senadores que representam o Piauí nesta Casa, para subscreverem o requerimento que apresento à Mesa, solicitando voto de repúdio, em nome do Senado, pelas declarações do Sr. Paulo Zottolo, representante de uma multinacional em nosso País, e que, portanto, nessa condição, não deveria participar de movimentações no País, movimentações que, inclusive, têm fortes indícios de relações político-partidárias. Além disso, como representante de uma multinacional, ele tem orientação de não se imiscuir nos assuntos do nosso País, inclusive é a orientação da própria Phillips Internacional.

A declaração feita por este senhor em relação ao Brasil, Senador Mão Santa, e, por tabela, referindo-se a um dos principais Estados do Brasil, o Piauí, é lamentável. Por isso, apresentei voto de repúdio às declarações do Sr. Paulo Zottolo, Presidente da Phillips para a América Latina, tendo em vista afirmação feita por S. S^a em entrevista concedida à imprensa. Diz ele, textualmente: “Não se pode pensar que o País é um Piauí, no sentido de que tanto faz quanto tanto fez; se o Piauí deixar de existir ninguém vai ficar chateado.”

Da mesma forma como repudiamos o Presidente Hugo Chavez ao se referir ao Parlamento brasileiro como um “bando de papagaios” – ele não tinha o direito de fazê-lo, em hipótese alguma –, também não podemos permitir que o representante de uma multinacional que atua em nosso País, que lucra fantásticamente em nosso País, sobre a qual, inclusive, incidem várias denúncias de exploração da mão-de-obra por não cumprir, de forma adequada, para com os seus deveres enquanto empregador, se dê ao luxo de atacar

o Brasil, de participar de movimentos no País e ainda de se referir ao nosso País e ao Piauí dessa forma.

Sr. Presidente, passo a ler, na íntegra, nota publicada pelo Governador do Piauí, Wellington Dias:

Lamentavelmente, o presidente da Phillips para a América Latina, Paulo Zottolo, desconhece o Piauí. Tenho certeza de que o capitalismo afasta o homem do ser humano. Que Deus dê a ele a oportunidade de conhecer o Piauí e os homens e mulheres que aqui vivem. Para se ter uma idéia, o Piauí tem 80% de suas florestas nativas preservadas e produz oxigênio para o Brasil e para o mundo. O Piauí, segundo estudos em andamento, tem uma das maiores bacias de gás e petróleo do País. É do Piauí a melhor escola do Brasil, eleita por dois anos consecutivos pelo Enem. O Piauí tem a melhor produtividade de soja, mel e algodão do País.

Por coincidência, um piauiense, José Horácio de Freitas, foi diretor financeiro da Phillips. Por ele e por todos os cidadãos piauienses deveríamos ter respeito, e faço a ele o convite para vir conhecer o Piauí.

Esta é a nota do Governador do Piauí, Wellington Dias.

É muito importante registrar que essa declaração do presidente da Phillips para a América Latina, Paulo Zottolo – “Zé Tolo” como foi chamado aqui pelo Senador Mão Santa, inclusive vou, aqui, reproduzir trechos da fala do Senador Mão Santa, por entender que foi, por assim dizer, uma resposta digna por parte dos três Senadores representantes do Piauí ao abuso e à afronta feita por esse senhor ao nosso País e a um dos nossos Estados, o Piauí, que V. Ex^{as} representam aqui.

Essa declaração é repleta e contaminada da visão elitista e preconceituosa que se tem para com os pobres, para com os negros, para com as mulheres e para com os Estados, que, obviamente, não se identificam com os que estão à frente dos movimentos como o tal “Cansei” que têm uma forte identificação com aquilo que o próprio ex-prefeito de São Paulo, que é até do PFL, chamou de “dondocas enfadadas”, que é a elite branca, que sempre esteve ao lado do bem-bom da vida, não consegue reconhecer valores em todos os que não são idênticos, que não são como eles, que não possuem, não têm, ou não desenvolvem a sua atividade.

Então, o preconceito que, num ato falho, não é, Senador Mão Santa, quando a pessoa se empolga normalmente deixa escapar o que ela realmente pensa. Então, o Sr. Zottolo fez a declaração na tentativa de elogiar o Brasil, ao dizer que o Brasil não é um Piauí e que, se desaparecesse, ninguém sentiria falta. Vejam o elogio que ele fez ao Brasil! O que é o Brasil? O Brasil são apenas os megaempresários que estão à frente do

movimento “Cansei”? Não! O Brasil é essa diversidade étnica, de gênero, cultural, e que em todos os cantos do nosso País, seja no Piauí, em Santa Catarina, no Maranhão, no Acre, no Ceará, em Minas, em Goiás, em todos os cantos, orgulha-nos! Foi desastrada, preconceituosa e indevida esta interferência. Primeiro, a participação, com publicações nos jornais nacionais de textos da Phillips, apoiando o movimento “Cansei”, o que não poderia, até porque a Phillips, empresa multinacional, mandou a filial brasileira se desligar do movimento anti-Lula, que é o movimento “Cansei”.

Com relação à declaração do Sr. Zottolo, desde o primeiro momento, está muito claro que ele a fez à revelia do que é realmente correto. Multinacional não tem que se meter em assuntos, em debates, em movimentos de qualquer país em que estiver atuando, ainda mais com um viés autoritário, preconceituoso e escandaloso, como na declaração do Sr. Paulo Zottolo. Além disso, na quarta-feira passada, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) denunciou a Phillips à Organização Internacional do Trabalho e à OCDE por ingerência política no Brasil. Tal atitude é incompatível e insustentável em termos de procedimento de qualquer administrador de multinacional.

Senador Mão Santa, V. Ex^a teve a oportunidade de, desta tribuna, reagir da forma contundente como reagiu. Muitas vezes, eu não apóio seus pronunciamentos, V. Ex^a sabe disso. Mas, neste caso, V. Ex^a, assim como outros Senadores que aqui representam o Piauí, responderam à altura, de forma devida. Ele que fique calado, ao invés de dizer bobagem e de se imiscuir em assuntos em que uma multinacional não deve se imiscuir.

V. Ex^a resgatou, obviamente, a representatividade, a importância e o carinho que todos os brasileiros têm para com esse maravilhoso Estado, o Piauí, que já projetou tantas lideranças, tantos homens e mulheres de bem que proporcionam orgulho a todos nós brasileiros.

É o registro que faço, e peço, Senador Mão Santa, que V. Ex^a assine comigo o requerimento, a fim de que possamos, em nome do Senado da República, apresentar voto de repúdio a esse cidadão, que não tinha o direito de emitir um posicionamento tão preconceituoso e indigno para com o País, de forma geral, mas, principalmente, para com o Estado do Piauí.

Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a gentileza do Senador Mão Santa, por permitir que eu falasse antes sobre um assunto que é do maior interesse para o Brasil, mas, com certeza, mais ainda para o Estado que S. Ex^a representa no Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Fazemos também o nosso desagravo ao Estado do Piauí e apresentamos as nossas homenagens aos piauienses, especialmente àqueles que, em meu Estado, contribuem de forma fundamental para o progresso e o desenvolvimento. Pessoas ilustres do Piauí, Senador Mão Santa, vivem em nosso Estado, como o ex-Prefeito de Londrina e ex-Secretário de Saúde do Estado, Dr. Dalton Paranaguá, entre tantos outros. As nossas homenagens a todos os piauienses do Brasil.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado VOTO DE REPÚDIO ao Senhor Paulo Zottolo, presidente da Phillips, pela afirmação em entrevista concedida à imprensa, que diz “Não se pode pensar que o País é um Piauí, no sentido de que tanto faz quanto tanto fez. Se o Piauí deixar de existir, ninguém vai ficar chateado”.

Justificação

Em entrevista concedida ao jornal **Valor Econômico**, o presidente da Phillips, Paulo Zottolo, ao comentar sua participação no movimento “Cansei”, afirmou que o Brasil não poderia ser “um Piauí”, e que ninguém ficaria chateado se o Piauí deixasse de existir. A afirmação, divulgada pela imprensa, é uma afronta não só ao Estado do Piauí, o terceiro maior do Nordeste, mas a toda organização federativa do Brasil. É do Piauí a melhor escola eleita pelo Enem por dois anos consecutivos. É daquele Estado a maior produtividade de soja, mel e algodão. E ainda, segundo estudos em andamento, o Piauí possui uma das maiores bacias de petróleo e gás do Brasil. A manifestação do presidente da Phillips é inaceitável e digna de repúdio por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007, – Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, por cessão do Senador Paulo Paim, para uma breve comunicação, o Senador Flexa Ribeiro.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu discurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma breve comunicação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicitei minha inscrição para fazer um apelo, por meio da TV e da Rádio Senado, à Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, e ao Ibama.

Senador Alvaro Dias, neste final de semana, fui procurado, em meu Estado, o Pará, pela Federação dos Trabalhadores da Pesca, os pescadores artesanais, e pelos Sindicatos da Indústria da Pesca, preocupados com uma portaria e uma instrução normativa editadas pelo Ibama. Trata-se da Portaria de 6 de novembro de 2006, mas a preocupação maior é com relação à Instrução Normativa de 18 de julho de 2007.

Essa instrução normativa do Ibama, segundo informação que recebi tanto do setor dos pescadores quanto do setor industrial da pesca, praticamente, elimina a continuidade da atividade, porque cria dificuldades impossíveis de serem atendidas pelos setores a que me referi anteriormente.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a, como Líder do PT, pode auxiliar a classe dos trabalhadores da pesca e também do setor industrial da pesca na intermediação – é o que eles solicitam por meio do Conselho Nacional de Pesca – de um entendimento com o Ibama para a revisão da instrução normativa...

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Instrução Normativa nº 166, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Exatamente. Instrução Normativa que vai atingir seu Estado diretamente. Santa Catarina e Pará são os dois maiores produtores de pescado no Brasil. A Instrução Normativa nº 166 praticamente determina a paralisação total da pesca, seja artesanal, seja industrial.

Vou conceder o aparte a V. Ex^a, mas, antes, farei a leitura da Instrução Normativa e dos argumentos dos profissionais da pesca.

Eles pedem uma intermediação, junto ao Presidente do Ibama, para que essa instrução normativa seja revista. A Portaria, de 6 de novembro de 2006, cria um grupo de trabalho para definir...

Vou ler: “Considerando a urgência e a necessidade de se aprimorarem estudos e ações direcionadas ao monitoramento e redução das capturas incidentais de espécies ameaçadas...”.

Portanto, cria esse grupo de trabalho. Só que, na relação do grupo de trabalho, não consta nenhum representante da Federação dos Pescadores e nem do Conepe (Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura).

São duas as reivindicações: a inclusão de representantes, tanto do setor artesanal, quanto do setor industrial, como membros desse grupo de trabalho que vai aprimorar os estudos e as ações direcionadas ao monitoramento e redução das capturas incidentais; e a revisão da Instrução Normativa nº 166.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Flexa Ribeiro, já fui acionada pelos representantes do setor pesqueiro do meu Estado. Na próxima quinta-feira, haverá uma reunião com a Presidência do Ibama e representantes do setor. Acompanharemos, sim, a situação, pois a Instrução Normativa traz problemas, e não são pequenos. Precisaremos conversar e negociar a sua alteração. Já fui devidamente acionada. Estaremos acompanhando atentamente o processo na reunião que ocorrerá na quinta-feira.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Chamo a atenção de V. Ex^a para o tempo, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, agradeço a V. Ex^a. Tenho certeza de que, como Líder do PT no Senado Federal, V. Ex^a lutará a fim de que haja um entendimento entre o Ibama e o setor da pesca, de tal forma que cheguem a um consenso e estabeleçam condições para que esse importante setor, que gera emprego e renda, não seja inviabilizado em âmbito nacional.

Eu teria, Sr. Presidente, a leitura de alguns dados importantes a respeito dessa instrução normativa, que foi editada pelo Ibama em 18 de julho de 2007, e os contrapontos dos setores que nos chegaram às mãos, mas vou deixar para fazê-la após essa reunião do dia 23 do corrente, com o Presidente do Ibama, para que possamos ter a certeza de que vai haver consenso e de que não há necessidade de trazermos o assunto de volta à tribuna do Senado.

Deixo clara a necessidade de revisão dessa instrução normativa por parte do Ibama.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas desejo registrar uma tragédia ocorrida no trecho entre Ibotirama e Seabra, na Bahia, com um ônibus do Estado do Piauí, do Senador Mão Santa, que trazia 45 trabalhadoras rurais, vindas do Pólo de Paulistana para a Marcha das Margaridas, aqui em Brasília.

Esse acidente resultou na morte do motorista do ônibus e de uma companheira que, para nós, do Partido dos Trabalhadores, era muito querida, a companheira Santinha, Maria dos Santos Rodrigues, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Acauã e Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Acauã. Trinta trabalhadoras rurais estão hospitalizadas.

Então, Sr. Presidente, encaminho à Mesa um requerimento, para que esta Casa envie um voto de pesar aos familiares da companheira Santinha e ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores da cidade de Acauã, no Piauí.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a solidariedade também da Presidência, a solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental, Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, lamentamos o ocorrido com as lideranças participativas do Piauí que a companheira Senadora Fátima acaba de anunciar. Constrangidos estamos com esse acontecimento. Neste instante, eu pediria, em respeito a essas mulheres piauienses e a esses piauienses, que fosse retirado do tempo que me foi concedido por V. Ex^a um minuto de silêncio, Sr. Presidente. Que este Senado faça um minuto de silêncio em respeito àquelas mulheres piauienses!

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Após esse minuto de silêncio, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, quero dizer que, segundo Shakespeare, não há bem nem mal: o que vale é a interpretação. Em nome do Piauí, agradecemos à Líder

Ideli Salvatti a solidariedade em relação aos ataques que sofremos. Mas, Paim, não há bem, nem mal. Para Shakespeare, o que vale é a interpretação.

Trago, depois desse imbróglio todo, em resposta ao tolo, um artigo da inteligência. É preciso que o tolo tenha conhecimento de que o maior jornalista deste País, no momento mais difícil, foi o piauiense Carlos Castello Branco, Castellinho. Quando ninguém tinha coragem, quando este Congresso estava fechado, Castellinho, com sua inteligência, levava o clamor do povo brasileiro ao renascimento da democracia.

O Piauí continua, e vou trazer as palavras do nosso Castellinho de hoje, Zózimo Tavares. Aliás, tenho uma imagem muito boa dos jornalistas que fizeram política no Piauí: Eurípedes Aguiar – lembrando o Senador Eurípedes – era médico e jornalista; Josipo Lustosa, do PMDB, em quem cheguei a votar, mas que perdeu as eleições para Petrônio; Deoclécio Dantas, um vibrante jornalista que foi Deputado comigo – tive esse privilégio –; Carlos Augusto Oliveira, que, ainda hoje, escreve.

Zózimo Tavares significa tudo isso. E penso que ele deve substituir esses bravos jornalistas que participaram da política. Ele é da Academia de Letras Piauiense, é escritor. Uma de suas últimas obras foi sobre Evandro Lins e Silva, sobre seu último discurso, como Rui Barbosa fez *Oração aos Moços*. Evandro Lins e Silva era paraninfo de uma turma de Direito na sua cidade, na minha cidade, Parnaíba.

Senador Papaléo Paes, veja o que diz Zózimo Tavares. É uma resposta de Zózimo, inteligente piauiense, contra o tolo da Philips:

Pegando carona

O presidente da Philips para a América Latina, Paulo Zottolo [vejam o nome: tolo, Zottolo], já pediu desculpas ao Piauí e ao seu povo pela tolice que ele disse contra o Estado. Feridos em nossos brios, já fizemos protesto que ele merecia. Mas que tal se aproveitássemos toda essa nossa indignação para lançarmos outra campanha cívica, agora voltada para o desenvolvimento do Piauí?

Esta nova campanha seria a favor do Piauí e contra os que atrasam o Estado, hoje e no passado. Se prestarmos bem atenção, muitos deles bem mais nocivos do que o presidente da Philips. Este mexeu em nossa auto-estima. Eles nos enganaram, mentiram, roubaram...

Então, vamos para a mídia (jornais, rádio, TV e portais de notícias) cobrar, com o mesmo espírito aguer-

rado demonstrado agora, no episódio do presidente da Philips: quando será concluído o porto de Luís Correia [aquele iniciado pelo paraibano Eptácio Pessoa]? E as eclusas da Barragem de Boa Esperança? Quando começam as obras do Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato? E a estrada Transcarrados? E também o Porto Seco de Teresina, quando se inicia?

E mais: o Pronto-Socorro de Teresina vai abrir mesmo no final do ano, ou é mais uma conversa pra boi dormir? E o Consórcio das Águas, lá no Sul do Estado, quando começa a funcionar? A Ponte do Sesquicentenário, quando será retomada? A Transnordestina, quando se inicia? O prolongamento do metrô, quando termina? E a Ponte de Luzilândia? E, ainda, a revitalização da estrada de ferro Teresina-Luís Correia [iludiram Alberto Silva]?

Se fizermos essas obras e outras obras estruturantes, generosamente prometidas e sempre adiadas, dificilmente ainda ouviremos alguém como o Sr. Zottolo fazendo chacota com o Piauí.

Mas o Piauí é isso, Efraim.

Há outro artigo: "Teresina pela Paz". Que beleza de aniversário! Havia dez mil pessoas. Notícia outro jornal que eram doze mil pessoas.

Está aqui o jornal *Meio Norte*. O jornalista Efrém Ribeiro é duro mesmo. O bicho é curioso: ele ia até aos lixos da residência quando eu era Governador. Olhem o que ele diz:

Evento não tem partidarização política nem cunho religioso. É uma manifestação da sociedade em busca de paz na família. O tom da manifestação foi dado pelos integrantes da comunidade, principais vítimas da violência que marca o dia-a-dia da capital piauiense.

Isso é coisa de agora, ô Paim! Eu governava o Estado recentemente e, por volta de meia-noite, Efraim, saía do Carnac para fazer *cooper*, porque Teresina é muito quente. Então, eu saía de noite, sozinho ou com o amigo Carlos Augusto e com um oficial. Às vezes, eu mudava e passava pelos bairros. Isso, hoje, é impossível. Está aqui: o povo e os estudantes pedindo o fim da violência.

Diz mais: "Contudo, todas as escolas tinham o mesmo objetivo: fomentar a paz, dar um basta na vio-

lência. Então, o presidente dos mototaxistas, Celso Luiz, que são vítimas, a cada dia da violência...”.

E, em outro jornal, diz-se: “Mais de 15 mil pedem pela paz no Dirceu”. É o bairro que fizemos.

Zózimo Tavares faz outro artigo e diz: “O Governo no Piauí já fez festa até para receber o Beira-Mar”.

Lembram-se do tempo em que nos prometiam levar para lá o Beira-Mar, para se fazer uma penitência? Não deixamos que isso se desse. Nós, os Senadores, reagimos.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, olha o tempo aí! Tenha a generosidade de me conceder mais um minuto. V. Ex^a não vai descontar o minuto de silêncio que fizemos pelos mortos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Espere aí! Vamos já conceder-lhe o aparte. Antes, Senador Suplicy, releia Norberto Bobbio, que diz que o mínimo que o povo tem de exigir de um governo é segurança. E a segurança está pior cada vez mais. Está escrito aqui que é o que acontece no Piauí, que era pacífico.

Quero dizer o seguinte: o Governo Luiz Inácio errou, e quero ajudá-lo. O PAC da segurança é lançado sem prestígio. Atentai bem! Ele escolheu somente 11 Capitais. O Piauí está aqui clamando na rua. Isso aqui é pior do que Aids, é pior do que gripe, é uma epidemia. A violência está no País todo, nas 5.560 cidades, porque o exemplo vem de cima, o mau exemplo dos aloprados, das quadrilhas de Santo André, de Campinas. O exemplo vem de cima. O Ministério Público está aí indiciando 40 pessoas. Então, o mau exemplo se arrasta. Palavra sem exemplo é um tiro sem bala. Faltou o bom exemplo do Governo.

E o PAC? Faltou! Cabral, Serra, Aécio, Arruda, Yeda, Requião, Governadores beneficiados com o Plano. Falta a sonoridade do Planalto. Eles não acreditam. Não foram. Então, essa é a verdade.

Mais ainda, Senador Suplicy, V. Ex^a é um homem de bem. Olhe aqui. Peço que a televisão mostre esta fotografia bem grande deste artista de Londres. Coloque aí a fotografia bem grande: “A solução para a aviação é política”. Este aqui, ô Efraim, é grandão, como V. Ex^a, é bonitão! Ele é inglês, ô Antonio Carlos Magalhães. Olha aí sua destinação! Mau discípulo é o que não suplanta o mestre. V. Ex^a tem de superar seu pai na combatividade. Quem é ele? É o chefe da federação de todos os aviadores do mundo. Ele diz aqui: “É melhor ter alguém com forte bagagem técnica para

comandar um Ministério complexo como o da Defesa”. Condena a indicação.

É o povo do Piauí, ô Luiz Inácio, e do Nordeste, ô Arthur Virgílio. “Cada macaco em seu galho.” Isto aqui não está no galho, o Ministro. O Ministro ouviu que o Luiz Inácio não gosta muito das letras, aí roubou o discurso de Disraeli, lá para a Rainha Vitória, quando Primeiro-Ministro, e disse: não se queixe, não se desculpe, não atenda ninguém, aja ou caia fora!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, pedimos a V. Ex^a que conclua seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, vamos mal. Querem que eu diga por que vamos mal? Segurança não é isso, não!

Suplicy, atentai bem! Júlio Soares, Comandante da Marinha, disse que a Marinha vai acabar em 2025. Acabou a Marinha brasileira!

Esse Abadia, ô Paim, sabe por onde ele entrou? Sabe, Papaléo? Num veleiro ao lado do Piauí, em Camocim. Ficou lá no hotel. Achou pequeno e foi por aí. Esses bandidos todos entram assim.

Assumir o Ministério da Defesa é muito mais do que ir para a mídia falar do tamanho da cadeira do avião. Ali, ele está defendendo em causa própria.

Mas é o Exército que está aí, mais fraco que o MST. É a Marinha, cujo último navio, o mais novo, tem quase 50 anos. Esse Governo não comprou uma canoa. É a Aeronáutica! Está aí o professor de Engenharia Efraim Moraes, orgulho que fez a Embraer. O ITA, sonho da minha geração, está aí. Estão todos decadentes. O MST é mais forte que nossos organismos da defesa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, seus Colegas pedem a conclusão do seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, essa é a advertência para o Presidente Luiz Inácio botar este País nos trilhos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pedi o aparte, mas não recebi.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a tem o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu discurso.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de assinalar, como o Senador Mão Santa pediu um minuto de silêncio em solidariedade ao Estado do Piauí, eu, como outros que aqui estivemos, diante da observação que foi feita pelo Sr. Paulo Zottolo, expressamos a solidariedade ao Estado do Piauí e aos que faleceram no desastre de agora, como me esclarece o Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Suplicy, o assunto foi encaminhado regimentalmente, tanto o requerimento da Senadora Ideli Salvatti quanto a solicitação da Senadora Fátima Cleide. V. Ex^a fique tranqüilo.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de me inscrever pela Liderança dos Democratas para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a está inscrito.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu também quero aqui juntar-me à Senadora Ideli, ao Senador Mão Santa e à Senadora Fátima, que pediu uma moção de pesar há pouco para a companheira Maria dos Santos, a Santinha, que faleceu vindo para o Encontro das Margaridas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, vou falar sobre algo a que seguidamente me refiro aqui no Senado da República: sobre a mulher. Hoje está aqui a Marcha das Margaridas: são cinqüenta mil trabalhadoras rurais que estarão em Brasília no dia 21, que é hoje, e no dia 22, amanhã, no parque da cidade.

Estive hoje, pela manhã, na abertura desse grande movimento. Como muito bem diz a música: “Brasília está florida, chegam até ela as mulheres decididas, as mulheres de luta”. São cinqüenta mil mulheres vindas do Brasil inteiro numa grande mobilização chamada Marcha das Margaridas.

O encontro iniciou-se hoje pela manhã: são trabalhadoras rurais de todo o País que, até amanhã, Sr. Presidente, estarão debatendo temas como soberania e segurança alimentar e nutricional; terra, água e agroecologia; trabalho, renda e economia solidária; garantia de emprego e melhores condições de vida e de trabalho; política de valorização do salário mínimo;

defesa da saúde pública e educação no campo; combate à violência sexista.

Na tarde de hoje, essas mulheres se reúnem em cinco mesas de debates. A Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial, e Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência doméstica, estarão participando.

Estive hoje pela manhã no parque de exposições, naquele grande ambiente, com aquela multidão – em torno de cinqüenta mil mulheres –, na abertura do encontro chamado Marcha das Margaridas.

Essa Marcha é organizada pela Contag e pela CUT e conta com a parceria do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres da Amazônia (MMA), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Redelac) e Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (Cooprofam), entre outros organizadores.

Principais Reivindicações para o Congresso Nacional.

Temos dados sobre outro encontro que tivemos, a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Há um firme compromisso da bancada feminina de pressionar o conjunto de líderes, todos nós, do Senado e da Câmara, no sentido da aprovação de projetos prioritários para as trabalhadoras rurais que tramitam tanto na Câmara como no Senado. São eles:

- 1) Projeto de Lei Babaçu Livre, nº 231/2007, que dispõe sobre o livre acesso aos babaçuais pelas quebradeiras de coco;
- 2) PL 6.852/2006, sobre as novas regras para a previdência rural, para que volte a tramitar em regime de urgência constitucional;
- 3) aprovação da PEC nº 438, que trata do trabalho escravo;
- 4) aprovação do PDC nº 2.351/2006, que ratifica a Convenção 184 da OIT sobre saúde e segurança no trabalho.

Entre as mais de cem reivindicações, eu destaco:

- 1) Criação do Fórum Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres no Campo;
- 2) criação de condições para garantir a implementação da Lei Maria da Penha em

municípios rurais abaixo de cinquenta mil habitantes;

3) incorporar na lista de medicamentos para disponibilizar nos postos de saúde de acordo com o epidemiológico da população rural;

4) incorporar ao SUS as práticas complementares, como o uso de fitoterápicos, e fortalecer as experiências de farmácias vivas no âmbito da agricultura familiar.

Agora eu queria, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar um pouco sobre o que o Governo tem feito pelas mulheres rurais – pediria um pouquinho mais de tempo em razão de termos em Brasília hoje cinquenta mil mulheres vindas de todos os Estados do Brasil.

O que o Governo do Presidente Lula tem feito?

– Criou o Pronaf Mulher: linha de crédito específico só para as mulheres;

– firmou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;

– lançamento do PAC do Saneamento Rural para a implementação de ações de abastecimento de água e de solução adequada de esgotamento sanitário, beneficiando 75 mil famílias, com estimativa de recursos de R\$300 milhões.

Lembro ainda que a Marcha das Margaridas é uma estratégia política construída e consolidada pelas mulheres trabalhadoras rurais para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil, com justiça, paz e igualdade de gênero.

A marcha das trabalhadoras rurais recebeu o nome de Marcha das Margaridas em homenagem à ex-líder sindical Margarida Maria Alves, que foi brutalmente assassinada em 1983, na porta de sua casa, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida Maria Alves era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, e fundadora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Ela obteve grande destaque na região por incentivar os trabalhadores rurais a buscarem, na Justiça, a garantia dos seus direitos protegidos pela legislação trabalhista.

Quero ainda registrar, rapidamente, essa tragédia, esse acidente que aconteceu. As nossas companheiras, tanto a Senadora Ideli Salvatti quanto a Senadora Fátima Cleide, já mencionaram o nome da companheira

Maria dos Santos Rodrigues e o do motorista, que faleceram. Muitas trabalhadoras estão hospitalizadas.

Quero falar ainda sobre a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja abertura aconteceu na sexta-feira com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de nossa Primeira Dama Marisa Letícia, das Ministras Nilcéia Freire, Dilma Rousseff, Marina Silva, Martha Suplicy, Matilde Ribeiro, da SRA. Jacqueline Pitanguy. Havia muita gente por lá, contamos com mais de três mil pessoas. Nós, Senadoras, também comparecemos – a Senadora Fátima Cleide estava sentada ao meu lado.

Por que essa conferência? Para fazer a avaliação e a revisão do plano e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder. Lá estiveram aproximadamente três mil mulheres, representantes de muitos organismos nacionais e internacionais. Não vou enumerá-los, mas peço que sejam registrados, pois meu tempo urge.

O Presidente Lula, inclusive, anunciou na abertura dessa II Conferência Nacional das Mulheres, investimento de um bilhão de reais, até 2010, em ações para enfrentar a violência contra as mulheres do País. O recurso é para, no segundo mandato do Governo Lula, aprofundar a política de gênero e raça e, principalmente, para garantir a prevenção, proteção e garantia dos direitos das mulheres e o combate à impunidade dos agressores. O Presidente reafirma seu compromisso com a plena implementação da Lei Maria da Penha.

O chamado Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher prevê quatro breves itens, Sr. Presidente:

a) a criação de juizados especializados para tratar da violência doméstica e familiar contra a mulher;

b) o fortalecimento e a ampliação das delegacias especializadas para atendimento à mulher;

c) o aumento do número de casas-abrigo;

d) a campanha educativa e preventiva de violência doméstica para os grupos escolares e a sociedade como um todo, com destaque para a população rural, e desenvolvimento de políticas específicas para as mulheres negras pela condição de vulnerabilidade social que as aflige principalmente.

b) fortalecimento e ampliação das delegacias especializadas para atendimento à mulher;

c) aumento do número de casas-abrigo; e

d) campanha educativa e preventiva de violência doméstica para os grupos escolares e a sociedade como um todo, com destaque para a população rural, e desenvolvimento de políticas específicas para as mulheres negras pela condição de vulnerabilidade social que lhes aflige, principalmente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço o espaço a mais que me foi concedido, mas voltaremos a este assunto porque a mulher brasileira está realmente buscando o poder político e o respeito na família, na sociedade e no trabalho. Para tanto, queremos conquistar espaço político, sim, de igual para igual com os companheiros homens.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra o Senador Efraim Moraes por permuta com os Senadores Raimundo Colombo e Paulo Paim.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, esclareço que solicitei a permuta em função da reunião da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pois não.

Como teremos reunião da Mesa Diretora às 15 horas, o Senador Efraim Moraes, 1º Secretário da Casa, fará uso da palavra por permuta com os Senadores Raimundo Colombo e Paulo Paim, a quem, desde já, agradecemos a compreensão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como temos acompanhado com muita apreensão a delicada movimentação da crise das Bolsas e do mercado imobiliário americano, quero aqui deixar registrados alguns números levantados nesta semana e que são extremamente alentadores para nós, sem que possamos, contudo, deixar de nos preocupar com o que está acontecendo, se isso pode ou não afetar diretamente o nosso País.

Matéria repercutida hoje em jornais de grande circulação diz que economistas de diferentes linhas

de pensamento estão conscientes de que o Brasil não será afetado de forma tão dura como aconteceu em crises anteriores. E para o ex-Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, “o Brasil tem a vantagem de ter diversificado seus mercados de exportação e não depender mais de nenhum bloco ou país”. Portanto, vamos continuar aumentando as nossas exportações.

O Relatório Focus, do Banco Central, que sai semanalmente, ampliou a previsão de crescimento do PIB para 4,62% e fez prognósticos para a Taxa Selic, no final do ano, de 10,75% – portanto, de continuidade da queda dos juros – e de inflação da ordem de 3,77%. A Fundação Getúlio Vargas, na mesma linha do Relatório Focus, nesta segunda-feira apresentou a pesquisa do setor industrial, na qual se demonstra que 60% das empresas estão sinalizando uma maior contratação de mão-de-obra para este segundo semestre de 2007, comparativamente com o ano passado.

Portanto, são todos números que, frente à insegurança e à turbulência das três últimas semanas, colocam o Brasil em um patamar não de tranquilidade, mas, pelo menos, numa perspectiva de blindagem frente a essa crise, bem como assinalam que continuaremos crescendo e empregando, com uma economia absolutamente sob controle, numa perspectiva positiva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, pedindo desculpas aos oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Efraim Moraes, que dispõe de dez minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito como Líder do PDT.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente agradeço ao Senador Raimundo Colombo e ao Senador Paulo Paim pela permuta, pois haverá uma reunião da Mesa Diretora da Casa logo a seguir.

Dois assuntos me trazem à tribuna nesta tarde.

O primeiro é um requerimento que apresento à Casa em virtude de um momento triste que a Paraíba

passou. Refiro-me ao falecimento do ex-Deputado Estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia, do PMDB da Paraíba, ocorrido em 18 de agosto de 2007, na cidade de João Pessoa (PB). Assim, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual do PMDB da Paraíba Gervásio Bonavides Mariz Maia.

Natural de Catolé do Rocha, no alto sertão da Paraíba, Gervásio Maia era economista formado pela UnB e pós-graduado em Planejamento e Análise de Projetos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Rio de Janeiro. Cumpriu três mandatos consecutivos de Deputado Estadual pela Paraíba, de 1991 a 2003. Exerceu a Liderança do Governo na Assembléia Legislativa e assumiu a Presidência daquela Casa de Leis no biênio 2001/2003. Foi Diretor Presidente da Companhia Telefônica do Estado da Paraíba (Telpa). Em São Paulo, destacou-se como consultor econômico de diversas empresas, dentre elas a Brastec (Empresa Brasileira de Estudos Econômicos), Novo Mundo Operações Internacionais e Hidroservice – Engenharia e Projetos.

Gervásio Maia faleceu no exercício do cargo de Secretário de Finanças da cidade de João Pessoa, função que desempenhou com eficiência e seriedade.

Franco na atitude, dedicava-se de corpo e alma ao que fazia. Deixa um legado de honradez, competência e orgulho para seus familiares, para os paraibanos e, principalmente, para os seus correligionários.

Eu e o Deputado Gervásio Maia estivemos sempre de lados opostos. Éramos adversários políticos no Estado da Paraíba, mas gozávamos de uma grande amizade e respeito.

Nesta tarde, presto meu tributo a Gervásio Maia e manifesto a toda sua família, nas pessoas de sua esposa, D. Ana Berenice Mariz Maia, e de seu filho, Deputado Estadual Gervásio Agripino Maia, o meu fraterno abraço de profundo pesar.

Portanto, é com muita tristeza que faço o registro do falecimento de um grande paraibano, o ex-Deputado Gervásio Maia.

O outro assunto que também me traz à tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, é que, amanhã, dia 22 de agosto, é um dia marcante para o nosso Estado da Paraíba, pois celebramos os 144 anos de emancipação política da nossa querida cidade de Cajazeiras, no alto sertão da Paraíba, um dos mais prósperos Municípios de nosso Estado. Por sua importância histórica, pelo papel de pólo regional que exerce, pelo que representa em termos educacionais e culturais, sem falar no dinamismo

de sua economia, Cajazeiras é reconhecida pelos paraibanos como uma das principais referências do Estado. Justamente por isso, a passagem de mais um aniversário da cidade é acontecimento que, para além do justo júbilo de seus habitantes, transcende os limites municipais e envolve todo o querido Estado da Paraíba.

Cajazeiras, Sr. Presidente, cujo nome deriva de singular planta muito freqüente em várzeas e matas de terra firme argilosa do Amazonas, da qual se extrai fruto largamente utilizado em refrescos e sorvetes, tem uma história própria e, em larga medida, razoavelmente distinta da que foi protagonizada pela maioria dos Municípios brasileiros. A singularidade a que me refiro remonta às suas mais distantes origens.

Com efeito, enquanto quase todas as vilas existentes no período colonial brasileiro tiveram sua origem ligada à construção de uma capela, fato absolutamente natural em face da forte presença do catolicismo português no processo da colonização, o surgimento de Cajazeiras vincula-se à construção, quase simultânea, de uma casa, um açude e – detalhe que faz toda a diferença – de uma escola. Por isso, Sr. Presidente, é conhecida como a cidade que ensinou a Paraíba a ler.

Por detrás dessas construções estava a presença de uma família que se constituiu no núcleo inicial da comunidade. Trata-se da família Rolim, de onde provém o personagem central dos primórdios da história do Município, o grande Padre Inácio de Sousa Rolim. A presença desse religioso é tão marcante na história de Cajazeiras que, em 1948, a Câmara Municipal, por iniciativa do então Vereador Geminiano de Sousa, aprovou lei determinando que o dia do nascimento do extraordinário sacerdote, 22 de agosto, passasse a ser data comemorativa do aniversário da cidade.

Cajazeiras nasceu, pois, sob o signo da fé, da busca do saber e da compreensão acerca da imperiosa necessidade de vencer os desafios impostos pela própria natureza. Assim é que, por volta de 1804, a família Rolim construiu a denominada Casa Grande da Fazenda, às margens do rio que atravessava a propriedade. Próxima a ela, cuidou de garantir o abastecimento das pessoas e a criação de animais, formando o indispensável reservatório de água, cuja denominação Açude Grande resistiu ao tempo e mantém-se inalterada.

Sr. Presidente, poucos anos mais tarde, na reafirmação do espírito da fé que embalava aquela gente, a matriarca da família, Ana de Albuquerque, carinhosamente conhecida como Mãe Aninha, mandou erigir a Capela de Nossa Senhora da Piedade. Essa pequena capela transformou-se na catedral do bispado

do e, nos dias de hoje, é a Matriz de Nossa Senhora de Fátima.

O açude pioneiro, surgido nos primeiros anos do século XIX, desempenhou papel de enorme relevância quando da tragédia de 1915, ano em que boa parte da região nordestina foi assolada por uma das mais terríveis secas de que se tem notícia, fenômeno imortalizado no romance de estréia da grande escritora cearense Rachel de Queiroz. Para fazer frente à dimensão do problema, o açude teve de ser ampliado, cumprindo a missão para a qual fora construído.

Enfatizo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o trabalho realizado pelo Padre Inácio de Sousa Rolim no processo de formação de Cajazeiras. Tendo iniciado sua formação religiosa no Crato, Ceará, ordenou-se sacerdote em Olinda, no ano de 1825. Graças ao seu espírito visionário, por volta de 1829 Cajazeiras viu nascer a Escolinha de Serraria. Da humilde casa de madeira dos primeiros tempos, a escola foi transferida para prédio de alvenaria alguns anos depois, não mais parando de crescer. A fama do colégio correu mundo e não foram poucos os alunos que recebeu, vindos dos mais diversos Estados nordestinos, entre os quais o mais tarde célebre padre Cícero Romão Batista. Essa pioneira instituição deu origem, já em 1843, ao primeiro colégio de instrução secundária da cidade.

Assim nasceu Cajazeiras. Assim evoluiu Cajazeiras. Ousadia no pensar e coragem no fazer. Seu pioneirismo também se expressou na atividade política. Assim é que, bem antes de conquistar a autonomia política, Cajazeiras se projetava no cenário político provincial. Ainda subordinada política administrativa-mente a Sousa, conseguiu eleger Deputado o bacharel Manoel de Sousa Rolim.

Foi o neto do fundador Padre Rolim, Vital Rolim, quem teve a honra de instalar, a 20 de junho de 1864, a Vila de Cajazeiras, criada por lei provincial de novembro do ano anterior, sancionada pelo grande Araújo Lima. Doze anos depois, a vila transformou-se em cidade. Destaco que, em termos políticos, Cajazeiras jamais se alheou ao que acontecia no Império, sobretudo quanto aos embates que, a partir da sede da Corte, opunham liberais e conservadores.

O século XX veio encontrar Cajazeiras de esforçando pela contínua modernização. Em 1922, como símbolo do progresso, o transporte ferroviário chegava ao Município. No ano seguinte, era a energia elétrica que se incorporava ao dia-a-dia da população. Em 1938, inaugurava-se a primeira agência do Banco do Brasil, sinal inequívoco de seu dinamismo econômico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aos 144 anos de existência, Cajazeiras se rejuvenesce. Fiel a um passado de glórias, sua gente não teme a passagem do tempo. Preserva a identidade, mas prepara o terreno no qual o futuro se instalará. A presença de uma instituição do porte da Universidade Federal da Paraíba em seu território não apenas reitera a vocação para o saber que, no passado mais remoto, Padre Inácio Rolim estimulava, mas confirma seu compromisso com a construção do amanhã em bases mais sólidas e prósperas.

Antes de concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouço o Senador José Maranhão, representante do nosso Estado, aqui ao nosso lado.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Efraim Moraes, quero me incorporar ao discurso de V. Ex^a, que faz justiça a Cajazeiras e aos seus filhos mais ilustres, e dizer que V. Ex^a expressa não somente seu pensamento de paraibano, mas deste outro paraibano que está aqui e de toda a Casa do Senado da República. Parabéns pelo brilhante discurso que V. Ex^a está proferindo na comemoração do aniversário da cidade de Cajazeiras.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Maranhão. Tenho a certeza de que V. Ex^a, o Senador Cícero Lucena e toda nossa bancada federal na Câmara dos Deputados também se sentem felizes em poder comemorar mais um aniversário dessa querida cidade, que se encontra na divisa da Paraíba com o Ceará, nossa Cajazeiras, a 500 quilômetros da nossa capital.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Cajazeiras expressa o que temos de melhor: disposição para a luta, lealdade, firmeza e algo tão próprio aos paraibanos em geral, a hospitalidade em sua mais elevada dimensão.

Ao fazer o registro dos seus 144 anos, deixo meu abraço a todos os que nela vivem, na certeza de que são co-responsáveis por essa história da qual tanto nos orgulhamos.

Que saibamos dar continuidade a essa experiência grandiosa! A Paraíba e o Brasil agradecerão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº . DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual GERVÁSIO BONAVIDES MARIZ MAIA, ocorrido em 18 de agosto de 2007, na cidade de João Pessoa - PB.

JUSTIFICAÇÃO

Registro nos anais desta Casa o meu pesar pelo falecimento, ocorrido no último sábado, 18 de agosto de 2007, do ex-Deputado Estadual do PMDB da Paraíba GERVÁSIO BONAVIDES MARIZ MAIA.

Natural de Catolé do Rocha – PB, GERVÁSIO MAIA era economista formado pela Universidade de Brasília – UnB e Pós-graduado em Planejamento e Análise de Projetos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Rio de Janeiro. Cumpriu três mandatos consecutivos de Deputado Estadual pela Paraíba entre 1991 e 2003. Na Assembléia Legislativa exerceu a Liderança do Governo e assumiu a Presidência daquela Casa de Leis no Biênio 2001/2003. Foi Diretor Presidente da Companhia Telefônica do Estado da Paraíba (Telpa). Em São Paulo, destacou-se como Consultor Econômico de diversas empresas, dentre elas a Brastec (Empresa Brasileira de Estudos Econômicos), Novo Mundo Operações Internacionais e Hidroservice - Engenharia e Projetos.

GERVÁSIO MAIA faleceu no exercício do cargo de Secretário de Finanças da cidade de João Pessoa, função que desempenhou com eficiência e seriedade.

Franco na atitude, dedicava-se de corpo e alma ao que fazia. Deixa um legado de honradez, competência e orgulho para seus familiares, correligionários e para toda a Paraíba.

Nesta tarde, faço meu tributo a GERVÁSIO BONAVIDES MARIZ MAIA e manifesto a toda a sua família nas pessoas de sua esposa D. ANA BERENICE MARIZ MAIA e de seu filho Deputado Estadual GERVÁSIO AGRIPINO MAIA, o meu fraterno abraço de profundo pesar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Sala das Sessões, em



Senador EFRAIM MORAIS

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado Senador Efraim Moraes.

Temos dois Líderes inscritos para pronunciamento. Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, pelo Democratas, por cinco minutos; a seguir, o Senador Jefferson Péres, pelo PDT.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de autoria do Deputado pernambucano Gonzaga Patriota, que propõe a divisão do Estado da Bahia.

O Deputado pernambucano propõe que a região oeste da Bahia seja desmembrada do Estado e torne-se uma nova unidade da Federação, a que o autor denomina Estado do Rio São Francisco.

Vejam só: um Deputado pernambucano propondo a cisão do território baiano.

Sr. Presidente, razões de toda ordem mostram como essa divisão seria danosa para o Brasil, para a Bahia, para o oeste baiano.

Logo de início se contrapõem ao projeto razões de ordem financeira, fiscal e tributária.

A divisão agravaria mais ainda a situação dos gastos públicos, com a obrigatória criação e manutenção da nova máquina pública estadual.

A medida desencadearia um sem-número de impasses de ordem fiscal e tributária, vez que muitos dos empreendimentos que catapultaram a economia do oeste baiano tornaram-se possíveis e viáveis graças a uma bem-sucedida política de incentivos e renúncias fiscais empreendidos por seguidos governos baianos, desde a primeira gestão ACM.

Mas essas são apenas as razões que poderíamos chamar de “razões fundadas na responsabilidade.” Há outras tão ou mais importantes.

A maior dessas razões, que alguns podem entender intangível, para nós, que amamos a Bahia, é concreta.

Essa razão, que alguns podem considerar utópica, para nós, que acompanhamos o esforço dos governos estaduais que se sucederam em levar o desenvolvimento a todas as regiões da Bahia, é real.

Essa razão, que alguns podem considerar contornável, para nós, baianos, que assim nos reconhecemos por toda a nossa terra, desde o mais recôndito Município do agreste até nossa bela e querida Salvador; para nós, Sr. Presidente, essa razão é irremovível, intrínseca à nossa naturalidade e, apenas ela, já

é suficiente para impedir que essa ameaça prospere: A Bahia é indivisível!

Esta frase, que resume a nossa posição, tomei emprestada do Senador César Borges.

O Senador César Borges, como Governador da Bahia, ajudou a levar a prosperidade para aquela região e, agora, Senador da República, segue defendendo os interesses de toda a Bahia e sabe do que está falando. Sua Excelência foi testemunha e um dos protagonistas do esforço que homens como o Senador Antonio Carlos Magalhães despenderam pelo progresso e pelo fortalecimento da unidade baiana.

Por isso, sua irrisignação é a mesma minha.

Senadores, quem ama a Bahia é contra desfigurá-la. Nós, que amamos a Bahia e temos responsabilidade, sabemos avaliar os prejuízos que a medida traria aos baianos de todas as latitudes. O povo baiano não hesitará em se posicionar em defesa do nosso Estado.

De outro lado, os poucos homens públicos baianos que apóiam o Deputado pernambucano, fazem-no timidamente ou no anonimato, temerosos que estão da reação popular. É compreensível que ajam assim. Eles sabem o preço político que pagarão se forem flagrados defendendo a divisão da Bahia, alimentando a cizânia entre os baianos.

Sr. Presidente, não acredito que a proposta prospere, sequer na Câmara dos Deputados. De uma coisa estou certo: aqui no Senado Federal, no que depender de nós, baianos, a Bahia continuará, sempre, indivisível.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Júnior, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT)

– Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem ou anteontem, uma jovem de 28 anos morreu com grave problema de arritmia cardíaca, sem assistência médica, na Paraíba.

De um lado, os médicos em greve porque a tabela do SUS não é reajustada há dez anos. De outro lado, a desumanidade de profissionais que não deixaram um plantonista sequer para atender à emergência.

Esse é um dos tristes retratos do Brasil.

Sr. Presidente, eu vou ler – e peço inserção em ata – o artigo do articulista Roberto Pompeu de Toledo, na **Veja** desta semana, intitulado “O Brasil é isso mesmo que está aí”.

Diz ele:

Os distraídos talvez ainda não tenham percebido, mas o Brasil acabou. Sinais disso foram se acumulando, nos últimos meses: a falência do Congresso e de outras instituições; a inoperância do governo; a crise aérea; o geral desarranjo da infra-estrutura. A esses fatores [...] somam-se outros, crônicos, como a escola que não ensina, os hospitais que não curam, a polícia que não policia, a Justiça que não faz justiça, a violência, a corrupção a miséria, a desigualdade. Se alguma dúvida restasse, ela se desfaz no parecer autorizado como poucos de um Fernando Henrique Cardoso, cujas credenciais somam oito anos de exercício da Presidência da República e mais de meio século de estudo do Brasil. “Quem ninguém se engane: o Brasil é isso mesmo que está aí” [...].

Ora, direis, como afirmar que o Brasil acabou? [...] Eu vos direi, no entanto, que, quando acaba a esperança, junto com ela acaba a coisa à qual a esperança se destinava.

[...]

O Brasil que “é isso mesmo” é o das adolescentes grávidas e dos adolescentes a serviço do tráfico, das mães que tocam lares sem marido, das religiões que tomam dinheiro dos fiéis, dos recordes mundiais de assassinatos e de mortos em acidentes automobilísticos, dos presos que comandam de suas células o crime organizado, dos trabalhadores que gastam três horas para ir e três horas para voltar do trabalho, das cidades sujas, das ruas esburacadas.

Procura-se o governo e... não há governo. Há muito que nem o Presidente, nem os governadores, nem os prefeitos mandam. Quem manda é a trindade formada pelas corporações, máfias e cartéis. Não há governo que se imponha a corporações como a dos policiais ou a dos professores ou a dos funcionários das estatais. Não há o que vença as máfias dos políticos craques em arrancar para seus

apaniguados cargos em que possam distribuir favores e roubar.

Para enfrentar [...] cartéis como o das companhias aéreas, só em época em que elas estão fragilizadas como agora. Às vezes, cartéis se aliam às máfias, em outras se transmudam nelas. Em outras ainda são as corporações que, quando não se aliam, se transformam em máfias. Em todos os casos, o interesse público, em tese corporificado pelos governos, não é forte bastante para dobrar os fragmentados interesses privados.

A tais males soma-se o cinismo. Não há outra palavra para descrever o projeto, supostamente de fidelidade partidária, aprovado na semana passada na Câmara. O projeto, muito ao contrário de punir ou coibir os transfugas, perdoa-lhes o passado e garante-lhes o futuro. [...]

Mas, segundo o projeto, no mês que antecede a esse ano de jejum o candidato pode trocar o partido [...] Como a eleição é sempre em outubro, esse mês será o setembro do ano anterior. Eis o Carnaval transferido para setembro. O projeto é uma esposa compreensiva que, no Carnaval, libera o marido para a gandaia.

Na reportagem da revista *Piauí*, ele [o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso] não poupa nem seu próprio governo: “No meu governo, universalizamos o acesso à escola, mas pra quê? O que se ensina ali é um desastre”. Pálidos de espanto, como no soneto de Bilac, assistimos à desintegração da esperança na pátria, o que equivale a dizer que é a pátria mesma que se desintegra aos nossos olhos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou tão pessimista. Acredito que, além deste Brasil sujo, escuro, ruim, há um Brasil limpo, claro, decente.

Esse Brasil limpo, claro, decente precisa gritar mais alto, Sr. Presidente.

Peço a transcrição do artigo nos Anais da Casa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2,º do Regimento Interno.)

“O Brasil é isso mesmo que está aí”

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

**O terrível
parecer, de
alguém
que conhece
o assunto,
reforça uma
sensação
que paira
no ar**

Os distraídos talvez ainda não tenham percebido, mas o Brasil acabou. Sinais disso foram se acumulando, nos últimos meses: a falência do Congresso e de outras instituições, a inoperância do governo, a crise aérea, o geral desarranjo da infra-estrutura. A esses fatores, evidenciados por acontecimentos recentes, somam-se outros, crônicos, como a escola que não ensina, os hospitais que não curam, a polícia que não policia, a Justiça que não faz justiça, a violência, a corrupção, a miséria, as desigualdades. Se alguma dúvida restasse, ela se desfaz no parecer autorizado como poucos de um Fernando Henrique Cardoso, cujas credenciais somam oito anos de exercício da Presidência da República a mais de meio século de estudo do Brasil. “Que ninguém se engane: o Brasil é isso mesmo que está aí”, declara ele, numa reportagem de João Moreira Salles na revista *Piauí*.

Ora, direis, como afirmar que o Brasil acabou? Certo perdeste o senso, pois, se estamos todos ainda morando, comendo, dormindo, pagando as contas, indo às compras, nos divertindo, sofrendo, amando e nos exasperando num lugar chamado Brasil, é porque ele ainda existe. Eu vos direi, no entanto, que, quando acaba a esperança, junto com ela acaba a coisa à qual a esperança se destinava. É a esperança no Brasil que o sociólogo-presidente se refere. Para ele, o Brasil jamais conhecerá um crescimento como o da China ou o da Índia. “Continuaremos nessa falta de entusiasmo, nesse desânimo”, diz. O prognóstico é tão mais terrível quanto coincide com — e reforça — o sentimento que ultimamente tomou conta mesmo de quem não é sociólogo nem nunca conheceu por experiência própria os mecanismos de governo e de poder.

O Brasil que “é isso mesmo” é o das adolescentes grávidas e dos adolescentes a serviço do tráfico, das mães que tocam lares sem marido, das religiões que tomam dinheiro dos fiéis, dos recordes mundiais de assassinatos e de mortos em acidentes automobilísticos, dos presos que comandam de suas células o crime organizado, dos trabalhadores que gastam três horas para ir e três horas para voltar do trabalho, das cidades sujas, das ruas esburacadas.

Procura-se o governo e... não há governo. Há muito que nem o presidente, nem os governadores, nem os prefeitos mandam. Quem manda é a trindade formada pelas corporações, máfias e cartéis. Não há governo que se im-

ponha a corporações como a dos policiais, ou a dos professores, ou a dos funcionários das estatais. Não há o que vença as máfias dos políticos craques em arrancar para seus apaniguados cargos em que possam distribuir favores e roubar. Para enfrentar — ou, humildemente, tentar enfrentar — cartéis como o das companhias aéreas, só em época em que elas estão fragilizadas, como agora. Às vezes os cartéis se aliam às máfias, em outras se transmudam nelas. Em outras ainda são as corporações que, quando não se aliam, se transformam em máfias. Em todos os casos, o interesse público, em tese corporificado pelos governos, não é forte o bastante para dobrar os fragmentados interesses privados.

A tais males soma-se o cinismo. Não há outra palavra para descrever o projeto, supostamente de fidelidade partidária, aprovado na semana passada na Câmara. O projeto, muito ao contrário de punir ou coibir os transfugas, perdoua-lhes o passado e garante-lhes o futuro. Quanto ao passado, estão anistiados os parlamentares que trocaram de partido e que por isso, no entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, deveriam perder o mandato. No que concerne ao futuro, o projeto estabelece que a cada quatro anos os parlamentares terão folga de um mês na regra da fidelidade partidária, pois ninguém é de ferro, e estarão abertos a negócios e oportunidades. Estamos diante de uma das mais originais contribuições da imaginação brasileira ao repertório universal de regras político-eleitorais. Para concorrer a uma eleição, o candidato deve estar filiado a um partido há pelo menos um ano. Mas, segundo o projeto, no mês que antecede a esse ano de jejum o candidato pode trocar o partido pelo qual foi eleito por outro. Como a eleição é sempre em outubro, esse mês será o setembro do ano anterior. Eis o Carnaval transferido para setembro. O projeto é uma esposa compreensiva que, no Carnaval, libera o marido para a gandaia.

FHC não era tão descrente. No parágrafo final do livro *A Arte da Política*, em que rememora os anos de Presidência, escreveu: “Se houve no passado recente quem empunhasse a bandeira das reformas, da democracia e do progresso, não faltará quem possa olhar para a frente e levar adiante as transformações necessárias para restabelecer a confiança em nós mesmos e no futuro desse grande país”. Na reportagem da revista *Piauí*, ele não poupa nem seu próprio governo: “No meu governo, universalizamos o acesso à escola, mas pra quê? O que se ensina ali é um desastre”. Pálidos de espanto, como no soneto de Bilac, assistimos à desintegração da esperança na pátria, o que equivale a dizer que é a pátria mesma que se desintegra aos nossos olhos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT)
– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer a gentileza do Senador Paulo Paim, que permutou comigo para que eu possa comparecer, dentro de quinze minutos, a uma audiência no Ministério dos Transportes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que eu venho a esta tribuna, hoje, para comentar o que considero uma boa nova para o Brasil: o feliz lançamento oficial, no dia de ontem, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com um investimento previsto de R\$6,7 bilhões até 2012, no combate à violência no Brasil, integrando iniciativas sociais às ações de repressão à criminalidade. Do total de recursos previstos para o programa, R\$483 milhões deverão ser aplicados ainda neste ano.

O programa, concebido como um pacto para a cidadania, envolve 94 ações nas 11 regiões metropolitanas que registram os mais altos índices de criminalidade no Brasil: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Sr. Presidente, tenho total confiança na sensibilidade do Presidente Lula e do Ministro da Justiça, Tarso Genro, para que, em breve, sejam também incluídas nesse programa as demandas da Prefeitura Municipal de Porto Velho, no meu querido Estado de Rondônia, uma vez que aquela capital, infelizmente, está entre as cinco cidades que registram os maiores índices *per capita* de violência, dos dez tipos de crimes que ocorrem neste País.

Tenho certeza de que programas podem ser desenvolvidos localmente. Temos, já, o compromisso do Prefeito Roberto Sobrinho e contaremos com a sensibilidade do Ministro Tarso Genro para que Porto Velho seja incluída entre as regiões metropolitanas que serão beneficiadas pelo Pronasci.

Esse programa, Sr. Presidente, será realizado sob a coordenação do Ministério da Justiça, de modo a articular os Ministérios da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Educação; da Saúde; da Cultura; do Trabalho e Emprego; da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; das Cidades; do Esporte; além da Casa Civil, de secretarias ligadas à Presidência da República, da Caixa Econômica Federal, que tem um papel importantíssimo

nesse programa, e de outros órgãos federais, estaduais e, principalmente, municipais. É nos Municípios que a vida acontece e a questão da segurança, hoje, preocupa brasileiros e brasileiras.

O Presidente Lula deixou muito claro, no lançamento de ontem, que o Pronasci tem como alvo o enfrentamento do banditismo e o estreitamento dos laços de cidadania com a população nos lugares mais vulneráveis e tradicionalmente “esquecidos” pelo poder público brasileiro.

Um dos focos do Pronasci é a valorização de policiais, bombeiros, peritos e agentes penitenciários, com a criação da bolsa-formação para complementar o salário de profissionais que recebem até R\$1,4 mil e a intensificação de medidas contra o crime organizado e a corrupção policial.

Haverá, ainda, a abertura de linhas de crédito especiais, pela Caixa Econômica Federal, para aquisição de casas especialmente por policiais de baixa renda (com renda de até quatro salários mínimos).

Além disso, a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp) terá, até o final deste ano, 50 universidades disponíveis para a formação e o aperfeiçoamento de profissionais do setor.

Para ampliar o combate à corrupção e ao crime organizado, o Pronasci traz a instituição de laboratórios contra lavagem de dinheiro, o programa especial de controle de fronteiras, o anteprojeto da lei de Tipificação do Crime Organizado, o retorno da Campanha do Desarmamento e a Força Nacional de Segurança Pública, criada em 2004, que se tornará permanente.

Com o programa, haverá, também, a modernização das instituições, com a regulamentação de uma série de medidas como a Lei Orgânica da Polícia Civil, a reforma do Código Penal, a remissão de pena por tempo de estudo e a criação de instituições penais especiais, voltadas para jovens entre 18 e 24 anos, e mulheres.

Segundo o Ministro Tarso Genro, da Justiça, serão ativadas, ainda neste ano, 13 instituições com esse fim e, até 2011, prevê-se a criação de 33,4 mil novas vagas para homens e 4,4 mil para mulheres nas unidades do sistema carcerário nacional. Isso deve acontecer porque dados do Ministério da Justiça mostram que, das 420 mil pessoas presas hoje, no Brasil, 65% têm entre 15 e 24 anos. Nesse universo, há 70% de reincidência. Portanto, o foco principal do Pronasci são os jovens entre 15 e 29 anos em situação de risco ou que já praticaram algum tipo de crime ou infração.

Sr. Presidente, todos nesta Casa devemos festejar as notícias de que R\$6 bilhões serão destinados para a promoção da segurança pública com cidadania e de que R\$1 bilhão será investido no pacto de combate à

violência praticada contra as mulheres, como anunciado pelo Presidente Lula na abertura da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, na sexta-feira. Com certeza, como disse o Ministro Tarso Genro, essas medidas não resolverão o problema da violência amanhã, mas, com certeza, mudarão muito o cenário e a estruturação do crime organizado no País.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de celebrar com o Senado Federal essas boas notícias para uma população que nunca foi lembrada pelos Governos federais, estaduais e municipais.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Volta-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador César Borges, por 10 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, em primeiro lugar, quero deixar registrado a minha solidariedade ao Estado do Piauí, ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Mão Santa e ao Senador João Vicente Claudino pelas agressões que o Estado sofreu por parte do presidente da Phillips, Sr. Paulo Zottolo. Penso que ele foi mais do que infeliz. Por isso, entendi mais do que justas as declarações do Governador Wellington Dias, fomos Deputado Federal na mesma legislatura, em relação à discriminação – eu falo tanto em discriminação – que sofreu o Estado do Piauí. Pelos documentos que recebi do próprio Senador Mão Santa, essa não é a primeira vez. Teresina já recebeu uma série de ataques, o que não dá para entender! Por isso, eu, que atuo tanto nessa área, com muito carinho, e combato todo tipo de discriminação, quero deixar aqui registrado minha solidariedade ao Governador, aos três Senadores e a todo o Estado do Piauí.

Também devo dizer que tanto os Senadores como o Governador, por diversas vezes, fizeram belos pronunciamentos – o Governador, à época como Deputado Federal – em defesa do meu próprio Estado, o Rio Grande do Sul. Por isso, minha posição não poderia ser diferente neste momento.

Sr. Presidente, hoje, dia 21 de agosto, inicia-se, no Senado, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência. Esta semana marca um período que deve servir de reflexão de todos nós pelos cerca de 27 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência.

Sr. Presidente, embora eu seja o autor do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, nesta oportunidade quero render as devidas homenagens aos Relatores, tanto o do Senado, Senador Flávio Arns, quanto o do Câmara, Deputado Celso Russomanno.

Sr. Presidente, fiquei muito feliz, porque, no domingo próximo passado, a jornalista Tereza Cruvinel, em sua coluna, fez uma análise daqueles que pensam de modo diferente em relação ao Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

O meu de Chefe de Gabinete, no Rio Grande do Sul, Santos Fagundes, é totalmente cego e coordena uma equipe que viaja por todo Estado. Ele viaja pelo Brasil, debatendo o Estatuto. Quando ela me entrevistou, disse-lhe que, se o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, para o qual todos trabalhamos, e que o Senado aprovou, por unanimidade, tiver uma vírgula contra a pessoa com deficiência, a frase que eu disse – e que ela a colocou em sua análise corretamente – a repito aqui: “Eu rasgo o Estatuto e o jogo na lata do lixo”. Então, é totalmente improcedente. Se são contra o Estatuto por outra filosofia é outra discussão, mas não o trabalho feito pelo Senado e pela própria Câmara dos Deputados. Mesmo assim, Sr. Presidente, quero continuar o debate. Quem entender que uma vírgula, ou uma frase, ou um artigo tem de ser mudado no Estatuto, que apresente sua proposta e seus argumentos. Vamos ao debate e vamos alterar o Estatuto, desde que isso signifique avanços para as pessoas portadoras de deficiência.

Nesse aspecto, registro, desta tribuna, o evento realizado pelo ISD, Instituto Social da Democrata, que será realizado a partir do dia 23, em São Paulo, para se discutir sobre o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Isso é muito bom. Tomara que todos façam um grande debate sobre o Estatuto! Tenho a certeza de que, ao longo dessas discussões, o Estatuto será concluído com uma redação melhor do que a primeira por mim dada ao projeto original.

Senador João Pedro, o Estatuto tem 287 artigos. Cada um deles é um direito, uma conquista da pessoa portadora de deficiência. Faço esse breve relato não em defesa da peça que apresentamos, mas em defesa das 27 milhões de pessoas portadoras de deficiência neste País. O debate é bom.

Senador Flávio Arns, falei, aqui, sobre o trabalho feito por V. Ex^a como Relator do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, e, sem medo de errar, V. Ex^a pode dizer se exagerei ou não, digo que centenas de reuniões foram realizadas para concluirmos o Estatuto na forma do substitutivo aprovado por unanimidade no Senado e remetido à Câmara dos Deputados. Que bom que teremos mais debates até que ele seja concluído!

Senador Cristovam Buarque, quero também falar de um tema que sei que a Comissão de Educação já encaminhou à Mesa. Senador Flávio Arns, é claro que buscarei a assinatura também de V. Ex^a para que

façamos neste plenário uma sessão de homenagens – imagino que V. Ex^a estava não apenas pensando nisso, sei que até já encaminhou à Mesa – aos atletas portadores de deficiência que participaram dos jogos Parapan-Americanos.

Acho eu, e aqui chamo a atenção se me permitirem V. Ex^{as}, por saber que V. Ex^a já o encaminhou, juntamente com a Senadora Ideli Salvatti, a proposta para a realização de uma sessão de homenagem a todos os atletas, e não apenas aos portadores de deficiência. O que proponho? Que realizássemos uma única sessão de homenagem com as presenças das pessoas portadoras de deficiência, que participaram dos jogos Parapan-Americanos, e também dos não-portadores de deficiência. Falamos tanto em inclusão. Então, em vez de realizarmos duas sessões de homenagens, faríamos somente uma para homenagear esses atletas que, no meu entendimento – vou sintetizar o meu pronunciamento – tiveram uma desenvoltura brilhante, corajosa, foram valentes! Sabemos que tiveram pouca contribuição financeira e, assim mesmo, conquistaram 83 Medalhas de Ouro, 68 Medalhas de Prata e 77 Medalhas de Bronze.

Eu não posso cumprimentar a todos, mas quero dizer que essa raça, essa fibra, essa coragem, essa persistência é uma lição para aqueles que acham que não têm nenhuma deficiência. Digo sempre que todos nós temos algum tipo de deficiência. Neste momento, desta tribuna, estou sentindo minha coluna. Se eu aqui permanecer por mais de vinte minutos – isso é bom, porque V. Ex^{as} não vão ter que me ouvir por mais de vinte minutos – vou sentir a coluna.

Mas, quero muito dizer a esses atletas que, graças a eles, alcançamos o total de 228 medalhas, e ficamos em primeiro lugar no *ranking* em 2007. Como eu não posso me dirigir a todos, eu diria: Parabéns, Odair Ferreira dos Santos! Parabéns, Terezinha Aparecida Guilhermino! Parabéns, Roseane Ferreira dos Santos! Parabéns, Antonio Tenório! Parabéns, Giovani Freitas! Parabéns, André Brasil! Parabéns, Daniel Dias! Parabéns, Joana Helena Silva! Parabéns, Maurício Pommê e Carlos Alberto dos Santos! Parabéns, Carlos José da Silva! Parabéns, Rodrigo Rosa Marques! Parabéns, Sônia Maria de Oliveira! Parabéns, José Carlos Alecrim! Parabéns, Gilberto Fernandes Neto! Enfim, parabéns a todos os atletas brasileiros!

E neste momento – claro, já falei outro dia dos Jogos Pan-Americanos – quero falar especialmente para os atletas deficientes, os que disputaram os Jogos Parapan-Americanos.

Senador Flávio Arns, V. Ex^a é o nosso guru nesse tema – se V. Ex^a me permite, pois falo de coração, V. Ex^a sabe da minha posição em relação a seu traba-

lho – que nós construamos essa homenagem a todos aqueles que disputaram os Jogos Pan-Americanos, sendo eles portadores de deficiências ou não, uma grande sessão aqui, numa data que, naturalmente, iremos marcar juntos.

Sr. Presidente, para concluir, meus parabéns a todos que lutaram com bravura e tornaram o Brasil inteiro vitorioso, não só por causa dos brilhantes resultados que obtiveram, mas também pelo exemplo de cidadania e de superação, que ficará para sempre gravado na história de nosso País e do mundo.

Senador Flávio Arns, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Paulo Paim, associe-me a todas as manifestações externadas por V. Ex^a. Quero dizer também que compartilho da idéia de que deva ser feita uma homenagem para os atletas dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos numa mesma sessão solene.

Isso vai demonstrar para a sociedade, como V. Ex^a enfatizou, a necessidade da inclusão, da participação cada vez maior. Parabéns a todos os atletas. E agora, mais recentemente, a todos os que participaram dos Jogos Parapan-Americanos. É o sinal mais visível. A participação nos Jogos Parapan-Americanos constitui o sinal visível de que a pessoa pode participar, tem condições, tem competência, vai para a frente, e quer, na verdade, conquistar o apreço, o respeito, a participação,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – SC) – ...o direito à cidadania, como V. Ex^a ressaltou. Muitos foram para os jogos e não obtiveram medalhas, como V. Ex^a também enfatizou, mas estão recebendo homenagens. E outros tantos, milhares e milhões pelo Brasil, que não têm talento esportivo, estudam, trabalham, se esforçam e se empenham. Que nossa atuação aqui no Senado sirva sempre como base, como força, como ânimo, para que eles, de fato, sejam cidadãos. E V. Ex^a tem um papel de destaque nisso, em todas as matérias já aprovadas e em discussão. V. Ex^a, além de ser autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é autor do Estatuto da Pessoa Idosa e também do Estatuto da Igualdade Racial. Sua caminhada é uma caminhada de cidadania. Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. V. Ex^a é sempre gentil, e sabe que seu papel foi fundamental como relator, principalmente do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E trabalhou muito no Estatuto do Idoso e também no Estatuto de Igualdade Racial, os três já aprovados

nesta Casa. O Estatuto do Idoso é lei; estando os outros dois na Câmara dos Deputados.

Concluo Sr. Presidente, deixando registradas as minhas homenagens à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada na Câmara dos Deputados, entre os dias 17 e 20 de agosto, no Auditório Nereu Ramos, Senador Gabeira, e também à Marcha das Margaridas, que acontece em Brasília, neste momento. E, com alegria, vou conversar com o Senador Fernando Gabeira sobre...

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Paulo Paim.?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Expedito Júnior.

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Paulo Paim, cumprimento V. Ex^a. Comemoramos muito quando foi aprovado o Estatuto do Idoso. Sei que V. Ex^a foi um dos responsáveis por essa aprovação. Trabalhou e discutiu muito, várias audiências públicas foram realizadas. Sei do trabalho que V. Ex^a desenvolveu no Senado Federal para, enfim, chegar à aprovação do Estatuto do Idoso. Para nós, é motivo de comemoração, mas, ao mesmo tempo, de fazer uma reclamação. As leis aqui são feitas para não serem cumpridas. Infelizmente. Em meu Estado de Rondônia, eu me lembro quanto os idosos comemoraram, pois permitia,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ...àqueles menos abastados, às vezes pela sorte, depois de tanto contribuir com o País, a possibilidade de ir e vir. Foi aprovado no Senado. Se não estou enganado, eram duas poltronas nas empresas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acima de duas, paga 50%. Interestadual.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ...nas empresas de ônibus. Enfim, em meu Estado, Rondônia, vira e mexe, uma liminar da Justiça cancela e impede que se cumpra o que foi aprovado e que V. Ex^a defendeu com tanta galhardia nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Expedito Júnior, cumprimento V. Ex^a. V. Ex^a trouxe à Comissão de Direitos Humanos essa denúncia, e nós a encaminhamos ao Ministério Público. Já existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal; conseqüentemente, é uma questão transitada em julgado, e tem que ser cumprida.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

E cumprimento V. Ex^a porque V. Ex^a é o relator do projeto de lei que diz respeito à greve. Foi o primeiro projeto que apresentei no Congresso Nacional, no período pós-Constituinte. É o Projeto nº 1. Concluímos o trabalho da Constituinte, elaboramos a Constituição, e entrei com o projeto regulamentando o direito de greve. Até hoje, infelizmente, ainda não foi aprovado. Já conversamos com a sua assessoria e também com V. Ex^a, que está construindo uma redação que vai regulamentar o direito de greve, e não proibir que o trabalhador da área pública e privada faça greve. É claro que no projeto que encaminhei V. Ex^a percebeu que eu tive muito cuidado em relação à vida. Por isso disse que todas as áreas que tratam da vida humana deverão ser consideradas categoriais essenciais. Conseqüentemente, haverá os plantões de emergência, a fim de garantir a vida do povo brasileiro.

Parabéns a V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz hoje a esta tribuna é o pesar pela morte de um amigo e correligionário. Refiro-me ao Secretário de Finanças do Município de João Pessoa, ex-Deputado Estadual da Paraíba, Gervásio Maia, prematuramente falecido, no último sábado, após um infarto fulminante.

A perda, Sr^{as} e Srs. Senadores, é tanto maior, porque Gervásio Maia foi um exemplo ímpar de político, aliando o talento de articulador, de negociador e de conciliador com um grande conhecimento técnico na área de Economia, além da honestidade e da probidade que sempre demonstrou ao longo de sua carreira – carreira, aliás, que sempre abraçou com muito amor, firme na crença de que o ofício público implica doação e de que a política é uma poderosa ferramenta de transformação da sociedade.

Gervásio Maia tinha a política no sangue. Filho de João Agripino, que foi Governador, Senador, Deputado Federal e Ministro, Gervásio Maia herdou de seu pai não só o gosto pela política, mas também o amor à coisa pública. Deixa, por sua vez, como herdeiro, Gervásio Maia Filho, jovem e combativo Deputado Estadual, cuja atuação na Assembléia Legislativa da Paraíba já demonstra que segue de perto os passos do pai.

Homem sério, a ponto de parecer sisudo em excesso e mesmo carrancudo para os que o conheciam menos, Gervásio Maia era, na verdade, um homem de posições muito firmes, o que lhe valeu o respeito dentro do Partido e a antipatia dos inimigos. Se fosse possível

um homem em uma palavra, a palavra que caberia a Gervásio Maia seria “integridade”. O povo paraibano, de resto, sempre soube reconhecer essa seriedade, essa firmeza de convicções e essa integridade, elegendo Gervásio Maia como Deputado Estadual por três vezes. Tive a honra e a sorte, aliás, de contar com sua sábia liderança na Assembléia Legislativa durante meu governo, entre 1999 e 2002.

Fora da Assembléia, à frente da Secretaria Municipal de Finanças de João Pessoa, Gervásio Maia continuava em seu elemento. Economista e administrador tecnicamente excelente e eticamente irrepreensível, foi um aliado precioso para o Prefeito Ricardo Coutinho, cuja gestão deve muito ao cuidado e à seriedade de Gervásio Maia à frente do erário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a perda de um amigo é irreparável. Com a morte de Gervásio, perco não só um amigo de longa data, mas também um correligionário digno, honesto, confiável e seguro. Políticos que somos, sabemos como é valioso ter ao nosso lado um homem com essas qualidades. Perde também o PMDB um quadro inestimável, e toda a Paraíba, um homem que soube honrar seu ofício público e amar sua terra e seu povo.

O povo paraibano, aliás, o mesmo que o elegeu três vezes, demonstrou mais uma vez seu respeito, sua admiração e seu carinho por Gervásio Maia, comparecendo maciçamente a seu enterro, ocorrido no último domingo, em João Pessoa.

Foi Líder justo, administrador competente, pai exemplar, homem público probo, amigo de todas as horas. O desaparecimento de Gervásio Maia será fortemente sentido por todos. Quero aqui exprimir meu mais profundo pesar por essa perda irreparável e manifestar minha solidariedade aos familiares, aos quais me ligam antigos e duradouros laços de amizade.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Muito obrigado.

Pela lista de inscrição, passamos a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jonas Pinheiro, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna é a questão da saúde. Várias discussões estão sendo travadas no Parlamento brasileiro, aqui no Senado. Tenho participado da CPI que trata do apagão aéreo, e vemos ali a crise que o nosso País está vivendo.

Esses dias, fiz um pronunciamento com relação à preocupante crise do setor elétrico: o apagão elétrico, a ameaça que temos, as dificuldades com as quais vamos conviver, o desafio que é construir um modelo que evite, se possível – creio que não o seja em curto prazo –, a superação desse obstáculo, para conseguirmos eliminar o risco do apagão energético.

Falamos também – e vários Senadores têm falado – das estradas, do número de acidentes, das 56 mil mortes no ano passado, mais do que na guerra do Iraque, na qual morreram 34 mil pessoas. E essa situação se agrava cada vez mais.

O editorial do *Diário Catarinense*, do meu Estado, traz hoje a crise dos hospitais, afirmando que haverá uma paralisação marcada para o dia 27 de agosto.

Hoje, 150 milhões de brasileiros usam o Sistema Único de Saúde. Na verdade, cerca de 100 milhões têm como única alternativa o SUS. Não há outra forma de terem o socorro na saúde, sem se utilizarem do sistema público; são pessoas carentes, trabalhadores espalhados por todo o nosso território, que precisam utilizar-se dele. E vemos as dificuldades por que passam, para acessá-lo.

Fui três vezes Prefeito da minha cidade de Lages, em Santa Catarina – e está aqui presente o Prefeito da cidade de Tangará. E vemos o dia-a-dia, o desafio que é para as pessoas, sobretudo as mais pobres, porque são elas que precisam do sistema público. Na grande maioria dos municípios, em praticamente todos eles, para acessar o sistema, para consultar um especialista no setor de cardiologia ou de oftalmologia, às vezes se leva um ano. Isso represa, de forma muito significativa, a vida das pessoas, que fica muito difícil. Para a pessoa que está doente, esperar um ano para receber tratamento é um negócio extremamente difícil.

No caso de um exame de maior complexidade, as cidades do interior passam as maiores dificuldades: ou pela falta de investimento no avanço tecnológico, com novos equipamentos concentrados nas capitais, ou pelo excesso de exames e pela fila de espera, em que as pessoas ficam sofrendo, em risco de vida, sem nenhuma proteção do Estado.

A mesma coisa vale para as cirurgias. Aquelas que são de emergência, de maior gravidade o sistema realiza imediatamente, mas por aquelas que não são graves espera-se dois, três anos.

Em Lages, foi feito o primeiro mutirão para atacar essa situação de frente e resolver o problema da grande maioria das pessoas. Há ainda o problema de um sistema público inchado, lento, burocratizado, que faz com que elas não sejam tratadas com a sensibilidade que merecem, até por estarem doentes.

De forma prática, essa é a realidade da grande maioria, sobretudo dos pobres do nosso País. Lembro, como Prefeito, o esforço para combater a burocracia, a insensibilidade. Graças a Deus, conseguimos avançar muito e melhoramos bastante a situação. Mas, invariavelmente, essa é a realidade de vida da maioria das pessoas.

Agora chega a crise às Santas Casas, aos hospitais beneficentes. Esses tempos, eu estava assistindo a uma palestra, e uma pessoa, Senador Jayme Campos, fez uma colocação muito interessante: irmãs de uma casa de saúde atendida por religiosos reuniram pessoas de posses e as levaram até o hospital, para que, com a contribuição delas, houvesse fundos para o enorme desafio que enfrentavam. Quando essas pessoas lá chegaram, encontraram uma irmã, uma religiosa, moça, bonita, tratando de uma pessoa que estava ali ferida. Um cidadão olhou e disse: “Eu não faria isso por nenhum dinheiro do mundo”. E ela respondeu: “Por dinheiro, eu também não faria.”

Então, essas Santas Casas, esses hospitais beneficentes têm esse espírito comunitário, humanitário, que realmente dá uma dimensão extraordinária do trabalho feito.

Em nível nacional, realizamos, no ano de 2005, 350 milhões de exames de laboratórios, 59 milhões de exames de raios X, 461 milhões de consultas médicas especializadas, mas o que está acontecendo é que, há muito tempo, não há reajuste no Sistema. Isso está fazendo com que essas instituições, que têm a maior boa vontade, o maior espírito e a maior força da solidariedade, que têm fundamentos religiosos e humanitários extraordinários, estejam entrando em colapso.

Para se ter uma idéia – e isto é muito grave – as tabelas do SUS, nos últimos anos, desde o Plano Real, foram corrigidas, Senador Neuto de Conto, em 37,30%. Essa foi a correção do serviço de saúde para essas Casas. O IGPM cresceu 418%; para usar outro parâmetro, a gasolina aumentou 528,61%, e a energia elétrica, que os hospitais consomem e com a qual têm alto custo, 595,53%. Esses foram os custos desses insumos, enquanto a tabela do SUS, Senador Jayme Campos, cresceu 37,30%.

Não há como evitar o colapso. Vejam a questão: por uma consulta, em qualquer especialidade, o SUS paga R\$7,55. No meu Estado, a Unimed, que é forte, paga R\$32,00. Nós sabemos que, em qualquer consultório particular, esse custo é com certeza mais do que R\$100,00, e o profissional o SUS remunera em R\$7,55.

Pelo exame de raios X – os hospitais estão com esta dificuldade, Senador Mão Santa; V. Ex^a é médico –, o SUS paga R\$4,91, e o valor real é R\$27,58: uma

diferença de 461% que esses hospitais beneficentes precisam absorver.

Por uma endoscopia, o SUS paga hoje R\$14,41, e seu valor real é R\$80,00: uma diferença de R\$ 453%. Pelo exame de colesterol, o SUS paga R\$1,85 centavos, e a Unimed, R\$3,00; um laboratório particular cobra R\$10,00.

Por um exame de hepatite “C”, do qual necessitamos – precisamos ter prevenção na saúde, e esse é um problema que se está agravando –, o SUS paga R\$18,55. A Unimed paga R\$40,00, e o exame particular custa R\$80,00.

Eu poderia citar aqui uma série de outros custos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador, gostaria de me inscrever para apartear V. Ex^a no momento oportuno.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Já ouvirei V. Ex^a.

Então, eu poderia colocar aqui uma série de outros custos entre a remuneração às Casas de Saúde, aos hospitais beneficentes, aos laboratórios, e o custo real que está sendo praticado. E a origem de tudo isso está aqui, trazendo exatamente essa correção.

O Ministro Temporão afirmou que haverá um reajuste no ano que vem – no ano que vem! –, que certamente será igual ao IGPM. Não há como os hospitais resistirem. Essa paralisação que eles querem fazer não é contra o Governo, não é contra o Sistema. É um grito de socorro, para que se possa realmente evitar o mal para a sociedade.

Eu tenho três pedidos de aparte e vou concedê-los pela ordem. Primeiro, ao Senador Jayme Campos que havia pedido e, em seguida, aos Senadores Neuto de Conto e Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Raimundo Colombo, peço também um aparte a V. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Ouvirei, também, o aparte do Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Raimundo Colombo, nesta oportunidade, cumprimento V. Ex^a pelo momento oportuno, quando faz aqui, no seu pronunciamento, os comentários em relação à saúde pública do nosso País. A bem da verdade, podemos dizer, com muita perfeição e sobretudo com muitas informações, que o Sistema Único de Saúde brasileiro está literalmente falido. Lamentavelmente, temos acompanhado pela imprensa nacional o que vem passando a saúde, de uma maneira geral, sobretudo o Estado de Alagoas e outros vários Estados da Federação. Só para exemplificar e para ser bem pragmático na minha fala, hoje, temos 44 milhões de brasileiros pagando planos privados. No Brasil, hoje,

gastam-se R\$39 bilhões em planos privados, algo em torno de 5% do seu PIB. V. Ex^a comenta sobre o Estado de Santa Catarina, que eu, particularmente, considero um dos Estados modernos e que, hoje, com certeza tem uma das melhores qualidades de vida do nosso País. Entretanto, imagine V. Ex^a o que ocorre no meu Mato Grosso, Estado de dimensão continental, de cerca de 900 mil quilômetros quadrados! A tabela do SUS, meu irmão, Senador Mozarildo Cavalcanti, praticada nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro é a mesma utilizada na região amazônica. Há cidades distantes 1.600 quilômetros da capital, Cuiabá, com a mesma tabela praticada no Rio de Janeiro. Hoje, não temos profissionais para atender nem às nossas unidades de saúde. Imagine se, no Estado de Santa Catarina e em outros Estados, está essa caos, como é difícil para nós, da Região Norte, do Centro-Oeste, da Amazônia. Temos a obrigação de exigir que essa arrecadação monstruosa da CPMF, que será superior a R\$50 bilhões, ainda neste ano, seja aplicada de forma racional, sobretudo, de forma que possamos melhorar o serviço de saúde pública em todo o território nacional. Cumprimento V. Ex^a pela fala oportuna, na certeza de que esta Casa terá um papel preponderante no sentido de exigir que o Governo Federal aplique melhor o dinheiro da saúde pública, para que possamos atender realmente aos menos afortunados. Parabéns, Senador Raimundo Colombo.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Obrigado, Senador Jayme Campos. Agradeço seu aparte e concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto.

O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC) – Eminente Senador, meu conterrâneo, Raimundo Colombo, é um tema importante, significativo. Quando se fala em marcar consultas, exames, em 30, 60, 90 dias, um ano, parece que o paciente poderá marcar data para ficar doente. Muitos, quando chega a sua vez, não existem mais. Realmente, são dados importantíssimos. O aumento do PIB de 1994, do Plano Real, até 2006, o último exercício, foi de 565%. E mais: a tributação aumentou 30%. Não só houve a elevação do PIB; além da elevação, subiu também o índice tributário. Quero cumprimentá-lo, porque tenho como princípio que todas as obras, levantamentos, estradas, usinas, pontes, tudo é importante, importante para a Nação, mas nada é mais importante do que o maior patrimônio que temos, o ser humano. O primeiro investimento precisa ser para o ser humano, para que ele possa, com a sua saúde, ter a sua prosperidade. Por isso, quero cumprimentá-lo pelo importante assunto que traz à Casa neste dia.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Muito obrigado, Senador Neuto de Conto.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Raimundo Colombo, o pronunciamento de V. Ex^a, partindo de alguém que não é médico, ganha uma dimensão maior. Isso deveria estar sendo feito por médicos, mas haveria aquela sombra de que estariam, talvez, defendendo corporativamente os colegas. No entanto, o problema não é com o médico, nem com o hospital; o problema é com o financiamento do Sistema Único de Saúde, que foi desvirtuado. Sabemos que a CPMF foi criada, inclusive, especificamente para financiar o SUS, aplicar em saúde, portanto, para as pessoas que não podem pagar nenhum plano de saúde, e foi completamente desvirtuada. Estamos vendo, agora, a coragem dos colegas médicos em fazer uma greve, porque, normalmente, nós somos treinados mesmo para não fazer greve; somos treinados para agüentar, inclusive, pegando o ônus de trabalhar sem condições nos hospitais públicos, nos hospitais, portanto, do Governo, e muitas vezes perdemos vidas, sofremos e choramos com isso. Está na hora, portanto, de o Congresso Nacional impor ao Poder Executivo uma mudança radical, não só no sistema, porque o sistema também está ultrapassado em muitos pontos, mas principalmente no financiamento desse sistema.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, que tem toda razão: a crise não está no setor médico, que, inclusive, segura a barra. Se o médico resolvesse fazer o que precisava ser feito, o sistema já teria rompido antes. Os hospitais também têm problemas administrativos, e, com certeza, são vítimas também desse processo.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Raimundo Colombo, V. Ex^a traz à tribuna um assunto que, eu diria, ao lado da segurança, a saúde é, sem sombra de dúvidas, hoje, o item de maior preocupação da sociedade brasileira. O que temos visto no noticiário é lamentável. O próprio Ministro Temporão reconhece que o sistema de saúde está quase atravessando um apagão – já que estão na moda o apagão aéreo e o apagão da infra-estrutura, agora o apagão da saúde. É lamentável que os profissionais médicos sejam submetidos pelo Governo a esses valores irrisórios que V. Ex^a tão bem apresentou pela contrapartida dos seus serviços.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Na outra face, Senador Raimundo Colombo, há o que o Senador Mozarildo Cavalcanti disse, de que também a greve

do médico, do profissional de Medicina que lida com o bem maior, que é a vida, traz à sociedade prejuízos incalculáveis. Ainda agora, vimos no noticiário um fato trágico: uma senhora com problemas cardíacos estava dando uma entrevista, dizendo que não saberia se sobreviveria até terminar a greve. Na mesma reportagem, o velório dessa senhora, que não suportou... O brasileiro não pode mais estar sujeito a esse tipo de coisa. O Governo tem de tomar uma providência e colocar os recursos necessários, para que a Constituição de 1988, que universalizou o sistema de saúde, possa ter os meios...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não basta colocar na Constituição. É preciso que se dêem os meios para que a sociedade seja atendida de forma digna quanto à saúde. Quem não tem condições de pagar um plano de saúde particular, realmente, está numa condição deplorável. Eu diria mais: V. Ex^a faz, com sabedoria, a defesa das Santas Casas de Misericórdia, entidades filantrópicas que prestam atendimento de saúde em todo o Brasil. Nós, no Senado Federal, aprovamos uma emenda dando às Santas Casas de Misericórdia a oportunidade de serem atendidas pela Timemania para que pudessem, em parcelas, quitar seus débitos junto à Previdência. Lamentavelmente, o Executivo vetou o que o Senado aprovou, deixando que fossem atendidos apenas os times de futebol. É lamentável essa visão do Governo, que impediu que fosse também incluído, pelo menos, o apoio necessário para que as Santas Casas pudessem resolver suas pendências junto ao sistema previdenciário. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

A dívida desses hospitais beneficentes já ultrapassa R\$20 bilhões. É um absurdo o que acontece no Brasil: dá-se prioridade para times de futebol pagarem e não para as Santas Casas e hospitais beneficentes. Aí fica difícil!

Ouçoo o aparte do Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Também parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento, que é muito importante. Apenas quero dizer ao Senador Flexa Ribeiro que a legislação da Timemania permite que todas as entidades sociais do Terceiro Setor do Brasil que cumpram o que está dito na lei, entre elas as Santas Casas, todas elas, parelem os débitos que possuem. Qualquer tipo de débito, inclusive a quota do empregado à Previdência, o que poderia constituir crime de apropriação indébita. Foi regulamentada a lei da Timemania. É bom que avisem todas as entidades do

Brasil que foi regulamentado o processo que permite o parcelamento de todos os débitos que possuem. O mesmo ocorre com as Santas Casas, até em relação a essa dívida de R\$20 bilhões. Quero dizer a V. Ex^a que tenho dados da CPMF, que se chamava IPMF em 1993, era um imposto. Em 1994, arrecadaram-se R\$5 bilhões, quando o orçamento da saúde era de R\$10 bilhões. Então, o total seria R\$15 bilhões. O IPMF, hoje CPMF, correspondia – deveria corresponder ainda hoje – a 50% do orçamento da saúde. Assim sendo, o orçamento da saúde hoje, em vez de ser de R\$40 bilhões, deveria ser de, no mínimo, R\$60 bilhões – com os 50%; 0,20% de 0,38%. R\$20 bilhões deveriam ir para o orçamento da saúde, mas não estão indo. O problema da saúde, na minha ótica, é falta de dinheiro, os recursos são insuficientes, mas há também a má administração. Como disse V. Ex^a, o problema do sistema de gestão, de administração, sem dúvida alguma, deve ser repensado. O terceiro aspecto, que acontece em muitos Estados, é que cada ente federado deve aplicar dinheiro na saúde. Os Estados devem aplicar 12% do orçamento na saúde. Muitos Estados não observam essa regra. Não sei qual é o caso de Santa Catarina, Estado querido donde vêm as famílias de meu pai e de minha mãe, mas, no Paraná, aplica-se metade disso. Em vez de se aplicar 6%, deve-se aplicar 12%. Acredito que, com essas três medidas – Orçamento com CPMF, Orçamento do Estado e mais um sistema de gestão diferente, mais adequado –, resolveríamos muitos problemas na área da Saúde. Mas quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, eu queria colocar o seguinte. Primeiro, nós precisávamos criar uma regra constitucional determinando um percentual em nível municipal, estadual e federal. Isso foi feito. Mesmo assim, não foram alcançados os recursos necessários. Criou-se então a CPMF. Toda a sua arrecadação deveria ir para a Saúde; a desobediência desse preceito foi a razão principal do rompimento de Adib Jatene, o dinheiro não foi para a Saúde – quer dizer, o problema já vem de muito tempo. Isso não resolveu, e o problema está cada vez maior.

Ouçoo o aparte do Senador Eduardo Azeredo, que já foi Governador de Minas e conhece muito bem essa questão no dia-a-dia – questão que deve ser hoje o maior desafio do administrador público.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Raimundo Colombo, eu quero me somar a essas vozes que clamam por melhorias na Saúde. Nós sabemos que esse é um problema grave, e a não-regulamentação da PEC nº 29 está na raiz da questão. Nós temos de

regulamentar essa PEC nº 29, que já foi aprovada há tanto tempo e que vai disciplinar quais são realmente os gastos com a Saúde. Ao mesmo tempo, nós não podemos deixar de lembrar que existe uma manifesta má-vontade da parte do Governo com o setor de Saúde. Veja que nós aprovamos aqui, há duas semanas, a questão ligada a uma reformulação, à atualização do Super Simples. O Governo aceitou incluir micro e pequenas empresas de cosméticos, mas não aceitou incluir farmácias, farmácias de manipulação, pequenas clínicas. Quer dizer, existe um preconceito com o setor de Saúde. A Senadora Lúcia Vânia apresentou aqui essa mesma emenda, tentando corrigir essa injustiça com a área de Saúde. Nós temos a promessa de que esse assunto vai ser tratado – esperamos que sim! E ainda quero lembrar algo em relação às Santas Casas – sou membro do Conselho da Santa Casa de Belo Horizonte há muitos anos, com muito orgulho. O Governador Serra, quando era Ministro da Saúde, criou uma linha especial para o financiamento das Santas Casas, com juros 50% mais baratos – na época, pelo BNDES. Esse financiamento acabou, e nunca mais se falou nisso. Quer dizer, é fundamental que nós possamos retomar um financiamento específico para essas entidades filantrópicas e deixar, de uma vez por todas, bem claro que Santa Casa atende o público – infelizmente, há gente que ainda diz que Santa Casa é privada! É uma coisa maluca! Quer dizer, o Governo não atende e não deixa que atendam.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr. Presidente, enquanto isso vai acontecendo, lá nas nossas cidades, na realidade, no Brasil real, as pessoas ficam vendendo churrasco, fazendo rifa, tentando achar alguma forma de enfrentar esse descaso.

Antes de concluir, quero ainda colocar essa questão da Anvisa, que fica represando os processos para a concessão de registros de medicamentos, o que interfere não só na colocação de novos medicamentos no mercado, que poderiam ajudar a salvar milhares de vidas, mas também no desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil. Em breve estarei abordando esse tema.

Agradeço o aparte de todos os Srs. Senadores e agradeço ao Sr. Presidente pela tolerância em relação ao tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Em obediência à lista de inscrição, passo a palavra ao Senador Expedito Júnior, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho mais uma vez à tribuna do Senado Federal para entrar no debate sobre a prorrogação da CPMF.

Sr. Presidente, esse assunto tem gerado debate e polêmica em praticamente todo o País. Em minha caixa postal eletrônica, já recebi mais de 2,7 mil mensagens de eleitores, do meu Estado e de outros Estados do Brasil, apoiando, de forma unânime, o final da CPMF, principalmente porque as razões que justificaram sua criação não foram observadas ainda pelo Governo.

Todos aqui se lembram que a CPMF foi criada em caráter provisório para encaminhar recursos para a Saúde, mas, aos poucos, o “p” de provisório está se tornando “p” de permanente. Por outro lado, o Brasil continua lamentando cenas como as que vimos no último domingo, no programa Fantástico, da Rede Globo, em que fica claro o descaso e a falta de atendimento nos postos públicos de saúde, para onde deveriam ter ido os recursos da CPMF.

Mais ainda, Sr. Presidente, estamos revendo, em Alagoas, cenas que já haviam acontecido há algum tempo no Rio de Janeiro: o caos instalado no atendimento à saúde da população brasileira.

Ou seja, está muito claro que os recursos da CPMF, que, originalmente, eram para a saúde, na verdade não chegaram ao seu destino. E essas são as razões que têm levado a sociedade organizada a defender o fim dessa contribuição.

Ora, Sr. Presidente, pelo que pude observar até o presente momento, nesse debate, todos querem o fim da CPMF: o Governo, a Oposição e a sociedade. A diferença é que a Oposição e a população brasileira querem o fim imediato, mas o Governo quer prorrogar por mais quatro anos, até o fim de 2011.

Temos, assim, um debate da maior importância para o País. Não podemos, portanto, ficar aqui com a corda esticada, medindo forças de um lado e de outro sobre um assunto de tamanha grandeza como a CPMF; afinal, estamos falando de cerca de R\$36 bilhões.

É evidente que nenhum Governo poderia ficar sem recursos dessa ordem de uma hora para outra. Mas também convenhamos que se aprovarmos simplesmente a PEC do Governo para que o fim da CPMF seja daqui a quatro anos, estaremos discutindo isso em 2011 com a mesma dificuldade. Portanto, precisamos, Governo e Oposição, sentar e dialogar não sobre as novas divergências, mas, sim, sobre a nossa convergência, que é muito mais clara, no meu ponto de vista: todos queremos o fim da CPMF.

Neste aspecto, Sr. Presidente, quero parabenizar os Senadores da Oposição e a sua disposição para o diálogo e o debate sobre a prorrogação da CPMF. Afinal, no Senado Federal, os Senadores Tasso Jereissati

e Flexa Ribeiro, ambos do PSDB, foram os primeiros a apresentarem proposta de emenda constitucional prorrogando a vigência da CPMF.

A proposição do Senador Flexa Ribeiro – a PEC nº 6, de 2007 –, apresentada no início deste ano, já se encontra com o parecer favorável do Relator na CCJ e pronta para sua votação. Não sei ainda se o Senador Flexa Ribeiro mantém o seu projeto.

Temos também a proposição do Senador Tasso Jereissati, um pouco mais antiga – a PEC nº 57, de 2004 –, já aprovada na CCJ e pronta para entrar na Ordem do Dia. Também não sei se o Senador Tasso Jereissati, depois de toda essa discussão sobre a CPMF, ainda mantém o seu projeto.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores: o fato de dois Senadores do PSDB, em momentos distintos, Senador Cristovam Buarque, terem apresentado proposições com objetivo de prorrogarem a CPMF, ambas, inclusive, prevendo que a CPMF seja transformada em contribuição permanente, com redução gradual para não impactar profundamente o Orçamento do Governo, na minha visão já é um sinal claro...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Só um minutinho, nobre Senador Flexa Ribeiro.

Isso já é um sinal claro de que V. Ex^{as} estavam esperando que se abrisse o diálogo. Mas isso não aconteceu. Creio que o Governo perdeu essa oportunidade.

Penso que o Governo deveria ter chamado a Oposição para o diálogo lá atrás, no início do ano. O Governo deveria ter chamado a Oposição para que pudesse dialogar sobre as duas PECs apresentadas nesta Casa e negociado as emendas de seu interesse, ao invés de ter chamado a si a paternidade de uma nova PEC, a de nº 50, de 2007, que apresentou em abril à Câmara dos Deputados.

Ouçó, com atenção, V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Expedito Júnior, V. Ex^a traz à tribuna talvez hoje um dos pontos mais palpitantes para a Nação brasileira. Eu, como V. Ex^a fez referência, apresentei, no início deste ano, uma PEC que tratava exatamente da prorrogação da CPMF com compartilhamento a Estados e Municípios. Quando fiz isso, ainda não tinha a referência com relação à arrecadação que, surpreendentemente, foi para melhor, graças a Deus, pois todos queremos que haja os recursos necessários. O resultado da arrecadação foi 13% maior do que a do mesmo período do ano passado. Isso, por si só, já dá ao Governo uma garantia de que vai ter uma arrecadação superior à própria CPMF. Ou seja, a oposição do PSDB é uma

oposição responsável, é uma oposição construtiva, a favor do Brasil. Então, estamos discutindo internamente qual a posição que o PSDB tomará quando o projeto chegar ao Senado. Vamos, hoje, inclusive, ter uma reunião às 18 horas e 30 minutos. A posição que estou defendendo hoje dentro do PSDB é pela extinção da CPMF. Não há mais razão para a sua existência porque a receita já se mostra suficiente, e a tendência é a de que haja aumento da arrecadação. Segundo, a CPMF não está sendo aplicada com o objetivo para o qual foi instituída ainda pelo Ministro Adib Jatene; Se assim fosse, ou seja, se tivesse sido aplicado, ao longo da existência da CPMF, o valor por ela arrecadado, todos os males da saúde estariam resolvidos. O que acabamos de ver aqui, no pronunciamento do Senador Raimundo Colombo, é o caos implantado, é o apagão da saúde, fato reconhecido pelo próprio Ministro Temporão. Então, V. Ex^a traz o tema ao debate e, com muita propriedade, diz que o Governo deveria ter negociado com a Oposição no início do ano, porque o que se está costurando na Câmara é vir para o Senado a prorrogação pura e simples. É isso que o Governo está fazendo lá; só que, aqui, vamos discutir – e não teremos alternativas. Então, é necessário que haja esse diálogo, mas a nossa posição, hoje, é pela extinção da CPMF.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas eu ainda continuo parabenizando os Senadores da Oposição que ainda querem buscar esse diálogo.

Aproveito para, em nome de V. Ex^a, autor de um desses projetos, parabenizar os Senadores que buscam esse entendimento.

Concedo o aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Expedito Júnior, esse é um tema que vamos discutir muito nos próximos dias e semanas. Eu venho tentando discutir dentro do Governo, com o Governo, mas não consigo. É preciso lembrar que a CPMF foi uma grande idéia: o imposto que tira dinheiro proporcionalmente à renda de cada um e que canaliza esse dinheiro para a saúde pública. Só que, passados tantos anos – dez anos –, a saúde pública, talvez, Senador Expedito Júnior, nunca tenha estado em situação tão calamitosa como agora. Ou seja, não serviu para o que se pretendia. É uma espécie de lei Robin Hood, só que, neste caso, foi Robin Hood quem ficou com o dinheiro, não o distribuindo para os pobres. Temos, portanto, que reconsiderar. Ao mesmo tempo temos um problema: os Governos – não o Governo Lula – criaram um imbróglio tal que agora, se cortarmos a CPMF, vai haver um caos no País. Temos que trabalhar! E tenho tentado discutir a idéia de ter argumentos para votar

a favor se entendermos que no orçamento da própria CPMF ou de outras fontes pode ser destinado dinheiro para a educação e para a saúde. Vamos discutir isso com o Governo! Na reunião da Bancada do PDT com o Presidente Lula foi dito a ele, na frente do Ministro Mares Guia, que nós, do PDT, não queremos nenhuma emenda para votar, não vamos indicar ninguém para votar a favor; contudo, queremos, sim, saber se esse dinheiro vai chegar na ponta ou se apenas vai tirar de todos – realmente nesse sentido tem certa justiça, porque é proporcional ao valor do cheque – sem que ninguém saiba para onde vai. Vamos negociar!

É o apelo que faço por intermédio de V. Ex^a ao Ministro Walfrido Mares Guia, porque tenho tentado falar há dias, dias e dias. Falei com S. Ex^a faz umas três semanas, mas não consegui levar-lhe a matéria. Está aqui o projeto, que é bom para o Governo, porque seria a implantação de escolas em horário integral, em 200 cidades brasileiras escolhidas pelo Governo. Não vou indicar nenhuma. Isso custaria R\$2 bilhões. É menos de 10% da CPMF. No entanto, como está, empurrando garganta abaixo uma lei que, de fato, hoje é absolutamente impopular até entre as camadas populares, porque elas não viram resultado, está difícil! Por isso, fico feliz ao ver que V. Ex^a está abordando este assunto, que vai continuar na mesa nos próximos anos. Falo com o Senador Romero Jucá, por exemplo, com quem queremos conversar,...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Esse é o mais indicado, não é?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – ...

quer negociar. Não tenho nenhuma razão para ser contra a CPMF, como tantos o são. Não, não tenho, até pelo papel de fiscalização que a CPMF tem. Ela permite fiscalizar, sim, e evitar lavagem de dinheiro, mas simplesmente aprovar a continuação de um projeto de Robin Hood em que o Robin Hood fica com o dinheiro é difícil.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou

ouvir meu Líder nesta Casa, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Se-

naador Expedito Júnior, instado pelo Senador Cristovam Buarque a entrar no debate, que considero importante, gostaria de manifestar meu entendimento quanto a esse ponto da CPMF. Fui Relator da reforma tributária votada quatro anos atrás, que prorrogava a CPMF. Nós melhoramos a proposta, unificamos o ICMS e previmos o fim do ICMS e a criação do IVA. Essa era a programação exatamente para que se procurasse melhorar o sistema tributário brasileiro. Previa-se, também, a fusão de todas as contribuições. E, mais do que isso, o que defendo com unhas e dentes, na nova reforma tributária que vai acontecer: a reestruturação da co-

brança de impostos e contribuições e a partilha de todas as contribuições, inclusive, efetivamente, com destinações específicas para Estados e Municípios, além do Governo federal. Então, o que temos agora? Temos a votação da CPMF, que precisa ser prorrogada; é uma receita da qual o Governo não pode abrir mão e já está prevista na proposta orçamentária do próximo ano. Mas, paralelamente a isso, o Governo do Presidente Lula, até outubro, vai encaminhar uma nova proposta de reforma tributária, deixando para trás a proposta que está na Câmara, porque já está desatualizada por conta do próprio entendimento que tivemos aqui no Senado. Aí, sim, deveremos discutir o novo perfil tributário do país. Aqui quero ir na contramão da questão da CPMF. O tipo de cobrança da CPMF é um tipo de cobrança de imposto justo, porque paga a CPMF o pobre e o rico. Muitas vezes, as grandes empresas não querem CPMF porque é mais fácil fazer planejamento tributário no Imposto de Renda, no IPI e, efetivamente, não pagar imposto – ou pagar menos impostos – do que numa cobrança automática como faz a CPMF. Então, acho que temos de discutir planejamento tributário, nesse novo perfil tributário. Planejamento tributário é a forma de não pagar imposto; é a forma de programar algum tipo de ação para não pagar imposto. Então, o que devemos fazer? Novo perfil tributário: simplificação, ampliação da base. O Governo não vai deixar de arrecadar, mas é importante que o Governo arrecade de todos, para que arrecade menos de todos. A grande questão é a sonegação, é a forma de planejamento tributário considerando o ICMS, porque 27 Estados têm legislações diferentes de ICMS. Isso dá margem a planejamento tributário, a nota fiscal fria, que é carimbada para receber crédito. Então, nós temos de simplificar o sistema e ter impostos ou contribuições que permeiem todos, que tenham direções importantes. Vejo o Senador Cristovam lutar por um mecanismo permanente de financiamento da educação, que temos de discutir nessa reforma tributária. É a forma de mudar este País. A forma de mudar este País é pela educação. O Brasil vai ter de fazer um esforço para tomar a decisão política de investir na educação. Entretanto, o momento de discutir tudo isso não é na renovação da CPMF emergencial e sim na nova reforma tributária, que devemos começar a discutir ainda este ano no Congresso, para que tenhamos mais um ou dois anos de discussão e efetivamente um novo modelo que possa ser implementado no País. Eu louvo o levantamento por V. Ex^a desse importante tema. Espero que a Câmara vote rapidamente essa matéria, porque nós estamos ficando em dificuldades por conta dos prazos de renovação da CPMF. Sem dúvida nenhuma, pela importância, pela característica da

destinação dos recursos – 0,20% para a Saúde, 0,8% para o Fundo de Pobreza, que inclusive foi aprovado por este Congresso, com o esforço do Senador Antonio Carlos Magalhães, que não está mais aqui, e 0,8% para a Previdência –, não vejo como tirar dinheiro dessas três áreas que são extremamente importantes. Então, louvo a iniciativa de V. Ex^a, mas defendo a renovação emergencial da CPMF e a discussão de uma nova reforma tributária que simplifique impostos e faça com que todos possam pagar menos impostos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Só um minuto, Senador Mão Santa.

O que eu percebo é que ambos, Oposição e Governo, querem o fim da CPMF: um, em 2011 e o outro, no final de 2007. Eu acho, nobre Líder, que é o momento de aprofundarmos o debate da matéria, na busca desse meio-termo que V. Ex^a estava propondo, exatamente neste momento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou conceder a palavra à nobre Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti. Sendo cavalheiro como é, Senador Mão Santa, V. Ex^a não vai se opor a isso, de forma alguma. Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Expedito Júnior, e também ao Senador Mão Santa. Hoje, aliás, houve algo inédito neste plenário: eu e o Senador Mão Santa assinamos juntos um requerimento para um voto de repúdio à declaração lamentável do Diretor Presidente da Philips no Brasil contra o País e contra o Piauí. Ele é aquele que está cansado; está tão cansado que quer que o Piauí desapareça. Estamos juntos para que esse tipo de declaração não apareça mais. Senador Expedito Júnior, acho muito bom fazer o debate da CPMF, para dar os devidos esclarecimentos e para que a população saiba do significado da prorrogação, como V. Ex^a vem dizendo, dessa contribuição até 2011 ou da sua extinção a partir do ano que vem. Nesse fim de semana, no sábado, vivi uma situação muito interessante – o Senador Neuto de Conto está aqui. Eu estava num programa de rádio em Tubarão, programa de rádio que ainda têm auditório, e uma das pessoas que estavam no auditório me fez uma pergunta sobre a CPMF. Eu tinha em mão a relação dos recursos provenientes da CPMF repassados para o Município de Tubarão pelo Fundo Nacional de Saúde, que é sustentado, praticamente, quase que com exclusividade, pela CPMF. A Prefeitura de Tubarão recebeu no ano passado R\$3,8 milhões do Fundo Nacional de Saúde. A diretora do

hospital, um precioso hospital de irmãs, filantrópico, tinha recebido R\$1,7 milhão. Por coincidência, no sábado, na semana anterior, tinha havido uma manifestação contra a CPMF, o Xô CPMF!, e a diretora do hospital tinha subido no palanque desse movimento. Eu, pura e simplesmente, perguntei: será que ela tem consciência de que a quantia de R\$1,7 milhão que ela recebeu no ano passado e os quase R\$2 milhões que ela vai receber este ano do Fundo Nacional de Saúde vêm da CPMF e que se acabar a CPMF ela não terá esses recursos? Será que quando ela vai para o palanque apoiar o Xô CPMF, ela tem consciência de que ela não vai receber esse recurso e que o hospital, no ano que vem, não terá condição de sobrevivência sem o recurso advindo da CPMF e repassado pelo Fundo Nacional de Saúde? Nós teremos que deixar muito claro: a CPMF foi criada para a Saúde, inclusive a alíquota de desconto era menor; apenas 0,2%. Depois, em 2001, ela foi para 0,38%; quase dobrou. Aí foram incluídos a Previdência e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Então, é o seguinte: a CPMF, hoje, sustenta mais de um terço dos programas do Ministério da Saúde e mais de um terço dos programas do Ministério do Desenvolvimento Social. Portanto, sustenta uma série de atividades, programas e recursos que chegam à ponta: ao Município, ao hospital, ao Bolsa Família, ao programa de aquisição de alimentos do pequeno agricultor. Tudo isso, se a CPMF deixar de existir no próximo ano, será obviamente eliminado. Desse modo, quem está na campanha de extinção terá de dar as explicações de como se sustentarão todos esses programas e deverá responder, como no caso da diretora do hospital filantrópico de Tubarão, a quem perguntei como o hospital sobreviverá no próximo ano se, da noite para o dia, ela deixar de ter a contribuição do Fundo Nacional da Saúde, que é via CPMF, de aproximadamente R\$2 milhões.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, V. Ex^a talvez seja o mais jovem aqui, mas isso não quer dizer nada. Todo mundo se lembra, em 1958, de quando surgiu o Pelé: ele era o mais novo. Hoje, pela manhã, V. Ex^a brilhou, defendendo a vitalidade do banco do seu Estado, Rondônia, e, agora, a CPMF. Jonas, homem de Deus, é o seguinte: este Congresso... Está na hora! Isso está como estava a Igreja Cristã Católica, quando teve de uma reforma. Veio Lutero e melhorou. Nós nos envergonhávamos, porque vendiam lugar no céu e houve a Inquisição. Mas V. Ex^a é muito oportuno. Primeiro se falou naquela matéria da santa casa, aquela emenda do companheiro Heráclito Fortes em

benefício das loterias, das esportivas, para os times de futebol, e incluíram-se os hospitais filantrópicos e as santas casas. Sua Excelência Luiz Inácio vetou. É verdade. Nós também, Jonas – os velhinhos, lembre-se do seu pai, do seu avô – demos aqui um aumento de 16,7% para os velhinhos. O Presidente Luiz Inácio vetou e baixou para 3,4%. Criamos – e Antonio Carlos Magalhães lutou por ela – a Sudene. Fizemos uma lei boa, com oxigênio, para a Sudene viver. O Presidente Luiz Inácio vetou. Então, está na hora de a Casa – e não é só problema de ética e de Renan, não – ter firmeza e trazer os vetos aqui para discutirmos. Talvez V. Ex^a não saiba, mas já fiz um pronunciamento aqui sobre impostos. São 76 impostos que a brasileira e o brasileiro pagam. Fiz um discurso e foi o único discurso escrito que fiz, porque citei um por um. São 76 impostos. E eu acho... Cadê o Presidente Sarney? Presidente Sarney, V. Ex^a que é da Academia de Letras, eu acho que nós temos que ser verdadeiros. Contribuição Provisória! Vamos mandar o Presidente da República ler aquele dicionário que no Nordeste se chama “pai dos burros”. Provisório é provisório. Nós estamos enganando a nós mesmos e ao povo. Eu quero dizer que talvez ninguém aqui tenha mais experiência do que eu, porque eu governei, com o Presidente Sarney, com o Itamar, com o Collor, com o Fernando Henrique. Tinha a inflação. O Luiz Inácio é um homem de muita sorte. Quem acabou mesmo com a inflação foi Itamar ou FHC. É só fazer um DNA para ver quem foi. Eu não sei. E aí ele se diz o “pai da inflação”. Mas eu me lembro que, quando eu era prefeitinho, tinha aumento por mês de 80%. Toda madrugada eu me debruçava para fazer um aumento salarial justo. Eu aprendi com Petrônio Portella, com Lúcio Portella: “Dê mais para os que ganham menos e menos para os que ganham mais”. Esse imposto do cheque é o contrário. Quem paga mais são os mais pobres. A Federação das Indústrias de São Paulo fez uma pesquisa, segundo a qual uma pessoa é 2% praticamente do PIB em treze meses. Com o décimo-terceiro, é vinte e seis no ano. São quase trezentos reais. Uma família gasta mais de oitocentos. Então isso é muito pouco para os que têm mensalão, para os aloprados. Vinte e quatro mil tiveram um aumento de 140%, enquanto os velhinhos aposentados tiveram 3,4%, mas esse dinheiro não vai se embora, não. Um Presidente da Revolução teve a hombridade de chegar no Nordeste e dizer: “O Governo vai bem, mas o povo vai mal”. O Governo vai bem para o rico. Estão cantando aí que têm 160 bilhões de reserva. Então, esse dinheiro não vai desaparecer, não. Vai ficar na família do trabalhador de vergonha, da mãe de família, para que ela possa se socorrer e pagar uma consulta médica que o Governo não paga, para pagar uma escola

que o Governo não paga, a segurança que não tem. Esse dinheiro não vai desaparecer, não. Vai desaparecer da mão dos aloprados para ser administrado pela brasileira e pelo brasileiro em suas necessidades. Nós somos contra e somos pela verdade. E acho que, antes dessa decisão de Renan, devemos ter... Jonas, Deus escreve certo por linhas tortas. Mande buscar aí, com a sua autoridade moral, ética e de tradição, para nós discutirmos, os vetos: o veto que derrubou o aumento justo dos velhinhos, o veto que tirou o dinheiro das santas casas e dos filantrópicos, o veto da Sudene. Aí, sim, será este Congresso estabelecendo o respeito do País.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Expedito Júnior, quero, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que contém uma reflexão em relação à CPMF. Só quero destacar algo sobre o meio termo a que V. Ex^a se refere. Como eu disse há pouco em outro pronunciamento, em 1993/1994, quando o IPMF foi instituído – era Imposto naquela época, e hoje é CPMF – tínhamos, na CPMF, na época, R\$5 bilhões. E o Orçamento era de R\$10 bilhões. Tínhamos R\$15 bilhões. Aplicando-se o mesmo índice de inflação de 400%, o Orçamento vai para R\$40 bilhões e a CPMF vai de 5 para R\$20 bilhões. Então, o Orçamento da saúde hoje deveria ser de R\$60 bilhões no mínimo, e não de R\$40 bilhões. Com isso, reforçamos o argumento de que a CPMF arrecadada não está sendo direcionada para a saúde e este é o problema do Brasil na área da saúde. Em vez de 40, como temos, deveríamos ter 40 mais 20 – mais esse 50% da CPMF. Com o Orçamento de R\$60 bilhões, com uma nova visão de gestão, com os Estados aplicando – como a União deve aplicar e não aplica – com a regulamentação da Emenda nº 29, eu diria que temos a solução para a saúde. Então, no meu ponto de vista, só para contribuir com V. Ex^a, nós devemos dizer que a CPMF não precisa acabar, mas a solução está em direcionar esses R\$20 bilhões da saúde, 50% praticamente da CPMF, para a saúde. Aí o Brasil terá pelo menos o começo de uma solução para a saúde.

Quero parabenizar V. Ex^a e dizer que, na minha opinião, essa deve ser a luta do Senado em sintonia com a sociedade.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Quero agradecer aqui a benevolência do Presidente e conceder um aparte ao Senador paraibano Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Expedito Júnior, somo-me aos demais Senadores na preocupação com a CPMF. E, logo mais, farei um pro-

nunciamento sobre, o que poderíamos dizer, a morte anunciada na Paraíba, no final de semana passado, quando uma jovem de 28 anos de idade chegou a dar entrevista na imprensa local dizendo que precisava ser operada. E a cidade de João Pessoa, com mais de 600 mil habitantes e com a condição de capital, tem apenas uma quota de 35 cirurgias cardíacas por mês. Então, logo mais, farei esse pronunciamento, mas, somo-me a V. Ex^a na preocupação de que devemos debater, com muita profundidade, a questão da CPMF, que está usando como instrumento para sua prorrogação a aplicação na saúde, como bem disse o Senador Flávio Arns, que não está cumprindo a totalidade, sim, havendo desvio desses recursos. Muito obrigado e parabéns por seu pronunciamento.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – O meio termo, Senador Flávio Arns, que sugeriria é que acredito que podemos planejar o final da CPMF aos poucos, de forma gradual, de modo que a Oposição se sinta satisfeita com o compromisso firmado no texto constitucional do fim da CPMF, sem a possibilidade de nova prorrogação no futuro. E o governo, pela redução gradual da alíquota, não sinta o impacto imediato da perda dos recursos da CPMF.

Com muita tranqüilidade, quero reafirmar o discurso que fiz na tribuna em março de 2007, apoiando o mecanismo inteligente proposto pela PEC do Senador Flexa Ribeiro para a redução gradual das alíquotas da CPMF, com o seu compartilhamento com os Estados e Municípios brasileiros.

Proponho que o texto desta PEC seja emendado para manter o caráter provisório extinguido em 2011. Alinho-me, portanto, com os Governadores e todos os Prefeitos que clamam por uma forma mais justa de partilha de recursos tributários. Afinal, Sr^s e Srs. Senadores, ninguém melhor do que os Senadores para tratarem da profundidade desta matéria, já que o Senado Federal é a Casa da Federação e é o Senado que conhece de perto a realidade das contas dos Estados e dos Municípios. A PEC do Senador Flexa Ribeiro, volto a repetir, vai nessa direção da prorrogação da CPMF com redução gradual de alíquota.

Essa PEC nº 6/2007, prevê na última etapa da redução da sua alíquota, um compartilhamento de 20% com os Estados e 10% com os Municípios. Mas ela não causa impacto significativo nas contas do Governo Federal imediatamente. A queda de arrecadação será gradual, por isso o Governo não precisa temer a sua aprovação.

O texto propõe que, na primeira etapa da redução de alíquota, o compartilhamento da CPMF seja de apenas 7% para os Estados e 3% para os Municípios, ficando 90% com a União.

Portanto, é evidente que o Governo não sofrerá, inicialmente, impacto significativo em suas contas, afinal, a perda inicial seria de apenas 10%, e o próprio Governo tem comemorado sucessivos recordes de arrecadação.

Quero concluir, Sr. Presidente, este meu pronunciamento reafirmando minha proposta de conciliação. O Governo, ao sinalizar que quer o fim da CPMF em 2011, e a Oposição, ao afirmar que quer o fim da CPMF em 2007, deixam muito claro que há um espaço de negociação para chegarmos a um meio termo. É a forma apresentada na PEC do Senador Flexa Ribeiro. É um bom instrumento de negociação para que o Governo não corra riscos de demorar muito para chegar a uma solução razoável.

Quero, novamente, deixar muito claro o meu compromisso com todos os prefeitos e prefeitas do meu Estado de Rondônia. Continuo lutando, aqui no Senado da República, para que os recursos da CPMF – caso aprovados – sejam compartilhados com Estados e Municípios. Espero que o Governo Federal atue com bom senso nessa matéria sinalizando com um diálogo com a Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Jonas Pinheiros, que ocupa a Presidência da Casa, são quase 17 horas, e ainda entraremos na Ordem do Dia. Há matérias de grande interesse nacional para serem votadas, matérias que considero inadiáveis. V. Ex^a foi o Relator daquela medida provisória que permite repacutar a dívida dos pequenos produtores rurais. Se não houver aprovação pelo Senado Federal dessa matéria, que vai voltar ainda à Câmara dos Deputados, eles não terão as condições necessárias para produzir a próxima safra, e safra não espera decisão política. As chuvas de setembro vão chegar, e tem de estar ali o calcário, o adubo, a semente, o óleo *diesel*, para que o trabalhador do campo possa trabalhar, para que o produtor possa produzir.

Na pauta, está a ampliação do prazo para a adesão ao Supersimples, que atinge mais de 1,5 milhão de pequenos e microempresários, e só quem vive perto dessa gente – e os Senadores que estão aqui sabem disso – conhece o que é a luta do microempresário num País como o nosso, o que é o peso da carga tributária e o que representa a possibilidade de simplificação, de redução de tributos, para eles produzirem.

Na pauta, está uma reivindicação colocada com extrema urgência pela Oposição, que era a situação dos pescadores de lagosta, já que foi interdito esse tipo de pesca, e há uma compensação para esses pescadores nessa medida provisória, que é uma reivindicação inserida pela Oposição há mais de um mês e que, evidentemente, é inadiável, porque eles precisam de uma pronta resposta, e ela está também incluída nesse texto legal.

Há ainda outras matérias, como, por exemplo, a proteção aos portadores de hanseníase, o reconhecimento de um direito fundamental de uma população que foi extremamente sacrificada no passado e que está contemplada em medida provisória.

Com uma agenda como essa, por que não estamos votando? Peço que, oficialmente, entrem em contato com a Mesa da Casa, para que esta venha imediatamente dar início à Ordem do Dia, para que votemos matérias de tanto interesse do povo brasileiro!

E repito, em plenário, o apelo que fiz hoje à Oposição, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos: não há, nesta Casa, nenhuma obstrução à investigação do caso do Senador Renan Calheiros. A Polícia Federal entregará sua auditoria ainda hoje, a perícia feita, e o prazo foi estabelecido por esse órgão para fazer um trabalho técnico rigoroso e consistente, como deve ser. As outras representações foram encaminhadas, as providências estão sendo tomadas. O Procurador-Geral da República pediu uma investigação que está no Supremo Tribunal Federal. Ora, se não há nenhum obstáculo, se não há nenhuma obstrução à transparência, há de haver o direito de defesa, o contraditório e o devido processo legal, para que haja o Estado democrático de direito.

Vou repetir o que já disse neste plenário: o tempo da notícia não é o tempo da Justiça. Se quisermos respeitar o tempo da Justiça, teremos de exigir o devido processo legal, o contraditório, a defesa e a consistência das provas, para que o Senado tome a decisão reivindicada pela sociedade.

Por isso, não vejo razão para prosseguirmos com uma obstrução por tempo indeterminado, especialmente porque os pescadores de lagosta, os micro e pequenos empresários, os produtores e a safra agrícola deste País não podem e não devem esperar.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que tome as providências, para darmos início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Sr. Líder, já foram tomadas as providências. A reunião de Líderes está sendo concluída, e o Presidente Renan Calheiros já se está encaminhando para o plenário do Senado Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Líder Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas, na mesma direção do Senador Aloizio Mercadante, além de fazer um apelo pelo entendimento de que possamos votar, gostaria de convidar as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares, que se encontram em seus gabinetes, que se dirijam ao plenário, porque deveremos, iniciando a Ordem do Dia, votar essas matérias, que são extremamente importantes.

Construímos um entendimento dentro do Governo. V. Ex^a, como Relator da Medida Provisória que renegocia as dívidas agrícolas, conseguiu avançar bastante, melhorou a proposta, criou mais benefícios e agregou outras propostas que estamos apresentando. Portanto, é inadiável a votação de hoje, até porque essa Medida Provisória, por estar sendo modificada, ainda volta para a Câmara dos Deputados e, assim, ainda demorará um pouco para ser sancionada, sendo urgente a votação dessa matéria hoje.

Gostaria de fazer um apelo para que V. Ex^a tocas-se a campanha e todos os Parlamentares pudessem se dirigir ao plenário.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero associar-me às falas do Senador Aloizio Mercadante e do Senador Romero Jucá. É de fundamental importância que façamos hoje a votação de matérias interessantes, como é o caso da Medida Provisória relativa à dívida dos nossos produtores.

O Senador Aloizio comentou muito bem na sua fala que, na verdade, está chegando o período das chuvas. Temos hoje sérios problemas, principalmente em relação a Mato Grosso, por isso temos que buscar essa rolagem para permitir que os nossos produtores voltem a plantar. Caso contrário, a nossa safra será pífia no ano que vem, tendo em vista que, lamentavelmente, uma grande parcela dos nossos produtores está impossibilitada de adquirir o calcário, o adubo, o óleo diesel etc.

Faço um apelo às lideranças do PSDB, do próprio Democratas, o meu Partido, para que possamos

desobstruir a pauta, votando hoje as medidas provisórias que se encontram nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Senador Jayme, se depender do parecer da Medida Provisória, ela está perfeitamente combinada com o Governo. Repito, o Senado Federal, não pode ser cozeiro da agricultura brasileira. Portanto, a nossa obrigação aqui é votar.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, que falará pela Minoria. S. Ex^a vai autorizar a votação da matéria.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, para podermos votar a matéria de interesse dos produtores rurais, sobretudo de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço-lhe um pouco mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – É que vamos votar matéria de interesse...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Dos produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – É matéria do interesse dos produtores rurais, sobretudo dos de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, concordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Vamos votá-la.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para abordar um tema debatido recentemente nesta Casa: a implementação do Supersimples e a necessidade de sucessivas mudanças pontuais.

Ontem, encerrou-se, às 20 horas, o prazo prorrogado para adesão ao Simples Nacional. Segundo a Receita Federal informou, mais de três milhões de empresas já aderiram. Isso se deveu, em grande parte, ao PLC nº 43, de 2007, que aprovamos no Senado há cerca de uma semana.

Vejam todos que, mal o projeto da Lei Geral foi sancionado, em dezembro de 2006, diversas mudanças foram propostas no Congresso Nacional, transmitindo um claro sinal de que muito ainda poderia ter sido feito.

O próprio PLC nº 43, relatado pelo Senador Adelmir Santana, é fruto dessa necessidade urgente de mudanças. Já foi, inclusive, sancionado na semana, no dia 14 de agosto, por meio da Lei Complementar nº 127, de 2007. Entre suas propostas, vimos a prorrogação da inscrição automática no Simples Nacional e a correção de tributação de alguns setores aos quais,

no já revogado Simples Federal, era aplicada uma determinada tabela.

Ainda assim, pela Lei Geral, em vigor em julho, as pequenas e microempresas ainda sofriam com uma maior carga tributária, o que foi agora corrigido pela recém-sancionada Lei Complementar nº 127. De fato, com a aprovação do PLC nº 43, muitas atividades de serviços que estavam na Tabela 5, que recolhe o INSS separado, foram para a Tabela 3, menos onerosa.

Além das atividades de serviços, três setores industriais que antes estavam vedados agora poderão optar pelo Simples Nacional: sorvetes, fogos de artifício e cosméticos. Foi um ajuste importante e extremamente necessário, que impediu que 1,5 milhão de pequenas empresas fossem prejudicadas.

Enfim, muitas outras mudanças propostas foram discutidas, e houve um acordo para que fossem vetadas, mas não vamos desistir delas.

Mesmo com a aprovação da Lei Geral, em 2006, e do PLC nº 43, na semana passada, tenho recebido inúmeros pedidos de mudança na Lei Geral. Tentamos incluir, por meio de emenda de nossa autoria, alguns setores da área de saúde no Simples Nacional, mas não logramos êxito.

Por isso, o Senador Neuto de Conto, o Senador Sérgio Zambiasi e eu estamos nos preparando para apresentar projeto de lei complementar, urgentemente, visando aos setores não contemplados pela rejeição das emendas em plenário.

Mas isso não é tudo. Após diversas conversas com o Sebrae, pude constatar que há muito ainda a ser trabalhado, que há vários gargalos que merecem nossa atenção. Exemplo disso são os diversos modelos de ICMS aplicados em nível estadual em todo o Brasil, o que, por si só, já implica burocracia e perda de competitividade.

Sabemos que alguns Estados dependem fortemente da arrecadação desse tributo pelas pequenas e microempresas e sinalizam, com justa razão, uma resistência na negociação da redução das alíquotas nas diversas faixas de tributação. Em muitos casos, as alíquotas da Lei Geral são maiores que aquelas praticadas por esses Estados, o que compromete a carga tributária em caso de adesão ao Supersimples.

Para tentar solucionar esse problema, foi aprovado um dispositivo na Lei Geral que permitiu a incorporação do regime de ICMS mais favorável, desde que criado por lei ou por decreto estadual com vigência a partir do dia 1º de julho de 2007.

Assim, preservam-se as menores alíquotas ou a isenção antes concedida no Simples estadual. Ocorre que, lamentavelmente, somente alguns poucos Estados aprovaram essa nova legislação, como Paraná,

Sergipe, Bahia, Amazonas e Alagoas. Temos notícia de que alguns outros Estados, como Goiás, já estão trabalhando para resolver essa questão.

Outro grave problema enfrentado é a suspensão de regimes de antecipação de ICMS na fronteira, o que, aliás, foi objeto de veto no PLC nº 43. Ocorre, nesse caso, que os Estados, diante de uma alegada dificuldade de fiscalização das pequenas e microempresas, utilizam a cobrança antecipada do ICMS que incide sobre margens presumidas irreais, sem qualquer tratamento diferenciado, o que aumenta a carga tributária desse setor.

Esse quadro torna-se ainda mais grave nos Estados em que não há um parque industrial, pois tudo que é consumido neles vem de fora, onerando fortemente as microempresas lá situadas.

Por isso, nada mais justo que a manutenção desse pleito. O veto do Presidente sobre esse ponto trouxe a justificativa de buscar preservar “a arrecadação do ICMS” e ainda o “princípio constitucional da livre concorrência”. Ora, se esse era o problema, pergunto ao Senhor Presidente: por que não se discutiu o enfoque que o próprio Simples Nacional dá para as fiscalizações, que se tornarão muito mais eficazes, uma vez que serão compartilhadas e informatizadas? Por que não rever a cobrança do diferencial da alíquota, ou seja, a diferença de ICMS que é cobrada nas compras dentro e fora do Estado?

Aliás, essa questão da cobrança do diferencial de alíquota interestadual de ICMS é um tema delicado, porque os Estados que têm efetivamente condições de suprir suas empresas com fornecedores precisam incentivar as compras dentro dos seus limites como forma de preservar sua economia. No entanto, aqueles que não estão nessa condição usam o diferencial apenas com finalidade arrecadatória. Logo, esse é um ponto que também deverá ser revisto.

Por fim, chamamos atenção para uma demanda que está ganhando espaço na mídia: a vedação ao aproveitamento, pelas microempresas, dos créditos de ICMS de seus fornecedores. Com isso, diversas empresas de grande porte, como supermercados e grandes indústrias, estão exigindo um desconto de 17% das microempresas que lhe são fornecedoras. Isso faz com que as empresas menores deixem de atender uma grande parte desse mercado. A fim de contornar esse problema, sugerimos, desde logo, que os Estados definam um sistema de crédito presumido para as empresas grandes compradoras de empresas pequenas.

Ainda há muito a fazer por esse setor da economia nacional, que precisa realmente ser incentivado a sair da informalidade, para participar do desenvolvimento

do País, gerando emprego e renda a milhões de trabalhadores e de pequenos e microempresários.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que nós, Senadores e Deputados, temos o dever não somente de continuar vigilantes, mas também de apresentar, como fruto do nosso trabalho legislativo, propostas que sejam, o quanto antes, aprovadas e sancionadas.

Precisamos manter a confiança nessa lei que pode transformar a economia brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT)

– Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Passo a Presidência, agora, ao Presidente titular da Casa, Senador Renan Calheiros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, pela ordem.

O Sr. Jonas Pinheiro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, é um prazer muito grande conceder a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria de retomar um tema que abordei hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, provocados que fomos pelo Senador Jonas Pinheiro. O Senador Jonas Pinheiro, com a sua competência e, sobretudo, com a importância que tem em matérias relacionadas à agricultura brasileira, solicitou à Presidência da comissão que procurasse contribuir para que votássemos a medida provisória que diz respeito à repactuação de dívidas do setor agrícola, especialmente de pequenos produtores do campo brasileiro.

Vamos ter uma safra de 133,4 milhões de toneladas de grãos neste ano, uma safra espetacular, mas, para que possamos sustentar o crescimento da produção agrícola, os produtores precisam repactuar suas dívidas para terem acesso ao crédito e comprarem calcário, semente, equipamentos e outros insumos, enfim, para que a produção agrícola continue aumentando em produtividade e volume.

Da mesma forma, o Senador José Agripino e outros Senadores, como o Senador Inácio Arruda, o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Patrícia Saboya, pronunciaram-se, neste plenário, pedindo uma solução para o caso dos pescadores de lagosta do Nordeste. Foi interditada uma modalidade de pesca, porque o Ibama entende que ela tem um impacto predatório, mas é preciso encontrar uma alternativa para a sub-

sistência dessas famílias. Isso também foi objeto de uma negociação com o Governo e está nessa medida provisória relatada pelo Senador Jonas Pinheiro.

Temos um terceiro e grande desafio, que é prorrogar o prazo de adesão para o Supersimples de micro e pequenas empresas, porque o prazo que tínhamos até então foi um item que não pudemos alterar na medida provisória do Supersimples, porque não havia tempo hábil para a matéria voltar à Câmara dos Deputados. Essa questão é fundamental para um milhão e meio de pequenos e microempresários que aguardam essa definição do Senado Federal.

Há também outra matéria que considero altamente sensível socialmente, que se refere a uma política de proteção à hanseníase. Muitas famílias precisam dessa resposta, desse reconhecimento em uma atitude do Senado Federal.

Nós hoje fizemos uma solicitação ao Líder José Agripino para que o Senado, que tem uma tradição de equilíbrio, racionalidade e de interlocução política, e as Bancadas da Oposição – dirigi-me, também, ao Senador Sérgio Guerra na mesma direção – procurassem avaliar esse quadro para que pudéssemos encontrar uma solução, que sempre é melhor para o Senado e para o Plenário, de entendimento em torno dessa pauta de urgência inadiável a fim de votarmos, no Plenário, essas matérias.

Quero, portanto, reafirmar essa intervenção e esse debate, que contou a presença do próprio Senador José Agripino e do Senador Líder do Governo Romero Jucá, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos encaminhar essa agenda tão necessária ao País, tão urgente à sociedade e, eu diria, tão relevante ao Congresso Nacional.

Peço, portanto, que possamos dar prosseguimento à Ordem do Dia e que construamos um entendimento para votarmos essa matéria o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, em seguida à Senadora Ideli Salvatti e posteriormente ao Senador Romero Jucá.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de deixar muito claro, Senador Aloizio Mercadante, que a posição que verbalizei neste Plenário não foi apenas minha; não é uma posição pessoal. A posição de obstrução pelas razões aqui já declaradas, Senador César Borges, é produto de reunião da nossa Bancada. Foi uma decisão coletiva, tomada por 12 dos 17 Senadores, à unanimidade, sem nenhuma discrepância.

Evidentemente, reconheço a importância da matéria, até porque, nessa medida provisória que trata da renegociação das dívidas do crédito rural, foi inserida uma parte que diz respeito à pretensão dos pescadores de lagosta do Brasil inteiro, entre os quais os potiguaros, posição que defendi durante semanas. E chegou-se a um entendimento médio, não definitivo nem satisfatório por inteiro, mas houve um avanço.

Entendo que a renegociação das dívidas e o apoio à hanseníase são importantes e que o fato que nos levou a destravar a pauta há duas semanas, a votação da Lei Geral da Microempresa, tem de ser feito por meio dessa MP, objeto de uma ampliação do prazo. Evidentemente, são matérias de interesse coletivo. Claro! Não tenho a menor dúvida. Ocorre que a decisão de obstruir a pauta é coletiva. Não é minha, e eu não tomarei solitariamente nenhuma atitude. Se o Governo decidir votar, que reúna número e vote. Nós obstruiremos.

Agora, eu faço um compromisso. O Senador Jonas Pinheiro, que é um defensor legítimo, credenciado pelo Partido, do meio rural, que é mato-grossense, que é um homem decente e que, com competência e com argumentos, defende os interesses do setor rural, por diversas vezes colocou para mim – para a Bancada, colocou uma vez – as suas preocupações e o seu desejo de que se vote essa MP, da qual ele é relator.

S. Ex^a negociou com o Governo alguns acréscimos importantes que não faziam parte do projeto inicial e que farão, com certeza, parte do projeto de lei de conversão. Eu me comprometo com o Senador Jonas Pinheiro a convocar a Bancada, amanhã de manhã, logo cedo, para que nós possamos tomar uma deliberação.

Eu darei a minha posição. Penso que essa matéria é de interesse nacional. Tanto é de interesse nacional a renegociação das dívidas como é de interesse nacional a questão da lagosta, como a ampliação do prazo para a adesão dos microempresários à Lei Geral das Microempresas, como a questão da hanseníase. São todos pontos importantes.

Agora, Senadora Ideli, Presidente Renan, eu não vou tomar posição solitária nenhuma. Eu sou prisioneiro das decisões coletivas da minha Bancada e do meu Partido, que tomou a posição – e que mantém – de fazer a obstrução que fará. Agora, não o fará de forma irracional, de forma obtusa; respeitará os limites do interesse coletivo, aqui traduzidos nos termos da MP que está em discussão.

Essa, a proposta que faço, e, evidentemente, quero ouvir os tucanos, os peessedebistas, com quem temos um acordo e fizemos uma parceria para tomada de posição, para saber se eles concordam com essa

proposta que faço de reunirmos as Bancadas para decidirmos se votaremos amanhã esses dois itens que possibilitam votarmos a MP que trata da renegociação dos créditos rurais.

O Senador Romero Jucá me diz que são três os itens que precisaremos votar para chegarmos à renegociação do crédito rural. Essa é a proposta que faço, sem recuar da obstrução. Abrir-se-á essa alternativa, se autorizada pela Bancada, mas a postura voltará a ser a mesma. Concilia-se o interesse coletivo com a posição que o Partido tomou e que vai continuar tomando até ver seu objetivo alcançado, que é vermos o processo movido contra o Senador Renan Calheiros votado no Conselho de Ética e decidido pelo voto “sim” ou “não”, sem influências de quem quer que seja e sem que a opinião pública perceba qualquer tipo de operação ou pilotagem para o resultado final.

Estes, a minha proposta e o meu pensamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, conforme anteriormente anunciado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu lhe agradeço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria dizer ao Senador José Agripino – não sei se o Senador Tasso Jereissati vai se pronunciar em nome do PSDB – que, para nós, é muito importante termos condições de estabelecer esse acordo para as votações.

Já foi falado aqui que três medidas provisórias estão trancando a pauta. Na semana passada, não houve condição de fazermos a votação, até porque estávamos cumprindo aquele acordo de todos os Líderes de que, lida medida provisória que trancasse a pauta, seriam necessárias, no mínimo, três sessões deliberativas, para que todos pudéssemos tomar ciência, para que pudéssemos verificar se seria preciso haver negociação, alguma emenda, para que a medida fosse concretizada. Portanto, na semana que passou, seguimos esse acordo em torno das três sessões deliberativas, na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira. Havia, assim, uma expectativa de que pudéssemos fazer a votação.

É claro que podemos insistir na votação hoje, mas esta Casa tem seguido a regra de que, em matéria de votações, é melhor construir um bom acordo, é melhor construir o consenso, até para que possa haver a votação com certa tranquilidade. Se se quiser obstruir, não será preciso nem fazê-lo por votação, pois o Regimento desta Casa permite tantas falas, que po-

demos virar algumas noites aqui fazendo discursos, sem haver votação alguma.

Portanto, Senador José Agripino, acho de bom tamanho se tivermos condição – aqui chegou, agora, o Senador Arthur Virgílio – de construir um acordo, para votarmos as matérias e para decidirmos quais matérias votaremos amanhã.

Inclusive, há grande expectativa por parte de uma delegação bastante significativa de Parlamentares da Câmara ligados ao setor dos produtores rurais, que aqui vieram para saber se teríamos condição de fazer a votação, tendo em vista que a medida provisória voltará para a Câmara, porque, além de modificações para a questão da negociação da dívida dos produtores rurais, também foi incluída a alteração para complementar as negociações da questão dos pequenos e microempresários. Isso também gerou grande expectativa na sociedade, porque, na votação de antes do dia 15 de agosto, não fizemos a modificação, para que a matéria não tivesse de voltar à Câmara e para que pudesse haver a sanção antes que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa entrasse em vigor, o que seria no dia 15 de agosto.

Portanto, se pudermos fazer o acordo das matérias que votaremos amanhã, entendo que isso será o melhor, até porque essa tem sido a regra que tem norteado as Lideranças e que sempre temos procurado construir.

Quero que fique bem claro qual vai ser o entendimento. São três medidas provisórias, e votaríamos as três medidas. Inclusive, há a medida relativa aos portadores de hanseníase. Essa é a terceira, é uma medida de grande impacto social. Essa seria uma homenagem ao Senador Tião Viana, que apresentou essa questão na forma de projeto, o que, depois, foi incorporado pelo Governo Federal, pelo Executivo. Trata-se de uma pensão para as pessoas que foram confinadas em sanatórios, por serem portadoras de hanseníase, durante muito tempo. Então, é uma justiça social para com milhares de pessoas em todo o Brasil.

Por último, temos de votar a indicação de algumas autoridades. Precisamos ver se poderíamos incluí-las: são três Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e autoridades do Dnit.

Pelo que sei, também há empréstimos aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que acabaram sendo incluídos na outra discussão, na última votação que fizemos.

Então, Senador Romero, penso que podemos constituir um bom acordo, para que assuntos e matérias relevantes, de interesse do País, possam ser apreciados nas sessões de amanhã e de quinta-feira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para indagar de V. Ex^a se está mantido o acordo, feito na semana passada, de que a instalação da CPI das ONGs será amanhã, às dez horas. Faltava a modificação dos nomes. No PT, a Senadora Ideli Salvatti, há meia hora, me comunicou que já os encaminhou para a Mesa. Falta apenas ser lido. Ou então se mantém a relação anterior e substitui-se posteriormente.

Eu queria apenas que V. Ex^a determinasse que as providências administrativas fossem tomadas para a instalação amanhã, às dez horas, conforme o combinado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Líderes partidários decidiram que instalarão a Comissão Parlamentar de Inquérito amanhã. Não tenha nenhuma dúvida de que esta Mesa fará o que for preciso para que isso aconteça.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Então, V. Ex^a determinará as providências o sentido de que seja instalada amanhã, às dez horas?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem nenhuma dúvida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá e, em seguida, aos Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e Wellington Salgado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar de estar inscrito, eu gostaria de ouvir o Senador Arthur Virgílio para poder, então, me manifestar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós firmamos, a partir de uma proposta desse parceiro inseparável na luta de oposição que é o Partido Democratas, firmamos compromisso com a obstrução de matérias.

E, Sr. Presidente, todos sabemos o motivo. O motivo era, sem dúvida, a pressão para que V. Ex^a se afastasse da presidência da Casa. V. Ex^a, usando de um direito, disse que não. Por outro lado, na medida em que renovo esse apelo por entender que V. Ex^a tem todo o direito de se defender na sua tribuna e não precisaria da Presidência da Casa para exercer essa defesa, e até a exercitaria muito mais à vontade, falando especificamente do episódio, como o Partido Democratas julga justo se abrir a obstrução para votação de duas matérias, uma delas de altíssimo interesse para o agronegócio brasileiro e a outra, relatada pelo Sena-

dor Tião Viana, que beneficia os hansenianos com um salário-mínimo mensal, o que posso fazer eu é levar, e com toda a boa vontade, à reunião de Bancada que teremos hoje a proposta de se fazer essas duas votações e amanhã comunicar o que saísse ou o que irá sair do conselho sábio da Bancada de Senadores do PSDB, que tenho a honra de liderar nesta Casa, e só ganho com a convivência sábia e preparada dos meus colegas. Tenho certeza de que amanhã terei coisas densas e proveitosas para dizer ao País.

Digo isto, Sr. Presidente, porque desde o começo – V. Ex^a e a Casa são testemunhas da postura que tem tido o PSDB –, nós sempre reivindicamos para V. Ex^a o direito de defender-se de maneira mais ampla. Não acredito e não aceito processo à Torquemada, que prejudique quem quer que seja ou que faça as condenações prévias.

Por outro lado, não abrimos mão, desde o primeiro momento, de que se faça uma investigação mais profunda das questões que envolvem V. Ex^a. Então, evidentemente, sinto-me no dever de reiterar que tudo seria muito mais fácil, sob o ponto de vista da votação, se V. Ex^a tivesse aceitado a proposta que lhe fiz e que reitero. Ao mesmo tempo, embuto na reiteração dessa proposta o que sinto ser o anseio da Casa: que tenhamos um desfecho célere para esse caso; que tenhamos, após a chegada dos documentos da Polícia Federal, se vierem prontos para análise da Comissão de Ética, uma deliberação rápida, sem nada que pareça postergação. Há direito de pedir vista? Sim. Isso é verdade. Não estou aqui para tolher ninguém em sua manifestação correta e justa diante do Regimento. Em outras palavras, que a Casa tenha um compromisso. Esse compromisso tem de incluir V. Ex^a eminentemente, compromisso de votar essa questão rapidamente. São quatro passos a serem dados: Comissão de Ética, Mesa – e, antes disso, há uma passagem formal pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, e o Plenário da Casa, que será o senhor final da decisão.

Se o fizermos de maneira breve, Sr. Presidente, tenho a impressão de que estaremos evitando que permaneça essa sangria e esse desprestígio a que tem sido submetido o Senado. Portanto, são duas as minhas requisições: uma é reiterar – e V. Ex^a sabe que não há desapareço nisso – a idéia de que V. Ex^a devia se licenciar da Presidência; a segunda, cobrar esse compromisso, que seria um compromisso da Casa inteira, de celeridade e não de procrastinação nessa investigação. Mas, especificamente em relação às duas matérias, estou levando para a reunião de Bancada que teremos hoje, a partir das 18h30, a proposta, para, então, já que há uma concordância do DEM e que são

causas meritórias, examinarmos as matérias com vistas a construirmos a votação na sessão de amanhã, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Eu gostaria muito de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em primeiro lugar, quero dizer que concordo inteiramente com a parte final da intervenção de V. Ex^a. Devemos fazer o possível para que tenhamos a agilização desse caso. Eu a ele tenho-me dedicado, todos os dias, para que isso efetivamente aconteça.

Em segundo lugar, com relação à possibilidade de sair da Presidência, isso aqui já foi sobejamente discutido. Eu não sairei, porque a mera saída significava compactuar com a mentira e a maledicência que disseram de mim. Tanto que eu fiz questão de aproveitar os espaços, todos os espaços, no Conselho de Ética, de apresentar defesa, de fazer a prova contrária, que, segundo o Direto Romano, é a mais difícil das provas. Estou fazendo isso tudo com total dedicação, com absoluta dedicação, porque sei que, além de mim, está exposta a Instituição.

Outro dia, eu dizia aqui que a instituição não é nada mais do que as pessoas que a compõem. Claro, na medida em que há dúvida com relação a qualquer uma dessas pessoas, isso atinge a instituição, sobretudo quando essa pessoa é Presidente da Casa.

Mas quero dizer que concordo com V. Ex^a, concordo mesmo. Acho que temos de acelerar, aguardar que a perícia seja entregue hoje, como está aprazado. Não tenho conhecimento com relação ao que vai vir na perícia. Torço para que seja uma perícia absolutamente técnica e seja, sobretudo, mais um instrumento, mais um caminho para que eu possa demonstrar a minha verdade, cuja defesa tenho feito com a convicção da minha inocência, em nome do Senado brasileiro, do povo brasileiro e do mandato que o povo de Alagoas me outorgou.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos atuado na Liderança do Governo, sempre procurando somar, discutir e ampliar os entendimentos e, com o apoio de todos desta Casa, temos votado e melhorado matérias importantes, inclusive com a participação direta da Oposição, especificamente dos Líderes José Agripino e Arthur Virgílio. Temos debatido e construído entendimentos.

Espero que não seja diferente desta vez. O Governo não tem nenhuma intenção de fazer queda de braço e medição de forças; ao contrário, o trabalho feito, por exemplo, pelo Senador Jonas Pinheiro é brilhante, que

avança e dignifica esta Casa. Trata-se de um trabalho feito por um Senador do Partido Democratas.

Então, confio no entendimento e na condução do Líder José Agripino, junto à Bancada do Democratas, e do Senador Arthur Virgílio, junto à Bancada do PSDB. Tenho certeza de que, com essas reuniões e com o entendimento das Bancadas, votaremos, amanhã à tarde, essas matérias importantes e urgentes, porque elas, inclusive, têm prazo.

A renegociação da dívida agrícola dos pequenos agricultores tem o prazo de 28 de setembro e a repactuação das dívidas dos micros e pequenos empresários, 30 de outubro. Essas matérias ainda irão à Câmara dos Deputados, para serem votadas.

Portanto, confiante em mais entendimento e entendendo que as Bancadas de Oposição darão a contribuição efetiva para que construamos uma votação que é importante para o País, entendo, apóio e solicito o acordo, o posicionamento dos partidos de Oposição, amanhã, para que possamos votar, Sr. Presidente.

Fica aqui a confiança nos Líderes José Agripino e Arthur Virgílio para que possamos conduzir um entendimento e votarmos em benefício do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Guerra, com a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um esclarecimento que caberia fazer é se as alterações que foram propostas no Senado, no relatório do Senador Jonas Pinheiro, serão acatadas e mantidas na Câmara dos Deputados. Se o que foi resolvido aqui vai valer mesmo, do ponto de vista da Maioria e do Governo.

É importante para o setor rural e para a posição de qualquer Partido político que tenha responsabilidade em seu voto se serão honrados ou não os acordos que fizemos aqui.

Talvez, o Senador Romero Jucá possa esclarecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho acompanhado essa questão. O Senador Jonas Pinheiro negociou diretamente com o Ministério da Fazenda e com o Ministério da Agricultura os dispositivos que atendem à questão da renegociação da dívida.

Além disso, agreguei emenda da questão dos pescadores de lagosta, que foi discutida, e a proposição do próprio Governo, e também a repactuação da dívida dos microempresários negociada com a Receita Federal.

Espero que a Câmara as mantenha. É claro que não posso garantir nada em nome da Câmara dos Deputados, mas, sem dúvida alguma, é um texto negociado com o Governo e com segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, espero que o Senado o aprove e que a Câmara mantenha o texto.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em consideração à amizade que tenho pelo Senador Sérgio Guerra, eu gostaria de dizer que, na negociação dessa dívida que envolve o Governo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Fazenda, a Confederação Nacional da Agricultura e a Organização das Cooperativas Brasileiras, participou o Congresso Nacional, com dois Senadores e cinco Deputados Federais.

Os cinco Deputados Federais acompanharam o processo de negociação dessa dívida por vários momentos e em várias hipóteses. Portanto, a presença dos Deputados hoje e todos os dias no Senado é a evidência maior, Senador Sérgio Guerra, de que S. Ex^{as} estão dispostos a absorver aquilo que estamos introduzindo no projeto de lei de conversão, porque também são propostas de autoria dos Deputados Federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Wellington Salgado de Oliveira, com a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que está acontecendo aqui hoje me deixa muito preocupado, a ponto de pedir a minha assessoria que visse o que significa “egoísmo” no dicionário.

O que estou vendo aqui é um egoísmo muito forte. Pelo Aurélio, temos a seguinte definição: egoísmo – “Amor excessivo ao bem próprio, sem consideração aos interesses alheios”. O que estou vendo aqui é isso, Sr. Presidente. Uma parte do Brasil aguardando essa votação, e, nós, tentando resolver o problema de pequenos grupos, que têm, é verdade, o direito democrático que estão exercendo. Eles têm, sim, regimentalmente o direito!

Senador Arthur Virgílio, eu sempre o considerei um Parlamentar – e continuo considerando – que tem uma visão clara do que é melhor para o País. V. Ex^a e o seu Partido sempre decidiram em hora importante o que é melhor para o País. Tenho certeza de que, na

reunião de hoje, da qual V. Ex^a vai participar com os membros de seu Partido, o PSDB, que tem uma leitura clara do que está acontecendo e sempre decidiu o que é bom para o País...

Agora, Sr. Presidente, eu nunca, em nenhum momento, me senti constrangido em vê-lo na Presidência, porque V. Ex^a sempre conduziu o processo democraticamente. Mas, hoje, realmente, sinto-me constrangido de não poder votar algo pelo que o País inteiro está esperando. Como vou andar pelo Triângulo Mineiro e falar que não estou conseguindo aqui convencer meu Pares a aprovar matérias que objetivam resolver os problemas dos agricultores do Brasil?

Essa é uma situação que temos de repensar, para sabermos qual é o caminho político a tomar, qual é o caminho correto. Temos de saber como se fazem os acordos políticos, como se fazem as pressões políticas. Contudo, não podemos esquecer que estamos aqui para o bem do País, para decidir sobre o que é o melhor para o País.

Tenho a certeza de que hoje à noite os Líderes vão sentar-se à mesa e conversar; vão reunir-se o DEM e o PSDB e chegar a uma conclusão importante para o País, porque nunca faltaram.

Mas realmente é extremamente desanimador vir para cá, discutir pela manhã nas Comissões, muito animado em aprovar resoluções importantes para o País e, ao chegar aqui, ter que esperar uma reunião que vai acontecer para ver como é que será a mudança.

Ora, pelo amor de Deus, Presidente! Realmente, não é para isso que vim para cá. Não vim para cá pensando dessa maneira. Quero resolver os problemas e quero também participar do debate político, que é importante. Deve-se debater a questão da discussão, de espaço, de poder, tudo, mas não dessa maneira.

Tenho certeza de que os Líderes vão reunir-se hoje e vão chegar a uma conclusão importante para amanhã. Há grandes Líderes aqui pelos quais tenho admiração especial. Ressalto, porém, que não podemos continuar dessa maneira, pois fica extremamente desagradável caminhar nas ruas e dizer que não se vota por falta de acordo. É muita insistência nesse sentido. Já passamos por momentos difíceis. Estamos caminhando para questões de julgamento, que devem acontecer a qualquer momento. Relatórios vão trazer a verdade. Então, Sr. Presidente, peço que os Líderes se reúnam e procurem mudar.

Senador Papaléo Paes, conto com sua influência também, porque sei que V. Ex^a sempre soube o que é melhor para o País e decidiu sempre na hora correta. Portanto, aguardo também que V. Ex^a nos ajude a encontrar um caminho para este problema que estamos vivendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

Também quero seguir a mesma direção. Há na pauta diversas matérias importantes. Acredito que os procedimentos referentes à representação que envolve V. Ex^a, nos próximos dias, estarão já em fase de conclusão.

Mas acho importante que nós, aqui, no diálogo com os Líderes José Agripino e Arthur Virgílio e com os demais Líderes, possamos combinar uma maneira de votar as matérias. Temos uma medida provisória de interesse dos agricultores, temos uma proposta que já foi votada na Câmara dos Deputados, que trata da elevação do FPM de 22,5% para 23,5%. Trata-se de uma proposta de emenda à Constituição feita há muito tempo. Como a matéria já foi votada na Câmara, ela terá que ser apreciada pelo Senado, para que possamos atender os Municípios.

A Confederação Nacional dos Municípios tem trabalhado para que possamos votar essa matéria, está acompanhando sua tramitação e sabe que ela não contempla um volume grande de recursos aos Municípios, mas é um volume significativo. A Confederação tem solicitado aos Senadores e Senadoras, tem trabalhado no Congresso Nacional para que essa matéria seja votada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, queremos fazer um apelo para que, quando conseguirmos desobstruir a pauta, essa emenda à Constituição seja apresentada no plenário e, posteriormente, votada.

Acho que um acordo patrocinado pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, juntamente com todos os Líderes dos Partidos na Casa, especialmente os Partidos da Oposição, será um acordo salutar para o Senado. Assim, poderemos, de forma seletiva, votar essas matérias mais importantes para a população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uns assuntos que não temos como deixar de tratar. Mas eu, às vezes, fico impressionado com a capacidade

que certas figuras da vida pública têm de apegar-se ao debate político.

Eu estou encaminhando ao Diretor-Geral desta Casa, Dr. Agaciel Maia, o pedido para que forneça, dentro do contrato que o Senado Federal possui com a Radiobrás – veja que coisa grotesca –, dois exemplares da mídia impressa, porque o Partido precisa da mídia impressa até para orientar a sua ação. Isso tem de ser lido bem cedo, antes até de os jornais circularem, para orientar a sua atuação constitucional, a sua atuação de Partido de Oposição. Agora, a alegação que a Radiobrás deu é realmente ridícula – ela rebaixa o Governo, porque rebaixa a Radiobrás: Ela disse que não pode continuar nos fornecendo os exemplares da mídia impressa, porque a circulação seria doravante dirigida somente aos órgãos de entidade do Poder Executivo Federal.

Sr. Presidente, ainda dentro da matéria que, a depender da reunião da bancada que faremos mais tarde, teria na ordem do dia a deliberação sobre a Secretaria Especial de Portos, eu tenho algumas questões a colocar, em um requerimento de informações que encaminho à Mesa, neste momento.

Primeiro, Sr. Presidente, eu pergunto quantas e quais foram as instalações ocupadas pela Secretaria Especial de Portos, desde a sua criação até o momento; segundo, onde está instalada hoje a Secretaria Especial de Portos; terceiro, se haveria previsão de mudança nos próximos dias; quarto, em caso afirmativo, qual o critério adotado para a escolha da nova sede; eu indago ainda se houve processo licitatório para legitimar a escolha; caso o imóvel seja alugado, anexar cópia do contrato de locação.

Eu justifico isso, Sr. Presidente, com base na edição de 20 de agosto da revista Época, que publicou, em sua seção “Janela Indiscreta”, nota intitulada “Ministério à deriva”, mostrando que a Secretaria Especial de Portos terá a sua terceira sede, desde que foi criada, no último mês de maio. Ocorre que a revista informa que a nova sede da Secretaria Especial de Portos custará aos cofres públicos cerca de R\$100 mil mensais de aluguel. Não é pouco dinheiro e é dinheiro público, Sr. Presidente.

Enfim, o presente requerimento pretende tornar transparente a relação comercial relatada acima, a fim de que se apurem as condições em que esse...

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte, no sentido de ajudar a elucidação dos fatos e o trâmite da Casa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – V. Ex^a está apresentando um requerimento à Mesa, pedindo informações sobre a medida provisória que está tramitando?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Proponho um outro encaminhamento a V. Ex^a. Se houver o requerimento à Mesa a respeito da medida provisória, o requerimento sobrestará a votação da medida provisória e, como a medida provisória é o primeiro item da pauta, as outras matérias também ficarão sobrestadas. Solicito, em confiança, que V. Ex^a repasse à Liderança do Governo o pedido de informações, sem que esse precisasse tramitar pela Mesa. Eu providenciarei todas as informações necessárias a V. Ex^a, exatamente para que, amanhã, dentro de entendimento que esperamos que saia do PSDB e dos Democratas, possamos votar as matérias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu relatei também, Senador Romero Jucá, o corte que me pareceu mesquinho de dois exemplares da Mídia Impressa para o PSDB. Para a Secretaria Especial de Portos, R\$100 mil de aluguel e resolvem economizar na Mídia Impressa do PSDB. Eu queria encontrar a lógica do Governo e a lógica dessa austeridade, mas...

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Eu prometo a V. Ex^a tratar das duas questões...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu passo a V. Ex^a as considerações que o Partido tem a fazer; se a bancada deliberar que concorda com a votação amanhã, não seria nosso interesse sobrestar porque queremos atender ao Senador Jonas Pinheiro, se for esse o desígnio e se for essa a decisão; ou seja, se vier uma decisão de anuência às votações da Bancada do PSDB, que se reunirá, hoje, à 18 horas e 30 minutos, Sr. Presidente.

Aguardo, então, as manifestações do Líder em relação aos dois assuntos.

Lamento. Não faço política desse tamanho, meu Partido não faz política desse tamanho; fico impressionado ao imaginar que agora estão economizando dinheiro não enviando a Mídia Impressa para o PSDB. Vou passar a listar diariamente em que o Governo deveria economizar em gastos correntes; um Governo que aumenta seus gastos correntes em 5% reais acima do PIB todos os anos, o que torna o País, ao longo do tempo, insustentável. Insustentável porque só se paga isso com o aumento crescente de carga tributária e sem resgatar um só esqueleto – não tiram um só esqueleto do armário. É pura e simplesmente aumento de car-

ga tributária para poder apresentar um ajuste fiscal, que é necessário, mas que poderia ter uma qualidade muito melhor. A qualidade do ajuste fiscal seria muito melhor se se baseasse no corte de despesas e não no aumento de receita via carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Como a Casa acompanhou, de acordo com o que foi colocado pelos Líderes partidários, teremos Ordem do Dia amanhã, quando deveremos votar matérias importantíssimas, de interesse do País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2007-CN

Mensagem nº 106, de 2007-CN

(Nº 600/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$63.000.000,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo 1 desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO									3.000.000
		ATIVIDADES							
04 126	0773 2036	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI							3.000.000
04 126	0773 2036 0001	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI - NACIONAL							3.000.000
TOTAL FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
UNIDADE : 54201 - EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

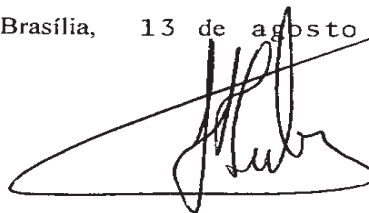
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GR	RP	MOD	U	FE	VALOR
1163 BRASIL: DESTINO TURISTICO INTERNACIONAL									60.000.000
		ATIVIDADES							
23 695	1163 2731	CAPTACAO, PROMOCAO E PARTICIPACAO EM EVENTOS INTERNACIONAIS							20.000.000
23 695	1163 2731 0001	CAPTACAO, PROMOCAO E PARTICIPACAO EM EVENTOS INTERNACIONAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	20.000.000
23 695	1163 4032	CAMPANHA PARA A PROMOCAO DO BRASIL COMO DESTINO TURISTICO INTERNACIONAL							30.000.000
23 695	1163 4032 0001	CAMPANHA PARA A PROMOCAO DO BRASIL COMO DESTINO TURISTICO INTERNACIONAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	30.000.000
23 695	1163 4034	FOMENTO A COMERCIALIZACAO E AO FORTALECIMENTO DOS PRODUTOS TURISTICOS BRASILEIROS JUNTO AOS OPERADORES INTERNACIONAIS							10.000.000
23 695	1163 4034 0001	FOMENTO A COMERCIALIZACAO E AO FORTALECIMENTO DOS PRODUTOS TURISTICOS BRASILEIROS JUNTO AOS OPERADORES INTERNACIONAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									60.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000.000

Mensagem nº 600

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 63.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 13 de agosto de 2007.



EM nº 00179/2007-MP

Brasília, 3 de agosto de 2007.

00001.008463/2007-94

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), no valor global de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda	3.000.000	3.000.000
Ministério da Fazenda (Administração direta)	3.000.000	3.000.000
Ministério do Turismo	60.000.000	
Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR	60.000.000	
Excesso de Arrecadação de:		60.000.000
Recursos Ordinários do Tesouro Nacional		60.000.000
Total	63.000.000	63.000.000

3. Quanto ao Ministério da Fazenda, os recursos serão utilizados para atendimento de despesas com a manutenção e modernização da base de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

4. Os recursos propostos, no âmbito do Ministério do Turismo, destinam-se à EMBRATUR para a implantação do Plano Aquarela - Fase II, de modo a garantir a continuidade das ações de promoção, divulgação e comercialização de produtos, destinos e serviços turísticos do Brasil no exterior.

5. Segundo informações do Ministério da Fazenda, o remanejamento proposto não trará prejuízo à execução da programação, objeto de cancelamento, uma vez que ele foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o presente exercício, ficando em vista que:

a) R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) referem-se à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional;

b) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) tratam-se de remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada; e

c) o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

7. É demonstrado, no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação utilizado parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006.

8. O presente crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Joao Bernardo de Azevedo Bringel

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários do Tesouro Nacional

NATUREZA	2007		R\$ 1,00
	LEI (A)	Reestimativa (B)	EXCESSO / FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000 Impostos	96.952.986.205	92.889.590.807	-4.063.395.398
12100000 Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.964.529.036	-693.549.303
12200000 Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.418.569.959	2.777.432
13100000 Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.898.862	-32.319.586
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	40.658.793	21.201.297
17300000 Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
17400000 Transferências do Exterior	35	613.433	613.398
17500000 Transferências de Pessoas	30.680	54.419	23.739
19100000 Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	3.210.282.416	883.349.753
19200000 Indenizações e Restituições	57.755.314	469.427.964	411.672.650
19300000 Receita da Dívida Ativa	265.366.276	854.163.293	588.797.017
19900000 Receitas Diversas	730.147.627	2.517.853.507	1.787.705.880
22100000 Alienação de Bens Móveis	894.717	5.247.218	4.352.501

24600000 Transferências de Outras Instituições Públicas	0	441.625	441.625
25900000 Outras Receitas	1.537.586	1.405.316	-132.270
Total	141.685.197.913	140.596.736.648	-1.088.461.265
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)			627.312.524
- Abertos			0
- Em tramitação (I)			627.312.524
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			3.520.999.411

(1) Inclui o valor do presente crédito em 25.07.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União
para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração
da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras
providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida; ou
- III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”,

ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 26/8 – publicação e distribuição de avulsos;

Até 3/9 – prazo final para apresentação de emendas;

Até 8/9 – publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

Até 23/9 – encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GABINETE DO LÍDER DOS DEMOCRATAS

OF. Nº 084/07 – DEM

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Júnior para ocupar, como titular, a vaga deste Partido na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 401, de 2007 (Apagão Aéreo).

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder dos Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa o Senador Antônio Carlos Júnior para integrar como titular a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 401, de 2007, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. 085/07 – DEM

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício SF/1.154/2007, dessa Presidência, indico para comporem a Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 802, de 2007, com o objetivo de visitar as instalações da empresa “Pará Pastoral e Agrícola S/A – PAGRISA”, localizada no Município de Ilanópolis, no Estado do Pará, os Senadores Romeu Tuma e Kátia Abreu.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder dos Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa os Senadores Romeu Tuma e Kátia Abreu para integrarem a Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 802, de 2007, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 132/2007 – GLDBAG

Brasília, 15 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores Paulo Paim, Sibá Machado e a Senadora Patrícia Saboya para compor as três vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão Temporária Externa criada com o objetivo de visitar as instalações da empresa “Pará Pastoral e Agrícola S/A – PAGRISA”, localizada no Município de Ilanópolis, Estado do Pará, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.888 empregados.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa os Senadores Paulo Paim, Sibá Machado e a Senadora Patrícia Saboya para integrarem a Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 802, de 2007, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 133/2007 GLDBAG

Brasília, 16 de agosto 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os senadores Sibá Machado e Inácio Arruda em substituição, respectivamente, aos senadores João Claudino e João Ribeiro na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “apurar, a liberação pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONG – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir de 1999 até o ano de 2006”.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Senadora **Ideli Salvatti**, – Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício N°. 152/07 – GSJPED

Brasília, 20 de agosto de 2007

Senhor Presidente,
Nos termos regimentais, renuncio à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Cordialmente, – **João Pedro**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício n° 170/07 – GLPSDB

Brasília, 21 de agosto de 2007

Senhor Presidente,
Em atenção ao ofício de n° 1.151/2007, de 21-8-07, e de acordo com as vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro, indico o Senador Cícero Lucena para integrar a Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento n° 802, de 2007, com o objetivo de visitar as instalações da empresa “Pará Pastoral e Agrícola S/A – PAGRISA”, localizada no Município de Ilianópolis, Estado do Pará, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa o Sr. Senador Cícero Lucena para compor a Comissão Temporária Externa, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N° 1.436/07/SGM/P

Brasília, 21 de agosto de 2007

Assunto: Informação referente à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Senhor Presidente,
Informo a Vossa Excelência que o Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) e o Deputado André De Paula (DEM/PE) são, respectivamente, os Líderes da Maioria e da Minoria, integrando, portanto,

a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme preceitua o art. 6° da Lei n° 9.883, de 1999.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 926 de 2007

REQUEIRO, com fundamento no art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei n° 218, de 2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 927, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal em conferência na Universidade de Utah, nos Estados Unidos, no período compreendido entre os dias 23 a 25 de agosto de 2007, conforme solicitação anexa, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização da Casa para desempenhar a mencionada missão.

Entre os dias 26 e 28 de agosto de 2007, estarei na cidade de Nova York, onde me submeterei a exames médicos especializados.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período compreendido entre os dias 22 e 29 de agosto de 2007.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 928, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia, ocorrido em 18 de agosto de 2007, na cidade de João Pessoa – PB.

justificação

Registro nos **Anais** desta Casa o meu pesar pelo falecimento, ocorrido no último sábado, 18 de agosto de 2007, do ex-Deputado Estadual do PMDB da Paraíba Gervásio Bonavides Mariz Maia.

Natural de Catolé do Rocha – PB, Gervásio Maia era economista formado pela Universidade de Brasília – UnB e Pós-graduado em Planejamento e Análise de Projetos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Rio de Janeiro. Cumpriu três mandatos consecutivos de Deputado Estadual pela Paraíba entre 1991 e 2003. Na Assembléia Legislativa exerceu a Liderança do Governo e assumiu a Presidência daquela Casa de Leis no Biênio 2001/2003. Foi Diretor Presidente da Companhia Telefônica do Estado da Paraíba (TELPA). Em São Paulo, destacou-se como Consultor Econômico de diversas empresas, dentre elas a BRASTEC (Empresa Brasileira de Estudos Econômicos), Novo Mundo Operações Internacionais e HIDROSERVICE – Engenharia e Projetos.

Gervásio Maia faleceu no exercício do cargo de Secretário de Finanças da cidade de João Pessoa, função que desempenhou com eficiência e seriedade.

Franco na atitude dedicava-se de corpo e alma ao que fazia. Deixa um legado de honradez, competência e orgulho para seus familiares, correligionários e para toda a Paraíba.

Nesta tarde, faço meu tributo a Gervásio Bonavides Mariz Maia e manifesto a toda a sua família nas pessoas de sua esposa D. Ana Berenice Mariz Maia e de seu filho Deputado Estadual Gervásio Agripino Maia, o meu fraterno abraço de profundo pesar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 929, DE 2007

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requeiro a Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado do Meio Ambiente, para que providencie no estrito prazo constitucional, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, informações a respeito do pagamento das indenizações referente a desapropriação indireta de áreas rurais localizadas na área de proteção ambiental das ilhas e várzeas do Rio Paraná, os valores a serem pagos, os beneficiários e, se for o caso, as razões para o não pagamento da obrigação.

Justificação

Em setembro de 1997 o Governo Federal criou a Área de Proteção Ambiental das ilhas e várzeas do Rio Paraná e o Parque Nacional da Ilha Grande. Aproximadamente 3.000 famílias tiveram seus terrenos desapropriados.

O Ibama vem interpondo recursos na tentativa de retardar o pagamento, deixando os desapropriados em difícil situação econômica. Este é o motivo pelo qual é necessário conhecer os motivos do Ibama em tomar esta atitude, que é a principal razão deste requerimento.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos atletas paraibanos: Aline Rosas, Ednalva Laureano, Jucilene Sales, Larissa Lélys, Basílio Emídio, Ednanci Silva e Kaio Márcio de Almeida, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas, os Jogos Pan-americanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro. Seus resultados contribuíram para consolidar a terceira colocação, no quadro geral de medalhas, para o Brasil, demonstrando a potencialidade e força que os atletas paraibanos podem proporcionar à equipe brasileira.

Requeiro, ainda, que a Mesa encaminhe o referido voto de aplauso aos atletas, às respectivas Confederações e Federações Esportivas, e às Câmaras

Municipais de João Pessoa e Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Justificação

Os atletas paraibanos compareceram em maior número, comparativamente às edições anteriores, deste, que é o maior evento esportivo das Américas, os Jogos Pan-americanos, sendo um grande feito para o estado, tão carente de apoio esportivo, atualmente. Com uma incrível superação, os atletas foram responsáveis pelas conquistas de seis medalhas de ouro e uma de prata, em uma brilhante participação, inédita para o esporte do Estado. Eles são, pois, merecedores do voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. Senador **José Maranhão**.

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Sr. Pedro Mendes Ribeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Sr. Pedro Mendes Ribeiro.

Justificação

O Sr. Pedro Mendes Ribeiro, poeta e Presidente da Associação dos Violeiros e Poetas Populares do Piauí, promoveu a abertura, no último dia 16, do XXXIV Festival de Violeiros, maior evento de Repente realizado no Brasil.

Evento este que reúne quase duas centenas de poetas, violeiros e repentistas populares e que vem sendo realizado de forma guerreira pelo Prof. Pedro Ribeiro desde 1971.

Por estas razões, o Sr. Pedro Mendes Ribeiro é merecedor desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **João Vicente Claudino**, Vice-Líder do Governo (PTB/PI).

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria dos Santos Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acauã.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento da Srª Maria dos Santos Rodrigues, ocorrido no dia de ontem, 20 de agosto de 2007, na cidade de Ibotirama, no Estado da Bahia.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Sr. Antônio Satilo Rodrigues, com quem ela era casada e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro ao Senado da República é um preito de saudade a Srª Maria dos Santos Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acauã, pelo que representou como figura humana na região do Estado.

Maria dos Santos Rodrigues voltava de Brasília, onde participou da “Marcha das Margaridas”, quando ocorreu um acidente com o ônibus que a transportava. Maria dos Santos Rodrigues deixa esposo, Antônio Satilo Rodrigues e seis filhos.

Por estas razões, Maria dos Santos Rodrigues é merecedora da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **João Vicente Claudino**, Vice-Líder do Governo (PTB/PI).

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Associação Piauiense de Municípios – APPM

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Associação Piauiense de Municípios – APPM.

Justificação

A APPM realizou em Teresina, entre os dias 15 e 19 deste mês, a Feira dos Municípios, evento que reuniu mais de cem municípios piauienses e mais de quinhentos mil visitantes.

Este evento, em sua terceira edição, buscou promover o empreendedorismo no estado, divulgar negócios e a cultura local, contando com mais de quatrocentos estandes para mostrar o que o Piauí tem de melhor.

Por estas razões, a APPM, na pessoa do Dr. Luís Coelho – Presidente, merecedora desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **João Vicente Claudino**, Vice-Líder do Governo, PTB/PI.

REQUERIMENTO Nº 934, DE 2007

Requeiro nos termos dos arts. 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família de Maria dos Santos Rodrigues, Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores e do Sindicato dos Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais do Município de Acuã – PI, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 20 de agosto de 2007.

Justificação

As mulheres brasileiras e especialmente as piauienses estão de luto devido ao falecimento prematuro da companheira Maria dos Santos Rodrigues, a Santinha, na manhã de segunda-feira, dia 20. Ela foi vítima de acidente automobilístico ocorrido entre as cidades Ibutirama e Seabra, Estado da Bahia, quando viajava numa caravana de trabalhadores rurais piauienses para participar do movimento denominado Marcha das Margaridas que ocorrerá em Brasília.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 935, DE 2007 (Requerimento Nº 33/2007 – CMA)

Requeiro, na forma do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam tomadas as providências no sentido de criar uma comissão externa, com 3 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na mesa redonda de parlamentares, que ocorrerá no âmbito da 8ª Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação, nos dias 8 e 9 de setembro de 2007, em Madri, na Espanha.

Justificação

Desde 1998 as mesas redondas parlamentares fazem parte de modo permanente da programação da Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação.

É indiscutível a importância das discussões políticas sobre o tema de desertificação motivada pela necessidade de maior interação entre os parlamentos que dela fazem parte, possibilitando melhor articulação entre as decisões tomadas e sua aplicação na realidade local de cada país, mediante a adoção dos mecanismos legais pertinentes.

A Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação foi assinada em Paris em 17 de junho de 1994, e seu objetivo é combater a desertificação e lutar contra os efeitos da seca e da desertificação no mundo.

A Conferência das Partes é o órgão supremo da convenção, adota as decisões por consenso e se reúne a cada dois anos.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – **Marisa Serrano** – Senador **Inácio Arruda** – **Leomar Quintanilha** – **Flávio Arns** – **Augusto Botelho** – **Cícero Lucena** – **Garibaldi Alves** – **Geraldo Mesquita** – **Fátima Cleide** – **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 936, DE 2007

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, requeiro voto de louvor a Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, por seu inestimável trabalho no Estado do Rio Grande do Norte.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senadora **Rosalba Ciarlini**.

REQUERIMENTO Nº 937, DE 2007

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja oficiado voto de congratulações pela posse do Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Neto Botelho no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG.

Justificação

O magistrado Fernando Neto Botelho possui uma das mais brilhantes biografias no cenário do direito mineiro e nacional, de forma particular, no que se refere a aplicação da tecnologia da informação e comunicações – TIC, no campo do direito e no Poder Judiciário.

Exerceu a advocacia entre 1985 e 1989, quando ingressou para a magistratura, passando pelas comarcas de Esmeraldas, Lagoa Santa, Itabira, Contagem e Belo Horizonte, em varas cíveis e criminais. Na capital mineira, ocupou durante os últimos oito anos a 4ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais.

Com um amplo domínio de conhecimento na área de Tecnologia da Informação, em 2002 concluiu o Master on Business Administration – MBA, em Gestão de Telecomunicações, pela Fundação Getúlio Vargas / Ohio University – USA.

É membro da Comissão de TI do TJMG, onde exerce desde 2006 a função de Assessor Especial para TI da Presidência do TJMG. Membro da Associação de Direito de Informática e Telecomunicações

– ABDI-MG e membro fundador do Conselho Brasileiro de Telemedicina – CBTM-SP, o Desembargador é autor do livro “As Telecomunicações e o FUST” (Ed. Del Rey 2001) e co-autor dos livros “Direito Tributário das Telecomunicações (Ed. Thomson/IOB, 2004 e 2006) e “Direito Tributário das Telecomunicações e Tributação” (Ed. Quartier Latin/ABETEL 2006).

Sendo jurista com reconhecido duplo conhecimento em direito penal e tecnologia da informação e comunicações, tem colaborado ativamente como conselheiro informal nas discussões do Projeto de Lei sobre os Crimes praticados mediante o uso de TIC, em tramitação nesta casa, tendo participado da Audiência Pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia sobre a matéria.

Promovido à Desembargador, no dia 18 de junho último, por merecimento, ele chega ao Tribunal de Justiça no momento em que a instituição está adotando o processo eletrônico e seu profundo conhecimento da matéria certamente será determinantes para a excelência do serviço jurisdicional de forma acessível e segura.

Sala das Sessões, 21 de Agosto de 2007. –
Eduardo Azeredo.

À Comissão de Constituição e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 131, DE 2007

(Nº 598/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Agnelo Santos Queiroz Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 13 de agosto de 2007. – **Luiz I. Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE

AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO

SHIS QI 05 – CENTRO COMERCIAL GILBERTO SALOMÃO –
BLOCO “F” – SALAS 220/218 – BRASÍLIA – DF – BRASIL
55 61 3248-0805 / 55 61 9228-2255 / agnelo.queiroz@hotmail.com

DADOS PESSOAIS

Data de Nascimento: 09/11/1958

Estado Civil: Casado

Naturalidade: Itapetinga – BA

Nacionalidade: Brasileira

CPF: 196676555-04

RG: 1381070 SSP – BA

FILIAÇÃO: Agnelo Santos Queiroz e Alaíde Carvalho de Almeida Queiroz

FORMAÇÃO

PERÍODO: 1978 – 1984

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

TÍTULO: MÉDICO

PERÍODO: 1984 – 1987

INSTITUIÇÃO: Hospital de Base do Distrito Federal

TÍTULO: Cirurgia Geral e Cirurgia Torácica

PERÍODO: 2001 – 2002

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO: Pós-Graduação em Políticas Públicas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

PERÍODO: À PARTIR DE 1987

INSTITUIÇÃO: SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

CARGO: Médico Cirurgião

PERÍODO: 1991 a 1994

INSTITUIÇÃO: CÂMARA LEGISLATIVA

CARGO: Deputado Distrital (Constituinte)

PERÍODO: 1995 – 1999

INSTITUIÇÃO: CÂMARA FEDERAL

CARGO: Deputado Federal

PERÍODO: 1999 – 2003

INSTITUIÇÃO: CÂMARA FEDERAL

CARGO: Deputado Federal

PERÍODO: 2003 – 2007


INSTITUIÇÃO: CÂMARA FEDERAL

CARGO: Deputado Federal

PERÍODO: 2003 – 2006

INSTITUIÇÃO: MINISTÉRIO DE ESTADO DO ESPORTE

CARGO: **MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE**


Dr. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO

Aviso nº 813 – C. Civil

Brasília, 13 de agosto de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Agnelo Santos Queiroz Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Sociais).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2007

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

§ 4º No caso de aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados à reforma agrária que não atendam as hipóteses de desapropriação por interesse social, o pagamento da terra nua e das benfeitorias será realizado em dinheiro, no prazo de 90 dias, a contar da data de formalização da proposta de aquisição.

§ 5º A formalização da proposta de aquisição por compra e venda dos imóveis rurais previstos no § 4º será condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários para a realização da transação.

..... NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A reforma agrária é, sem dúvida, um tema contemporâneo no contexto social brasileiro. Uma das ra-

zões para a persistência da necessidade de se discutir o aperfeiçoamento da reforma agrária no País deve-se à significativa participação da agricultura familiar na produção agropecuária nacional, além do papel que ela representa para importantes cadeias produtivas agroindustriais, tais como os setores de aves e de leite.

O aperfeiçoamento da reforma agrária no Brasil resultará necessariamente na redistribuição da renda, na democratização do poder, na ocupação mais equilibrada do território, na diversificação da agricultura e na preservação do meio ambiente e da diversidade cultural do País. Por isso a reforma agrária se justifica.

Atualmente, os Títulos da Dívida Agrária (TDA) são o principal instrumento legal para a execução da reforma agrária brasileira. Esses títulos são utilizados para o pagamento, pelo Governo, de áreas desapropriadas por não cumprirem a sua função social. Entretanto, os TDA são pouco atrativos quando se trata da aquisição de imóveis rurais produtivos, mediante a compra direta pela União, uma vez que o proprietário cujo imóvel não está sujeito à desapropriação prefere o recebimento do valor da terra nua à vista ao resgate dos títulos governamentais no médio prazo.

Por outro lado, embora recursos orçamentários tenham sido destinados para a aquisição direta de imóveis rurais no âmbito da política de assentamentos, na prática, o INCRA tem encontrado dificuldades para, utilizando os TDA como moeda, adquirir propriedades rurais disponíveis no mercado e que atendam os requisitos de adequação à produção familiar. Tais dificuldades, obviamente, emperram o aperfeiçoamento e a dinamização da política de reforma agrária que queremos.

Para agravar a situação, em vários estados da Federação são escassas as propriedades que preencham os requisitos constitucionais para desapropriação, apesar de existir um mercado de terras e, simultaneamente, ocorrerem conflitos agrários. Nesse contexto, há proprietários que ofertam suas terras, no entanto, o Incra não consegue pagar em dinheiro, por força de óbices legais.

A importância fundamental da proposição que trazemos à apreciação do Congresso Nacional é contribuir para, contornando os obstáculos descritos, oferecer mecanismo ágil para o fortalecimento consistente da agricultura familiar pelo justo acesso à terra e à infraestrutura adequadas.

Assim, em conformidade com as razões expostas, invoco a sensibilidade desta Casa para que, nos termos das alterações propostas no Projeto de Lei que ora apresentamos, viabilize-se mais produtividade, com reforma agrária e paz no campo.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Raimundo Colombo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta Lei, respeitados os dispositivos constitucionais.

§ 1º Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

§ 2º Para fins deste artigo, fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular, para levantamento de dados e informações, com prévia notificação.

Art. 3º (Vetado)

§ 1º (Vetado)

§ 2º (Vetado)

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, conceituam-se:

I – Imóvel Rural – o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial;

II – Pequena Propriedade – o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

b) (Vetado)

c) (Vetado)

III – Média Propriedade – o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

b) (Vetado)

Parágrafo único. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural.

Art. 5º A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor ação de desapropriação.

§ 3º Os títulos da dívida agrária, que conterão cláusula assecuratória de preservação de seu valor real, serão resgatáveis a partir do segundo ano de sua emissão, em percentual proporcional ao prazo, observados os seguintes critérios:

I – do segundo ao quinto ano, quando emitidos para indenização de imóveis com área inferior a 40 (quarenta) módulos fiscais;

II – do segundo ao décimo ano, quando emitidos para indenização de imóvel com área acima de 40 (quarenta) até 70 (setenta) módulos fiscais;

III – do segundo ao décimo quinto ano, quando emitidos para indenização de imóvel com área acima de 70 (setenta) até 150 (cento e cinquenta) módulos fiscais;

IV – do segundo ao vigésimo ano, quando emitidos para indenização de imóvel com área superior a 150 (cento e cinquenta) módulos fiscais.

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do **caput** deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

I – para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

II – para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

III – a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área efetivamente utilizada e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração.

§ 3º Considera-se efetivamente utilizadas:

I – as áreas plantadas com produtos vegetais;

II – as áreas de pastagens nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo;

III – as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea, e a legislação ambiental;

IV – as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente;

V – as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes.

§ 4º No caso de consórcio ou intercalação de culturas, considera-se efetivamente utilizada a área total do consórcio ou intercalação.

§ 5º No caso de mais de um cultivo no ano, com um ou mais produtos, no mesmo espaço, considera-se efetivamente utilizada a maior área usada no ano considerado.

§ 6º Para os produtos que não tenham índices de rendimentos fixados, adotar-se-á a área utilizada com esses produtos, com resultado do cálculo previsto no inciso I do § 2º deste artigo.

§ 7º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

§ 8º São garantidos os incentivos fiscais referentes ao Imposto Territorial Rural relacionados com os graus de utilização e de eficiência na exploração, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 7º Não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos:

I – seja elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado;

II – esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente previsto, não admitidas prorrogações dos prazos;

III – preveja que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da área total aproveitável do imóvel seja efetivamente utilizada em, no máximo, 3 (três) anos para as culturas anuais e 5 (cinco) anos para as culturas permanentes;

IV – haja sido registrado no órgão competente no mínimo 6 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social.

Parágrafo único. Os prazos previstos no inciso III deste artigo poderão ser prorrogados em até 50%

(cinquenta por cento), desde que o projeto receba, anualmente, a aprovação do órgão competente para fiscalização e tenha sua implantação iniciada no prazo de 6 (seis) meses, contado de sua aprovação.

Art. 8º Ter-se-á como racional e adequado o aproveitamento de imóvel rural, quando esteja oficialmente destinado à execução de atividades de pesquisa e experimentação que objetivem o avanço tecnológico da agricultura.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo só serão consideradas as propriedades que tenham destinados às atividades de pesquisa, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da área total aproveitável do imóvel, sendo consubstanciadas tais atividades em projeto:

I – adotado pelo Poder Público, se pertencente a entidade de administração direta ou indireta, ou a empresa sob seu controle;

II – aprovado pelo Poder Público, se particular o imóvel.

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta Lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta Lei.

§ 2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do

trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

§ 6º (Vetado.)

Art. 10. Para efeito do que dispõe esta Lei, consideram-se não aproveitáveis:

I – as áreas ocupadas por construções e instalações, excetuadas aquelas destinadas a fins produtivos, como estufas, viveiros, sementeiros, tanques de reprodução e criação de peixes e outros semelhantes;

II – as áreas comprovadamente imprestáveis para qualquer tipo de exploração agrícola, pecuária, florestal ou extrativa vegetal;

III – as áreas sob efetiva exploração mineral;

IV – as áreas de efetiva preservação permanente e demais áreas protegidas por legislação relativa à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente.

Art. 11. Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Art. 12. Considera-se justa a indenização que permita ao desapropriado a reposição, em seu patrimônio, do valor do bem que perdeu por interesse social.

§ 1º A identificação do valor do bem a ser indenizado será feita, preferencialmente, com base nos seguintes referenciais técnicos e mercadológicos, entre outros usualmente empregados:

I – valor das benfeitorias úteis e necessárias, descontada a depreciação conforme o estado de conservação;

II – valor da terra nua, observados os seguintes aspectos:

a) localização do imóvel;

b) capacidade potencial da terra;

c) dimensão do imóvel.

§ 2º Os dados referentes ao preço das benfeitorias e do hectare da terra nua a serem indenizados serão levantados junto às prefeituras municipais, órgãos estaduais encarregados de avaliação imobiliária, quando houver, Tabelionatos e Cartórios de Registro de Imóveis, e através de pesquisa de mercado.

Art. 13. As terras rurais de domínio da União, dos estados e dos municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária.

Parágrafo único. Excetuando-se as reservas indígenas e os parques, somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, se o poder público os explorar direta ou indiretamente para pesquisa, ex-

perimentação, demonstração e fomento de atividades relativas ao desenvolvimento da agricultura, pecuária, preservação ecológica, áreas de segurança, treinamento militar, educação de todo tipo, readaptação social e defesa nacional.

Art. 14. (Vetado.)

Art. 15. (Vetado.)

Art. 16. Efetuada a desapropriação, o órgão expropriante, dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data de registro do título translativo de domínio, destinará a respectiva área aos beneficiários da reforma agrária, admitindo-se, para tanto, formas de exploração individual, condominial, cooperativa, associativa ou mista.

Art. 17. O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser efetuado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada.

Parágrafo único. (Vetado.)

Art. 18. A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. O órgão federal competente manterá atualizado cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

Art. 19. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:

I – ao desapropriado, ficando-lhe assegurada a preferência para a parcela na qual se situe a sede do imóvel;

II – aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III – aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, em outros imóveis;

IV – aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar;

V – aos agricultores cujas propriedades sejam, comprovadamente, insuficientes para o sustento próprio e o de sua família.

Parágrafo único. Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosa, cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser distribuída.

Art. 20. Não poderá ser beneficiário da distribuição de terras, a que se refere esta Lei, o proprietário rural, salvo nos casos dos incisos I, IV e V do artigo anterior, nem o que exercer função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou o que se ache investido de atribuição parafiscal, ou quem já tenha sido con-

templado anteriormente com parcelas em programa de reforma agrária.

Art. 21. Nos instrumentos que conferem o título de domínio ou concessão de uso, os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou através de seu núcleo familiar, mesmo que por meio de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 22. Constará, obrigatoriamente, dos instrumentos translativos de domínio ou de concessão de uso cláusula resolutória que preveja a rescisão do contrato e o retorno do imóvel ao órgão alienante ou concedente, no caso de descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pelo adquirente ou concessionário.

Art. 23. O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica autorizada a funcionar no Brasil só poderão arrendar imóvel rural na forma da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.

§ 1º Aplicam-se ao arrendamento todos os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, constantes da Lei referida no **caput** deste artigo.

§ 2º Compete ao Congresso Nacional autorizar tanto a aquisição ou o arrendamento além dos limites de área e percentual fixados na Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, como a aquisição ou arrendamento, por pessoa jurídica estrangeira, de área superior a 100 (cem) módulos de exploração indefinida.

Art. 24. As ações de reforma agrária devem ser compatíveis com as ações de política agrícola, e constantes no Plano Plurianual.

Art. 25. O orçamento da União fixará, anualmente, o volume de títulos da dívida agrária e dos recursos destinados, no exercício, ao atendimento do Programa de Reforma Agrária.

§ 1º Os recursos destinados à execução do Plano Nacional de Reforma Agrária deverão constar do orçamento do ministério responsável por sua implementação e do órgão executor da política de colonização e reforma agrária, salvo aqueles que, por sua natureza, exijam instituições especializadas para a sua aplicação.

§ 2º Objetivando a compatibilização dos programas de trabalho e propostas orçamentárias, o órgão executor da reforma agrária encaminhará, anualmente e em tempo hábil, aos órgãos da administração pública responsáveis por ações complementares, o programa a ser implantado no ano subsequente.

Art. 26. São isentas de impostos federais, estaduais e municipais, inclusive do Distrito Federal, as operações de transferência de imóveis desapropriados

para fins de reforma agrária, bem como a transferência ao beneficiário do programa.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de fevereiro de 1993, 172º da Independência e 105º da República. – **ITAMAR FRANCO**
– **Lázaro Ferreira Barbosa**.

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2007

Altera e revoga dispositivos do Código Civil, sobre a culpa e seus efeitos na separação dos cônjuges, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera disposições do Código Civil que tratam sobre a culpa e seus efeitos na separação dos cônjuges.

Art. 2º Os arts. 1.564, 1.571, 1.572, 1.574 e 1.578 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.564. Quando o casamento for anulado por má-fé de um dos cônjuges, este incorrerá:

I – na perda das vantagens havidas do outro cônjuge;

..... (NR)”

“Art. 1.571.

2º Na separação e no divórcio o cônjuge que tiver adotado o sobrenome do outro poderá mantê-lo.

..... (NR)”

“Art. 1.572. Qualquer dos cônjuges poderá propor a ação de separação judicial, quando cessar a comunhão de vida.

..... (NR)”

“Art. 1.574. Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges se o manifestarem perante o juiz, sendo por ele devidamente homologada, ressalvado o disposto no art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (**Código de Processo Civil**).

Parágrafo único.

..... (NR)”

“Art. 1.578. O cônjuge que tiver adotado o sobrenome do outro poderá mantê-lo, após a separação judicial ou o divórcio. (NR)”

Art. 3º Revogam-se os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1.572, os arts. 1.573, 1.575, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Começa a tomar corpo, na moderna doutrina e na jurisprudência de nosso País, o entendimento de que é imperativo harmonizar o direito civil à luz da Constituição, de maneira que a família deixe de ser vista como um instituto, ou como um fim em si mesma, e passe a ser encarada como um meio de realização pessoal do ser humano, de maneira que ninguém seja obrigado a viver com quem não esteja feliz, preponderando, assim, a dignidade da pessoa humana.

Com efeito, afigura-se descabida a pesquisa sobre a culpa na ruptura da vida conjugal. Nesse sentido cabe destacar o entendimento do Ministro Ruy Rosado de Aguiar, no sentido de que “evidenciada a insuportabilidade da vida em comum, e manifestado por ambos os cônjuges, pela ação e reconvenção, o propósito de se separarem, o mais conveniente é reconhecer esse fato e decretar a separação, sem imputação de causa a qualquer das partes”.

Torna-se necessário que, no nosso ordenamento, o Estado deixe de ter o inútil papel de “investigador do desamor”, em afronta à intimidade das partes e, em última análise, contrário à dignidade da pessoa humana.

Cabe aqui consignar que a presente proposição legislativa deriva, pontuado por algumas alterações necessárias, de sugestão do Instituto Brasileiro de Direito de Família, entidade que congrega magistrados, advogados, promotores de Justiça, psicólogos, psicanalistas, sociólogos e outros profissionais que atuam no âmbito das relações de família e na resolução de seus conflitos, e originalmente apresentado pelo Dep. Antônio Carlos Biscaia, na Câmara dos Deputados, mas que, infelizmente, não prosperou, em virtude do seu arquivamento, ao término da última Legislatura.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes pares para a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **César Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

Art. 1.564. Quando o casamento for anulado por culpa de um dos cônjuges, este incorrerá:

I – na perda de todas as vantagens havidas do cônjuge inocente;

II – na obrigação de cumprir as promessas que lhe fez no contrato antenupcial.

Art. 1.571. A sociedade conjugal termina:

I – pela morte de um dos cônjuges;

II – pela nulidade ou anulação do casamento;

III – pela separação judicial;

IV – pelo divórcio.

§ 1º O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio, aplicando-se a presunção estabelecida neste Código quanto ao ausente.

§ 2º Dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome de casado; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial.

Art. 1.572. Qualquer dos cônjuges poderá propor a ação de separação judicial, imputando ao outro qualquer ato que importe grave violação dos deveres do casamento e tome insuportável a vida em comum.

§ 1º A separação judicial pode também ser pedida se um dos cônjuges provar ruptura da vida em comum há mais de um ano e a impossibilidade de sua reconstituição.

§ 2º O cônjuge pode ainda pedir a separação judicial quando o outro estiver acometido de doença mental grave, manifestada após o casamento, que tome impossível a continuação da vida em comum, desde que, após uma duração de dois anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.

§ 3º No caso do parágrafo 2º, reverterão ao cônjuge enfermo, que não houver pedido a separação judicial, os remanescentes dos bens que levou para o casamento, e se o regime dos bens adotado o permitir, a meação dos adquiridos na constância da sociedade conjugal.

Art. 1.573. Podem caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida a ocorrência de algum dos seguintes motivos:

I – adultério;

II – tentativa de morte;

III – sevícia ou injúria grave;

IV – abandono voluntário do lar conjugal, durante um ano contínuo;

V – condenação por crime infamante;

VI – conduta desonrosa.

Parágrafo único. O juiz poderá considerar outros fatos que tomem evidente a impossibilidade da vida em comum.

Art. 1.574. Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges se forem casados por mais de um ano e o manifestarem perante o juiz, sendo por ele devidamente homologada a convenção.

Parágrafo único. O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.

Art. 1.575. A sentença de separação judicial importa a separação de corpos e a partilha de bens.

Parágrafo único. A partilha de bens poderá ser feita mediante proposta dos cônjuges e homologada pelo juiz ou por este decidida.

Art. 1.576. A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação e fidelidade recíproca e ao regime de bens.

Parágrafo único. O procedimento judicial da separação caberá somente aos cônjuges, e, no caso de incapacidade, serão representados pelo curador, pelo ascendente ou pelo irmão.

Art. 1.577. Seja qual for a causa da separação judicial e o modo como esta se faça é lícito aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, por ato regular em juízo.

Parágrafo único. A reconciliação em nada prejudicará o direito de terceiros, adquirido antes e durante o estado de separado, seja qual for o regime de bens.

Art. 1.578. O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar:

- I – evidente prejuízo para a sua identificação;
- II – manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;
- III – dano grave reconhecido na decisão judicial.

§ 1º O cônjuge inocente na ação de separação judicial poderá renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o sobrenome do outro.

§ 2º Nos demais casos caberá a opção pela conservação do nome de casado.

.....
LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 1.124. Homologada a separação consensual, averbar-se-á a sentença no registro civil e, havendo bens imóveis, na circunscrição onde se acham registrados.

Art. 1.124-A. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge

de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento. **(Incluído pela Lei nº 11.441, de 2007.)**

§ 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis. **(Incluído pela Lei nº 11.441, de 2007.)**

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os contratantes estiverem assistidos por advogado comum ou advogados de cada um deles, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial. **(Incluído pela Lei nº 11.441, de 2007.)**

§ 3º A escritura e demais atos notariais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei. **(Incluído pela Lei nº 11.441, de 2007.)**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 484, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte de Goiás (UFNG), com sede no Município de Porangatu, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Norte de Goiás (UFNG), com sede no Município de Porangatu, no Estado de Goiás.

Art. 2º A universidade terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da universidade serão definidas em estatuto e nas normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A criação da universidade subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A extensão territorial do Estado de Goiás, um dos pólos de desenvolvimento do País, não admite mais a existência de uma única universidade federal, sediada na capital. Os estudantes das regiões mais afastadas do estado são obrigados a mudar de suas cidades na busca de um ensino público de qualidade oferecido pelas instituições públicas de ensino supe-

rior. Já está na hora de se atender esta demanda de maneira descentralizada.

Uma dessas regiões, o norte Goiano, abrange 27 municípios. Somente na região de Porangatu são 19 cidades: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mundo Novo, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu.

Porangatu, cidade de mais de 40 mil habitantes, é um importante pólo de desenvolvimento da região norte de Goiás. Cortada pela rodovia Belém-Brasília, um dos principais corredores rodoviários do País, tem sua força na agropecuária, em especial, a criação de gado e a plantação de soja.

A expansão da economia da região nos últimos anos tem requerido cada vez mais recursos humanos com formação superior. É, pois, indispensável expandir a oferta de educação superior pública em Goiás, com a presença de mais de uma universidade mantida pela União, a exemplo do que se observa em outras Unidades da Federação. Como vemos, a criação de uma Universidade Federal na região também ajudará a fixar os jovens que hoje têm de sair de suas cidades em busca de educação superior.

Além das razões expostas, destaco a relevância da democratização do acesso à educação superior em nosso País, que deve ser sempre pensada a partir de três pontos básicos: a expansão da rede pública, a ampliação do investimento em ciência e tecnologia e a inclusão social.

Vemos, pois, que o desenvolvimento da região e de Goiás passa pela consolidação da educação superior para sua população. A formação de profissionais qualificados é indispensável para sustentar a dinâmica da atividade econômica instalada e seu potencial de crescimento.

Acreditamos, pois, na necessidade urgente de uma instituição autônoma na região, amparada na política de interiorização e descentralização do Ministério da Educação, manifesta pela criação de diversas novas instituições em condições semelhantes à da região.

Desta forma, sugerimos a criação da Universidade Federal do Norte de Goiás (EFNG) e estamos certos do apoio dos nobres colegas desta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. — Senador **Marconi Perillo**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 485, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, no Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, vinculado ao Ministério da Educação, com sede no Município de Patos, no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição do estabelecimento de ensino;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento do estabelecimento de ensino;

III – lotar no estabelecimento de ensino os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º O Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos será uma instituição destinada à formação e qualificação de profissionais de nível superior, para atender às necessidades socioeconômicas do Estado da Paraíba e dos estados vizinhos, bem como para contribuir com o desenvolvimento tecnológico do País.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos anos cresceu de modo significativo a demanda pelo acesso ao ensino superior, em razão do grande crescimento da escolarização de nível médio e do aumento da percepção social sobre a relevância da continuidade dos estudos, motivado especialmente pelo acirramento da competição no mercado de trabalho.

A conseqüente expansão das matrículas tem sido marcada por algumas distorções, que afetam principalmente os estudantes de baixa renda. Deve ser destacado, em primeiro lugar, a falta de vagas nas instituições

públicas, nas quais, cabe lembrar, o ensino é gratuito, por força de mandamento constitucional. Por sua vez, os sistemas de financiamento, inclusive os públicos, são deficientes. O Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (FIES), por exemplo, não atende a todos que o procuram. Já os recentemente criados programas de concessão de bolsas, com destaque para o Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Governo Federal, atendem apenas a uma parcela reduzida de estudantes carentes.

Desse modo, os alunos mais pobres são levados a fazer imensos esforços para pagar as mensalidades nas instituições privadas ou a simplesmente abandonar seus projetos de cursar o ensino superior.

Uma das formas de combater essa situação consiste na expansão da rede pública de educação superior, o que se deve fazer mediante atenção especial ao interior do País.

Elevada à categoria de cidade em 1903, Patos destaca-se como um dos municípios de mais rápido desenvolvimento industrial do sertão paraibano. Sua economia baseia-se na cultura do algodão e do feijão e suas principais indústrias são as de calçado, extração de óleos vegetais e beneficiamento de algodão e cereais. Tem grande riqueza mineral, com jazidas de mármore cor-de-rosa, bem como de ouro, ferro, calcários e cristal de rocha.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2006, sua população era estimada em quase cem mil habitantes.

A criação do novo Centro Federal de Educação Tecnológica em Patos contribuirá, por certo, para que o Estado da Paraíba desenvolva de forma mais racional e eficaz seus enormes potenciais nos setores agropecuário, industrial e turístico, o que terá efeitos na redução das desigualdades regionais.

Por fim, manifestamos nossa convicção de que proposições como a ora apresentada podem favorecer a interiorização do desenvolvimento educacional e econômico. Igualmente, podem contribuir para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, de elevar, em dez anos, a escolaridade de nível superior de menos de 12% para 30% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Assim, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Cícero Lucena**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2007

Modifica a redação do art. 1.698, do Código Civil.

Art. 1º O art. 1.698, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentados em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato, desde que demonstrada efetiva impossibilidade dos primeiros, em prestá-los; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais serem chamadas a integrar a lide.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Conforme o disposto nos arts. 1.696 e 1.698, do Código Civil, a responsabilidade dos ascendentes é sucessiva e complementar. Assim, os parentes não imediatos do alimentando somente serão obrigados pelos alimentos na falta dos pais ou se esses não estiverem em condições de suportar o encargo.

A presente proposição pretende que os pais se responsabilizem para dispor de meios para satisfazer a obrigação alimentar. A Justiça tem decidido que os parentes devem arcar com os alimentos, mesmo que não tenham esgotadas todas as instâncias, ainda que os pais não comprovem condições de satisfazer a obrigação alimentar, circunstância que retira e afasta a obrigação dos parentes não próximos do alimentando.

Se não for provada a impossibilidade dos pais em prestar os alimentos, não se pode exigir que outros parentes satisfaçam a obrigação. Do contrário, sempre que os demais parentes desfrutassem de melhores condições financeiras, o alimentando postularia daqueles os alimentos, e não dos pais, que são os primeiros obrigados.

Não deve o alimentando buscar ajuizar ação de alimentos sem que esgotem todas as providências contra os pais. É preciso que se demonstre a efetiva impossibilidade da prestação alimentícia por parte dos pais, para assim, acionar os parentes em grau imediato.

Visando buscar uma correção da lei que tanto a sociedade exige, solicito dos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA**CÓDIGO CIVIL****SUBTÍTULO III****Dos Alimentos**

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais serem chamadas a integrar a lide.

Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações – ZPE – no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Zona de Processamento de Exportações – ZPE, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportações de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o limite imposto pelo art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990.

Justificação

Boa Vista ocupa uma posição estratégica no cenário das Américas. A criação da Zona de Processamento de Exportações – ZPE – no Município de Boa Vista, Estado de Roraima será necessariamente um marco histórico para a evolução e a integração da região amazônica no contexto nacional e internacional.

Pretende-se com a ZPE de Boa Vista que o escoamento de toda a produção da ZPE seja um corredor de exportação específico com a ligação do Brasil à Comunidade do Caribe (CARICOM) e ao Oceano Pacífico.

Recentemente, entre os dias 12 e 13 de maio de 2007, realizou-se em Belize a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo entre o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM) para fortalecer as relações bilaterais em matérias de desenvolvimento, comércio, cultura, investimento, saúde, turismo, moradia, combate à corrupção e erradicação da pobreza.

Boa Vista conta hoje com 249.000 habitantes, em condições de exercer o papel de ZPE. Senhores Parlamentares, o Estado de Roraima em pouco mais de sessenta anos, de 1943 a 2005, viu sua população saltar de 13.681 para mais de 392.255 habitantes. Em consequência, acumula-se de mão-de-obra ociosa, fundamental para o soerguimento da ZPE de Boa Vista.

A imensa área do estado denota o grande potencial econômico nas áreas florestal, pesqueira e mineral, mas que resente a falta de política industrial necessária que facilite a integração das mesmas.

O Governo Lula tem demonstrado a desenvolvimento auto-sustentável, combate à pobreza e incentivo às exportações, além de outras medidas, pedimos a aprovação dessa proposição que certamente virá a ser marco para a integração da região amazônica no setor produtivo exportador brasileiro.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 2º É autorizada a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e de outra no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, observados os requisitos do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **Nelson Carneiro**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 10-4-1990

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, DE 2007**Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Redenção, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Redenção, Estado do Pará.

Parágrafo único. A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com uma população de quase 100 mil habitantes, o município de Redenção, localizado no sul do Pará, vem se destacando cada vez mais por suas potencialidades econômicas. Para quem já teve a economia baseada principalmente na exploração do ouro e da madeira até meados da década de 90, é hoje um dos principais pólos econômicos regionais do Pará. É uma das cidades com maior poder de atração de investimentos privados da região, que tem a sua economia atual voltada para a pecuária e agricultura, que são consideradas uma das mais fortes do País e os principais geradores de emprego e renda do sul do Pará.

Por ser um município onde 80% de sua população é de fora do Estado, Redenção tem a economia diversificada. Prova disso são os grandes empreendimentos instalados ao longo dos últimos anos, tanto na cidade como no campo. Com apenas 24 anos, é um município que lidera a região sul do Estado do Pará, maior produtora de abacaxi do Brasil e possuidora de uma das maiores bacias leiteiras de todo o território nacional. Redenção é, ainda, pólo de serviços de uma região com mais de 15 cidades. São municípios como Xinguara, detentor da maior bacia leiteira do Estado e Conceição do Araguaia, que é a cidade turística mais importante do sul do Pará. A população dessa região chega a 500 mil habitantes.

No contexto atual, Redenção oferece diversas opções de investimentos, que vão desde a tradicional pecuária até os mais diversos setores e negócios. Um dos fatores importantes a favor de Redenção é quanto a sua localização estratégica, que fica no entroncamento das rodovias PA-150, PA-287 e BR-158, distante 100 quilômetros da divisa com o Estado do Tocantins e 300km com o Estado do Mato Grosso. Da capital Belém, fica a 950km de distância. Devido a distância da capital e as condições das estradas, quem mora em Redenção prefere se deslocar até Goiânia. Para os redencenses, a capital goiana é a mesma de quem mora aqui, não só pelo acesso rápido e fácil, mas acima de tudo, pelas culturas e o modo de vida que são os mesmos da população do sul do Pará.

No próximo dia 13 de maio, Redenção completará 25 anos em franco desenvolvimento e progresso. Possui a maior indústria frigorífica do sul do Pará, que gera cerca 700 empregos diretos e mais três mil indiretos. Abate 800 cabeças de boi por dia e tem exportação garantida para várias regiões do País. Além do frigorífico, Redenção conta ainda com uma indústria de beneficiamento de água de coco e duas fábricas de refrigerantes, que são exportados para toda a região e também para outros estados. Redenção é uma cidade privilegiada pela natureza. Está rodeada de serras exu-

berantes e fazendas que são um dos principais pilares da economia local que resulta na geração de milhares de empregos e rendas para a população. Mesmo sendo nova, Redenção, que também é apelidada de “a princesinha do sul do Pará”, tem os principais órgãos do estado. Entre eles podemos citar a Superintendência de Polícia Civil do Araguaia Paraense, o 7º Batalhão de Polícia Militar, Uepa, Fundação Hemopa, Crea-PA, Ipasep, Jucepa, Sefa, Polícia Rodoviária Estadual, Delegacia da Mulher, Tribunal de Justiça do Estado, Cartório Eleitoral, Vara Agrária do Trabalho e Hospital Regional do Araguaia. Conta, ainda, com instituições federais como Polícia Federal, INSS, Caixa Econômica, Banco do Brasil e BASA.

Dentre as cidades do sul do Pará, Redenção é a que mais se destaca no âmbito educacional, sobretudo na educação superior. A cidade possui um **campus** da Universidade do Estado do Pará – (UEPA); Universidade da Amazônia (UNAMA); Unitins, que se instalou no município através do programa EDUCON do Governo Federal; Faculdade Superior da Amazônia Reunida (FESAR), que entre os cursos ministrados, oferece curso de Direito e Biomedicina; e conta ainda com a Universidade Vale do Acaraú (UVA). Em abril está previsto para se instalar em Redenção o Centro Federal Educação Tecnológica (CEFET), que vai oferecer cursos superiores totalmente gratuitos. Redenção tem ainda, 59 escolas com 22.272 alunos matriculados e 782 professores, todos com nível superior.

No início da década de sessenta, a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia proporcionou a vinda de fazendeiros a se instalarem numa região denominada Boca da Mata. Com o desbravamento da fazenda Santa Tereza, vieram os pioneiros Ademar Guimarães, José Bueno e Gerudes Gomes. Na mesma época, foram chegando Luiz Vargas Dumont, Carlos Ribeiro e José Carrion para conhecerem a serra dos Gradaús, localizada no município de Cumaru do Norte. Esses homens aventureiros e dotados de um idealismo viram e conheceram uma região plana e rica em recursos minerais e vegetais, fator que levou ao lançamento da pedra fundamental no dia 21 de setembro de 1969. O que era uma aldeia se transformou numa vila para centenas de desbravadores, os quais vislumbravam nestas terras, futuro promissor. Com a corrida do extrativismo florestal, em 1972, Redenção despertou a atenção de pessoas de várias partes do Brasil, que vieram tentar a sorte e aqui estão até hoje. Redenção foi emancipada no dia 13 de maio de 1982, quando foi desmembrada do Município de Conceição do Araguaia. O primeiro prefeito foi Arcelide Veronese, que comandou o município de 1982 a 1987. Em 1988, Luiz Vargas Dumont, já falecido, assumiu a prefeitura.

Quatro anos depois, ele passou o cargo para o ex-Prefeito Wagner Fontes. Em seguida, Mário Moreira foi eleito prefeito de Redenção, cargo que exerceu por dois mandatos. Em 2004, Jorge Paulo da Silva se tornou o prefeito mais jovem da história de Redenção.

Pecuária, agricultura, indústria e comércio são grandes geradores de riqueza e oportunidades que se encontram na Expo-Redenção, um evento tradicional, que reflete todo o potencial do município e sul do Pará. A grandiosidade e o sucesso da feira são marcas registradas e podem ser vistas durante nove dias. De um lado, uma grande vitrine para produtos e serviços. De outro, uma extraordinária força de compra formada por homens de negócios e instituições financeiras, e também por um grande e diversificado público.

Renomados criadores do Brasil, especialmente do Pará, imprimem uma intensa movimentação que se supera, ano a ano, no volume de comercialização de animais em leilões, e nos negócios fechados em virtude da Feira.

A Expo-Redenção também é um ponto convergente e irradiador de conhecimento e tecnologia. Centrais de pesquisa, produção e comercialização de sêmen apresentam resultados dos investimentos em suas pesquisas e promovem um amplo intercâmbio de conhecimento através de palestras e cursos. A exposição é organizada pelo Sindicato Rural de Redenção, uma entidade representativa de classe que tem 23 anos e hoje é presidida por uma mulher, Rosângela Hanemann. Além da feira agropecuária, Redenção tem o maior parque de vaquejada do sul e sudeste do Estado. Com espaço amplo e moderno, atrai pessoas de todo o Brasil, o que colocou Redenção no circuito nacional de vaquejada.

Diante de tantas potencialidades, precisamos denotar aspectos de suma importância que certamente comprometem a economia do Estado do Pará, como o regime constitucional do ICMS que é altamente discriminatório. O constituinte adotou o regime misto, em que a receita do imposto, derivada das operações e prestações interestaduais, é partilhada entre o Estado de origem (alíquota de 12%) e o Estado de destino (o diferencial entre as alíquotas interna e interestadual). A única exceção, conforme a alínea b do inciso X do § 2º do art. 155, diz respeito a petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis dele derivados, e energia elétrica, cujo ICMS é apropriado exclusivamente pelo Estado de destino. Ora, o Pará gerou 27.781 GWh, dos quais consumiu apenas 10.733, em 2003, tendo exportado o restante para outros Estados; não ficou com um centavo sequer do ICMS correspondente a 17.048 GWh, gerados em seu território.

As receitas do ICMS que abasteciam os cofres estaduais foram, mais uma vez, muito reduzidas em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que estabeleceu a regra da não-incidência relativamente aos produtos primários, industrializados semi-elaborados e serviços (art. 3º, II). Praticamente, toda a pauta de exportações paraenses é constituída por essas duas classes de produtos, a saber, em 2003: minério de ferro (31,1%), alumínio (22,2%), madeira (13,5%), minério de alumínio (8,3%), caulim (7,1%), outros minerais (7,9%), celulose (4,1%) e pimenta (2%). A “compensação” pela perda de arrecadação do ICMS prevista na Lei Kandir, além de irrisória, está fadada a desaparecer.

Objetivando reduzir as desigualdades regionais existentes em nosso País como a questão do ICMS, ora comentada, é que submetemos à apreciação dos ilustres pares o presente projeto de lei que cria uma zona de processamento de exportação no Município de Breves.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Mário Couto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990.)

LEI Nº 7.993, DE 5 DE JANEIRO DE 1990

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, que limita o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.”

Art. 2º As Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que dispõe o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a nova redação dada por esta Lei, serão instaladas nos Municípios de Maracana – CE, Macaíba – RN, Parnaíba – PI, São Luís – MA, João Pessoa – PB, Barcarena – PA, Nossa Senhora do Socorro – SE, Araguaína – TO, Ilheus – BA, no Complexo Portuário de Suape, ao Sul do Recife, entre os Municípios do Cabo e Ipojuca – PE, Itacoatiara – AM e Cáceres – MT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atender ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

X – não incidir:

b) sobre operações que destinem a outros Estados, petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

LEI COMPLEMENTAR Nº 87,
DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir)

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2007**Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Tucuruí, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Tucuruí, Estado do Pará.

Parágrafo único. A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Município de Tucuruí, criado em 1947, tem sua história transformada pela construção da Usina Hidrelétrica. Nesses dois momentos distintos, antes e depois do funcionamento da usina, não foi apenas a configuração geográfica do município que mudou. A base econômica, a formação da população e as perspectivas acompanharam essa transformação radical, fazendo de Tucuruí, hoje, um pólo de geração de energia com capacidade para explorar, de forma racional, as belezas naturais enriquecidas pelo lago artificial.

Quem chegasse a Tucuruí em 1947, recém elevado à condição de município, encontraria um lugar apazível à margem do rio Tocantins, na época um movimentado entreposto comercial da região formada pelos rios Tocantins e Araguaia.

Em 1950, segundo o Recenseamento Geral, Tucuruí tinha 2.448 habitantes. A população se concentrava na cidade de Tucuruí e na vila de Remansão. Existiam ainda os povoados de Nazaré dos Patos e Muru, mas ambos com menos de 100 habitantes.

Naquela época, a base da economia de Tucuruí era a extração da castanha-do-pará, chegando o município a exportar, em 1956, mais de 3 mil hectolitros do produto. O comércio de madeira era a outra atividade econômica digna de destaque. O município importava quase tudo o que consumia, uma característica que permanece até hoje, à exceção dos gêneros alimentícios.

Cinco décadas depois, sob as bênçãos de São José, o padroeiro do município, a população teve um crescimento extraordinário, saltando para quase 90.000 habitantes.

A geração de energia é sua principal fonte de arrecadação. Mas o município também investe em outros setores econômicos, como a produção agrícola, a pecuária, a exploração de madeiras e a atividade pesqueira.

O município tem mais de 60 anos de emancipação política. Mas sua história começa a ser escrita ainda no século XVII, quando em 1625 o Frei Cristovão de Lisboa chegou à região pretendendo fazer contato com os índios. Em 1781, o Governador José Napoles Telles de Menezes fundou o lugarejo de São Bernardo de Pederneiras e, no ano seguinte, criou o Registro de Alcobaça.

Já no século XIX, a região do Tocantins-Araguaia passou a ser ocupada por aqueles que chegavam em busca de suas riquezas naturais, e também interessados na proximidade com as terras que hoje formam os estados de Goiás e Tocantins. O núcleo populacional formado às margens do rio Tocantins, no lugar conhecido como Pederneiras, Município de Baião, passou a ser a freguesia de São Pedro de Alcântara em 31 de outubro de 1870, através da Lei nº 661.

Nova denominação foi dada em 19 de abril de 1875, pela Lei nº 839. O local foi chamado de São Pedro de Alcobaça até 30 de dezembro de 1943, quando passou a denominar-se Tucuruí, por força do Decreto-Lei nº 4.515. O novo nome, cuja origem indígena significa “rio dos gafanhotos” ou “rio das formigas”, permanece até hoje, identificando o local que, quatro anos depois, seria desmembrado de Baião para se tornar o Município de Tucuruí, através da Lei nº 62, artigo 36, de 31 de dezembro de 1947.

Tucuruí sempre esteve destinado a construção de grandes projetos. Primeiro foi a construção de uma estrada de ferro, objetivando transpor as cachoeiras do Tocantins, entre Tucuruí e Marabá, e ligar Belém a Goiás. Com 391km, a ferrovia iria de Alcobaça a Boa Vista do Tocantins. Foi criada então a Companhia de Viação Férrea e Fluvial do Tocantins, que depois de 1905 passou a chamar-se Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brasil. Em 1908, foram inaugurados 43km da ferrovia, que chegou a 84km, com as seguintes estações em seu percurso “Arumateua (Km-25), Breu Branco (Km-43), Independência (Km-53), Tucuruí (Km-68), e Região (Km-97). A Companhia encerrou as atividades e o acervo da ferrovia foi adquirido pelo Governo Federal. Hoje, porém, não mais existe, já que a estrada de ferro foi extinta em 1974. Depois foi a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que viria a ser a maior Usina Hidrelétrica genuinamente nacional e a maior obra em concreto já realizada no Brasil.

Situada na região Sudeste do Pará, à margem do rio Tocantins, Tucuruí cresce nessas cinco décadas

de emancipação e, com a construção da hidrelétrica, tornou-se o maior centro gerador de energia do País. Em 22 de novembro de 1984, o então Presidente, João Batista Figueiredo, inaugurou não apenas a Hidrelétrica de Tucuruí, mas um novo tempo na história do município e do próprio Estado do Pará.

Após a contextualização histórica do Município de Tucuruí, precisamos denotar aspectos de suma importância que certamente comprometem a economia do Estado do Pará, como o regime constitucional do ICMS que é altamente discriminatório. O constituinte adotou o regime misto, em que a receita do imposto, derivada das operações e prestações interestaduais, é partilhada entre o Estado de origem (alíquota de 12%) e o Estado de destino (o diferencial entre as alíquotas interna e interestadual). A única exceção, conforme a alínea **b** do inciso X do § 2º do art. 155, diz respeito a petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis dele derivados, e energia elétrica, cujo ICMS é apropriado exclusivamente pelo Estado de destino. Ora, o Pará gerou 27.781 GWh, dos quais consumiu apenas 10.733, em 2003, tendo exportado o restante para outros Estados; não ficou com um centavo sequer do ICMS correspondente a 17.048 GWh, gerados em seu território.

As receitas do ICMS que abasteciam os cofres estaduais foram, mais uma vez, muito reduzidas em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que estabeleceu a regra da não-incidência relativamente aos produtos primários, industrializados semi-elaborados e serviços (art. 3º, II). Praticamente, toda a pauta de exportações paraenses é constituída por essas duas classes de produtos, a saber, em 2003: minério de ferro (31,1%), alumínio (22,2%), madeira (13,5%), minério de alumínio (8,3%), caulim (7,1%), outros minerais (7,9%), celulose (4,1%) e pimenta (2%). A “compensação” pela perda de arrecadação do ICMS prevista na Lei Kandir, além de irrisória, está fadada a desaparecer.

Objetivando reduzir as desigualdades regionais existentes em nosso País como a questão do ICMS ora comentada, é que submetemos à apreciação dos ilustres Pares o presente projeto de lei que cria uma zona de processamento de exportação no Município de Breves.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Mário Couto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990.) (Vide Lei nº 8.015, de 1990.)

LEI Nº 7.993, DE 5 DE JANEIRO DE 1990

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, que limita o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.”

Art. 2º As Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que dispõe o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989 com a nova redação dada por esta Lei, serão instaladas nos Municípios de Maracá – CE, Macaíba – RN, Parnaíba – PI, São Luís – MA, João Pessoa – PB, Barcarena – PA, Nossa Senhora do Socorro – SE, Araguaína – TO, Ilhéus – BA, no Complexo Portuário de Suape, ao Sul do Recife, entre os municípios do Cabo e Ipojuca – PE, Itacoatiara – AM e Cáceres – MT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 5 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 155. Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993.)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atender ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993.)

X – não incidir:

b) sobre operações que destinem a outros estados, petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

LEI COMPLEMENTAR Nº 87,
DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490 DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Breves, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Breves, Estado do Pará.

Parágrafo Único – A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 04 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É cediço que a Região Norte do País precisa de incentivos que possam alavancar a sua produção e gerar emprego e renda, melhorando com isso, a condição de vida de sua população, posto que somente dessa forma, serão alcançados índices quantitativos e

qualitativos na economia, desejáveis e esperados para um real IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Não há que se falar em desenvolvimento econômico sem se falar em produção. Portanto, indispensável torna-se que a cadeia produtiva seja estimulada com incentivos que possam trazer reais ganhos ao Poder Público e com isso revertê-los em benefícios à população.

Hoje o País atravessa momentos gloriosos no que concerne a sua estabilidade econômica, alcançando índices de credibilidade no mercado internacional, jamais vistos. Porém, é preciso se destacar que a economia do País, embora estável, equilibrada, solidificada, não apresenta um desenvolvimento compatível e esperado para um País que conseguiu o mais difícil, que foi combater a inflação, fato que se deve a falta de investimentos em infra-estrutura e em meios de produção.

Mecanismos temos para alavancar a cadeia produtiva. Um deles é criar novas zonas de processamento de exportação em municípios que gozem de reais condições para empreendê-las, reduzindo, com isso, as desigualdades regionais.

O Município de Breves, localizado no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará, é o município que registra o maior número de habitantes na Ilha. São cerca de oitenta e cinco mil pessoas. Criado pela Resolução nº 200, de outubro de 1851, com a elevação da freguesia de Nossa Senhora dos Breves à condição de Vila. Durante o período colonial, na chamada Missão dos Bocas, dois irmãos portugueses se estabeleceram: o primeiro, Manoel Maria Fernandes Breves, era solteiro e o segundo, Ângelo Fernandes Breves era casado com Inês de Souza. Com a instalação de toda a família na região, o capitão-general João de Abreu Castello Branco, em 19 de novembro de 1738, concedeu a Manoel uma sesmária, que foi confirmada pelo rei de Portugal, a 30 de março de 1740.

No local de suas terras, Manoel construiu um engenho que denominou Santana, além de fazer, também, plantação de roças, ficando o sítio conhecido como Lugar dos Breves.

Depois de instalada, em 1738, a família dos irmãos Breves, no furo Pararau, outros parentes se juntaram, dando ao local tal desenvolvimento que, em 1781, Manoel Maria Fernandes Breves e outras famílias requereram ao capitão-general José de Nápoles Tello de Menezes que concedesse ao sítio o procedimento de lugar, que através de uma portaria de 20 de outubro daquele ano, passou a chamar-se de Santana dos Breves, incluindo, também, terras de melgaço. Com o falecimento dos irmãos, Saturnina Teresa ficou como única proprietária, em 1854, da antiga sesmária dos

Breves e, ao tentar reivindicar seu patrimônio, nada conseguiu.

Esta última representante da família era analfabeta e, segundo Palma Muniz, nada se conseguiu obter do destino e do nome dos seus sucessores. Até a Lei nº 172, de 30 de novembro de 1850, que lhe conferiu a categoria de

freguesia, com nome de Nossa Senhora Santana de Breves, o lugar pertenceu, sucessivamente, a Melgaço e Portei. Pela resolução nº 200, de 25 de outubro de 1851, foi elevada à categoria de Vila e, portanto, criado o Município, ao qual ficou anexado o território da Vila de Melgaço, que perdeu sua autonomia pelo ato.

Apesar de a resolução haver extinto o Município de Melgaço e criado a Vila dos Breves, de fato, não ocorreu a extinção do citado Município, pois o ofício da presidência da Província, de 24 de março de 1852, apenas transferiu a Câmara de Melgaço para a nova Vila.

O crescente e acentuado desenvolvimento do rio Anajás e sua região fez com que, em 1869, pela Lei nº 596, de 30 de setembro, fosse criada a freguesia de Menino Deus do Anajás, tendo sido complementada com a Lei nº 637, de 19 de outubro de 1870, que estabeleceu a incorporação ao Município de Breves de todo o território dessa freguesia que, anteriormente, pertencia a Chaves.

A delimitação do Município foi estabelecida no governo de Augusto Montenegro, pelo decreto nº 1.201, de 18 de outubro de mesmo ano. No período de 1903-1906 o Conselho Municipal de Breves, através da Lei Municipal nº 190, de 22 de dezembro de 1905, autorizou o intendente municipal, coronel Lourenço de Mattos Borges, a mudar a sede do Município para outro local. O povoado escolhido obteve a categoria de vila com a denominação de Antônio Lemos, pela Lei nº 989, de 31 de outubro de 1906, e pelos decretos 1.508 e 1.509, de 4 de maio de 1907, foram transferidas para lá as sedes do Município e da Comarca de Breves, que foram instaladas, em 13 de maio do mesmo ano.

Com a lei nº 1.122, de 10 de novembro de 1909, Antônio Lemos teve o predicamento de cidade e foi instalada a 17 de dezembro do mesmo ano, não conseguindo, entretanto, conservar-se sede do Município, pois a Lei Municipal nº 240, de 18 de março de 1912, a transferiu para a cidade de Breves.

O Decreto nº 6 de 4 de novembro de 1930, manteve o Município de Breves, anexado a este e a Curralinho o território do extinto Município de Melgaço. Desde a década de 50, o município é constituído por quatro distritos: Breves, Antonio Lemos, Cuurumu e São Miguel dos Macacos.

A denominação vem do sobrenome dos irmãos portugueses Manoel e Ângelo Fernandes Breves.

A cidade de Breves obteve essa categoria pela Lei nº 1.079, de 2 de novembro de 1882.

Após a contextualização histórica do Município de Breves, precisamos denotar aspectos de suma importância que certamente comprometem a economia do Estado do Pará, como o regime constitucional do ICMS que é altamente discriminatório. O constituinte adotou o regime misto, em que a receita do imposto, derivada das operações e prestações interestaduais, é partilhada entre o Estado de origem (alíquota de 12%) e o Estado de destino (o diferencial entre as alíquotas interna e interestadual). A única exceção, conforme a alínea **b** do inciso X do § 2º do art. 155, diz respeito a petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis dele derivados, e energia elétrica, cujo ICMS é apropriado exclusivamente pelo Estado de destino. Ora, o Pará gerou 27.781 GWh, dos quais consumiu apenas 10.733, em 2003, tendo exportado o restante para outros Estados; não ficou com um centavo sequer do ICMS correspondente a 17.048 GWh, gerados em seu território.

As receitas do ICMS que abasteciam os cofres estaduais foram, mais uma vez, muito reduzidas em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que estabeleceu a regra da não-incidência relativamente aos produtos primários, industrializados semi-elaborados e serviços (art. 3º, II). Praticamente, toda a pauta de exportações paraenses é constituída por essas duas classes de produtos, a saber, em 2003: minério de ferro (31,1%), alumínio (22,2%), madeira (13,5%), minério de alumínio (8,3%), caulim (7,1%), outros minerais (7,9%), celulose (4,1%) e pimenta (2%). A “compensação” pela perda de arrecadação do ICMS prevista na Lei Kandir, além de irrisória, está fadada a desaparecer.

Objetivando reduzir as desigualdades regionais existentes em nosso País como a questão do ICMS ora comentada, é que submetemos à apreciação dos ilustres Pares o presente projeto de lei que cria uma zona de processamento de exportação no Município de Breves.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Mário Couto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

.....
LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452 de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

.....
LEI Nº 7.993, DE 5 DE JANEIRO DE 1990

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, que limita o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.”

Art. 2º As Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que dispõe o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a nova redação dada por esta Lei, serão instaladas nos Municípios de Maracana – CE, Macaíba – RN, Parnaíba – PI, São Luís – MA, João Pessoa – PB, Barcarena – PA, Nossa Senhora do Socorro – SE, Araguaína – TO, Ilheus – BA, no Complexo Portuário de Suape, ao Sul do Recife, entre os Municípios do Cabo e Ipojuca – PE, Itacoatiara – AM e Cáceres – MT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atender ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

X – não incidir:

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 87,
DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir)

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros – PMDB/AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes. Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 76, DE 2007**

Acrescenta parágrafo ao art. 65 e altera o § 7º do art. 66 da Constituição, para fixar prazo para a apreciação de projetos de lei pela Casa revisora, ao fim do qual a Casa iniciadora poderá, por decisão da maioria absoluta de seus membros, enviar os projetos diretamente à sanção.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 65 e 67 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 65.
§ 1º.....

§ 2º Decorrido um ano do encaminhamento do projeto à Casa revisora sem que seja ultimada a votação, a Casa iniciadora poderá, por decisão da maioria absoluta de seus membros, submeter diretamente à sanção o texto por ela aprovado, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 66. (NR)”

“Art. 67.

.....
§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Presidente da Câmara dos Deputados fazê-lo. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Recentemente foi apresentada nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 65 da Constituição, para fixar prazo de exame, pela Casa revisora, dos projetos de lei encaminhados a esta. Em resumo, a proposta altera o texto constitucional para determinar que os projetos de lei aprovados em uma Casa sejam votados na Casa revisora dentro de 90 dias, após o quê eles deverão ser inseridos na ordem do dia, sobrestando-se as demais proposições até que haja deliberação final. Ademais, prevê a possibilidade de a Casa iniciadora, pela maioria de seus membros, solicitar a tramitação do projeto em regime de urgência, nos mesmos moldes estabelecidos para os projetos de iniciativa do Presidente da República com urgência constitucional.

A iniciativa tenta solucionar um angustiante problema. Conforme reconhecido na sua justificação, a atividade legislativa nos últimos anos tem se orientado exclusivamente por uma agenda proposta pelo Presidente da República. A maior parte do tempo das sessões deliberativas das Casas do Congresso é utilizada na discussão de incontáveis medidas provisórias editadas pelo Chefe do Executivo, as quais, por força da redação dada ao art. 62 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, entram em regime de urgência ao fim de 45 dias de tramitação, sobrestando o exame das demais proposições legislativas em discussão na Casa onde se encontrem.

Os números constantes do relatório de atividades do ano de 2006, elaborado pela Presidência do Senado, são bastante elucidativos, no tocante à produção legislativa. Nesse exercício, dos 113 projetos de lei sancionados, 55 tiveram origem em proposições do Presidente da República, 35 provieram de iniciativa

de deputados e 13 de senadores, sendo o restante oriundo de outros titulares de iniciativa legislativa. Tais dados evidenciam que metade das leis aprovadas em 2006 originaram-se de proposições do Poder Executivo. Em anos anteriores, o percentual de leis oriundas de projetos do Executivo chegou a mais de 80%.

Essa hipertrofia legislativa do Poder Executivo é, sem dúvida, um dos principais fatores a obstar a normal condução dos trabalhos legislativos e a impedir que diversas iniciativas de deputados e senadores tenham seu curso e venham a se converter em leis. Essa situação é sobremaneira preocupante quanto aos projetos de lei aprovados por uma Casa e que permanecem anos sem apreciação pela Casa revisora. Nesse contexto, faz-se mister uma pronta modificação do texto constitucional, no sentido de reafirmar o princípio da Separação dos Poderes e resgatar a preponderância do Poder Legislativo no exercício das funções que lhe são típicas, dando azo a que mais projetos de deputados e senadores se transformem em lei.

A apresentação da PEC nº 58, de 2007, constitui um passo importante nessa direção. Tememos, contudo, que a regra de sobrestamento, nos termos em que a PEC foi redigida, venha a se transformar em um remédio excessivamente amargo que, para curar um mal, finde por criar outros. Com efeito, a inclusão de nova categoria de proposições entre aquelas que produzem o trancamento da pauta de deliberações pode agravar o problema hoje existente, acentuando o tumulto vivenciado sempre que as medidas provisórias entram em regime de urgência.

Por esse motivo, propomos solução alternativa, que dispensa a aplicação do sobrestamento. E o fazemos assinalando que a proposta alvitrada é de uso corrente em diversas outras democracias onde o Poder Legislativo é bicameral. Trata-se da fixação de prazo para a revisão de projetos, findo o qual eles seriam encaminhados diretamente à sanção. Na Áustria e na Alemanha, apenas para citar alguns exemplos, se a Casa revisora não se manifestar sobre um projeto dentro do prazo estabelecido, que é de oito semanas no caso austríaco e duas no alemão (com exceção de algumas matérias), a proposição se converte em lei, independentemente do pronunciamento daquele órgão legislativo. No Reino Unido, projetos aprovados em duas sessões consecutivas pela House of Commons também podem ser encaminhados diretamente à sanção real se a House of Lords não ultimar a sua votação.

A nossa proposta é bem mais modesta e procura ser realista à luz do quadro específico verificado no Brasil. Prevê que, passado um ano da aprovação do projeto na Casa iniciadora, esta poderá, por decisão da maioria de seus membros, encaminhá-lo di-

retamente à sanção, na hipótese de a Casa revisora sobre ele não deliberar. Reconhecendo a importância da participação de ambos os colegiados no processo legislativo, havemos por bem não propor uma regra de remessa automática do projeto à sanção. Assim, a previsão é de que essa

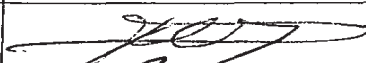

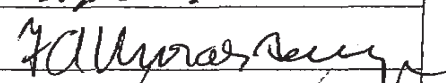


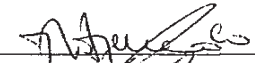
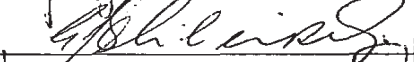






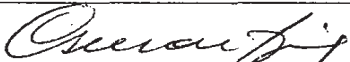
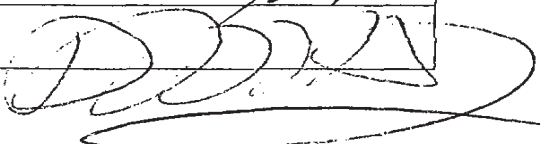
norma excepcional se aplique apenas aos casos cuja urgência da conversão do projeto em lei seja reconhecida pela maioria dos membros da Casa iniciadora.

Ademais, propomos a alteração do § 7º do art. 67 da Lei Maior, para adaptá-lo à modificação anteriormente descrita. Esse dispositivo prevê que, na ausência de promulgação da lei pelo Presidente da República, competirá ao Presidente do Senado fazê-lo, ou, ante a sua recusa, ao Vice-Presidente do mesmo órgão. Ora, na eventualidade de uma lei ser encaminhada à sanção pela Câmara dos Deputados, com uso da nova

prerrogativa que pretendemos seja criada, seria mais adequado deixar a cargo do Presidente do Senado e, em seguida, do Presidente da Câmara a promulgação da lei, quando o Presidente da República não a fizesse. Conquanto duvidemos que o Presidente e o Vice-Presidente do Senado se furtem a cumprir seus deveres, entendemos mais consentâneo com o espírito de cooperação entre as Casas do Congresso dividir tal responsabilidade e eliminar de vez a remota hipótese de ausência de promulgação da lei.

Na certeza de que encontraremos apoio em nossos Pares para o aperfeiçoamento do sistema constitucional brasileiro, apresentamos a presente PEC, convictos de que a sua aprovação contribuirá em muito para o resgate do papel central que cabe ao Congresso Nacional na produção de leis.

Sala da Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Gerson Camata**.

	NOME	ASSINATURA
01-	Pablo Faret	
02-	Repelús	
03-	Neio Santo	
04-	MM - - -	
05-	Quarup	
06-	JOSÉ NERE	
07-	Walter Pereira	
08-	MARCO MAZUEL	
09-	Marisa Sereno	
10-	JONAS PENHENO	
11-	EDSON LOBÃO	
12-	DEMOSTENES TOALLES	
13-	MARLONE PERELLO	
14-	OSMIR DEAS	
15-	AUGUSTO BOTELHO	

16-	ROSEANA	
17-	ARTUR VERGILIO	(apoiado) Artur Vergilio
18-	AGROPINO	
19-	Janil Couto	
20-	JEFFERSON PEREIRA	
21-	MOZARILDO	
22-	ANTONIO CARLOS VALADARES	
23-	ERACLETO DE MORAES	
24-	ERACLETO FORTES	
25-	FLEX ZABIAN	
26-	Flávio YRUS	
27-	MARCA DO CARMO ALVES	
28-	RENATO CASAGRANDE	
29-	ALVARO DEAS	
30-	TIASSO	

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até sua votação final. (Redação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 62, parágrafo único.)

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições,

até sua votação final. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.)

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

SUBSEÇÃO II**Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

PROPOSTA DE EMENDA**À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2007****Acrescenta parágrafo ao art. 65 da
Constituição, para fixar prazo de exame,
pela Casa revisora, dos projetos de lei en-
caminhados a esta.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 30 do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 65 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único:

“Art. 65.

§ 1º

§ 2º A Casa revisora terá noventa dias, a partir da data de leitura do projeto, para apreciação dos projetos da Casa iniciadora.

I – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido neste parágrafo, a matéria será colocada na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 3º A Casa iniciadora poderá, por proposta da maioria absoluta de seus membros, solicitar urgência na revisão dos projetos que aprovar, aplicando-se à sua tramitação, na Casa revisora, o prazo e o sobrestamento de que trata o § 2º do art. 64. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição de 1988, ao tratar do processo legislativo, teve especial cuidado com as proposições de iniciativa do Poder Executivo. Além de criar o instituto da medida provisória, que permite ao Chefe do Executivo inovar de imediato o ordenamento jurídico, a Carta conferiu ao Presidente da República a prerrogativa de solicitar urgência para projetos de sua autoria, hipótese em que cada uma das Casas dispõe de 45 dias para exame da matéria, ao fim dos quais ficam sobrestadas todas as demais deliberações legislativas, até que se ultime a votação do projeto em regime de urgência, excetuadas as outras proposições com prazo de tramitação constitucionalmente determinado.

Conquanto seja defensável que o Poder Executivo possa ter projetos relevantes de sua autoria analisados pelo Parlamento em um prazo diferenciado, isso não deve ocorrer segundo entendemos, em detrimento de todas as proposições originadas no próprio Congresso Nacional. O exercício de atividades legislativas pelo Poder Executivo e suas prerrogativas relativamente à agenda do Poder Legislativo não podem subverter a essência do princípio da Tripartição de Poderes. Tampouco o Congresso Nacional pode se demitir de suas responsabilidades e do protagonismo que lhe cabe na produção de leis.

De acordo com o Relatório da Presidência do Senado relativo às atividades legislativas no ano de 2006, foram sancionados 113 projetos de lei nesse exercício, excetuados os referentes a créditos adicionais. Desse total, 55 originaram-se de medidas provisórias e projetos de lei de autoria do Poder Executivo, ao passo que 13 se originaram no Senado e 35 na Câmara dos Deputados, além das outras possibilidades de iniciativa legislativa. Ou seja, quase 50% da produção legislativa de 2006 tiveram origem em proposições do Presidente da República. No exercício de 2004, esse percentual atingiu a assustadora marca 80,8%. Os dados revelam, outrossim, uma maior aprovação de leis originadas de projetos de autoria de deputados do que

de senadores. Nos últimos dois anos, a proporção foi de quase três para um.

Não nos parece conforme com independência do Poder Legislativo que a grande maioria das matérias aprovadas pelas Casas do Congresso Nacional tenha origem em Poder diverso. Tampouco atua no sentido de fortalecer a cooperação que deve existir entre as Casas o fato de um grande número de proposições aprovadas numa delas permanecer com tramitação inconclusa na outra, para o que muito contribui a azáfama do Poder Executivo em editar MP e solicitar urgências para os seus projetos.

Em face desse quadro, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, que altera o art. 65 da Carta Magna, para prever a aplicação do regime de urgência constitucional à revisão de projetos aprovados numa das Casas, desde que haja solicitação da maioria absoluta dos membros da Casa iniciadora. Feita a solicitação, passará a correr o prazo de 45 dias para deliberação por parte da Casa revisora, ao fim do qual a proposição sobrestará a tramitação de todas as outras em discussão, excetuadas aquelas com prazo constitucional determinado para apreciação. Cuida-se, portanto, de conferir aos projetos iniciados em uma Casa e considerados mais relevantes e prioritários pelos seus membros, tratamento equivalente ao dispensado a projetos de autoria do Presidente da República, para os quais este tenha solicitado urgência. A exigência numérica na formulação do pedido de urgência tem por escopo evitar a banalização da nova prerrogativa, permitindo a aplicação do regime de urgência apenas àqueles projetos cuja necessidade de tramitação mais célere haja sido reconhecida pela maioria dos membros da Casa solicitante.

Convictos da justeza da iniciativa e acreditando que a inovação produzirá frutos positivos no processo legislativo, possibilitando um aumento na produção legislativa com origem genuína no Parlamento, solicitamos o apoio de nossos pares, para a aprovação desta PEC.

Sala das Sessões,

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I – relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III – reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que

estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de deputados e senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 48.

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

.....” (NR)

“Art. 57.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.” (NR)

“Art. 61.

“§ 1º

II –

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

.....” (NR)

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de deputados e senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.” (NR)

“Art. 64.

.....

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

.....” (NR)

“Art. 66.

.....

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

.....” (NR)

“Art. 84.

.....

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

.....” (NR)

“Art. 88. A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.” (NR)

“Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição Federal cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive.” (NR)

Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2001.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77 DE 2007

Altera o inciso XI do art. 52 da Constituição Federal para permitir ao Senado Federal a exoneração de agentes públicos em cujos mandatos tenham sido investidos com aprovação dessa Casa.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52

.....

XI – por maioria absoluta, exonerar, por descumprimento de deveres ou proibições inerentes ao cargo, agentes públicos cuja escolha

deva ser submetida à sua aprovação por força da alínea f do inciso III deste artigo, e aprovar, por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

.....”(NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O inciso III do art. 52 da Constituição Federal, à altura da alínea f, determina que lei ordinária poderá submeter a escolha de outras autoridades à aprovação do Senado Federal.

Entre as leis que o fazem estão as que criam as diversas agências reguladoras, cujas diretorias só serão ocupadas por aprovados pelo Senado Federal.

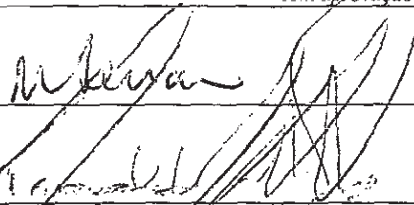
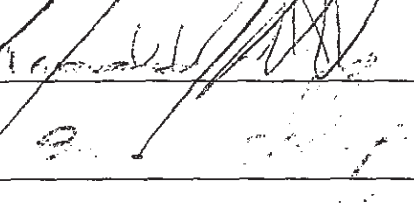
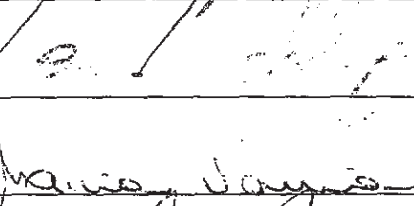
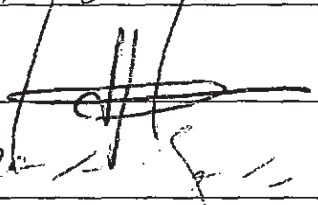
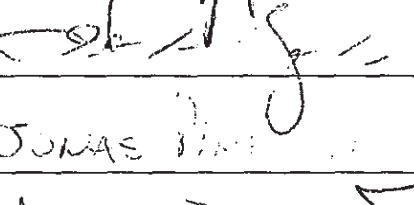
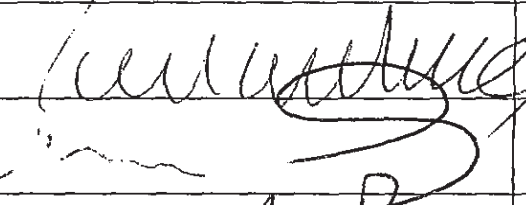
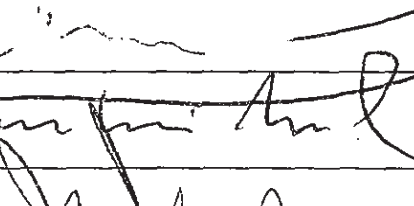
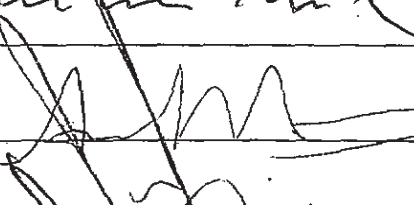
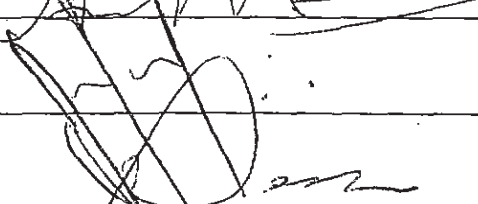
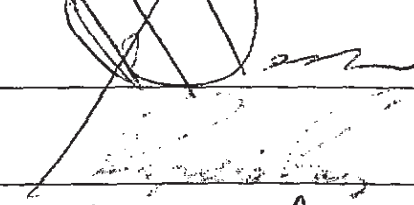
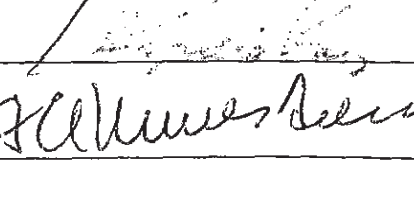
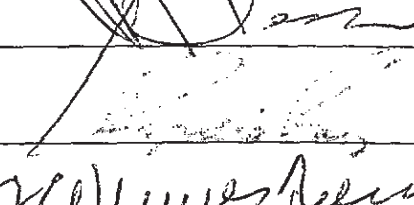
Ocorre que essa legislação prevê um nó górdio. Por ocasião das arguições públicas feitas nesta Casa Legislativa – as quais, reconheça-se, nem sempre são pautadas pela necessidade de examinação da qualificação técnica do indicado –, não há obviamente condições de se aferir se o indicado aprovado, uma vez no cargo, irá desempenhar as funções a ele inerentes com a competência e probidade exigidas. Um excelente currículo pode sustentar a escolha, mas não garante o exercício.

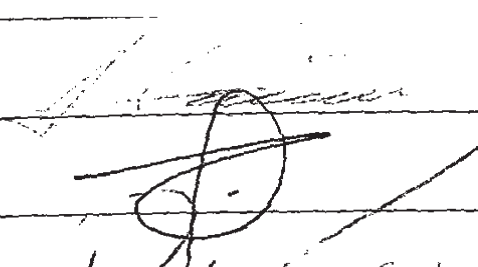
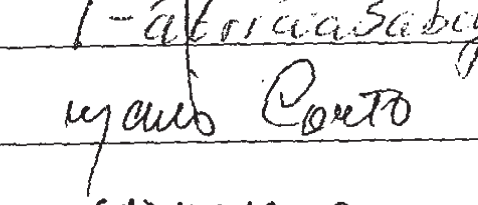
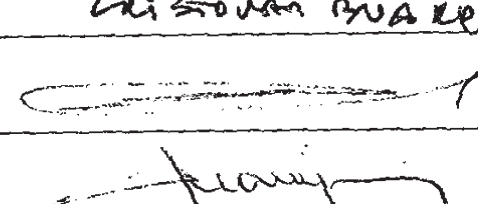
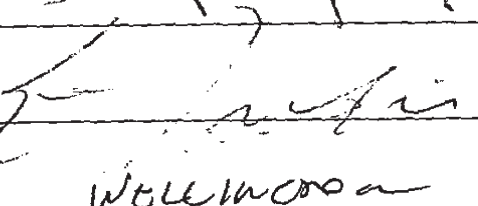
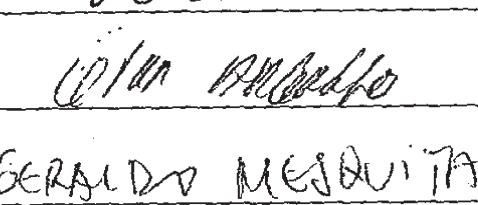
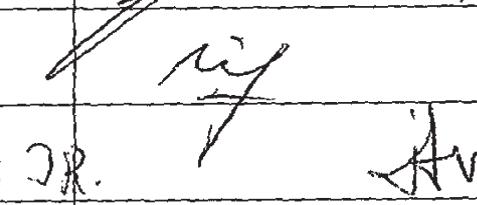
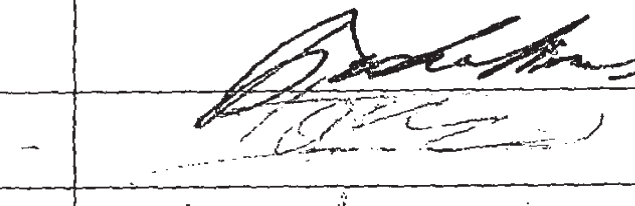
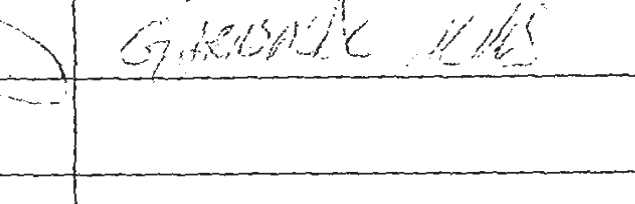
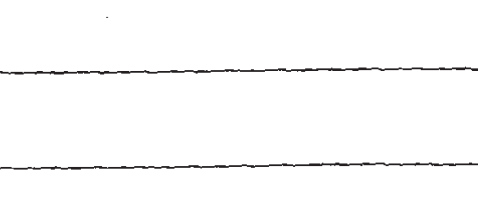
Esse quadro agrava-se sensivelmente quando se sabe que os diretores são detentores de mandato e que somente o perderão, em regra, por renúncia, por condenação judicial transitada em julgado ou pela aplicação de pena demissória imposta ao fim de processo administrativo disciplinar. A renúncia é ato de vontade, e certamente faltará ao ímprobo e ao incompetente o desejo de abrir mão da sinecura que ocupa; já as questões judiciais e administrativas estão submetidas a processos no Poder Judiciário e nas instâncias administrativas.

Tudo somado, o panorama que se tem é o de que basta ao indicado transpor a barreira da aprovação senatorial para fazer o que quiser no cargo que vier a ocupar, pois dificilmente os processos referidos estarão conclusos antes do fim de seu mandato.

Esta proposição busca eliminar essa lacuna, permitindo ao Senado Federal o exercício do instituto do **recall**, retirando de seus cargos, antes do fim dos respectivos mandatos, diretores e outros agentes públicos que descumpram seus deveres funcionais ou que lesem as proibições que contra eles vigem a partir do múnus que exercem.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**.

1		Marise Sena
2		FELIX P. L. S.
3		
4	João Vitor	LUCIA VANIA
5	Paulo	Paulo DUQUE
6		Almeida Lima
7		EDUARDO ALFREDO
8	JONAS	João Guilherme
9	Alvaro Dias	
10		JARBAS VASCONCELOS
11		HERÁCLITO FORTES
12		M. MACIEL
13		SÉRGIO GUERRA
14		Vainir Campos
15		Marconi Perillo
16		
17	Falkenberg	Marcelo

18		Adelino Santos
19		João T. Mendes
20	1-afonso Saboya	Família Saboya
21	Yano Couto	Yano.
22	CRISTIAN MARQUE	Wish A.
23		MOZARILDO CAVALCANTI
24		EFRAIM MENDES
25		Fernando
26	Wellington	
27	Wilton Roberto	Wilton
28	GERALDO MESQUITA JR.	Av
29	Pedro Simon	
30	Pedro Bim	
31		GILBERTO MENDES
32		
33		
34		

LEGISLAÇÃO CITADA

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO IV

Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) governador de território;

d) presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica que recebeu manifestação sobre o Requerimento nº 802, de 2007, a seguir discriminada:

– **Ofício nº 176/2007**, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Distrito Federal.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica que recebeu manifestações sobre o Requerimento nº 834, de 2007, a seguir discriminadas:

– **Ofício nº 893/2007**, da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo;

- **Ofício nº 149/2007**, da Câmara Municipal de Simões Filho; Estado da Bahia;
- **Ofício nº 985/2007**, da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; e
- **Ofícios nºs 270 e 271/2007**, da Câmara Municipal de Barreiras, Estado da Bahia.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu manifestação do Instituto dos Advogados Brasileiros por meio do PR-1067/2007, acerca do **Projeto de Lei do Senado nº 143/2006**.

O expediente será juntado ao processado do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 83, de 2007**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

Of. nº 83/2007 – CCT

Brasília, 8 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 702, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 8, de 2007, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual sobre a gestão de florestas públicas para uso sustentável, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

Relator: Senador **Renato Casagrande**

Submete-se ao exame desta Comissão o Ofício “S” nº 8, de 2007 (Ofício nº 050/2007/SFB/MMA, de 5 de abril de 2007, na origem), mediante o qual o Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual sobre a gestão de florestas públicas para uso sustentável. O envio deste relatório ao Poder Legislativo é uma exigência do § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que, entre outras medidas, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

O § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, determina a elaboração e o envio ao Poder Legislativo de relatório anual sobre as concessões outorgadas, o valor dos preços florestais, a situação de adimplemento dos concessionários, os PMFS [Plano de Manejo Florestal Sustentável] e seu estado de execução, as vistorias e auditorias florestais realizadas e os respectivos resultados, assim como as demais informações relevantes sobre o efetivo cumprimento dos objetivos da gestão de florestas públicas.

O relatório refere-se ao primeiro ano de vigência da lei. Abrange, portanto, o período de março de 2006 a março de 2007 e relata os esforços empreendidos no sentido de (i) estabelecer um arcabouço jurídico infralegal capaz de possibilitar a operacionalização do sistema e (ii) dar início à implementação dos instrumentos previstos para a adequada gestão das florestas públicas.

Para a consecução do primeiro objetivo – estabelecer um arcabouço jurídico infralegal capaz de possibilitar a operacionalização do sistema – foram editados cinco atos normativos:

- Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007: regulamenta a Lei nº 11.284, de 2006, dedicando-se a disciplinar (i) o cadastro nacio-

nal de florestas públicas, (ii) a destinação de florestas públicas às comunidades locais, (iii) o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), (iv) o licenciamento ambiental dos lotes ou unidades de manejo, (v) a licitação das concessões, (vi) o contrato de concessão florestal federal e (vii) o monitoramento e as auditorias das florestas públicas federais;

- Resolução Conama nº 378, de 2006: define quais os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional e esclarece a competência dos estados e do Ibama com relação ao licenciamento das atividades florestais;

- Resolução Conama nº 379, de 2006: estabelece as regras para integração e transparência na gestão florestal dos entes federados, inclusive mediante a criação de um portal de acesso às informações na internet;

- Instrução Normativa do MMA nº 2, de 2006: disciplina a celebração de contratos de transição e a permissão de continuidades dos PMFS em áreas públicas, aprovados a partir de 2002;

- Instrução Normativa do MMA nº 1, de 2007: altera pontos específicos da IN/MMA nº 2, de 2006.

A transição para o modelo preconizado pela Lei nº 11.284, de 2006, poderá ser implementada segundo três instrumentos, previstos na própria lei e regulamentados pelas normas citadas: (i) contratos de transição, que possibilitam a continuidade da execução dos PMFS localizados em áreas públicas e que tenham sido aprovados até a promulgação da lei; (ii) autorização de concessões na faixa de 100km ao longo da BR-163 antes do primeiro PAOF; (iii) concessões em Florestas Nacionais (FLONAS).

Outro ponto que mereceu atenção do SFB nesse primeiro ano de vigência da lei foi a concessão não-onerosa de florestas públicas para o uso comunitário, ou seja, a alocação de porções de floresta para o uso sustentável de comunidades locais. Além disso, foram desenvolvidas atividades destinadas a regulamentar a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, a estabelecer bases para a elaboração do primeiro PAOF e a acompanhar as iniciativas estaduais – Pará, Acre, Amazonas e Amapá – na gestão de florestas públicas.

O SFB foi estruturado em oito gerências executivas destinadas a tratar dos seguintes temas: (i)

cadastro nacional de florestas públicas, (ii) planejamento florestal, (iii) concessão florestal, (iv) monitoramento de florestas públicas, (v) informações florestais, (vi) florestas comunitárias, fundo nacional de desenvolvimento florestal, administração e logística.

Segundo o relatório, alguns instrumentos de gestão encontram-se em fase de desenvolvimento: (i) o cadastro nacional de florestas públicas, (ii) o portal da gestão florestal na internet, (iii) o sistema de monitoramento e auditoria da gestão de florestas públicas, (iv) o sistema de Detecção da Exploração Florestal (DETEX) e (v) o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).


O documento relata ainda a estratégia de implementação de Distritos Florestais Sustentáveis (DFS), que constituem complexos geoeconômicos e sociais estabelecidos com a finalidade de definir territórios onde serão desenvolvidas ações coordenadas de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento local baseado em atividades florestais sustentáveis. São apresentadas as iniciativas de implantação dos DFS da BR: 163, de Carajás e de Purus – Madeira.

Por fim, o relatório destaca as atividades previstas para o segundo ano de vigência da Lei nº 11.284, de 2006: (i) entrada em operação do cadastro nacional de florestas públicas, (ii) edição do primeiro PAOF (2008), até 31 de julho de 2007, (iii) realização da primeira licitação de contratos de concessão florestal, e (iv) lançamento do portal nacional da gestão florestal e do Sistema de Detecção da Exploração Florestal (DETEX).

Em 26 de junho de 2007, foi realizada uma audiência pública, nesta Comissão, para ouvir o Sr. Tasso Azevedo, Diretor-Geral do SFB.

Ante o exposto e com base nos arts. 90, IX, 102–A, II, e 133, III, do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pelo conhecimento do Ofício “S” nº 8, de 2007, e pela remessa do processado ao arquivo.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2007.



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: DFS Nº 08 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>H. Quintanilha</i>	
RELATOR : <i>[assinatura]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
NATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT <i>Sibá Machado</i>	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT <i>[assinatura]</i>	SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR <i>[assinatura]</i>	INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOR-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR <i>[assinatura]</i>
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA <i>(Presidente)</i>	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
PFL	
JOSEU RESENDE	ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	CÉSAR BORGES
JONAS PINHEIRO	EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPINO	RAIMUNDO COLOMBO
CÍCERO LUCENA <i>[assinatura]</i>	LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO	FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
MARCONI PERILLO <i>[assinatura]</i>	SÉRGIO GUERRA <i>[assinatura]</i>
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, do dia 26 de junho de 2007 às 11:30 horas

Às doze horas e sete minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Renato Casagrande, João Ribeiro, Fernando Collor, Cícero Lucena, Marconi Perillo, Flávio Arns, Expedito Júnior, Garibaldi Alves e Flexa Ribeiro. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, “com o Sr. Tasso Rezende De Azevedo, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, a fim de debater acerca das conclusões contidas no primeiro Relatório Anual de Gestão das Florestas Públicas”, em conformidade com o a aprovação do Requerimento nº 18/2007-CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande e Senadora Fátima Cleide. Após a exposição do convidado, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores Garibaldi Alves e Renato Casagrande. O Senhor Presidente propõe e o plenário da Comissão aprova a inclusão, extra-pauta, das seguintes matérias para deliberação: Item 1) Aditamento nº 02 Ao Requerimento nº 17, de 2007-CMA, que requer, “nos termos regimentais, que seja convidada a Superintendente de Meio Ambiente da Empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., Senhora Norma Pinto Vilela, para participar de audiência pública para tratar sobre as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e os impasses em relação à licença ambiental para a construção da referida obra”. Autoria: Senador Expedito Júnior. Resultado: Aprovado. Item 2) Requerimento nº 28, de 2007-CMA que requer, “nos termos regimentais, seja realizada audiência pública com o objetivo de se ouvir o Senhor Jonas Correa, Presidente Nacional da Associação dos Servidores do Ibama (ASIBAMA) sobre a Medida Provisória nº 366, de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes a partir da fragmentação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA)”. Autoria: Senador Expedito Júnior e Cícero Lucena. Resultado: Aprovado. Item 3) Requerimento nº 29, de 2007-CMA, que requer, “nos termos regimentais, convite a Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e o Sr. Bazileu Alves Margarido Neto, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

Recursos Renováveis (IBAMA) para prestarem esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (Medida Provisória nº 366, de 2007), que “dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências”. Autoria: Senador Garibaldi Alves. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário** do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Reunião em 26-6-07

18ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 26 de junho de 2007, às 12 horas e 07 minutos

Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Nós temos a mesa três requerimentos extrapauta. Não havendo quem queira se manifestar sobre a Ata. Aprovada a Ata.

Nós temos a mesa três requerimentos extrapauta que eu submeteria a apreciação do Plenário.

Srs. Senadores que aprovam a apresentação dos requerimentos de autoria do Senador Expedito Júnior, Garibaldi Alves Filho, dois do Senador Expedito Júnior. Aprovado.

Nós passaríamos a discussão dos requerimentos.

Requerimento, requeiro nos termos regimentais, realizada a audiência pública em reunião extraordinária desta Comissão, com objetivo de se ouvir a associação nacional dos servidores do Ibama, sobre a Medida Provisória nº 366, de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes a partir da fragmentação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Ele solicita que seja ouvido o Sr. Jonas Correa, Presidente da instituição, o outro requerimento, também de autoria do Senador Expedito Júnior, e em aditamento ao requerimento de sua autoria, assinado em conjunto com Senador Sibá Machado, já aprovado por esta Comissão para que seja convidada a Superintendente do Meio Ambiente, da empresa Furnas Centrais Elétricas,

Sr^a Norma Pinto Vilela, para participar da audiência pública, para tratar sobre as obras do complexo de hidrelétricas do Rio Madeira, no estado de Rondônia e os impasses em relação a licença ambiental para a construção da referida obra.

O terceiro requerimento é de autoria do Senador Garibaldi Filho, que propõe o convite a Ex^{ma} Sr^a Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão quanto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes e conservação da biodiversidade do Instituto Chico Mendes e dá outras providências.

Eu passaria então, a palavra ao Senador Expedito Júnior, se for do interesse de S. Ex^a, dar sustentação oral aos requerimentos que apresenta. Tem V. Ex^a a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente. Primeiro, eu gostaria de defender o requerimento aqui, do convite que nós estamos incluindo e solicitando a presença da Sr^a Norma Pinto Vilela. Haja vista, Sr. Presidente, que era para acontecer hoje essa nossa audiência aqui e por conta já várias audiência que teria aqui para ser agendada, haveria a presença aqui, do Presidente Nacional do Ibama, que nós gostaríamos de discutir com ele, sobre o complexo do Madeira, as construções de Jiral e de Santo Antônio, e que até agora não tivemos a felicidade de ter um posicionamento do Ibama sobre essa questão da licença ambiental, e eu gostaria, então, de incluir, nessa próxima audiência pública, eu não sei se já está definida por essa comissão, se vai ser já na próxima semana, mas eu gostaria então, se possível, incluir o nome da servidora Norma Pinto Vilela, que participou, Sr. Presidente, de todos os estudos feitos, tanto no Estado de Rondônia, o estudos feitos para que pudesse chegar a viabilidade da construção de Jiral e de Santo Antônio, no Rio Madeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu só gostaria de esclarecer ao Ilustre Senador que nós estamos em tratativa com os convidados, para que nós possamos realizar a audiência pretendida e estamos exatamente procurando acertar a agenda, dentro das possibilidades de cada um deles para que nós possamos marcar o mais breve possível.

O segundo o requerimento, Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente. Eu até fiz questão de discutir aquele primeiro, porque estava esperando a chegada do meu líder, o Senador Cícero Lucena, que na manhã, hoje,

o nosso colaborador, o Wagner(F), ele nós informava que o Senador Cícero estaria apresentando também um requerimento no mesmo sentido. Este requerimento, Sr. Presidente, onde nós estamos convidando aqui, o Sr. Jonas Correia, Presidente Nacional da Associação dos Servidores do IBAMA. Eu sei que tem aqui outro Requerimento do Senador Garibaldi, que é convidando a Ministra, e eu acho até que é importante, mas nós já conhecemos o posicionamento da Ministra, nós já conhecemos o posicionamento também do Presidente Nacional do IBAMA e é importante que nós possamos ouvir aqui, a outra parte, aquela que vai ser atingida com essa Medida Provisória que são os servidores do IBAMA, eu vejo assim, Sr. Presidente, com bastante tristeza, eu não sei por que esse açodamento do Presidente Lula, eu não sei por que esse açodamento da equipe do Governo, da Ministra Marina Silva em querer criar isso em Medida Provisória, isso nunca fez parte da vida política do Partido dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores sempre gostou de discutir muito, e exatamente nesse momento em que vai mexer em toda a estrutura do IBAMA, fazer isso em Medida Provisória, para que não dê oportunidade, para que a sociedade, para que principalmente, aqueles que serão atingidos, os servidores do IBAMA, possa discutir sobre isso, nós temos que trazer isso para cá, Sr. Presidente, transformar isso em Projeto de Lei, não em Medida Provisória, trazer todo mundo aqui para dentro desta Casa e discutir sobre essas questões, sobre o gargalo. Muita gente acha que a criação do Instituto Chico Mendes vai melhorar a vida do povo brasileiro, vai melhorar a questão do IBAMA, e não é verdade, nós temos que discutir muito, eu até respeito essa possível vinda da Ministra aqui, Garibaldi, que V. Ex^a também está propondo, e se pudesse até junto, para que nós pudéssemos ouvir aqui a Ministra e pudéssemos ouvir aqui, o Presidente do Sindicato dos Servidores do IBAMA.

Este Requerimento, Sr. Presidente, eu fiz ele, mas eu gostaria de pedir aqui, para que pudesse ser assinado, tanto pelo Senador Expedito Júnior como também pelo Senador Cícero Lucena, nós faríamos aqui então, uma assinatura em conjunto. Agora, eu gostaria de pedir uma prioridade a V. Ex^a porque nós devemos já votar isso aqui na próxima semana, então, é importante que esclareça para os Senadores, principalmente desta comissão, o porquê desse açodamento, o porquê desta criação deste Instituto Chico Mendes, sem discutir com Congresso Nacional, sem discutir com ninguém, então é importante que pelo menos nesta Comissão, nós possamos ouvir as pessoas interessadas e discutir sobre a criação deste Instituto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Cícero Lucena, tem V. Ex^a a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente. Como já bem disse o Senador Expedito Júnior, nossa intenção seria apresentar também, para ouvirmos esse outro lado, de algo que, acho que Brasil como um todo foi pego de surpresa, se a razão da criação deste Instituto Mendes pareceu e é nossa obrigação esclarecermos, foi fruto de uma possível negativa, da licença da Hidroelétrica no Rio Madeira, algo que não está devidamente esclarecido para o Brasil. Como nós sabemos da importância da hidroelétrica, que não é o caso, isso aí já está contemplado em outras discussões que aqui, a Casa está fazendo, mas nós gostaríamos e nós somamos, tanto ao Senador Garibaldi Alves, na convocação da Ministra, como na convocação do Presidente dos Servidores para que isso seja debatido, estranhando também essa urgência urgentíssima da Medida Provisória, mais uma vez desmoralizando esse instrumento que seria para colaborar com as ações do Poder Executivo, mas muitas vezes está sendo demonstrado, ou a sua força em querer atropelar os fatos, ou simplesmente deixar de lado o debate, a discussão, o esclarecimento. Então, nós nos somamos ao Requerimento do Senador, [interrupção no áudio] acreditamos inclusive, de que, no caso específico do Presidente do Sindicato, a sua agenda, com certeza estará priorizada aqui se fazer presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu entendo que a propositura apresentada pelo Senador Expedito Júnior e apoiada pelo eminente Senador Cícero Lucena é efetivamente muito oportuna, nós temos ouvido manifestações contrárias, sobretudo originárias do próprio Instituto, do próprio IBAMA, e vejo aqui ao fundo da sala, uma manifestação ordeira, respeitosa, mas firme, de uma posição contrária a aprovação da Medida Provisória, de sorte que nós vamos procurar dar prioridade a essa discussão, marcando já para próxima reunião desta Comissão a oitiva da Ministra, e aí, se for o caso, e não havendo possibilidade do seu comparecimento em razão da sua agenda, alguém que possa representá-la nessa discussão, mas eu espero que nós possamos contar com a presença da Ministra Marina Silva para discutir essa divisão, essa pretendida divisão do IBAMA, com a criação do Instituto Chico Mendes. Não havendo mais quem queira mais discutir.

Senador Garibaldi, quer discutir ainda o Requerimento? Tem V. Ex^a a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu creio que, se há um Requerimento que não precisa ser muito justificado é esse meu, porque nós estamos, como disse o Senador Expedito, recebendo aqui essa Medida Provisória, para que ela tenha o destino de tantas outras Medidas Provisórias, sejam aprovadas a toque de caixa, mas isso não pode acontecer neste caso da criação do Instituto Chico Mendes, daí por que, Sr. Presidente, se faz indispensável a presença da Ministra Marina Silva, como se faz presente também, como se faz indispensável, desculpe, a presença do Presidente do IBAMA, do Presidente do Sindicato, Jonas Correia, Presidente Nacional da ASIBAMA.

O ideal, V. Ex^a sabe, eu acredito que concorde comigo, seria que, democraticamente, todos pudessem concordar em comparecer no mesmo dia e na mesma hora, mas que não compareçam, no mesmo dia, na mesma hora, mas que compareçam. Essa que é a verdade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito bem, o Requerimento de V. Ex^a. vai na mesma direção do Requerimento apresentado pelo eminente Senador Expedito Júnior. Agora, V. Ex^a. fez um comentário interessante, que seria importante ouvir o Presidente do IBAMA e em nenhum dos Requerimentos está elencado o nome daquela autoridade, então, seria importante uma adição, seria importante nós promovermos uma adição, Senador Expedito, Senador Garibaldi, ao Requerimento de V. Ex^{as} para incluirmos aí, o nome do Presidente do IBAMA.

Em discussão o Requerimento do Senador Expedito Júnior. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. Srs Senadores que aprovam permaneçam como estão. Em discussão. Aprovado.

Em discussão o Requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, com o adendo para inclusão nome do Presidente do IBAMA também, nessa Audiência Pública, não havendo mais quem queira discutir. Encenada a discussão. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só para esclarecimento. Então, ficou a questão do Presidente Nacional do IBAMA, um editamento ao nosso Requerimento para que também ele compareça nessa

Audiência, que vamos marcar para próxima semana. Não sendo possível a presença dele, vamos fazer igual com o Presidente Nacional dos Servidores Públicos do IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas eu creio que não vindo o presidente, ele certamente mandará alguém representando a Instituição.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com certeza, mas já fica definido para próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Próxima semana.

No Item 1 da nossa pauta, nós temos a Audiência Pública para ouvir o Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, que vem aqui debater a cerca das conclusões contidas no primeiro Relatório Anual da Gestão de Florestas Públicas, trata-se do Dr. Tasso Rezende de Azevedo, que eu gostaria de convidar para compor conosco a mesa.

Bom-dia, Dr. Tasso, nós já concederíamos imediatamente a palavra a V. S^a, para que apresentasse a suas opiniões e impressões a respeito do primeiro Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas. Tem V. S^a a palavra.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO: Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, aos demais Senadores, demais presentes.

O Relatório de Gestão de Florestas Públicas é uma determinação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada o ano passado, por essa Casa, sancionado pelo Presidente, em março do ano passado e determina que todos os anos o Serviço Florestal Brasileiro deve reportar ao Congresso Nacional e ao CONAMA, a respeito do andamento da Gestão das Florestas Públicas no Brasil. Nós finalizamos esse Relatório dia 31 de março, como determina a lei, encaminhamos para o Congresso, nessa oportunidade apresentaremos brevemente o conteúdo e os principais avanços que houve na Gestão de Florestas Públicas, durante esse primeiro ano de aplicação, dessa lei, que foi tão intensamente debatida nesta Casa. Eu vou pedir que nossos colegas vão passando, eu vou falar rapidamente sobre os objetivos desse relatório o seu escopo, a estrutura e o conteúdo desse Relatório, que os senhores tem a disposição, acho que tem até algumas cópias aqui, né? Se não tiver na mão. Tem umas cópias aqui.

Então, começando pelos objetivos desse Relatório, ele visa atender uma determinação da lei, que está no Art. 53, que exige que seja encaminhado pelo Serviço Florestal, que é o poder concedente, ao Conselho de Meio Ambiente e ao Congresso, o Relatório

de Gestão de Florestas Públicas, e isso deve ser feito até o dia 31 de março de cada ano, então, o objetivo desse Relatório é apresentar os principais avanços que nós tivemos neste ano, em relação ao Relatório.

Esse Relatório tem como escopo, pode passar ao próximo, basicamente, a gestão de florestas públicas, nós não nos atemos a gestão de florestas como um todo, mas é focado nas florestas públicas brasileiras, ele foi montado num formato que visa informar o poder concedente, que é o Ministério do Meio Ambiente, o poder legislativo e o os órgãos consultivos, que é o Conama, e a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, e a sociedade sobre a gestão nas florestas públicas, então, a linguagem, inclusive, do relatório foi pensada para isso, as ações são relacionadas a implementação da lei, que foi aprovada em março do ano passado e refere-se ao período de março de 2006 a março de 2007, então, sempre, os relatórios vão ter essa periodicidade.

Bom, o Relatório está estruturado, pode passar? Pode ir passando todos, não é? Ele tem um primeiro capítulo que resume o que foi feito em relação à gestão de florestas públicas, nesse ano que passou, na segunda, a gente dá as principais ações diretamente relacionadas a gestão de florestas públicas que foram executadas, explicamos sobre a implementação do serviço florestal brasileiro, rapidamente se fala sobre os distritos florestais sustentáveis, que é um conceito de descentralização da gestão, que é aplicado em territórios definidos por Decreto presidencial, agente fala rapidamente sobre isso, e por fim, pode ir passando? A gente fala das prioridades, para esse próximo período, que supostamente vão ser reportadas no Relatório do próximo ano, de forma que possa ser comparado com aquilo que nós estamos prevendo. Pode passar.

E por fim, tem como anexo, uma série de documentos que foram gerados durante esse ano. Como conteúdo desse relatório, primeiro o contexto, nós fizemos uma apresentação do contexto do setor florestal no Brasil, que representa 56% do território nacional, são florestas, e isso equivale a urna economia de cerca de 3,5% do nosso PIB, representa, apesar de ser 3,5% do nosso PIB, representa 8,7% das nossas exportações, e ele gera 2 milhões de empregos diretos, estimados 6 milhões de empregos diretos e indiretos, relacionados a essas atividades. O importante, é que mais da metade das florestas públicas do Brasil, das florestas do Brasil, pelo menos, são florestas públicas, e a Lei nº 11.284, ela representa o marco regulatório de como a gente gere esse imenso patrimônio, que representa pelo menos 25% do território nacional.

Essa lei, foi uma lei que teve um amplo debate, foram 14 meses para elaborar a lei, um extenso pro-

cesso de consulta, depois 11 meses de tramitação no Congresso, três Audiências Públicas, então, é muito importante o processo de reportar ao Congresso aquilo que está sendo a implementação da lei, que custou tanto o debate. Pode passar o próximo.

Bom, os principais avanços, um resumo bem breve dos principais avanços, nesse primeiro ano, nós tivemos regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que aconteceu agora em março, de 2007, portanto, um ano depois, da lei pronta, também envolveu um extenso processo de consulta, por isso demorou esse tempo, foi criado o Serviço Florestal Brasileiro, em maio de 2006, implantada a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, que foi determinada pela própria lei, que é uma Comissão que envolve a sociedade civil, governo, setor empresarial e os movimentos sociais, que visa dar diretrizes para gestão de florestas públicas e também é um órgão consultivo do serviço florestal. Implantou-se uma série de mecanismos de transição, previstos na lei, para o mecanismo anterior, de como gerir as florestas públicas, para um novo modelo, está se montando os instrumentos de gestão e monitoramento das florestas públicas, especialmente para controle do uso da floresta, a implantação dos distritos florestais e a implantação da gestão florestal descentralizada, que foi também uma decisão da lei de descentralizar a gestão florestal para estados e municípios, nós começamos esse processo pelos estados.

Falando um pouco, sobre, então, o conteúdo, entrando no conteúdo do Relatório, em termos de regulamentação, nós tivemos o Decreto de 2007, que ele especificou como vai funcionar o cadastro de florestas públicas, ou seja, onde estão essas florestas públicas? E quantas são essas florestas públicas? Quantos polígonos são? E assim por diante. Ele também define, com mais clareza, a destinação de florestas públicas para comunidades locais, detalha como vai funcionar o planejamento anual de outorga florestal, também especifica ações do licenciamento, o mecanismo de licitação em contrato e especifica também como deve funcionar o processo de monitoramento e auditorias das florestas públicas.

Foram também aprovadas duas resoluções no Conama, que tratam da gestão florestal compartilhada ou, especificamente, quais são as atribuições da União e dos estados e dos municípios na gestão das florestas, e especialmente, na forma como eles vão trocar informações e interagir.

E por fim, tem uma Instrução Normativa, duas Instruções Normativas do Ministério do Meio Ambiente, que tratam dos chamados contratos de transição, que são os mecanismos que permitem planos de manejo, que já estavam em operação em florestas públicas,

transitarem para um novo modelo, que é um modelo de concessões ou outra destinação que se julgar conveniente. Pode passar.

Quanto aos mecanismos de transição, então temos a regulamentação primeiro, depois os mecanismos de transição, a lei previu três mecanismos para a gente transitar, do modelo antigo para o modelo novo, o primeiro é o contrato de transição, que são de manejos já existentes, depois ele trata especificamente, da autorização de haver concessões, numa faixa de 100 quilômetros ao longo da rodovia BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, há um limite de 750.000 hectares no total, e também, a permissão para se promover uso sustentável, já nas florestas nacionais, que tenham planos de manejo. Onde estamos com esses mecanismos de transição? No caso dos contratos de transição, esse é o mapa do estado do Pará, foi o único lugar onde houve demanda, para contratos de transição, todos esses pontinhos que aparecem, eles estão especificados no Relatório, inclusive, com o nome de cada um deles, pode ir passando. Foram 34 solicitações de contratos de transição, sete contratos de transição foram assinados, então existem sete planos de manejo que tem contratos assinados, 22 estão em processo de avaliação em vistoria, sendo os principais entraves, relacionados a ação, uma ação do Incra, porque tem sobreposições recentes, com assentamentos que foram criados recentemente e 5 deles, foram indeferidos, ou por sobrepor a unidades de conservação de proteção integral, ou por sobrepor a florestas nacionais, ou por já terem esgotado a sua capacidade de produção, portanto, não faria sentido fazer o contrato. Então, essa é a nossa situação com relação aos contratos de transição, no Relatório os senhores têm especificado, cada um dos casos que estão sendo trabalhados.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Dr. Tasso, os contratos de transição, é onde existiu um plano de manejo?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Onde já existiam planos de manejo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Já estava sendo executado, o plano manejo.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso, e foram suspensos, no momento em que estavam fazendo a lei, porque não existia a regulamentação para usar essas áreas antes da lei, então, a própria lei conteve.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Como é que tinham esses planos de manejos em áreas públicas, antes?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Porque tinha uma interpretação anterior, ao início do processo de pensar a gestão de florestas públicas, isso é anterior

a 2003, em que se aprovava, tanto planos de manejo, quanto autorizações de desmatamento, a partir de documentos de posses, sem o documento definitivo, essas áreas eram tratadas como áreas privadas, a partir da lei, houve a discussão da lei, foram suspensos todos planos de manejo que havia nessas condições, e lei previu um mecanismo específico e disse: “Nos locais onde tinha os planos de manejo, antes de 2003, quando se passou a suspender os planos de manejos, eles poderiam pleitear a quantidade de planos de manejos, por até dois anos, dos mais de 300 planos de manejos que tem nessas condições, apenas 34 pleitearem esse mecanismo”.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB –ES)

– No Pará?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Todos no Pará, não teve nenhum pleito, de nenhum outro estado, embora é aberto a todo o Brasil.

Ao longo, o segundo mecanismo de transição, é previsto nos 100 quilômetros que ligam, 100 quilômetros de cada lado, da rodovia BR-163, no trecho que saí, pode passar mais um que dá pra ver o mapinha, que vai de Cuiabá até, aliás, o estado do Mato Grosso e o estado do Pará, onde nós fizemos um estudo para identificar as áreas que poderiam ser objeto de concessão, lembrando que esta área, em volta, do em tomo de 100 quilômetros, tem 42 milhões de hectares, a área de florestas são 27 milhões de hectares, e a área que nós identificamos como de potencial para concessões florestais, que são esses polígonos que estão em verde, no material impresso dá para ver melhor, que estão aqui, todos no Pará, eles equivalem a 1.52 milhões de hectares. Desses, a lei limita a possibilidade de ação a 750.000 hectares, então, no momento, nós estamos trabalhando nos estudos de campo para poder identificar quais são áreas que são mais aptas, susceptíveis, com menos conflito, que possam haver esses processos de concessão. Então, nós temos aí, vocês tem no próprio Relatório, tem uma descrição de cada uma dessas áreas, cobertura florestal, tamanho delas, existência de ocupação humana e assim por diante. Então, esse processo está em curso de executar, esse primeiro trabalho, a expectativa é de que a primeira, o primeiro edital de licitação para concessões florestais só ocorra a partir outubro, deste ano, porque depende de todos desses estudos, depende do Relatório ambiental preliminar, enfim, uma série de procedimentos que ainda tem que ser realizados, que seria provavelmente, essa área aqui, da APA do Tapajós e possivelmente, é próximo **slide**, no caso das florestas nacionais, na floresta nacional do Jamari, em Rondônia, que já tem o plano de manejo e tem as condições necessárias para que isso possa ocorrer, lembrando

que as florestas nacionais era uma outra possibilidade de trabalho, nós temos 63 florestas nacionais, 33 estão na Amazônia, são 19 milhões de hectares na região, e apenas 5 delas possuem planos de manejo, com possibilidade de início da atividade florestal, dessas, nós identificamos, visitamos todas elas, junto com Ibama, agora com as equipes do Instituto Chico Mendes, e nós identificamos a área da Floresta Nacional do Jamari, como a área que é possível a gente fazer o primeiro teste disso, desse sistema de concessões, aplicado em florestas nacionais, é uma área que representa cerca de 20% do total das florestas nacionais, uma área, também, relativamente pequena.

O grande gargalo nas florestas nacionais também, é o processo de regularização fundiária, várias delas, a maioria delas, ainda não regularizado. Só para chamar a atenção, quando a gente vê aqui no mapa, essas florestas nacionais, na cabeça do cachorro, aqui, todas elas estão em processo de desfazê-las, porque na verdade, são áreas indígenas, elas foram criadas e agora tem uma área indígena aqui, se não me engano, os lanomâmis, e essas áreas estão sendo desfeitas, então a gente não considera nos cálculos de área e assim por diante. Pode passar?

Durante esse ano, também, nós fizemos um levantamento do que seriam as áreas que já estão destinadas ao uso comunitário, como os senhores lembram, a Lei de Florestas Públicas, ela prevê três destinos para florestas públicas no Brasil, ou ela vira unidades de conservação, ou ela é destinada para uso comunitário, ou ela alternativamente, para uso sustentável, se pode usar os mecanismos de concessão. Então, concessões não existem no Brasil, zero, não tem nenhuma, ainda hoje, as primeiras aconteceriam esse ano, mas destinação, comunitária já existe cerca de 131 milhões de hectares, destinadas para uso comunitário, nessas diversas formas, pode passar próximo, que aí parece o mapa, então esse é o mapa, nós temos projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável, os PDS(F), assentamentos especiais, são as áreas quilombolas, reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e as terras indígenas, isso somam 131 milhões de hectares que já estão destinados e são para uso comunitário e uso sustentável. E a população que está relacionada com isso, é a população indígena, mais cerca de 450.000 pessoas que estão nessas outras unidades.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Mas esses projetos de assentamentos, são todos eles com problemas ambientais, né?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Nesse caso aqui, a gente não está somando os projetos de assentamento, os assentamentos agrícolas tradicionais,

só aqueles que foram criados em áreas de floresta, que estão sendo transformados para as áreas de uso sustentável, assentamentos no Brasil, a gente tem milhares e milhares, então eles não aparecem nessa conta. É, nós não estamos contando os assentamentos tradicionais, esses que são puramente agrícolas, tá certo? É só destinação mesmo, para uso sustentável.

A outra forma de destinação, como nós falamos, pode passar o próximo, são as áreas destinadas para proteção integral, então nós estamos, na destinação da proteção integral, também é uma área grande, a proteção integral, aqui neste caso, nós consideramos também, junto às áreas indígenas, porque elas também são consideradas de proteção integral, e dá um total de 146 milhões de hectares, se a gente tirar as áreas indígenas, nós temos um total, ainda de proteção integral, contando as áreas militares, e as áreas, só as

áreas federais, de cerca de 38 milhões de hectares, então, novamente, para a gente entender o quadro geral, a gente tem um montante de florestas públicas, que a gente não sabe exatamente o quanto ele é o total ainda, nós estamos trabalhando para o lançamento da primeira versão do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, para próxima semana, se tudo der certo, no dia 2 de julho, deve estar sendo lançado a primeira versão do cadastro, mas o que nós sabemos é que desse total de florestas públicas, nós temos cerca de 146, bom, de 36 milhões de hectares de unidades de conservação e áreas militares, são de proteção integral, federais, e nós temos, cerca de 136 milhões de hectares, destinados ao uso comunitário, e por enquanto zero, nenhuma área destinada a concessões florestais. Próximo tema, por favor.

Bom, nesse período também, foi estabelecida a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, que é o órgão consultivo do sistema de gestão, ele foi regulamentado por esse Decreto, no Dia do Meio Ambiente, no ano passado, essa é a composição dele, essa Comissão tem se reunido bimestralmente, nesse ano mensalmente, trabalhando cada um dos aspectos que estão tendo que ser regulamentados, dentro da legislação, ela inclui representantes dos estados, de diversos órgãos e Ministérios, no Governo Federal, e também de trabalhadores de organizações não-governamentais, de movimentos sociais e do setor empresarial. Pode passar.

A gestão de florestas públicas também tem que ser implementadas nos estados, durante todo o processo de discussão da lei, foi feito um esforço importante para que passasse a gestão das florestas, que são dos estados para os próprios estados, então, as áreas estaduais que contêm florestas, são de administração total dos estados, inclusive, eles podem ter

as suas leis específicas, nos estados, que enfim, que especificam mais como fazer a gestão nos estados. Onde está mais avançado isso? No Pará, no Amazonas, no Acre e no Amapá, por exemplo, no Pará, eles já definiriam os órgãos que vão trabalhar a gestão de florestas públicas, criaram o Instituto Estadual de Florestas, o IDEFLOR(F), a mesma coisa no Amazonas, que criou a Agência de Fomento a Negócios Florestais a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis, o Acre, criou, tem uma Secretaria de Florestas e tem agora, também, uma Agência de Negócios Florestais, o Amapá criou, recentemente o Instituto Estadual de Florestas, enfim, todos esses estados estão criando as suas estruturas para poder gerir as suas próprias florestas públicas. E eu coloquei aqui, o mapa, que é muito aproximado, porque nós não temos acesso ainda, integrado, às informações sobre as unidades de conservação dos estados, mas isso é, pelo menos essas unidades de conservação já existem nos estados. Então, soma-se a destinação que nós já falamos das florestas públicas federais, as florestas públicas estaduais que já estão também destinadas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Nós não temos cadastro nenhum, nós vamos fazer esse cadastro, do que é estadual, do que é federal?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – O cadastro federal, a primeira versão, deve sair, como eu disse, na terça-feira que vem, na segunda ou terça-feira, nós já temos o primeiro esboço dele, nós estamos agora resolvendo o problema tecnológico de botar no ar, são vários problemas relacionados a você dizer o que é uma floresta pública, mas basicamente, nós sabemos quais são as glebas públicas federais na Amazônia, aquelas que já estão cadastradas pelo Incra e pelo SPU e temos uma informação de onde é a floresta em 2006, ainda que não seja uma informação com a precisão necessária para a demarcação em campo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Florestas públicas basicamente, nós temos na região Norte, né?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Tem as unidades de conservação fora.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Sim, mas aí são as unidades de conservação.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso. E no Nordeste tem bastante florestas públicas também, ainda, bastante estadual, principalmente na Caatinga, na transição da Caatinga para o Cerrado e do Cerrado para Amazônia, a gente tem bastante florestas públicas, e na Bahia, estima-se que tem uma área de floresta pública considerável e Minas Gerais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– São terras devolutas?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Não sei dizer. A gente sabe que tem quantidades importantes de terras públicas, ou registradas em nome do Estado, ou em nome da União, o que nós não tivemos ainda foi acesso as informações dos órgãos fundiários sobre onde estão essas terras, porque para o Serviço Florestal o que funciona é, eu preciso saber onde estão glebas federais? E a gente aplica a malha de florestas em cima e consegue identificar florestas públicas, no caso de áreas devolutas é o estado que tem que fazer isso, porque a área devoluta em teoria ela é dos estados.

Bom, o Serviço Florestal foi criado, a estrutura básica do Serviço Florestal, ele tem um conselho diretor, colegiado, conforme decidido pelo Congresso e ele possui oito áreas de trabalho, que são as de gerências executivas, cadastro de florestas públicas, que é basicamente para a gente poder viabilizar, saber onde estão as florestas públicas, o planejamento florestal, uma área de concessões e licitações, a área de monitoramento e fiscalização das florestas públicas, o Sistema Nacional de Informações Florestais, que é uma determinação da lei, que inclui o Inventário Nacional de Florestas, é a primeira vez que o Brasil vai fazer um Inventário Nacional de Florestas, é o único País mega florestal que não tem inventário, não sabe o quanto tem de floresta, não sabe o que tem na floresta, tem uma área de florestas comunitárias para trabalhar especificamente, com aquela definição de manejo florestal comunitário, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal que captura recursos das concessões para reinvestir na área de florestas e uma área de administração e logística, e tem as unidades regionais também, que são no total de seis, duas em implementação. Hoje, o Serviço Florestal, ele funciona por requisição, porque no Congresso ele tirou a criação de vagas, então, o Serviço Florestal embora, diga, lei que tem que fazer o concurso, eu não posso fazer o concurso, porque não existem as vagas. Mas então, ele funciona por requisição, e hoje, são 43 pessoas aqui, em Brasília, e 6, fora de Brasília. Funciona no prédio do Ministério do Meio Ambiente, ainda, né? Ainda, é uma coisa bem pequena.

Os instrumentos de gestão que estão em desenvolvimento, então o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, que deve ser lançado, a sua versão 1.0, na próxima semana, o Inventário Nacional de Florestas, que está sendo coordenado numa parceria com a Embrapa, nós temos uma unidade, junto com a Embrapa, em Colombo, no Paraná, onde está sendo desenvolvido o Inventário Florestal Nacional, o portal de gestão florestal que também já está no ar, desenvolvido em parceria com Ibama e com o Ministério do Meio

Ambiente, onde você encontra toda informação sobre gestão florestal, por exemplo, planos de manejo aprovados do Brasil, você entra lá, consegue enxergar, hoje, os planos de manejo, autorizações de desmatamento que tenham efeitos no âmbito federal, todas estão lá, informações sobre autuações, fiscalizações etc. Tudo relacionado a floresta, a gestão florestal, está nesse portal, e ele está sendo construído aos poucos, incluindo mais informações inclusive, ele vai incluir as informações dos estados, isso é parte da resolução Conama, que tratou disso.

Está sendo desenvolvido agora, o sistema de monitoramento e auditoria da Gestão de Florestas Públicas, como os senhores sabem, a lei determina que, exista, além da fiscalização do Poder Público, existe uma auditoria independente, realizada por agentes externos ao Governo, independentes, credenciados pelo sistema nosso, de meteorologia, no caso o IMETRO, que farão auditorias, não só do empreendimento, como vão auditar o trabalho feito pelo Serviço Florestal, e pelos órgãos de meio ambiente, que atuam na área, no caso, o Ibama, que faz a fiscalização dos planos de manejo, e também a implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que como esse ano, ele ainda não tem recursos, porque não tem contratos de concessão em andamento ainda, ele vai ser desenvolvido a partir do segundo semestre, ele não começou a ser desenvolvido ainda. Pode passar.

Por fim, são os dois últimos **slides**, os distritos florestais sustentáveis, nós temos o primeiro distrito florestal, pode passar, que foi implementado na região da BR-163, ele pega, a área de maior potencial de produção florestal, dentro do polígono da BR-163, que pega, enfim, toda essa região aqui, e ele visa uma série de ações que estão sendo feitas para nesse distrito florestal, se implementar os primeiros casos da gestão da florestas pública, já que elas perfazem mais de 90% deste território, e segundo, que nós estamos trabalhando agora, para criação, provavelmente no mês de julho, o Distrito Florestal do Carajás, que ele tem um enfoque, muito importante, na área de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, especialmente pelo impacto que tem a indústria de ferro gusa, nessa região, onde se consome cerca de 14 milhões de metros cúbicos, apenas 14 empresas e a grande maioria vinda de desmatamento, é uma das grandes regiões de expressão por desmatamento, na Amazônia. O próximo.

Bom, finalmente as prioridades para o ano de 2007, nós colocamos ela aqui, e esperamos apresentar no ano que vem, quando começar a apresentação a gente começar sendo cobrado por esses sete itens que estão aqui, que é o que a gente acha que é,

que deve ser as prioridades para esse ano. Nós temos que botar no ar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e integrá-lo aos cadastros estaduais, de forma que qualquer cidadão possa saber onde estão as florestas públicas, que já estão cadastradas, criar, finalizar todos esses mecanismos de transição, que foram apresentados na lei, elaborar o primeiro Plano Anual de Outorga Florestal. Os senhores sabem que a gente tem que enviar para o Congresso, ele junto com a lei orçamentária, porque tem que prevê na lei orçamentária, como é que nós vamos implementar e monitorar a gestão de florestas públicas, portanto, ele deve estar pronto no dia 31 de julho, para nós, internamente, para que ele possa chegar ao Congresso, no dia 31 de agosto, já incluído na Lei de Gestão de Florestas Públicas, esse Plano Anual de Outorga, ele vale para o ano seguinte, ou seja, tudo que vai ser feito no ano seguinte têm que estar previsto nesse Plano Anual de Outorga.

Devemos realizar a primeira licitação para contratos de concessão a partir de outubro desse ano, ela não vai ser completada esse ano, mas vai ser lançada este ano a licitação, mas ela só deve se completar no começo do próximo ano. Implantar o sistema de gestão de florestas públicas, nos distritos florestais sustentáveis, e aí você vai conseguir enxergar tudo que tem a ver com floresta pública por distrito florestal, o portal nacional florestal, que já está em andamento, e iniciar a operação do sistema de detecção de exploração florestal, é um sistema que, ele é complementar ao sistema atual de detecção do desmatamento, só que esse sistema vai mais longe, ele permite a gente identificar onde está havendo exploração florestal sem desmatamento, então, se houve, se retirou uma árvore para fazer a produção madeireira etc., a gente consegue enxergar isso, dentro do território, esse sistema, já está tecnicamente, já está resolvido como fazê-lo e nós estamos desenvolvendo isso em parceria com o Inpe, o Ibama, o Cipam, o Museu Emílio Goeldi, o Inpa e o Imazom, esse sistema deve estar em operação a partir de setembro, disponível na internet, também, como todos os instrumentos que a gente tem criado. Era isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Como é que você define um distrito?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Pode voltar um pouquinho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– É por área?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – É o penúltimo **slide**, você pode colocá-lo? O distrito florestal, ele tem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Por exemplo, a BR-163, é um distrito? Em tomo, às margens da BR-163, é um é um distrito?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Num trecho do Pará, que tem alto potencial florestal, na verdade, o que a gente fez foi identificar no Brasil, nós identificamos sete regiões no Brasil, que têm três características, elas têm potencial florestal, do ponto de vista dos recursos naturais, seja relevo, seja a massa florestal existente, primeira questão, tem o potencial florestal, a segunda, tem o mínimo de condições logística, para que a atividade florestal possa ser, possa funcionar, e terceiro que tem a vocação florestal, ou seja, que os atores sociais que atuam, naquela região, têm a possibilidade ou tenham o interesse de trabalhar com o tema florestal. Então, foram identificadas sete regiões, no Brasil, que tem essa possibilidade, quatro delas estão na Amazônia, além da região da BR-163, do Carajás, têm essa região do estuário e do Amapá, aqui em cima, e uma região que vai aqui, entre Acre e Rondônia e Amazonas, que é a região, digamos, do Madeira, e essas regiões, é feito estudo específico sobre quais são as áreas de maior potencial, onde esses fatores todos convergem, então é aí, é feito a delimitação dessa área, aí tem **[ininteligível]**.

Hoje, são só... tem da BR-163, mas seriam quatro, a princípio, quatro potenciais aí a se desenvolver ao longo dos próximos anos, ver se é isso mesmo, se a sociedade não quiser que tenha, também não vai ter.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB

– RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta. Eu não sei se V. Ex^a vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Só um minutinho. V. Ex^a concluiu a exposição inicial?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Então, nós passaremos agora efetivamente à parte do debate, aos questionamentos feitos pelos Srs. Senadores. Teria preferência o autor do Requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Não, eu concedo a minha preferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Então, tem V.Exa. a palavra, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB

– RN) – Sr. Presidente, sei que o Senador Renato Casagrande, que é o líder do PSB, nesta Casa, ele é que quem está preparado para fazer as inquirições ao Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro. Eu confesso que não me preparei para isso, mas eu gostaria

de perguntar, quais são os recursos que V. S^a disse, numa determinada, num determinado momento da sua exposição que o fundo não foi ainda, capitalizado. Então, quais são os recursos que hoje, estão disponíveis para essa atuação do Serviço Florestal Brasileiro?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – São só os recursos consignados no Orçamento, quer dizer, na fonte do Tesouro, então, o serviço florestal tem um orçamento previsto, nesse ano, são 27 milhões, mas na forma como foi aprovado a lei, ele tem 13 milhões que são na forma de fonte de Tesouro, e tem 12 milhões que seriam a partir arrecadação de concessões florestais, embora o fundo possa receber recursos que não sejam das concessões, mas a fonte é uma fonte de arrecadação, ou seja, você precisa arrecadar esse recurso, mas não vai haver concessões até outubro, por conta de todos os cuidados que a gente tem que tomar até lá, então o recurso, na verdade, que a gente tem disponível, hoje, são cerca de 13 milhões, que é metade, mais ou menos, da previsão que nós temos, para o período desse ano. O maior limitante, hoje, nesse caso, não é o orçamento, para nós, esse ano, o maior limitante é a restrição, que a gente tem, de pessoal, porque como a gente não pode fazer o concurso, e a gente tem de trabalhar só, por requisição, em geral em requisição, você, a tendência nossa seria requisitar servidores dos órgãos que tem a ver com a atividade florestal, mas se eu requisitar servidores, por exemplo, do Ibama ou do Instituto Chico Mendes ou, por exemplo, do Incra, que trabalham com florestas eu estou, na verdade, criando uma endogamia, porque na verdade esses órgãos podem se enfraquecer, então, nós estamos trabalhando, montando as equipes, encontrando as pessoas nos vários órgãos de governo para que a gente possa trabalhar, por enquanto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – É aquele, como é? Um santo descobrindo o outro, não é?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Descubra o outro. Então, a gente tem um acordo, a gente não tem feito nenhuma requisição de servidores, nem ao Ibama e nem ao Instituto Chico Mendes, agora, recém criado, evitando também o Incra, por exemplo, que é um parceiro importante, na gestão comunitária.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Mas esses recursos, hoje, são insuficientes? É claro.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Sim, os recursos humanos hoje são absolutamente insuficientes.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – E os financeiros?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Como é que nós estamos limitados, hoje, com os humanos, se você me perguntar qual o limitante, os humanos, mas os financeiros também são, também o são, e vão ser muito importantes no ano que vem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – É, está criado ciclo vicioso, sem os humanos, não adianta ter os financeiros porque não teria a execução. É isso aí?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Não, a execução vai ter porque nós temos muitas atividades que já estão em curso, mas digamos assim, se eu tivesse os 27 milhões, o fato de eu ter 13 milhões para executar esse ano, ele não é meu principal limitante, meu limitante, hoje, é a capacidade humana de poder lidar com todas as ações que estão acontecendo ao mesmo tempo, esse é o principal limitante que a gente tem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – E existem ameaças, ainda prevalecem ameaças, com relação a preservação das florestas, com relação a ONG internacionais, há ainda alguma tentativa nesse sentido, ou não?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Eu acho que principal ameaça que a gente tem, e é interna mesmo, é o fato da gente não ter bem definido, onde estão essas as florestas públicas, por isso, nós estamos propondo para o próximo ano, já no PPA, no próximo PPA, um projeto específico, ao cadastro das florestas públicas e que vai ser muito importante que ele tenha os recursos necessários para isso, porque literalmente, é como uma área indígena, é como qualquer outra área, você tem que literalmente identificá-la e demarcá-la no campo, para que ela seja conhecida, e em segunda, é você ter capacidade, de uma vez identificado o problema nas florestas públicas é você poder agir imediatamente, até porque a lei transformou em crime, com pena de prisão, o uso indevido ou não autorizado das florestas públicas, e é um território gigantesco, então, isso vai um envolver um esforço bem grande em relação a esse tema. Agora, ameaças nós continuamos tendo, nós estamos tendo hoje, hoje, a gente pode afirmar que a gente tem desmatamento acontecendo em terra pública federal, e que a gente tem que primeiro, cadastrar, para poder dizer isso, objetivamente, que está acontecendo e para ter meios de chegar rapidamente a essas regiões e fazer as intervenções.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Por parte de nacionais.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Como?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por parte de pessoas físicas, do nosso próprio país.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Certamente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Grande parte, totalmente.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Grande parte, grande parte. A gente tem pouca intervenção externa, só recentemente, tem esses casos assim, esporádicos que acontecem do tipo, “ah, alguém que disse que está comprando uma área na Amazônia, e tal”, mas isso seria nas áreas privadas, porque na área pública não é mais possível comprar, nem é possível comprar mais área pública, que as florestas públicas, segundo o projeto, devem permanecer públicas, devem permanecer florestas, então não está mais permitido, mas também, no caso das florestas públicas, a gente tem, nas florestas privadas, aí sim, tem essa possibilidade de alguém comprar a área.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB - TO) – Esse órgão que V. S^a dirige, que é o Serviço Florestal Brasileiro, ele foi recentemente criado na Lei de Gestão Pública, né?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO: Ele foi criado pela lei. Pela lei, a lei criou.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB - TO) – Ele foi recentemente instalado?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso, faz um ano, em junho do ano passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB - TO) – Consulto o Senador Casagrande, se gostaria de fazer algum questionamento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB - TO) – Tem V. Ex^a a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES) – Tá, muito obrigado. Obrigado, Sr. Tasso Rezende, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

A primeira questão é essa, primeiro, um pedido de informação sobre a revista **Veja** desta semana que traz, já, uma denúncia envolvendo falsificação de documento de origem florestal, no Estado do Pará, parece que é uma grande quantidade desses documentos foi falsificado já, deve ser nessas revisões, nessa transição, dos planos de manejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB - TO) – Senador Casagrande, me desculpe interromper V. Ex^a um minutinho, porque eu

gostaria de passar a presidência dos trabalhos ao Senador Garibaldi Alves Filho.

[troca de presidência]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES) – Está bem. Certamente deve ser nessa, nesses planos de manejo, que estão num processo de transição, o Senhor já tinha conhecimento disso? Poderia explicar alguma coisa sobre essa matéria? Porque quando a lei foi aprovada, eu votei favoravelmente a lei, mas eu sempre, com uma desconfiança de que, nós, na verdade, não teríamos muitas condições de fazer o controle dessas ações e das áreas onde você teria o manejo das florestas, nessas áreas públicas. Pelo seu conhecimento, pelo tempo que está à frente do Serviço Florestal Brasileiro, das áreas particulares, ou mesmo das áreas públicas, que nós tivemos plano de manejo passado, me parece que só uma parte delas, nós tivemos sucesso, onde não teve uma extração irracional dos produtos florestais. Duas questões: Primeiro, sobre essa denúncia. E segundo, se nós temos boas experiências, especialmente no estado do Pará, constando no manejo que nós tivemos até agora, em áreas privadas e nas áreas pública que nós tínhamos tido a oportunidade?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Então, separando só os problemas, eu acho que a questão, se eu não me engano refere-se ao artigo da revista **Veja**.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES) – Não, é uma matéria.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Ah, é uma matéria, né? Se eu não me engano ele trata da questão do documento de origem florestal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES) – Isso.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Então, separando os dois temas.

O documento de origem florestal, ele substitui a antiga ATPF, que é que é Autorização de Transporte de Produtos Florestais. Durante alguns anos, o Ibama desenvolveu um tema sistema, que substituiu o papel, que era ATPF, que era o documento, inclusive era impresso pela Casa da Moeda, etc, por um sistema todo informatizado, ele é eletrônico, onde funciona como se fosse uma conta bancária, para em emissão desses documentos, e isso foi feito, a transição desse sistema, foi feita no ano passado, dia 1º de outubro, começou a transição para esse sistema. O que essa matéria se refere, e eu posso, depois, confirmar com o Dr. Rumel (F), que é o Diretor da Área de Florestas do Ibama, se eu não me engano, esse caso é um caso que ele já, eu diria que ele é um pouquinho requeentado, porque ele é um caso, que foi detectado, no início desse

ano, e ele é interessante, porque foi possível detectar, porque o sistema é todo eletrônico e ele registra todas as entradas de dados, então, se identificou, durante esse processo, o próprio Ibama identificou o problema, que havia emissões irregulares, de documentos, que na verdade, é o seguinte, isso funciona como uma conta bancária, você tem uma autorização de manejo de 1.000 metros cúbicos, então é entrado no sistema que você tem um crédito de 1.000 metros cúbicos, e você pode ir usando esse crédito. O que aconteceu foi que, foi entrado novos créditos, que não existiam, que foram adicionados a esse sistema, só que o sistema guarda todas as informações de quem mexeu com o sistema, então, foi identificado quem eram as pessoas que estavam fazendo a infração.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Sim, já foi identificado, tá certo.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso.

Isso foi encaminhado, é só para eu entender, eu tenho quase certeza, que é esse o caso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– É este, o caso.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Esse caso foi encaminhado para Polícia Federal, e para os demais, para o Ministério Público, etc, e foi tomado como estratégia, em vez de imediatamente cessar, a estratégia foi ver onde é que estavam as ramificações, e isso demorou, teve um mês, um mês e meio de investigação, para poder pegar toda a cadeia, aí se pegou toda a cadeia, no dia que foi cessado o problema tinha pego, enfim, toda a cadeia que estava envolvida sobre esse tema, ela tinha ramificações em São Paulo, Curitiba e outras regiões. Se eu não me engano, é esse o caso, e eu acho que ele, no meu entender ele mostra que o sistema funciona, e que o sistema é robusto. Porque antes, agente só conseguia enxergar esses problemas, um ano, dois anos, três anos depois de acontecer, porque alguém, por acaso, pegava uma ATPF no meio do caminho, com problema. Hoje, o sistema é todo eletrônico, não existe um papel para você dizer, ou você tem, o documento foi emitido, corretamente, pelo sistema eletrônico, e ele fica registrado o horário que foi emitido etc., ou você não o tem, o papel quase que não tem valor, então, eu acho que é um sistema que é robusto, eu acho que valeria uma apresentação sobre esse sistema, como ele funciona, e os problemas foram identificados, eu acho que é muito interessante para o conhecimento do Senador, e vale lembrar que os estados também têm os seus sistemas, que tem igualmente as mesmas exigências, segundo a

resolução do Conama, eles têm de ser eletrônico têm de estar disponíveis na internet.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Os órgãos estaduais?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – É, os órgãos estaduais. Então, já existe um sistema próprio, no Mato Grosso, SIRMAC(F), se não me engano, que também funciona no Pará e funciona no Acre, são sistemas que estão sendo implementados, eles têm uma característica muito importante, eles eliminam o balcão, você não tem mais de fazer uma relação de pedido, que seja impresso o documento X, Y ou Z, ele funciona todo, pelo seu controle eletrônico.

Sobre a exploração ilegal, que eu acho, é um outro tema, são coisas distintas, é, assim, nenhum.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Quais são os históricos que nós temos de manejo de áreas privadas ou públicas no Brasil?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – É. A

área?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES) – É. Nós tínhamos, as áreas privadas poderiam ter planos de manejo?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – É. A área total de planos de manejo, no Brasil, é cerca 3.4 milhões de hectares.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– 3,4 milhões de hectares.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Dados de 2005, somando os planos de manejo, as áreas dos planos de manejo, em vigor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB - ES)

– Tem algumas pessoas que falam que maior parte dessas áreas, acaba virando uma exploração ilegal e uma devastação da área. Você tem um histórico dessas áreas?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Então, isso é uma das coisas que está sendo construído por esse novo sistema. Veja só, você tem duas fases de plano de manejo, no Brasil, tem uma fase, que foi a partir 1986, que foi quando se criou o instrumento do plano de manejo até mais ou menos, 1992, mais ou menos 1992, em que os planos de manejo eram um instrumento bastante frágil, inclusive, porque ele não era georeferenciado, não tinha cadastro para ele etc. Então, muitos desses planos de manejo, eles nem existem na prática, no campo, então, isso é uma realidade bem concreta. Já no cenário atual, isso, desde 2002, quando ainda, no governo anterior, foi feita uma emissão Normativa que mudava as formas de fazer os

planos de manejo, todos eles são georeferenciados, então, todos os planos de manejo que foram criados a partir de então, eles são monitoráveis, que exista a floresta lá e que ele continue existindo a longo prazo, mas continuamos com um problema grave, todos os planos de manejo que foram feitos anteriormente ainda precisam ser plotados, porque a gente precisa enxergar inclusive, se o plano de manejo não está numa área de pasto, dado que tem responsabilidade envolvida nisso. Outro problema, é que muitos planos de manejo foram aprovados em terras públicas, então, no momento em que terras públicas não podiam mais, todos os planos de manejo foram cancelados, e aí também cancela a responsabilidade do camarada em proteger a área, então, tem um pouco, essa fase de transição vai ser um pouco delicada.

Agora, só é bom lembrar que, nenhum dos casos que nós estamos tratando da transição tem qualquer pendência, ele não pode ter qualquer pendência ambiental, jurídica, qualquer processo, qualquer multa, assim por diante. Então, nenhum deles, está nos casos em que foram citados na reportagem, são bem específicos, esses casos que a gente está tratando.

Sobre o manejo florestal, que era a outra pergunta. Onde dá certo?

A gente tem vários casos de manejo florestal, que são importantes, que dão certo, que funcionam, a gente pode qualificar rapidamente, por exemplo, os planos de manejo que possuem certificação florestal, nós temos, na Amazônia, doze planos de manejo nessas condições, de larga escala, como é o caso, por exemplo, da Jari, até projeto de muito pequena escala, como é caso do manejo florestal comunitário, no Seringal Cachoeira, que foi a área, onde viveu Chico Mendes. Eles têm tecnologias diferentes, processos diferentes, mas eles estão funcionando a longo prazo, conduzem o seu processo de manejo florestal, com as autorizações devidas e assim por diante. Eles estão, sim, sofrendo, vários os planos de manejo, uma série de pressões externas, que é por conta da restrição do acesso a floresta e a restrição dada por esse novo sistema de documentação, e de autorizações de transporte florestal, tem uma série de pressões sobre as áreas que tem manejo florestal, para extração ilegal, por ocupação, e assim por diante. Então, esse é um problema grave que está passando este setor, hoje, mas modelos de manejo existem, e aliás, se eu pudesse dar uma outra sugestão, que eu acho que é muito instrutivo, seria muito interessante uma oportunidade, de talvez a gente ter um grupo de senadores,

que pudesse visitar e conhecer o que é, na prática, um manejo florestal, numa região como a Amazônia, e a gente podia ajudar a montar uma visita, nesse caso, isso seria bem instrutivo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Dos países da organização, do Tratado da Cooperação Amazônica, qual o país que tem uma política semelhante a essa, mais avançada, ou essa iniciativa do Brasil é a iniciativa pioneira?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Em termos de legislação, a lei brasileira é mais avançada hoje, no inundo, longe de todas as outras, isso não sou eu que estou dizendo, as próprias pessoas que trabalham nos sistemas de concessão, a FAU(F), recentemente na reunião bianual da FAU(F) sobre florestas, isso foi citado algumas vezes, é a legislação, digamos, mais rígida e mais amarrada, para garantir transparência e participação social e ao mesmo tempo, sempre, para o processo de licitação e tal, agora, na prática, quem tem experiências mais inovadoras é a Bolívia, nosso parceiro aqui do lado, embora agora tenha seus problemas com a questão do direito dos concessionários, dado que tem esse processo todo, de tudo estar se estatizando, mas é o modelo que mais avançou, é o modelo da Bolívia, no caso de Tratado da Cooperação Amazônica, e, digamos, um caso de insucesso importante para a gente estudar, que a gente, inclusive, estudou para legislação de florestas públicas no Brasil é o caso do Peru, que teve muitos problemas com o sistema de concessão que eles criaram, e que agora estão revisando todos os sistemas de concessões, e ele é mais parecido com o sistema que o Brasil está apresentando, e fora desse eixo, o principal, o caso mais importante de sucesso, é o caso da Guatemala e do México, que são coisas distintas, mas trabalham com sistema de concessão, trabalham com destinação comunitária, e já, com processos de mais longo prazo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Quando nós aprovamos a legislação, na legislatura passada, nós já tivemos um problema de debate dentro do Ibama, onde os servidores do Ibama questionavam a criação do Serviço Florestal Brasileiro, agora, nós estamos vivendo um outro dilema, que é a criação do Instituto Chico Mendes. Na sua avaliação, se você tiver avaliação, não é também necessário ter essa avaliação, mas sobre a ação, a criação do Instituto, poderá dificultar ou colaborar o trabalho que o Serviço Florestal Brasileiro faz, hoje, ou precisa fazer para o futuro?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Para o trabalho que nós fazemos, não cria nenhum obstáculo ao trabalho que está sendo feito, mas ele resolve um problema, de origem, que a gente tinha com o sistema de gestão de florestas pública, que é, que no tripé da independência, que são necessárias nos diversos órgãos, a gente tinha, tem um problema de independência, que é resolvido com a lei, que é, no caso das florestas nacionais, então, com essa divisão, porque o que você tinha até hoje, era que, no mesmo órgão, você tem o órgão que faz o plano de manejo da unidade de conservação, é ele que aprova o plano de manejo da unidade de conservação, ele executa o plano de manejo da unidade de conservação, fiscaliza e monitora o plano de manejo da unidade de conservação, são raros os casos, no inundo, onde isso existe, em geral é dado a independência as duas funções, a função de autorizar e licenciar e a função de gerir. Então, sobre esse aspecto, ele para a o sistema de gestão de florestas pública, ele é mais claro, então, é um sistema onde, o Instituto Chico Mendes, ele gere as florestas nacionais, ele faz um plano de manejo da unidade de conservação, o plano de manejo é aprovado, pelo Ibama, e você tem, então, quando você tiver um plano de manejo, por exemplo, que nós, se for proposto um plano de manejo florestal, é aprovado pelo Ibama, é fiscalizado pelo Ibama, no ponto de vista ambiental. Pode ser interpretado, e isso tem a ver com a forma como as instituições vão trabalhar no futuro, de que isso criaria passos a mais, “não, porque um tem que fazer, é o outro”, mas a independência na área ambiental, é uma independência muito importante, essa foi uma das razões importantes da criação Serviço Florestal Brasileiro, o serviço florestal jamais poderia estar num órgão que também aprova o plano de manejo, porque ele tira a independência do órgão, ou vai virar um conflito de interesse, seria a mesma coisa, que a gente tem, por exemplo, ANP dentro do Ibama ou o Ibama dentro da ANP, não funciona, os órgãos têm que ter independência, é duro dizer isso, mas é muito importante ter essa independência, se não tiver essa independência a gente não tinha o conflito que a gente tem hoje, no caso do Madeira, mas ele é um conflito importante, porque tem um órgão que está defendendo, especificamente, defendendo a questão ambiental e é importante que ele o faça, não estou defendendo que exista o conflito mas é importante que exista essa independência, para que possa existir inclusive, essas situações de embate para a sociedade compreender, eu acho que, a criação do Instituto Chico Mendes, ela

facilita, que exista essa independência, isso é um lado. Sobre o ponto de vista da gestão, o que agente espera, é que contendo um órgão que tenha exclusivamente o trabalho de mexer com as unidades de conservação e com a conservação da biodiversidade, e as pesquisas relacionadas a esse tema, que a própria gestão das unidades de conservação seja muito mais valorizada, frisada e tenha os recursos necessários para que ela possa andar, então, quer dizer, ele não afeta o nosso trabalho, mas acho que ele ajuda a gente ter um sistema que seja um sistema mais lógico e que esteja mais de acordo com a necessidade de independência, que tem que ter entre os órgãos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Todos os funcionários do Serviço Florestal Brasileiro, você tem que requisitar do Ibama? Não.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Não. A gente só tem uma única pessoa que veio do IBAMA que é da área de comunicação, mas a gente não tem nenhuma requisição feita ao Ibama. Isso foi um acordo feito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Alguma estrutura do Ibama foi repassada ao serviço florestal?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Durante, nasce a Medida Provisória que cria o...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– O Instituto.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – O Instituto, não sei se é Medida Provisória ou um Decreto. São duas estruturas, que estavam no Ibama, elas passam a fazer parte do Serviço Florestal Brasileiro, é Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal, que ele é uma atribuição específica do serviço florestal, na própria lei que o criou, que é a parte de apoio ao manejo florestal, treinamento e capacitação e o laboratório de produtos florestais, que é uma estrutura que já existia, inclusive, antes do Ibama existir, é uma estrutura muito antiga que tem quase trinta anos, que trabalha, na parte de pesquisa florestal, e que também é uma atribuição que está na área do serviço florestal, essas duas estruturas, elas, quer dizer, eram dois centros de serviço especializados, elas passam a ser parte do serviço florestal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Foi repassada a estrutura e os funcionários?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Estruturas e os funcionários.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Você passa a administrar esses dois laboratórios?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso. Na prática não, mas é isso que estava previsto na lei. São 50, para explicar, o SENAFLOR(F), são cinco pessoas, sendo que só duas estão lotadas mesmo, tem cinco, três, outras vagas, e no ALIPEF(F), se eu não me engano, alguma coisa entre 50 e 60 pessoas, pesquisadores, que são ligados a esse laboratório, e são exclusivamente do laboratório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Sr. Presidente. Em princípio é isso, eu acho que nós ainda temos um Relatório, que é um Relatório muito inicial, do primeiro, dos primeiros meses de trabalho do Serviço Florestal Brasileiro, acho que a lei foi sábia a hora que designou que além de ser caminhada a alguns órgãos, como é o Conama, ser encaminhado ao Congresso Nacional, e nós precisaremos, certamente, todo ano, pelo menos por uma vez, ter um debate sobre esse Relatório, que é um Relatório importantíssimo, especialmente no próximo Relatório, nós já teremos alguns editais, de concessão de áreas, já talvez algumas experiências, efetivas, para serem apresentadas, acho que nós temos aqui nessa Comissão, um papel importante e fundamental para que agente de fato, tenha, monitore todas as atividades do órgão. Acho importante que essa Comissão possa conhecer uma área manejada, acho que a idéia, que a sugestão que o Dr. Tasso Rezende trouxe, acho que é boa, acho que a gente pode sugerir aqui, ao Presidente da Comissão, alguma área que nós pudéssemos ter uma logística mais fácil e o que ver, efetivamente, mas acho importante nós verificarmos, porque nós vamos ter a função de fiscalizar esse trabalho e nós teremos condições de fiscalizar com mais eficácia, se a gente conhecer de perto uma área dessa.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Dr. Tasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Senador Renato Casagrande, muito obrigado pela sua contribuição.

Sim, eu quero também agradecer ao Senhor Tasso Rezende de Azevedo, mas antes de encerrar eu vou fazer aqui um questionamento, que acaba de ser entregue aqui a mesa, Sr. Tasso, perguntando o seguinte: Como o senhor analisa o fato da Constituição Federal em seus Arts. 49 e 188, só permitir a alienação de terras públicas, em áreas superiores a 2.500 hectares, após a autorização do Senado Federal?

Isso foi até, relembra, a questão aqui, motivo de debate, por esta Casa, nesta Casa, desculpe, por ocasião da discussão do projeto. E esclarece, que o

Senado, mediante uma Emenda, tentou corrigir essa situação, mas ela mereceu o veto presidencial.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Tá bem. Obrigado.

O que Constituição trata da destinação da terra pública, então foi feita uma distinção bastante importante, durante todo o Projeto de Lei, ele não faz referência a terra pública, ele faz referência a floresta pública, e isso foi feito, nós tivemos, inclusive, três pareceres feitos em relação a esse tema que é, assim como você tem a separação do solo, do mineral, da terra, que você pode fazer, exatamente, a mesma coisa para o caso de florestas. Então, os contratos, são contratos de gestão da floresta, especificamente, para exploração de determinados produtos e serviços que vão estar previstos nos contratos, eles não dão qualquer direito sobre a terra e, portanto, essa que é a distinção que foi realizada, nós não estamos tratando da terra, estamos tratando da floresta pública, e é muito importante que seja assim, porque, se a gente tivesse contratos que tivessem tratando da terra, eles poderiam gerar, no futuro, a qualquer momento, no futuro, uma tentativa de tomar posse dessa terra de alguma maneira. Então, a proposta como tal, eu posso, inclusive, eu me comprometo a enviar o parecer que foi montado, que foi feito sobre isso, contratado antes, inclusive, da aprovação da lei, para que ele esteja, enfim, nos anais aqui da Casa, esse parecer, só para tem certeza que está na mesma Comissão, onde nós fizemos o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Sr. Tasso Rezende de Azevedo, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, e nada mais havendo a tratar, eu encerro e levanto esta Sessão da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Sessão encerrada às 13h21.)

PARECER Nº 703, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007 (nº 2.427 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 126, de 2007 (nº 2.427, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 126, de 2007, não evidenciou violação das

formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rádio Marumbi Ltda., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 126, de 2007, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Difusora Ouro Verde Ltda. atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CCT

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 126, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 18 de abril de 2006, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda., originariamente outorgada à Rádio Marumbi Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência – Senador **Wellington Salgado**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM AO PARECER AO PDS Nº 126 DE 2007
NA REUNIÃO DE 08 108 1007 OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Marcelo Crivella)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO	1- VAGO
------	---------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 126 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA						EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO		X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE		X				JOÃO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIASI		X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI						FATIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP						ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES		X				MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA		X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES						ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA						HERACLITO FORTES	X			
MARIA DO CARMO ALVES						MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO						ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO						FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO		X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA		X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)						(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/08/2007

SENADOR MARCELO CRIVELLA
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 126107

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES	X				MAO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 08 / 2007


SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 126, DE 2007**

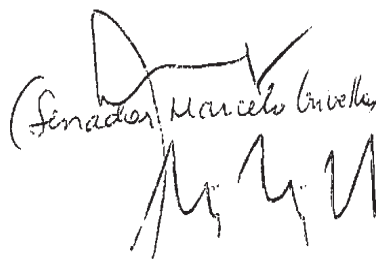
Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 18 de abril de 2006, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda., originariamente outorgada à Rádio Marumbi Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. –

 Vice-
Presidente, no
exercício da
Presidência
, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****SEÇÃO II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Of. nº 83/2007 – CCT

Brasília, 8 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do Item 1 da pauta.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22-6-07)

Prazo final (prorrogado): 18-9-07

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7-7-07)

Prazo final (prorrogado): 3-10-07

3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 24, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas

atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.7.2007)

Prazo final (prorrogado): 5.10.2007

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

5

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos
do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como

conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

9**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

11**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a

Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

12**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

13**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

14**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Fleixa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como

o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apátrídia, celebrada em 30 de agosto de 1961.

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e

o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou continuar com a lista de oradores inscritos. Tenho a honra de conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os brasileiros vivem hoje a expectativa de que, a qualquer momento, em qualquer lugar do País, em especial nas grandes metrópoles, a sua integridade física está colocada em risco. A violência campeia nas nossas maiores cidades, e os índices de criminalidade atingem níveis insustentáveis. Temos assistido a cenas de guerra civil nas nossas metrópoles, em especial em São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como em tantas outras capitais onde esses fatos se repetem.

Na Bahia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa registra, em seis meses, 612 assassinatos. Homicídios crescem 30% na cidade de Salvador. Estamos falando da cidade de Salvador, a Capital do Estado da Bahia. Essa é a manchete do jornal *Tribuna da Bahia* do dia 14 deste mês. São 612 casos, um aumento de 27% em relação a igual período de 2006. Entidades civis cobram apuração. O texto da matéria é: “A banalização da vida humana, com a conseqüente elevação das estatísticas no quesito segurança pública, tem levado a sociedade a se pronunciar”.

É essa a situação da segurança, Sr. Presidente, lá no meu Estado. Lamentavelmente, a segurança está num processo de degradação contínua na Bahia. E a responsabilidade pela segurança é do Estado. Segurança pública é direito do cidadão e responsabilidade do Estado. O Estado é o Governador do Estado, o Secretário de Segurança e toda a sua equipe, Sr. Presidente. É impossível fugir dessa realidade que vive todo o País. Citei o caso da Bahia porque, lamentavelmente, se há um índice crescente de violência em todo o

País por falta de crescimento econômico, de geração de emprego, por falta de educação para os nossos jovens, e, por consequência, por falta de oportunidade no mercado de trabalho, esses homicídios se concentram exatamente na juventude entre 15 e 25 anos.

O Governo Federal se exime dessa responsabilidade. São cinco anos do Governo Lula, diversos planos anunciados, e agora mais um. Depois que se descobriu a sigla PAC, tudo é jogado no PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Agora temos um PAC para segurança. Onde é que há crescimento econômico com segurança? Eu não sei exatamente qual é essa correlação, mas o Estado tem a sua responsabilidade; o Estado, a União, o Governo Estadual e, em alguns casos, o Governo Municipal.

É claro que as Polícias Militar e Civil são de responsabilidade do Estado, que atua mais próximo ao cidadão, é mais responsável diretamente. Mas há também uma responsabilidade da União, e, infelizmente, o Governo Federal tem se acostumado a anúncios, promessas, imaginando que elas substituem a realização e a realidade, mas não substituem. Vivemos essa guerra humana no Brasil. São assaltos, seqüestros, assassinatos, violência nas escolas, balas perdidas que tiram a vida de tantos jovens cidadãos, com a situação cada vez mais insuportável para o cotidiano brasileiro.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – O Senador Mário Couto quer um aparte, e eu o concedo, com muita satisfação.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador César Borges, quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a nesta tarde no Senado, salientando que são muito oportunas as suas palavras. O Presidente da República, Senador César Borges, foi à televisão, à TV Globo, e disse, com a maior tranquilidade, para o País: “Com saúde e educação não se brinca”. Eu acho que ele está brincando com a segurança deste País. V. Ex^a foi muito oportuno em dizer que não é só na Bahia. No meu Estado, o Pará, a coisa é incontrolável. O povo pergunta na rua, Senador, quem ainda não foi assaltado no Estado do Pará. Se em Belém, a capital, morrem quase 500 pessoas em cada semestre, por assassinato a bala, faça V. Ex^a o cálculo de como está a segurança deste País no interior do Estado, no interior do interior. O Presidente da República anunciou mais uma PAC ontem, o PAC da segurança. Seja qual for o nome que se dê, o que queremos é o combate à violência neste País, e isso o Presidente não leva a sério. Ele disse categoricamente, na Rede Globo, que “com saúde e educação não se brinca”, deixando a segurança deste País à mercê dos bandidos, que tomaram conta das

capitais. Oxalá, tomara. Este Governo é muito devagar, a morosidade é muito grande, anuncia-se uma providência hoje e se faz daqui a um ano.

Estão falando no PAC da Segurança há mais de três meses e só agora assinaram o acordo para que comece a funcionar. Quando vai começar de fato? Quando? Quando mais pessoas tombarem, quando mais baianos morrerem nas ruas, quando mais paraenses morrerem nas ruas, aí o Presidente vai começar a tomar as providências. Parabéns pelo oportuno pronunciamento. Na quinta-feira, vou continuar com este tema nessa tribuna.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo inteiramente. V. Ex^a falou em 500 pessoas assassinadas, homicídios em Belém; em Salvador, houve 612 em 6 meses, um aumento de 27% em relação ao ano anterior. Se perguntarmos ao Estado por que esse aumento, ele se justificará dizendo ser uma questão de mudança na metodologia estatística. Pelo amor de Deus!

Fora os assassinatos que acontecem a cada fim de semana nos bairros periféricos, resultantes de briga entre gangues, crime organizado, quando famílias inteiras são dizimadas, morrem num só fim de semana 15 pessoas na cidade de Salvador.

Onde está o Poder Público? Sequer são investigados esses crimes! A família sequer tem esperança de que a justiça um dia seja feita, de que serão identificados e punidos os culpados. Não têm nenhuma esperança. São pais e mães que perdem seus filhos, mulheres que perdem seus maridos, famílias inteiras dizimadas, um verdadeiro extermínio.

O País, com muita razão, comoveu-se com o acidente aéreo em que se perderam 200 vidas. Aqui são 600, só na cidade de Salvador. Neste País, morrem 30 mil pessoas ou mais por ano assassinadas em virtude do aumento da violência. Essa, lamentavelmente, é a realidade com que nós estamos convivendo hoje.

Pois bem, agora, diante dessa situação, nem aqueles crimes mais noticiados, que merecem manchetes nos jornais, nem esses crimes são apurados na Bahia. Quer dizer, a capacidade investigativa da polícia também já não existe nem em casos que são de domínio público, que estão em todas as páginas, em todas as televisões.

Há o caso de um assassinato, ocorrido dentro da Secretaria de Saúde do Município de Salvador, de um funcionário no dia de sábado. A acusação recaiu sobre os vigilantes, que, por sua vez, disseram que foram contratados por dirigentes da Secretaria, pela subsecretária, por briga pela liberação de recursos. A polícia noticiou, com estardalhaço, que estava elucidando o crime. Não aconteceu nada, absolutamente

nada. Já foram decorridos mais de três ou quatro meses desde o crime, e nada aconteceu.

Recentemente, em Salvador, foi assassinado um professor da universidade, Professor Lamarck, e também não há qualquer notícia de investigação em curso.

Foi assassinado um líder nativo, um líder comunitário, que defendia o meio ambiente da Lagoa de Abaeté e que residia no bairro de Itapuã.

Recentemente, um avião sinistrado trazia um volume enorme de dinheiro. Esse dinheiro se evaporou, e não foi apurada sua origem nem para onde ele foi.

Há mistérios atrás de mistérios, e a polícia baiana não se pronuncia.

Agora nós podemos dizer que o País tem uma nova esperança, que vamos combater a criminalidade e a violência, porque, Senador Jayme Campos, ontem o País conheceu o novo PAC da Segurança, um programa de aceleração do crescimento. Eu espero que não seja o crescimento da violência, o crescimento dos assassinatos, porque, no anúncio de ontem, o programa se chama Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. A pronúncia deve ser Pronasci – oxítona. Estão dizendo que é Pronasci – paroxítona. Como é, Senador Romero Jucá? Talvez o Senador saiba. (Pausa.) Pronasci, paroxítona.

Esse Governo pensa que sigla resolve problema de violência. Não resolve, Senador Papaléo Paes. O que resolve é atitude, é ação, é planejamento, é instrumentar as polícias, é ampliar o quadro da Polícia Federal, é ajudar os Estados a melhorar e aparelhar suas polícias militar e civil. Mas o Governo Federal nada faz; ele anuncia um programa, para o Pronasci, de R\$6,7 bilhões. De quando a quando? De 2007 a 2012. Então, nós vamos distribuir R\$6,7 bilhões em cinco anos, quer dizer, vamos ter aproximadamente R\$1,3 bilhão por ano.

Então, considerando 2012, ele já está avançando no mandato do futuro Presidente da República. Pelo que me consta, o mandato do Presidente Lula vai até 2010. Ele passou cinco anos sem esse programa e agora o cria. Tem sido esta a rotina do Governo: lançar programas, anunciar ações, prometer recursos, mas, infelizmente, a realização fica muito longe do esperado pela população brasileira.

Mais esse PAC. Tudo agora é PAC. Vamos verificar se até agora o Governo tem dado prioridade ao combate à violência, se tem dado prioridade à segurança em nosso País.

Eu trouxe alguns dados. Segundo a ONG Contas Abertas, os gastos do Governo Federal com segurança pública, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança, diminuíram

em mais de R\$600 milhões entre os anos de 2001 e 2006. Até agora, tem sido o inverso. Em lugar de aplicar R\$6,7 milhões, os números são decrescentes, e continuarão caindo em 2007!

Por esses cálculos, o Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2001, Srs. Senadores, foi de R\$650 milhões. Esses recursos foram R\$184 milhões no ano passado, no ano de 2006. Eram, em 2001, R\$650 milhões. Em 2006, foram R\$184 milhões, uma redução de mais de R\$465 milhões.

O Fundo Penitenciário Nacional, em 2001, pagou R\$423 milhões; em 2007, está previsto no orçamento um gasto de R\$200 milhões, uma redução de 50%.

A Polícia Rodoviária Federal, tão importante para dar segurança às nossas estradas federais, de R\$ 60 milhões, em 2001, o valor foi reduzido para R\$ 22 milhões. É a previsão orçamentária de 2007: uma redução de 62%. Como é que pode operar essa Polícia Rodoviária Federal? Como é que pode operar essa Polícia Rodoviária Federal com uma malha tão extensa de um País continental como o Brasil?

E mais – vou perguntar aos Srs. Senadores, aqueles que estão aqui há mais tempo ou mesmo aqueles que chegaram recentemente e acompanham pela imprensa: onde estão os presídios federais que foram prometidos pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos? O Governo prometeu construir cinco presídios federais e entregou apenas dois, o de Catanduvas, no Paraná, e o de Campo Grande, no Mato Grosso, depois de muito, muito tempo das promessas.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, eu lembro que, no começo do nosso mandato, o Governo e até o Governador do PT fizeram um carnaval porque o Beira-Mar ia para lá, para uma penitenciariazinha, a Irmão Guido, que construí, mas para aquele pequeno infrator do Piauí; não era para alta periculosidade. Localizava-se a 10 km de Teresina. Imaginem o Beira-Mar estar a 10, 12 km de Teresina! Esse seria o presente de Luiz Inácio e do Governo do PT, mas nós nos juntamos e, com tanta confusão, ele não foi. Também não foi dinheiro, não – só ia dinheiro se hospedássemos o Beira-Mar. Mas eu quero dizer que esse PAC de Segurança – está aqui em *O Globo* – só beneficia 11 capitais, não é o Brasil. Esse foi igual ao Zottolo: tirou o Piauí mesmo de vez. Só iria dinheiro para lá se tivesse o Beira-Mar. Atentai bem: “Cabral, Serra, Aécio, Arruda, Yeda e Requião, Governadores beneficiados com o Plano, faltam à solenidade” – porque não acreditam e sabem que é só papel. Está aqui: o Cabral, que ficou no gol, para ele fazer um gol de pênalti. Quer dizer, ninguém foi! Estão aqui os Governadores ausentes: Cabral, Serra, Aécio, Ar-

ruda, Yeda e Requião. Eles não acreditaram. Como é que o brasileiro e a brasileira vai acreditar? Então, é isto: uma repetição daquela PPP (parceria público-privada). Cadê a PPP?

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Nenhuma licitação foi feita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora, há esse PAC. Eu acharia mais interessante ele acabar as obras inacabadas. E, com relação à violência, não são só esses onze não. Teresina fez uma passeata de 15 mil pessoas no seu aniversário, pedindo paz, contra a violência. Quer dizer, ela se irradiou. Ela se irradiou, que nem a gripe, que nem a dengue, por todo o Brasil. E está lá no Piauí, que não era assim. Eu saía do Palácio de Karnak, fazia *cooper* à noite – 11 horas, meia-noite –, porque o clima é quente, e ia para o residência do Governador, a mais ou menos 12 km. Agora, ninguém consegue andar, porque a violência se alastrou. E foi neste Governo, porque o exemplo arrasta. E é o mau exemplo. Quem não sabe dos exemplos lá de Santo André, de Campinas, dos aloprados que amanhã serão julgados? O mau exemplo se alastrou e é pai dessa violência que está em todo o Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Senador, agradeço a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Sr. Presidente, se me permitir, vou conceder a dois colegas o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador César, V. Ex^a tem o direito de estender sobre um assunto que é extremamente importante. Mas solicito aos apartes que usem um tempo pouco menor do que o normal, porque os pronunciamentos, depois da Ordem do Dia, são por vinte minutos e temos pelo menos vinte oradores inscritos.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – V. Ex^a me concedeu só dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não, eu consertei. V. Ex^a começou a sua fala às 17h55min.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Não estou contestando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Depois eu consertei, porque seria uma grande injustiça. Mas fique à vontade, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves e ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges, ouvi, num determinado momento do seu discurso, que V. Ex^a queria saber o que era Pronasci.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Não. É que o nome Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) é pomposo. É mais um nome, é mais uma sigla, e eu dizia que sigla não resolve problema nenhum. O nome é esse, mas não sabia a pronúncia correta.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Apenas quero lembrar a V. Ex^a que o Pronasci, lançado ontem, é o terceiro programa de segurança em sete anos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – ...Isso inclui até mesmo os programas lançados no Governo anterior. Então quer dizer que, se a segurança dependesse de planos, Senador César Borges, tudo já estaria resolvido.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Não sei se V. Ex^a sabe que esse programa vai até 2012. Trata-se de um plano com aplicação em cinco anos. Disse o Ministro da Justiça: “Ninguém espere nada de imediato”. S. Ex^a já tomou uma atitude preventiva, porque o programa é de médio e longo prazo. Provavelmente, o plano será aplicado em 2011 ou 2012, já no Governo do futuro Presidente da República.

Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador César Borges, por quem tenho o maior apreço e admiração, porque todas as vezes que vai a essa tribuna fala de assuntos muito oportunos, V. Ex^a fala de segurança e cita os dados referentes ao índice de criminalidade do seu Estado, a Bahia,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ...sobretudo da capital, Salvador. Quero dizer a V. Ex^a que não é privilégio, naturalmente no bom sentido da expressão, do seu Estado. Mato Grosso, naturalmente, não está fora desse contexto. Era um Estado até poucos anos tranquilo em questão de segurança, mas hoje seus índices de violência aumentaram sobremaneira. Fico muito preocupado, Senador César Borges, quando V. Ex^a cita os números dos investimentos propostos para segurança. A cada ano eles diminuem. Pergunto: Quais as providências que o Governo está tomando? Faço a indagação na medida em que, todos os dias, lança-se um PAC. O PAC, parece-me, virou a solução para

o Brasil. Entretanto, acompanhando a fala do Senador Mário Couto, vemos que nada aconteceu. Muito pelo contrário, são apenas lançamentos e mais lançamentos. Na prática, contudo, nada aconteceu até agora.

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Nós, particularmente, não vimos nada acontecer. De maneira que acho que devemos dar um grito de alerta neste Congresso Nacional, sobretudo no Senado, para que retomemos os investimentos previstos orçamentariamente e possamos minimizar essa onda de violência. Devemos buscar, acima de tudo, investimentos em equipamento, treinamento e capacitação de nossos profissionais da área de segurança. É muito importante, Senador César Borges, dar bons salários. Ontem, o Governo Federal, por meio do PAC da segurança, dizia estar previsto dar como complemento salarial 400 reais. É muito pouco, sobretudo em alguns Estados. Para que V. Ex^a tenha a noção, no Estado de Mato Grosso, um soldado da PM recebe R\$1.100,00. Um homem, um cidadão que vai oferecer segurança pública à sociedade recebendo um salário de miséria de R\$1.100,00. Pergunto a V. Ex^a: O que podemos esperar da Polícia Militar num Estado de dimensões continentais como Mato Grosso? Portanto, cumprimento V. Ex^a e faço um apelo aos Senadores: vamos dar um grito de alerta, sob pena de esse índice de violência que está hoje num nível muito alto aumentar no futuro. Parabéns a V. Ex^a pela experiência que tem como ex-Governador do Estado da Bahia e como brilhante e exemplar Senador da República. Certamente, seu pronunciamento vai soar e trazer benefícios à segurança pública do nosso País. Muito obrigado, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Sr. Presidente, pediria mais um pouco de tempo para eu concluir meu pronunciamento.

O importante é o que V. Ex^a, Senador, disse: queremos programas consistentes. Aplaudiremos o Presidente Lula, se efetivamente investir na segurança pública. Contudo, ao longo de seu Governo, o Presidente diminuiu os investimentos, como demonstramos aqui. O Fundo Nacional de Segurança Pública diminuiu de 2001 para 2006, reduziu em 465 milhões, caiu de 649 milhões para 184 milhões.

Ora, não adianta o Presidente promover uma solenidade bonita, com a participação de Governadores e Ministros, fazer um grande anúncio, e, lamentavelmente, depois, na prática, não acontecer nada. O Presidente Lula precisa conscientizar-se de que tem que cobrar efetivamente. É ele que tem que fazê-lo. Não é sequer a Ministra Dilma Rousseff, porque, às vezes,

faz-se necessária a atuação do Presidente para fazer com que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento liberem recursos para os Ministérios. É o Presidente que tem essa autoridade, essa obrigação, para que esses programas sejam realidade – e nós todos queremos que o sejam – e não simplesmente mais um mero anúncio.

Sr. Presidente, para encerrar meu pronunciamento, gostaria de fazer dois registros. Primeiro, agradecer ao Senador Antonio Carlos Júnior a referência que fez a mim em seu pronunciamento hoje à tarde, quando defendia a unidade territorial do Estado da Bahia. Levanta-se uma questão de divisão de um Estado como a Bahia que cresce, que se desenvolve, que é a sexta maior economia do País, numa região extremamente promissora, economicamente pujante, que é hoje o oeste da Bahia. Se ela é assim é porque se fez a integração: estradas, energia elétrica e segurança pública foram investimentos do Estado.

É um desserviço que se faz à Bahia. Nada contra se aqueles que residem ali têm essa inspiração, essa expectativa, mas eu os considero irmãos baianos e quero sempre vê-los na Unidade da Federação chamada Bahia porque temos esta identidade: a baianidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, afirmo que a Bahia é indivisível. Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior que fez referências ao meu nome que, como Governador, trabalhei por essa região, assim como o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães e o ex-Governador Paulo Souto, todos nós que lutamos pela integração dessa grande região, que é o Estado da Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior. Peço um pouco de compreensão ao Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador César Borges, essa nossa posição é definitiva e não vamos aceitar que a Bahia seja dividida. Trabalhamos juntos nessa luta, sei da sua disposição, estaremos juntos, todos nós, os Democratas; fecharemos questão sobre isso. Tenha a certeza de que estaremos juntos nessa luta.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e ao Presidente a tolerância que teve para com o seu colega.

Durante o Discurso do Sr. César Borges, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o Discurso do Sr. César Borges, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano. Em seguida, ao Senador Paulo Duque.

Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Senador 20 minutos, não, Sr. Presidente? Depois da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora, a Ordem do Dia acabaria às 18 horas e 35 minutos e há dois oradores, mas V. Ex^a terá a compreensão da Mesa.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de trazer a esta Casa, ao Sr. Presidente, aos Srs. Senadores, e falar um pouco sobre o apagão aéreo, que ficará na história brasileira como o símbolo do atual Governo. Acho, inclusive, dispensável fazer comentários detalhados sobre como a crise nos aeroportos levou aos atuais desdobramentos dramáticos, cujos detalhes toda a sociedade brasileira acompanhou e conhece muito bem.

Mesmo que a investigação sobre o acidente com o avião da TAM ainda esteja em curso, uma coisa é certa: a sociedade brasileira sabe com clareza que o sistema de gestão aeroviário vem sendo administrado amadoristicamente neste País. Basta analisar, pela imprensa, os debates que ora estão sendo travados entre o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Presidente da Anac. O Ministro fala uma coisa, e os dirigentes da Anac dizem outra. Há até discordância acerca do espaço entre as poltronas nos aviões de carreira. Está claro que não há consenso entre esses dois setores.

Não há convergência de propósitos, não há objetivos comuns. Desse jeito, nada pode funcionar. A insegurança é cada vez maior. A gestão no setor continuará a viver sob o signo do caos.

A *Folha de S. Paulo* publicou recentemente uma notícia estarrecedora: “A Juíza do TRF (Tribunal Regional Federal) Cecília Marcondes disse que recebeu das mãos da própria Diretora da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) Denise Abreu o documento com as falsas medidas de segurança para pousos de aviões em pista molhada no aeroporto de Congonhas, em São Paulo”. Mais: disse ainda que, se a medida estivesse sendo aplicada, o acidente com o voo da TAM 3054, que todo mundo acompanhou, com 199 mortes, teria sido evitado.

Pasmem os senhores: uma Diretora da Anac disse isso. Por que houve essa falsa ingerência? Porque o documento foi utilizado para convencer a Justiça a

liberar, no início do ano, as operações no aeroporto que estavam restritas a alguns tipos de avião.

Isso é um absurdo, uma incongruência! Toca-me o coração saber que, apenas porque algumas aeronaves de grande porte poderiam pousar naquele aeroporto, foi feito um tipo de acordo, com uma denúncia falsa como essa, que ceifou tantas vidas e que enlutou tantas famílias.

O Governo, por essas e por outras, já percebeu, acredito eu, que o aparelhamento das agências reguladoras foi um erro grave. Em vez de dotarem as agências de quadros técnicos específicos, de pessoas qualificadas, colocam os companheiros, aquelas pessoas que, às vezes, não têm conhecimento técnico suficiente para tocar uma agência reguladora, o que inviabiliza uma proposta e um projeto tão importante para o País. As agências reguladoras são importantes à medida que fiscalizam e acompanham o trabalho realizado por órgãos competentes. Mas, dessa forma, mina-se por dentro a capacidade técnica e politizam-se decisões estratégicas para o País.

Preocupe-me muito quando soube que, na diretoria da Anac, somente uma pessoa tem conhecimento técnico suficiente para compor uma agência de regulação. A Anac, que foi criada no Governo Lula, traz-nos agora o sentimento de que será possível e passível de repensar as agências reguladoras. Mas não se trata de extingui-las, não é enfraquecê-las; é justo o contrário: deixar as agências reguladoras com pessoal técnico, capacitado, forte, com conhecimento suficiente para dar tranqüilidade ao povo brasileiro.

Quero expor algo que não se relaciona somente ao Governo Federal do PT. No meu Estado, Mato Grosso do Sul, o Governo passado, do Zeca do PT, criou uma agência de serviços reguladores chamada Agepan, que, até hoje, depois de mais de quatro anos, não disse a que veio. Há meses, os Deputados Estaduais do meu Estado lutam contra a empresa de energia elétrica, a Enersul, que, atualmente, cobra a maior tarifa de energia elétrica do País, reivindicando uma redução de preços. Até hoje, a Agepan não se pronunciou a respeito do assunto.

Então, pergunto: para que serve uma agência de serviços concedidos? Qual a sua utilidade prática no dia-a-dia do cidadão? Qual a sua razão de existir se não for para atender aos ditames maiores da sociedade brasileira? O quadro é preocupante. Não podemos admitir que o setor público perca o foco. As instituições públicas têm de ser geridas com profissionalismo e voltadas para o interesse da sociedade.

Infelizmente, essa idéia do apagão aéreo está-se alastrando como se fosse uma metástase dentro do Governo. Aos poucos, percebemos que todos os ou-

tros setores, como o sistema rodoviário, o energético e o portuário, estão com problemas. A infra-estrutura brasileira está doente. E a gente pensa: é só a infra-estrutura brasileira que está doente? Não. O Senador César Borges acabou de falar dos problemas da segurança.

Um pouco antes foi discutido aqui o problema da saúde. Portanto, todos esses problemas que estamos enfrentando, gravíssimos, mostram os gargalos e dão sinais preocupantes de que, no futuro, as dificuldades atuais tendem a se avolumar. É por isso que temos de estar vigilantes.

É por isso que nós, da Oposição, queremos fazer um alerta à Nação: o de que o Governo brasileiro está deixando escapar entre os dedos um dos melhores momentos da economia mundial, fazendo opções erradas numa hora que é extremamente promissora.

Nos últimos dias, quando o sistema financeiro internacional começou a dar alguns solavancos e a mostrar que essa bolha de crescimento e de tranquilidade econômica mundial poderia estourar, só aí é que as autoridades brasileiras começaram a ter um pouquinho mais de receio e a se pronunciar dizendo: “Olhe, é possível que isso ataque também o País”.

Mas essa preocupação mostrada de última hora demonstra que se adotou uma política errada até agora, com elevação de gastos públicos completamente irresponsável.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senadora Marisa Serrano, voltei ao plenário apenas para apartear-la, pela profundidade do pronunciamento que V. Exª profere neste fim de tarde, nesta Casa.

A questão das agências reguladoras, do marco regulatório, é fundamental para o País. Se não tivermos clareza, vamos pagar um preço alto e vamos retroagir. A questão da Anac é um caso isolado. Mas vamos ser bem justos, nós não podemos jogar todas as pedras no telhado dela, por um motivo muito simples: a Anac, como estrutura e como agência, não tem culpa se houve falha, eventualmente, na escolha de um nome ou de outro. A escolha cabe ao Governo, que tem de assumir a responsabilidade. Por outro lado, não podemos acusar, de maneira ampla, uma agência reguladora que tem os seus recursos contingenciados. E aí vai o grande crime do Governo com relação às agências reguladoras, agências que geram receitas: o Governo retém os recursos, dificultando inclusive a mobilização de fiscalização para desenvolver a sua atividade-fim. Temos que nos conscientizar de que essas agências são funções de Estado, e não funções de governo. Daí por que a imunidade do mandato, que é para preservá-lo da interferência, da intervenção política nas ques-

tões. Nós temos mecanismos para retirar o dirigente que não se portou bem no exercício da sua função, mas nós temos que lhe dar garantia de que está administrando um modelo sem a interferência ou o mau humor do dirigente ou de quem quer que seja. Fala-se da Anac, mas ninguém exalta, por exemplo, a Aneel, que funciona muito bem, a ANTT, que funciona muito bem. Cito só essas duas, mas há várias agências que estão funcionando perfeitamente, que estão funcionando a contento. A Anac é produto de uma crise. Junta-se a crise aérea que antecede a própria Anac, vamos ser justos, essa crise seria com Anac, com DAC, com quem quisesse. E, evidentemente, o Governo está usando esse episódio para tentar dinamitar um projeto do qual ele não gosta, não gostou lá atrás, porque ele não tem a liberdade de nomear, de fazer trens da alegria nas estruturas dessas agências reguladoras. É lamentável. Agora, V. Exª está de parabéns, porque abrange um tema de grande importância nacional, além da Agência, temas que são hoje da curiosidade de todos. Acima de tudo, o povo brasileiro espera soluções com muita paciência. Muito obrigado.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes. Confirmando o que V. Exª expôs, a descentralização, quando foi pensada a criação dos marcos regulatórios, das agências reguladoras, era justamente para fazer com que a sociedade participasse, fiscalizasse junto, que não fosse só o governo comandando, senão passa o governo a ser um governo autoritário, um governo do eu sozinho, um governo do eu decido, falo, e os outros têm que cumprir.

Então, é importante que isso fique bem claro. Queremos sim as agências reguladoras todas funcionando, com pessoal técnico, especializado, sério, e com a liberdade para poderem dizer o que está certo ou errado. E, como disse V. Exª, quando a Presidência não se comportar da forma correta, como exige o povo brasileiro, temos de ter mecanismos para fazer com que isso seja arrumado e organizado.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora, permite-me um aparte?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senadora Marisa, inscreva-me para um aparte, por favor.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pois não, Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora Marisa, gostaria de dar uma contribuição ao discurso de V. Exª, lembrando a preocupação do Senado, da nossa Casa, em instalar aqui uma subcomissão que está tratando justamente dos chamados marcos regulatórios. E dentro dos marcos regulatórios estamos tratando sobretudo dos problemas ligados às agências

reguladoras. O que se tem visto, Senadora, é que as agências reguladoras podem ter cometido erros. Claro, até porque é uma inovação, uma novidade. Mas temos certeza de que elas precisam continuar com autonomia e independência, senão elas não atingirão seus verdadeiros objetivos. V. Ex^a está abordando esse assunto com muita propriedade. Parabéns V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Muito obrigada, Senador.

Ouçó o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senadora Marisa, inicialmente quero parabenizá-la pelo brilhante pronunciamento que faz, com uma inteligência singular. A abordagem que V. Ex^a fez é altamente concreta, e prestei muita atenção. Senadora, o caos aéreo neste País é de uma irresponsabilidade muito grande. Muito grande, Senadora Marisa! A ponto de se chorar a morte, em menos de um ano, de centenas de pessoas: 154 mais 199 famílias chorando. Tudo isso, Senadora, fruto de uma grande irresponsabilidade do Governo Federal. Pelos meses que vimos arguindo todas as autoridades, Procuradores da República nos Estados, investigando tudo dentro da Infraero, na gestão passada – porque há oito dias foi substituído seu diretor-presidente –, Senadora, o caos aéreo é fruto de corrupção, de incompetência, de falta de comando, enfim, de tudo. A corrupção está em todos os pontos que V. Ex^a pode conceber: em licitações de aeroportos, na parte interna de aeroportos, com publicidades, em tudo. Uma verdadeira quadrilha, Senadora. E lógico que isso tudo contribuiu para o caos aéreo, que veio realmente marcar a história da população brasileira com dois mega-acidentes em menos de um ano. Isso vai ficar na história. Agora, Senadora, nós – eu, V. Ex^a e os demais Senadores – temos aqui a responsabilidade de defender o povo brasileiro. Eu, especialmente, defendo o povo do meu Estado, o Pará. E nós temos, Senadora, a obrigação, depois do laudo final, do Relatório final da CPI do Apagão Aéreo, muito bem comandada pelo nosso Presidente Tião e pelo nosso Relator Demóstenes, nós temos a responsabilidade de cobrar a punição daqueles que foram os responsáveis pelo caos aéreo. Esta é uma obrigação nossa: nós temos que colocar na cadeia, Senadora, na cadeia – repito – os responsáveis por esse caos aéreo. Parabéns mais uma vez.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador.

Senador Mão Santa, que preside a Mesa neste momento, eu queria, ao encaminhar o término do meu discurso, falar de outro caos, de outro apagão, tão grave quanto o aéreo: o apagão rodoviário.

Os Senadores falam em mortes – e hoje eu vim aqui falar muito em segurança – no País, na ceifa de tantas vidas, e eu queria dizer que, se 60% das nossas cargas trafegam nas nossas rodovias e se nós temos recursos contingenciados, sendo que tão poucos são investidos nas nossas rodovias, a situação é muito preocupante. Quem aqui não conhece uma pessoa, não tem alguém da família ou não tem um amigo que morreu num acidente de trânsito nas rodovias brasileiras?

Quero deixar esse alerta no término do meu pronunciamento. É muito preocupante falarmos em caos logístico no País e que a nossa infra-estrutura está ruim. Isso não pode ser admitido! Temos, aqui, um dos menores índices, na América, de estradas pavimentadas. As estradas não têm sinalização e são cheias de buracos. Quando sentimos algo diferente é porque houve uma operação tapa-buracos, em época de eleição. Essa é outra das preocupações grandes que nós temos: fazer com que este País tenha condições de oferecer a todos aqueles que trabalham, que lutam, que têm propósitos, que têm esperança – e esta é uma função desta Casa – condições de ir e vir com segurança, condições não só de viajar de avião, mas de andar por nossas estradas. Poucos pegam aviões, mas quantos trafegam todos os dias pelas estradas brasileiras? Quantos caminhoneiros cortam o País de Norte a Sul? Quantos estão agora andando por nossas estradas e sentindo, a cada momento, o drama de um desastre iminente?

Sr. Presidente, para terminar, quero dizer que é necessário, sim, conscientizar o povo brasileiro, mas é necessário que nossas estradas dêem mais segurança ao nosso povo. Caso contrário, teremos um apagão terrestre muito sério. Basta comparar o número de mortes que temos em nossas rodovias. Aí temos de ficar muito mais tristes do que já estamos pelo apagão aéreo e por esses dois trágicos acidentes aeroviários.

Que Deus nos dê força para continuarmos lutando neste País, mas dê muito mais tranquilidade e sabedoria aos nossos dirigentes. Não adianta fazerem festa por um superávit primário, não adianta dizerem que estão com excesso de dinheiro em caixa; o que a população brasileira quer é um serviço de boa qualidade, em todas as áreas, para garantir a si e aos seus filhos uma vida melhor.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marisa Serrano, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós é que agradecemos. V. Ex^a usou 21 minutos – como naquela propaganda do dois mais um –, mas minha nota é dez ao seu pronunciamento.

Convidamos, para usar da palavra, de acordo com a inscrição, o Senador Papaléo Paes. Depois, estão inscritos o extraordinário Senador da República Paulo Duque, o Senador e líder maçom maior deste País Mozarildo Cavalcanti, e os Senadores João Pedro, Flávio Arns e Cícero Lucena, para fechar com chave de ouro esta sessão.

Peço permissão para prorrogar a sessão, inicialmente por uma hora. Dividindo esse tempo por todos os oradores, são cinco minutos para cada um.

Senador Papaléo Paes, com a sua inteligência e capacidade sintética, o povo do Amapá e do Brasil aguarda o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CPMF foi criada, em 1996, com o objetivo de financiar as despesas com a saúde pública no Brasil, e somente foi aprovada pelo empenho e pelo prestígio pessoal de um grande médico brasileiro, um cardiologista de prestígio internacional, um dos homens mais respeitáveis, mais dignos, mais preparados e mais dedicados à área da saúde: o Dr. Adib Jatene.

O Partido dos Trabalhadores – refresco-lhes a memória – votou contra, fechou questão contra o projeto e ainda puniu, com uma advertência, o Deputado Eduardo Jorge, o único petista que votou a favor da criação da CPMF.

Por mais uma ironia do destino, e mais uma contradição, o mesmo Partido dos Trabalhadores, que era radicalmente contra a aprovação da CPMF, hoje luta, com todas as forças, pela sua prorrogação.

No último dia 14 de agosto, o Senador Aloizio Mercadante, grande liderança do PT, defendeu a CPMF, usando como argumento a atual crise financeira internacional, e afirmou – palavras do Senador Aloizio Mercadante:

[...] as conseqüências desta crise ainda estão em evolução. Os desdobramentos, em termos de aumento do custo de crédito, de *spread* bancário e de liquidez internacionais, ainda estão em desdobramentos.

Portanto, é um momento em que um País como o nosso precisa de responsabilidade, de equilíbrio, de cautela, para que nós não percamos o imenso sacrifício que começou no Governo anterior e continua neste Governo, para melhorar as contas externas. [...] Como

vamos retirar mais da metade da capacidade de investimento do Estado?

Repeti palavras do Senador Aloizio Mercadante.

Já na última segunda-feira, Srs. Senadores, dia 20 de agosto, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no programa de rádio Café com o Presidente, contradiz o argumento do seu Líder no Senado. Lula diz o seguinte:

É uma crise do setor imobiliário americano, ou seja, de alguns fundos que compraram títulos pensando em ganhar muito dinheiro, sabe, de terceira categoria nos Estados Unidos. Então, na hora em que os Estados Unidos resolverem o seu problema, não terá problema no mundo.

Essas são palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contradizendo frontalmente o que disse aqui o Senador Aloizio Mercadante.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como as coisas mudaram, como as contradições aumentaram, como as coisas não resistem ao crivo da lógica, como os tributos aumentaram! Hoje, os brasileiros trabalham mais de quatro meses por ano apenas para pagar impostos.

Hoje, mais da metade dos recursos da CPMF são desviados para outras áreas, o que significa uma traição ao esforço do Dr. Adib Jatene e um desrespeito ao Congresso Nacional, que não aprovaria a lei que criou o antigo IPMF sem a garantia dessa aplicação exclusiva na Saúde, conforme compromisso pessoal do Dr. Jatene.

Enquanto isso, Sr. Presidente, a saúde pública do Brasil continua um dos mais graves problemas nacionais. Os recursos não são suficientes para financiar os gastos indispensáveis para garantir um mínimo de dignidade à nossa população.

Apesar dessa situação grave na área da saúde, o Governo Federal e suas grandes empresas, como o Banco do Brasil e a Petrobras, continuam a gastar rios de dinheiros com propaganda.

A última novidade na área de propaganda enganosa do Governo é uma campanha milionária, muito suspeita, feita pelo Banco do Brasil, em que milhões são gastos para induzir a população a se decidir por um misterioso número 3.

Sobra dinheiro para propaganda do Governo e faltam recursos para a Saúde, num grave desrespeito às legítimas expectativas dos cidadãos e à Constituição Federal.

Todos os dias assistimos ao espetáculo deprimente da precariedade do atendimento em hospitais públicos. Como médico, trabalhei em regiões muito pobres do Brasil, na região Norte, no interior do Estado do Amapá. Lá temos o retrato da saúde pública no Brasil.

Falo deste assunto com conhecimento de causa, pois vi e vejo todas as dificuldades da área da saúde. Como sou médico, claro que tenho autoridade para falar sobre isso aqui, e não apenas como mero espectador, como muitos o fazem dentro de seus gabinetes.

Não são coisas que ouvi dizer, Senador Mão Santa. Conheço, assim como V. Ex^a, o sofrimento do nosso povo dentro de um hospital, da posição de um médico que procura uma solução e não encontra.

O pior é sabermos que o dinheiro existe, que o Governo Federal está cheio de dinheiro com a arrecadação tributária batendo recordes e mais recordes, todos os meses, todos os anos, numa fúria de arrecadação que nunca se viu antes na história deste País. Nunca, na história deste País, se cobrou tanto imposto, tanta taxa, tanta contribuição, tanto tributo!

Tiradentes, Sr. Presidente, foi enforcado e esquartejado por causa da cobrança abusiva de impostos, o chamado quinto sobre a produção de ouro, o que quer dizer 20% da produção em impostos. Hoje, o Governo Lula está cobrando quase 40%. É uma carga tributária que representa o dobro daquela que provocou a morte de Tiradentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como médico, como cidadão e como quem tem compromisso com o interesse público, não posso apoiar a continuação da cobrança desse imposto chamado CPMF, que é pior, mais devastador e mais desorganizador para a economia brasileira do que aquele imposto que levou Tiradentes à forca e ao esquartejamento.

Um imposto só faz sentido quando é capaz de contribuir para o desenvolvimento social e econômico de um país, para fornecer recursos adequados, estáveis e necessários para financiar programas que assegurem o bem-estar da nossa população.

No caso da CPMF, os malefícios são maiores do que os benefícios que pode trazer, o que, certamente, recomenda a extinção desse imposto iníquo, que não contribui para o nosso desenvolvimento social nem econômico.

Se a área da saúde pública estivesse sendo efetivamente atendida, com dignidade, com respeito ao cidadão, sem desvios de recursos, como estava na idéia original do Dr. Adib Jatene, talvez a história fosse diferente.

Com a atual distorção, desvios e desrespeito ao cidadão, votarei contra a prorrogação desse tributo, que tem enormes efeitos negativos, como o aumento dos custos da produção da indústria, do comércio, da agricultura e dos serviços.

Não podemos, Presidente Mão Santa, apoiar o aumento da carga tributária. Precisamos reduzir essa carga insuportável que desestimula a iniciativa privada

e gera graves distorções em todas as cadeias produtivas, além de sobrecarregar mais os pobres, que pagam relativamente mais, em decorrência da regressividade desse tributo.

Concedo um aparte ao nobre Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Papaléo, V. Ex^a traz um tema absolutamente atual e importante a este Plenário. Convém lembrar um ponto que acho fundamental. Tenho a impressão de que todos os Senadores aqui presentes e muitos dos ausentes já, este ano, usaram da palavra para reconhecer claramente que a carga tributária brasileira é absolutamente insuportável. Não dá para carregar uma carga desse tamanho. No momento em que esta Casa, no momento em que estes Senadores, no momento em que o Congresso brasileiro tem a oportunidade de reduzir, por pouco que seja, essa carga tributária, parece-me que não é absolutamente lógico nem coerente que os Senadores e os Deputados tomem uma medida outra que não contribuir para que isso ocorra. Isso tem sido um discurso absolutamente recorrente. Não é possível suportar carga tributária desse tamanho. Esta redução prevista de 36 bilhões significa algo acima de 1%. É pouco. É muito pequena a redução, mas é algo, e é, sobretudo, uma indicação de que o Senado brasileiro não concorda, de forma nenhuma, com a manutenção dessa carga tributária. É coerente o discurso de V. Ex^a, de que é insuportável carregar tamanha carga, e o seu voto para que essa carga não continue a existir ou que, pelo menos, ela seja reduzida de uma maneira, embora não muito expressiva, emblemática: algo da ordem de grandeza de 1%.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador João Tenório, agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Estou recebendo, para incorporar ao meu pronunciamento, justamente um parecer de V. Ex^a, que conhece e que sabe o que significa o massacre que faz o Governo sobre a indústria, sobre o comércio, sobre o povo em geral, quando aumenta a sua arrecadação tributária, no sentido de tributar ainda mais o contribuinte.

Fico satisfeito quando o Governo aumenta a sua arrecadação tributária com o aumento da fiscalização, fazendo pagar imposto aquele que não paga. Agora, ele não pode compensar a sua incompetência aumentando imposto para sacrificar aqueles que cumprem com o seu dever cívico de cidadão que recolhe impostos ao Governo Federal.

Tenho certeza absoluta, em relação àqueles que representam o povo nesta Casa, que representam claramente o povo – somos eleitos por partidos políticos, mas representamos o partido político de uma maneira

formal nesta Casa – de que, quando votamos, nós o fazemos em nome do povo brasileiro, que abomina a CPMF, que está vendo, cada vez mais, essa CPMF se aproximar nessa proporção inflacionária que o Brasil vem conseguindo baixar a cada ano.

Espero que votem com consciência. Esqueçam a questão do radicalismo e voltem a pensar como sempre pensaram, como brasileiros, quando não detinham mandatos aqui. Vamos continuar pensando como povo e não como alguém que exerce um cargo e deixa de agir, de pensar, de proceder da maneira que procedia antes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui o meu apelo para que a saúde pública receba os recursos necessários para assegurar a dignidade do nosso povo, conforme determina a Constituição Federal, para que façamos uma verdadeira reforma tributária, que permita nosso desenvolvimento econômico e social, sem CPMF e outros entulhos tributários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós queremos cumprimentá-lo e, como médico de coração, V. Ex^a iguala-se, com quem convivi, a Christiaan Barnard, Zerbini, Jatene, Raimundo Carneiro e Ramiro González, e, como Senador, V. Ex^a está entre os melhores da história deste Senado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Ética, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de contar com a compreensão de V. Ex^a e dos demais Senadores inscritos para fazer o registro da perda de um grande brasileiro.

É com profundo pesar que registro o falecimento, ontem, em Goiânia, de Wilson Silveira Pereira. Ao tomar conhecimento, hoje, dessa morte, corri para Goiânia para ver se me unia a tantos quantos o admiravam e privavam de sua convivência, para ter a oportunidade de deitar, pela última vez, os olhos de despedida sobre seu corpo. Lamentavelmente, não foi possível, porque houve uma antecipação no sepultamento. Mas fui a Goiânia e acabei me encontrando com vários de seus amigos. Sei que Wilson deixou uma legião de amigos a reclamar sua ausência. Ele deixou a chorar seus familiares, amigos, aqueles que sentem muita dor, sobretudo os desportistas goianos.

Wilson Silveira dedicou-se por inteiro ao futebol de Goiás. Apaixonado pelo Vila Nova, que tantas alegrias lhe deu, além de angústias, sofrimentos, frustrações, todos esses sentimentos, Sr. Presidente, que uma

grande e verdadeira paixão revela. Foi seu Presidente, seu torcedor, seu defensor incontestado. Foi seu súdito. Presidiu também, com muita maestria, a Federação Goiana de Futebol. Com seu Vice-Presidente, Diretores e auxiliares, conduziu o futebol goiano de modo a mantê-lo vivo na alma dos goianos e dos brasileiros. Contribuiu para que Goiás integrasse, com alguns de seus clubes, a primeira e principal constelação do futebol brasileiro. Por diversas vezes, levou alegria a Goiás com a presença da Seleção brasileira. Quem não se lembra das fortes emoções da Copa América?

Wilson Silveira foi um forte membro, apoiador das ações positivas da Confederação Brasileira de Futebol, e, além de extraordinário desportista e de homem de elevado espírito público, foi também uma figura humana admirável, um companheiro alegre, solidário, notadamente nas horas difíceis, uma daquelas pessoas imprescindíveis, Sr. Presidente.

Parte sem que estivéssemos preparados para a sua ausência. Vai deixando um vazio muito grande entre os seus amigos, familiares e os milhares de apaixonados pelo futebol do nosso querido Goiás. Vai ser muito difícil ficar sem a companhia de Wilson Silveira.

Que Deus o acolha em sua morada. Que Deus possa proteger a sua família. Que Deus tenha do seu lado um homem que durante a sua vida aqui na terra sempre procurou fazer o bem, sempre procurou ser útil, sempre procurou dar uma contribuição efetiva para que a sociedade tivesse uma participação muito importante na área desportiva desse Estado.

É com muito pesar, então, Sr. Presidente, que registro o passamento de Wilson Silveira, ilustre Presidente da Federação Goiana de Futebol.

E agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao ilustre Senador que me cedeu espaço para fazer esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Mesa, pela sua Presidência, se associa à manifestação de pesar pela morte do Sr. Wilson Silveira, que representa tanto para o Estado de Goiás, para o Vila Nova e para o esporte no Brasil.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador Paulo Duque, do PMDB do Rio de Janeiro, cuja vida representa a história da grandeza política daquele Estado de nosso País.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Francisco de Assis de Moraes Souza, eu tive a ocasião de estudar a vida parlamentar de V. Ex^a e, para gratíssima surpresa minha, verifiquei que V. Ex^a, como candidato a Prefeito de Parnaíba, numa eleição diferente da de qualquer outra cidade

do Brasil, obteve 98,3% dos votos válidos da cidade. A partir de então, falei: não posso negar nada a esse Parlamentar. Já imaginaram uma cidade inteira acordando cedo, lendo jornal, tomando o seu café, indo almoçar e com o mesmo propósito, o de votar numa determinada figura, votar num determinado candidato? Eu acho que esse é um fenômeno que ainda não houve no Brasil ainda.

E, nessas condições, passei a ter muito mais do que respeito, uma admiração sincera pela liderança que V. Ex^a teve em seu Estado, o Piauí, e vai obtendo aos poucos no meu Estado, o Rio de Janeiro, nas minhas cidades, a tal ponto que se tornou uma das figuras mais populares da cidade do Rio de Janeiro.

Fala-se muito de outros candidatos, mas se fala muito no Francisco de Assis de Moraes Souza. Então, considero V. Ex^a um fenômeno. No momento em que o fenômeno chega para mim e diz: “Ô, Duque, você não pode deixar de falar sobre esse tema, desse tema que o Senador César Borges começou a falar, a respeito do qual já expandi as minhas idéias. A violência está grassando, está grassando até mesmo em Brasília, uma cidade calma, disciplinada, e no Brasil inteiro. Olha, o representante da Bahia falou; outro, representando o Amapá; outros representando... Meu Deus, todos falaram sobre a violência. E você, representante do Rio de Janeiro, não vai usar a tribuna hoje?”.

É como se V. Ex^a tivesse me dado uma determinação, que estou atendendo. E estou atendendo V. Ex^a.

Mas devo confessar que tenho uma mentalidade um pouco diferenciada, e até já conversei com o Senador Garibaldi Alves sobre o assunto. Acho que o homem nasce com tantas qualidades, mas também com muitos defeitos. É bom, é pacífico, mas também é violento, mau. Forma um conjunto maravilhoso. A união dessas duas figuras é também uma coisa maravilhosa.

Lembro-me, prezados Senadores, dos primeiros tempos da minha Faculdade de Direito, onde os meus mestres de Direito Penal, de Direito Processual Penal, elaboraram, com o concurso de um professor de Direito Penal de São Paulo, o nosso Código Penal ainda em vigor – com algum tipo de alteração, mais ainda em vigor.

Lembro aqui Alcântara Machado; esse de São Paulo que nomeei há pouco; Roberto Lyra, professor de Direito Penal, famoso; Nelson Hungria.

Quem não conhece Nelson Hungria? Quem estudou Direito Penal não pode se esquecer das lições de Nelson Hungria, que, afinal, num concurso público no Distrito Federal, foi o primeiro colocado, o primeiro da turma.

E eu meditava. Aí, passa Francisco de Assis e me diz: “Paulo você tem que falar sobre esse tema”. Estava até meditando um pouco sobre ele, sobre o elenco de crimes existentes no nosso Código Penal, feito em 1940. Estou falando de meio século, 1940, em plena Ditadura, na Constituição do Estado Novo. Foi nesse ano que surgiu o Código Penal. Então, tinha que ser um Código Penal duro, um Código Legislativo bastante severo. E foi. E digo mais: é até hoje.

Atrevo-me, depois de tantos oradores brilhantes terem falado sobre violência aqui, a dizer de novo que tenho uma concepção um pouco diferenciada sobre isso. Acho que o homem que nasceu bom, nasceu mau; que nasceu afável, já nasceu também violento.

Essa violência pode tomar esse ou aquele caminho; essa violência pode descambar para a violência global, que são as guerras, Sr. Presidente Francisco de Assis. Se o homem não tivesse essa característica de bondade, não haveria clero nem igreja, que às vezes se desvirtua; se o homem não fosse mau, não haveria guerra, porque a história do mundo, se pensarmos bem, é a história das próprias guerras. São as Guerras Púnicas, a Guerra do Peloponeso, a Guerra da Criméia, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial... Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, pensei que não haveria mais guerra no mundo, Sr. Presidente. Quando vi chegarem da Europa os nossos pracinhas, pensei que não houvesse mais guerra no mundo. Quando vi o pessoal da Força Aérea (FAB) chegando nos seus P-47 – a denominação daquele avião da época; não havia jato ainda – pensei: pronto, estamos bem! São todos heróis. Isso, nos meus 17, 18 anos.

Mas não pude deixar de atender a V. Ex^a, para dizer que o nosso Código Penal mostra um elenco de crimes, de delitos, de ilícitos. Existe um que me deixa pasmo, revoltado, sobretudo com tantos médicos aqui existentes. Analisando o Código Penal, artigo por artigo, entre os trezentos e poucos, há um determinado tipo de crime – e não pode haver pena sem que antes haja a definição do crime –, que é o de pedofilia.

Espanta toda a sociedade, todas as mães, todas as irmãs, todas as pessoas o conhecimento de que ocorreu um crime de pedofilia ou, mais explicitamente, um crime sexual contra um menor ou uma menor. Por esse eu me ofereceria para comandar um pelotão de fuzilamento e dizer: fogo! Diria isso. Tenho certeza de que V. Ex^a também gostaria muito de comandar um pelotão de fuzilamento e dizer: fogo no pedófilo, no monstruoso pedófilo! Não me conformo com isso, mas existe, infelizmente existe.

É o que disse a V. Ex^a. O homem nasce com qualidades, mas com defeitos terríveis. Daí as guerras, os cárceres superlotados.

E de quem é a culpa? De quem é a culpa, afinal, de tudo isso? Será de Caim que matou Abel? Foi o primeiro crime conhecido no mundo. Por que isso? Por que tanta guerra? Por que tanto crime horroroso? Por que tanta agressividade? Parece até, muito, com a necessidade de reforma do atual Regimento Interno do Senado Federal; reforma, tornando-o ágil, tornando-o mais realista, tornando-o menos burocrático, tornando-o mais dinâmico.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pois não.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a representa um dos Estados por que mais tenho admiração.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Muito obrigado. Eu estava atento às ponderações de V. Ex^a, que aborda um tema já recorrente nesta Casa. O Senado, por diversos dos seus Parlamentares, já revelou, a exemplo de V. Ex^a, a profunda indignação que todos nós sentimos pela escalada da violência em nosso País. E V. Ex^a tem razão: o pressuposto é de que o cidadão, de que o ser humano nasce uma pessoa boa. V. Ex^a menciona o Código Penal, que vai exatamente interagir como um efeito, um produto da sociedade já num estágio da vida do cidadão; ou seja, a partir do instante em que ele promoveu um desvio de conduta, praticou uma violência. É com tristeza que vemos grassar a violência no País, em seus quadrantes. Não há uma cidade que possa dizer que o privilégio seja somente dela de abrigar a violência do País. Não, a violência está crescendo em progressão geométrica. V. Ex^a fez uma pergunta muito interessante: de quem é a culpa? É possível que o culpado não seja isoladamente uma pessoa, um agente ou uma instituição. É possível que a culpa seja conjuntural ou de uma multiplicidade de agentes. Já tive a oportunidade de comentar aqui uma experiência que tenho visto no Tocantins e em outros Estados cujo estágio da economia se assemelha muito ao do Tocantins, o estágio primário, recorrente, em que a força da economia está centrada no setor primário, em que o grau de instrução das pessoas ainda é muito limitado. Sinto que seria necessário um esforço conjunto do Estado brasileiro e da sociedade precisamente capitaneado pelo Estado para criar uma rede de proteção ao cidadão na sua fase de formação. À criança, ao adolescente e ao jovem, exatamente no

período em que são dependentes da força, da orientação e da sustentação de outrem, às vezes lhes faltam esse suporte, esse apoio. Como temos visto a nossa juventude abandonada, marginalizada, sem se envolver com atividades que ocupariam seu tempo, com atividades saudáveis que lhes fossem úteis no momento e para o futuro! Começariam com educação de qualidade, depois deveriam ter oportunidade laboral com o envolvimento do cidadão, na sua fase de formação, com atividades de natureza cultural, recreativa e desportiva. Se o cidadão, desde tenra idade até a juventude, tivesse um aparato de proteção quando estivesse com o caráter formado, dificilmente, dali para frente, ele teria desvio comportamental. Acho que seria uma exceção. Mas o que estamos vendo não é mais exceção; está virando regra por falta de opção, por indignação, por sofrimento, por abandono. O cidadão, nessa fase, busca alternativas, às vezes, encantado pela fome, pelo desespero, pelo desemprego. Quando não consegue pelos meios naturais satisfazer suas necessidades e anseios, apela para a força bruta, para os instintos naturais, para a violência. Talvez a reflexão que V. Ex^a traz a esta Casa seja importantíssima para que todos nós possamos nos unir, nos debruçar sobre esse problema sério e grave que traz implicações para nossa vida atual, para o futuro do País. Tenho certeza de que precisamos fazer um esforço muito grande para entregar aos nossos descendentes um País melhor do que o que recebemos dos nossos ancestrais. Quero cumprimentar V. Ex^a pelas preocupações e pelo tema que aborda nesta tarde.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Eu é que cumprimento V. Ex^a, porque no início do seu aparte quase me descreveu o paraíso. O paraíso seria quase exatamente isto: nós cuidarmos daqueles setores desde o nascimento, desde cedo, para que não houvesse esta guerra que hoje assola o meu Estado, por exemplo, e a minha cidade, o Rio de Janeiro. É uma guerra permanente! Não importa o motivo, ela existe! O próprio Governador Sérgio Cabral, que já teve assento nestas poltronas, em grande reunião, não hesitou em dizer isto: “estamos em guerra, mas vamos vencê-la!”

E a culpa é de quem? Não é dele, não é minha e tampouco de V. Ex^a. O Senado não tem culpa, mas na verdade o que existe é isso. E mais: não é só no Brasil. Temos notícia hoje, pelos meios de comunicação, que são rápidos e dinâmicos, de que isso ocorre nos países mais civilizados em termos de educação; nos países mais adiantados em termos de desenvolvimento.

Sr. Presidente, vou atender ao pregão de V. Ex^a neste momento; sei que há outros oradores inscritos. Entretanto, deixo aqui uma informação que prometi dar-lhe outro dia, em outro pronunciamento. Este busto que

ali está – e V. Ex^a sempre se refere a ele – veio do Palácio Monroe, onde funcionava o Senado Federal. Com a queda do Senado, as ruínas do Senado, os objetos preciosos vieram para cá e estão no nosso museu aqui. Eu tinha prometido a V. Ex^a – penso – que localizaria o nome do autor desta bela escultura de Rui Barbosa. Foi o arquiteto Cunha Melo, que, em 1925, fez esta belíssima obra que inspira a todos os Senadores nos seus pronunciamentos mais diferenciados.

Agradeço a este Plenário maravilhoso que encontrei aqui, depois de tantos e tantos anos de mandato lá no Rio de Janeiro. É maravilhoso, pois é constituído de pessoas que querem o bem público, pessoas que lutam para que o Brasil caminhe para frente, caminhe para frente.

Àqueles que moram longe, em Roraima, no Amazonas, no Rio Grande do Sul – meu Deus do céu – não medimos esforços e sacrifícios para defender os interesses dos nossos 27 Estados da Federação.

Muito obrigado a V. Ex^a e aos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a revive aqui os grandes Senadores do Rio de Janeiro: Nelson Carneiro, Afonso Arinos, e V. Ex^a, representando a grandeza. Gostaria de ouvi-lo.

Traduzindo a grandeza deste Senado, está presente – e peço permissão para anunciar – o ex-Senador Aureo Mello, da grandeza do Amazonas. Senador Paulo Duque, o ex-Senador Aureo Mello tem o dom de ser poeta e ofertou uma das suas obras *heliotrópios adamantinos lácteos* (suco de estrelas) – 3^a edição, ao Senador de sua época, Garibaldi Alves Filho.

Muito me pegou e a V. Ex^a. Em homenagem a todos nós, escolhi um – todos são extraordinários – tem *A Mulher Bonita* – mas, desta vez, vou ficar com o homem que partiu: *Loa a Ibrahim Sued* – em homenagem a V. Ex^a, Paulo Duque, que é do Rio de Janeiro, porque tive um primo – o Josias Studio – que, passando no clube, disse que chorou quando ele morreu – Josias Studio.

Tem um jornalista no Piauí, Nelito Marques, que eu apelido de Ibrahim Sued do Piauí. É feita esta homenagem:

Esse Ibrahim que amou bastante a vida

Por muito tempo ainda estará presente
Pelos salões, no lar de toda gente
Que o viu brilhar na crônica exercida.
Era figura humana conhecida
E uma pessoa muito inteligente
Que se firmou extraordinariamente
Na sua profissão dura e sofrida.

Morreu um bom sujeito, um grande praça

Que os céus o tenham na sua santa graça

Bem acolhendo a quem viveu com fé.

Marco de geração, a caravana

Esquia agora em plagas do Nirvana

Onde Ibrahim conversa com Maomé.

Convidando agora o extraordinário Senador...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Se V. Ex^a ainda me permite uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois, não.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Aureo Mello foi o nosso grande criador, no Rio de Janeiro. V. Ex^a não sabia disso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Ele fez política no Rio de Janeiro durante um período, fez poesia, no Rio de Janeiro, no meu período. Então eu me congratulo com essa leitura maravilhosa dos poemas do Aureo Mello, que foi Senador. V. Ex^a sabe disso. Ele foi Senador aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos o Senador de Roraima Mozarildo Cavalcanti, que realizou ontem uma das maiores homenagens que este Senado da República fez a uma das mais importantes instituições da história do mundo: a maçonaria. V. Ex^a não sei se é mais grandioso como médico, maçom ou líder desta Casa.

Fique à vontade na tribuna.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Senador Mão Santa, meu colega duplamente: Senador e médico. Fico muito feliz com suas palavras, que são bondosas. Eu me esforço, como sempre, como todo médico, para fazer o melhor sempre em qualquer situação. Sei que V. Ex^a também é assim.

Hoje, Sr. Presidente, eu gostaria de falar da reunião que houve em Roraima, na Capital do meu Estado, Boa Vista. Refiro-me ao I Encontro dos Legislativos Roraimenses. Essa foi uma iniciativa da Assembléia Legislativa do meu Estado, que reuniu os Vereadores de todo o Estado, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, os Senadores, além do Governador do Estado, do Prefeito da Capital e dos Prefeitos do interior, que são poucos; são apenas 14 Prefeitos do interior. Discutiram-se, durante dois dias, os problemas

mais cruciais do Estado e as saídas para as soluções e para o desenvolvimento de Roraima.

Para registrar, vou fazer a leitura do documento chamado “Carta de Roraima”, a fim de que isso sirva para que os brasileiros que assistem à TV Senado ou que ouvem a Rádio Senado tomem conhecimento dos nossos problemas. Nós, Parlamentares federais, reiteradamente, temos batalhado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, buscando uma solução, desde quando Roraima se transformou em Estado, por decisão da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, tendo sido instalado em 1º de janeiro de 1991, com a eleição do primeiro Governador.

Leio o texto da Carta de Roraima:

Nosso Estado, criado em 1988, pela transformação do Território Federal de Roraima, e instalado em 1990, com a posse do Governador eleito e dos Deputados Estaduais vem, desde então, buscando, pelos meios legais e políticos, solução para se desenvolver, a fim de proporcionar a harmonia, a paz social e o bem-estar de seu povo.

No entanto, a cada ano, defronta-se com obstáculos de ordem legal, administrativa e política, óbices esses originários do Governo Federal, seja por iniciativa, seja por atos.

Dessa forma, temos vivenciado situações contrárias às nossas necessidades, nos mais diferentes níveis, o que nos leva a elevar nossas vozes como um grito único em sua defesa, por entender que é responsabilidade de todos nós.

Não bastasse a não transferência do patrimônio do então Território de Roraima para o Estado, criado nos termos do § 2º do art. 14 do ADCT da Constituição Federal da República, surgem demarcações de áreas consideradas indígenas que, de fato, impossibilitam o nosso crescimento. No momento, até tributariamente somos penalizados.

Destarte sermos unidade federada da Amazônia Ocidental, hoje estamos em uma área geográfica praticamente indefinida, pois ocupamos área de fronteira, roraimenses são afastados de suas propriedades tituladas pela própria União há anos, sendo considerados intrusos, além de nos encontrarmos comprimidos entre três áreas de livre-comércio: a Zona Franca de Manaus, o maior e mais próximo centro comercial nacional; a área de livre comércio da República Cooperativa da Guiana, a 125 km; e a área de livre comércio da República Bolivariana da Venezuela, a 213 Km. Áreas essas

que recebem incentivos fiscais dos governos e de seus Estados ou do Governo Federal, enquanto nós estamos vendo e observando todos esses acontecimentos, praticamente sem poder nos posicionar e definindo em nossa capacidade de progredir.

As ações empreendidas pelo Governo Federal têm, cada vez mais, impedido nosso Estado de se desenvolver, mesmo reconhecendo que algumas delas são executadas de acordo com a Lei, mas, pela ausência de clareza com o que se quer, deixa-nos à mercê de um verdadeiro vazio, ausência de poder, onde não podemos crescer. Podemos citar, dentre essas, as seguintes razões:

1– Legislação ambiental, que praticamente impede a extração de madeira e de recursos naturais de forma racional e legal, ações do Ibama e demais órgãos ambientais;

2– Demarcação e pretensão de áreas indígenas em áreas produtivas e sobre províncias minerais, de forma que o estado não possa explorá-las;

3– Permissão ou omissão para que entidades não-governamentais se instalem no território de nosso Estado, ocupando inclusive irregularmente grandes faixas de terra, sem nenhuma providência dos órgãos federais;

4– Manutenção precária da principal estrada que liga o Estado ao restante do País, a BR-174.

Assim continuando, seremos um Estado fantasioso, pois não podemos sequer gerar o necessário para nossa sobrevivência, bem menos ainda para nosso desenvolvimento.

Não podendo gerar emprego nem renda, o Estado espera pela iniciativa privada, que não pode investir, em razão dos entraves no âmbito do Governo Federal, cada vez mais presentes. O que nos aguarda ainda mais, se não temos uma área estadual definida, autonomia política e jurídica nos limites do território do Estado?

Observe-se que a autonomia roraimense é apenas teórica, pois sua prática não vem acontecendo. Onde e quando receberemos investimentos capazes de alavancar o desenvolvimento econômico deste Estado?

Dessa forma, pelos fatos públicos e notórios, entendemos ser de vital importância que, a partir de hoje, quando o assunto for a defesa dos interesses de Roraima, não haja partido A, B ou C, e que assuntos tão rele-

vantes possam, finalmente, ser tratados com a grandeza e o elevado grau de importância que merecem, tais como:

01 – A definição fundiária urgente do Estado, determinando a quem pertencem as terras herdadas pelo ex-Território Federal, bem como as áreas ambientais, militares, indígenas, etc.

02 – O compromisso por parte do Governo Federal de que, em um breve espaço de tempo, somente por lei, demarque, registre e homologue todas as áreas indígenas existentes no Estado, trazendo tranqüilidade e segurança jurídica para todos em relação às demais áreas, pondo fim ao atual procedimento.

03 – A definição da questão agrária, transferindo as áreas remanescentes para o Estado, em cumprimento à Constituição Federal.

04 – A implantação urgente das áreas de livre comércio de Pacaraima e Bonfim.

05 – A implantação das ZPEs de Boa Vista, Caracará e Rorainópolis.

06 – A conclusão de todas as grandes obras de infra-estrutura em andamento no Estado, beneficiando setores como transportes e energia, etc.

07 – A defesa da desburocratização e da modernização das relações comerciais, sociais e culturais entre Brasil, através de Roraima, com a Venezuela e a Guiana.

08 – A realização de um fórum constante para discutir a participação das Comunidades de todas as orientações políticas, religiosas e filosóficas, no processo de desenvolvimento do Estado, definindo projetos próprios em parceria com outros órgãos públicos e privados, especialmente agroindústria, turismo, pecuária e de projetos auto-sustentáveis.

Roraima é Brasil, mas necessita urgentemente ser reconhecida pelo Governo Federal como Estado brasileiro, e, assim, ser tratado nos termos dos preceitos constitucionais que o criou.

E seguem-se, Sr. Presidente, as assinaturas dos Senadores.

Quero salientar aqui que não consta a minha assinatura porque não pude estar presente nesse evento – e já justifiquei desta tribuna –, mas assino embaixo, endosso plenamente a carta que foi assinada pelo Senador Romero Jucá, que é Líder do Governo; pelo Senador Augusto Botelho, que é do Partido dos Trabalhadores e, portanto, do Partido do Governo; pelo Vice-Governador; pelos oito Deputados Federais; pelo

Prefeito da Capital; pelo Presidente da Câmara de Boa Vista; pelos Deputados Estaduais; e por todos os Vereadores. Portanto, é uma carta que representa o pensamento de todos de Roraima.

Espero que o Presidente Lula leve em conta esses problemas, já que conhece muito bem todos eles, porque foram levados a ele desde o primeiro momento do seu Governo, e ele até que tem tentado resolvê-los, mas o seu meio de campo, os seus assessores, não o permitem.

Por isso mesmo, eu já disse aqui, como estão impedindo o Presidente Lula – porque eu acredito na palavra do Presidente para o Governador do Estado, para mim, para o Senador Augusto e para os cinco Deputados Federais que estavam lá de que ele quer resolver, mas que não deixam –, como não deixam, o Presidente está sendo obrigado a se abster de resolver os problemas de Roraima. E enquanto ele está se abstendo, eu vou me abster também de votar aqui a favor de qualquer matéria de interesse do Governo Lula. E se realmente ele decidir não atender, eu passo a votar contra. Eu quero resolver os problemas do meu Estado. Eu não tenho reivindicações de ordem pessoal.

E aproveito aqui também, já que estou falando no meu Estado, para dar uma notícia que, aliás, já é pública e notória, porque foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de sábado, 18 de agosto, e que diz: “ONU exige que Brasil tire invasor de área indígena”. O que significa isso? A ONU está exigindo que o Governo brasileiro – e há poucos dias foi a OEA que fez o mesmo – retire os moradores não-índios da Reserva Raposa Serra do Sol, demarcada de maneira ilegal, incorreta, fraudulenta. E o Presidente Lula foi alertado sobre isso pela Comissão Externa do Senado que estudou o assunto. Ainda assim, estão retirando de lá brasileiros que estão na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, acabando com quatro pequenas cidades na fronteira do Brasil com esses países e retirando os moradores, pagando uma indenização ridícula. E os que estão resistindo estão agora sendo pressionados pela ONU, vejam bem. E lá na ONU está sendo colocada a questão como racismo. Não é mais a questão de terras, é uma questão agora de racismo. E pergunto: o racismo aqui está sendo praticado contra quem? O racismo está sendo praticado contra os não-índios. Então, quem está sendo ameaçado de uma mega operação que a Funai estava planejando para a Polícia Federal executar, que eu denunciei daqui, porque recebi um documento de um policial federal que descrevia toda a operação que iria empregar 500 policiais federais. Agora vejam, a nossa soberania para onde vai? Quer dizer que o Brasil não pode resol-

ver uma questão doméstica sua que está resolvendo, mesmo erradamente, mas está resolvendo?

E vem a ONU dizer que o assunto está sendo analisado pelo Comitê de Combate ao Racismo da ONU e dá um prazo para o Brasil resolvê-lo.

Acho que isso é uma agressão à soberania do País e, neste particular, tenho que defender o Presidente Lula, porque, mesmo em desacordo com o que penso, pois ele está fazendo lá o que não era para fazer, ele está fazendo e não mereceria puxão de orelha da ONU. Não mereceria nem deveria aceitar que a questão fosse colocada como racismo. Que seja uma questão de discussão, pois, aliás, está em discussão no Supremo Tribunal Federal: porque aqueles que ainda estão lá não querem a indenização que está sendo oferecida, porque é ridícula e porque a outra parte da legislação que manda assentar em um local adequado não tem também.

Então, não podemos resolver nossas questões dessa maneira. Vejam que Roraima, Presidente Mão Santa, que é um Estado que está no verdadeiro extremo Norte do Brasil – porque não é o Oiapoque, como repete ainda até hoje a grande mídia, e sim o Monte Caboraí, encravado na Venezuela e na Guiana – e que é uma área que deveria ser olhada com preocupação estratégica tanto para defesa quanto para a soberania do País, está sendo tratada assim.

Está aqui a Carta de Roraima assinada por todos os Parlamentares de Roraima e está aqui a ameaça da ONU de intervir naquela região mandando seus boinas azuis sob o pretexto de defender e proteger contra o racismo. Quero deixar bem claro para todo o País que os índios que fazem confusão lá são minoria, porque a maioria dos índios que moram lá nem queriam esse tipo de demarcação nem querem esse tipo de exclusão dos brasileiros que estão lá.

Apenas uma entidade, o Conselho Indígena de Roraima, que é patrocinado pela Igreja Católica, defende essa posição. As outras entidades – e vou citar aqui a Sodiur, a Arecon, a Lidici – que reúnem a maioria dos índios de lá, não queriam a demarcação nem querem esse *apartheid* racial que está sendo imposto pelo próprio Governo brasileiro contra os brasileiros que estão lá naquelas fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por isso, agora, comecei a entender que o nome da sua capital é Boa Vista, pela boa visão dos homens. Um Estado novo, cuja capital é Boa Vista. Eu me orgulho de ter recebido a comenda daquele Estado pelas mãos do competente homem público, ex-Governador Neudo Campos, um dos engenheiros mais notáveis deste País.

Concedo a palavra ao Senador do Estado do Amazonas, João Pedro.

V. Ex^a dispõe do tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ainda bem que V. Ex^a está presidindo os trabalhos. Serei rápido, Presidente Mão Santa.

Da mesma forma que V. Ex^a, gostaria também de registrar a obra do nosso poeta Aureo Mello, que está aqui conosco. S. Ex^a, que foi Senador no final da década de 80 e início da década de 90, está prestigiando esta sessão. É um amazonense muito querido, além de poeta, escritor, jornalista. Foi Deputado Federal no Rio de Janeiro e Senador da República. É com muito prazer que encontro V. Ex^a no plenário do Senado da República.

Sr. Presidente Mão Santa, as mulheres rurais do Brasil estão em Brasília. Em torno de cinquenta mil mulheres brasileiras do campo estão participando de mais um evento promovido pela Contag, pela CUT, pelo Movimento de Mulheres da Amazônia (MMA), pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM), pela Coordenação dos Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam). Elas estão em Brasília e amanhã realizarão, em frente ao Congresso, mais uma vez, aquilo que é conhecido no movimento sindical, no movimento social como a “Marcha das Margaridas”. Inclusive, o Amazonas participa desse ato, que é promovido pela Contag e pela CUT, com 35 lideranças rurais. A Presidente da Fetag-Amazonas, que é a Sr^a Izete Rabelo, se deslocou para cá com mais 34 lideranças de mulheres que estão engajadas nos movimentos sociais; mulheres de Parintins, que é a minha cidade, de Itacoatiara, que é outra cidade importante do Amazonas, Rio Preto da Eva, Tefé, Presidente Figueiredo, Manaquiri.

Enfim, são mulheres que representam a Amazônia, os beiradões e a luta em defesa da qualidade de vida.

É bom lembrar que a denominação da marcha é em homenagem a uma senhora que foi presidente de um sindicato na Paraíba. Chamada de Margarida, Maria Alves foi assassinada em 1983, na porta de sua residência, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Lagoa Grande. É importante fazermos esse registro e apoiarmos a luta dessas mulheres por educação, por crédito, por terra, pela reforma agrária.

É pela reforma agrária que falo nesta noite no Senado da República. Falo sobre uma matéria que foi levada ao ar pela TV Globo na noite de domingo, no Fantástico, a respeito de assentamentos do Incra na Amazônia, Sr. Presidente. A Amazônia deve ser tratada com muito carinho, com muito respeito, com muito compromisso político. O Brasil deve muito à nossa

Amazônia, àquela região que compõe a maioria da territorialidade do nosso País. A matéria falava que o Incra, o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária, estava criando assentamentos para privilegiar o roubo da madeira. E não é verdadeiro. A matéria, lamentavelmente – precisamos dizer isso –, não registrou, não mostrou a verdade das ações do Incra na Amazônia, particularmente do Incra de Santarém.

Ora, o Incra vem fazendo um esforço a partir da experiência da ocupação da Amazônia, nos anos setenta, que tinha como concepção fazer reforma agrária a partir da visão da colonização: levavam-se famílias, agricultores, trabalhadores rurais do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste para as estradas, então abertas – a Transamazônica é resultado da geopolítica dos anos setenta –, e ali, sem levar em consideração as culturas, a realidade, a floresta, os lagos, colocavam-se as famílias margeando as rodovias, as vicinais, as estradas concebidas nos anos setenta. A rigor, esse modelo de colonização fracassou.

O Incra de hoje, a partir dos debates com os movimentos sociais, pelas experiências vividas de forma dolorida, Senador Flávio Arns, faz uma discussão e projetos completamente diferentes desses dos anos 70. Naquela época, o Incra fez projetos de 250 metros, de 500 metros de frente por 2.000 metros de fundo. Era um projeto linear. E ali havia a malária, as doenças endêmicas, enfim, o conflito com os povos indígenas, as distâncias da Amazônia, uma infra-estrutura que temos que desenvolver na Amazônia de forma especial por conta do seu período chuvoso, da sua umidade.

O Incra faz hoje projetos novos, levando em consideração, fundamentalmente, a vida das pessoas, com foco no manejo. O Incra não cria mais assentamento e diz: “Aqui está seu lote”. Não. São concepções coletivas, territórios coletivos com as famílias que lá estão. O Incra deixou, rigorosamente, de fazer assentamentos, de trazer a família de uma região, de um pólo e colocar num outro local. Não. Ele trabalha com as populações que ali estão, destinando áreas e criando projetos, como o PAF, Projeto de Assentamento Florestal, uma modalidade que vai trabalhar com florestas; o PAE, Projeto de Assentamento Agroextrativista, que vai trabalhar com a castanha, vai trabalhar com a andiroba, vai trabalhar com a copaíba, ou seja, com as potencialidades da floresta, com as potencialidades da Amazônia.

Esses são os projetos criados, e faltou dizer isso na matéria.

Há um erro na matéria, porque ela localiza e foca uma área em que o Incra coibiu o roubo da madeira, retirando a área do grileiro, portanto, da grilagem. O

nome do cidadão faz parte da nota do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicada hoje.

O Fantástico usou cenas do assentamento Santa Clara, no Estado do Pará, Município de Santarém, como exemplo de desmatamento. Na verdade, Presidente Mão Santa, o desmatamento da área é fruto da ação do grileiro José Donizete Pires de Oliveira. O Incra moveu uma ação de retomada da área ilegalmente grilada e desmatada para tão-somente depois destiná-la à criação de um projeto de assentamento. O grileiro responsável pelo assentamento da área foi preso. Portanto, a ação do Incra, ao criar o assentamento Santa Clara, ao contrário, o deteve.

O Fantástico cita a inexistência de assentados nas áreas-alvo da ação do Ministério Público, o que denomina “assentamentos fantasmas”. Não cita, no entanto, que o não assentamento das famílias se dá por um acordo firmado entre o Incra e o Ministério Público Federal, pelo qual o Instituto se compromete em só assentar famílias depois de concluído o Licenciamento Ambiental, concluído o PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento), e aprovado o plano de manejo sustentável. Essa é a única razão para o fato de não haver ainda famílias trabalhando na terra. Ou seja, ao contrário do que a reportagem faz parecer, a iniciativa demonstra a seriedade ambiental do Incra.

Todo o desmatamento que por acaso venha a ser constatado nas áreas de reportagem é necessariamente ilegal e clandestino, uma vez que o Incra, por força de lei, só pode autorizar a retirada de madeira após o licenciamento ambiental e a aprovação do manejo florestal. Em diversas áreas da região, como é o caso do assentamento Serra Azul, citado na reportagem, o Incra denunciou desmatamento ilegal ao Ibama, que não tem a responsabilidade de coibi-lo. Refiro-me ao Incra.

Nos dois projetos de assentamento em que foi constituído acordo entre assentados e madeireiras para construção de infra-estrutura, existe um plano de manejo aprovado, e as madeireiras estão devidamente regularizadas.

Nenhum dos assentamentos realizados nos últimos quatro anos envolveu transferência de populações de região. Todos os beneficiários de assentamentos habitavam a região em que foram assentados.

Sr. Presidente, evidentemente li alguns parágrafos da nota, mas eu gostaria que esta nota fosse para os Anais do Senado, porque repõe a verdade. É uma nota que registra o trabalho que vem fazendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que vem fazendo o Incra na região, que vem fazendo o gestor do Incra na região. Conheço o gestor, que é o Aquino, o superintendente do Incra. Espero que, aqui no Senado, possamos repor

a verdade. A verdade é que o Incra faz um trabalho hoje diferenciado daquela experiência que o próprio Incra fez na década de 70 e no início dos anos 80.

A reforma agrária, na realidade, na Amazônia tem que ser diferenciada do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste. A reforma agrária na Amazônia tem que ser diferenciada do Nordeste brasileiro; tem que levar em conta sua floresta, seus rios, os ribeirinhos. A reforma agrária na Amazônia tem que levar em consideração os povos indígenas. A reforma agrária na Amazônia carece de investimentos diferenciados. Daí a minha solidariedade ao trabalho do Incra. E o Incra tem que ter um padrão de rigor verdadeiramente. Não podemos criar projetos a qualquer custo. O Incra precisa trilhar um trabalho de reforma agrária diferenciado, mas levando em consideração a qualidade de vida das pessoas.

Lamentavelmente, assistimos, no domingo, a uma matéria que não ajuda a construir um Brasil com transparência, um Brasil onde a imprensa possa falar a verdade. Então, o Incra, em Santarém, em vez de merecer essa crítica que faz com que tenhamos indignação, merece, na realidade, o respeito e o reconhecimento pelo trabalho que vem fazendo nesse ponto da Amazônia que é o sul do Pará, Santarém, onde os técnicos, os servidores e parceiros estão criando e realizando projetos que vão, com certeza, no futuro, engrandecer o trabalho da reforma agrária na Amazônia.

Muito obrigado, Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Brasília, 20 de agosto de 2007

**Assentamentos na Amazônia,
o Ministério do Desenvolvimento Agrário esclarece**

A Amazônia historicamente vem sendo pressionada por atividades irregulares de extração ilegal de madeira, grilagem de áreas públicas e exploração carvoeira, e pela expansão da fronteira agrícola e dos grandes projetos agropecuários. O resultado tem sido o desmatamento de enormes áreas de floresta.

Preocupado com essa situação, a partir de 2003, o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com ampla participação da sociedade, iniciou a construção de uma nova política fundiária para a Amazônia Legal, inscrito no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Há, desde então, um novo enfoque na destinação das terras públicas federais.

Como fruto dessa nova política, vinte milhões de hectares foram repassados ao Ibama para criação de Unidades de Conservação. Outras áreas de Patrimônio da União vêm sendo destinadas para implantação de assentamentos com preocupação ambiental, assegurando maior proteção às comunidades tradicionais para uso e manejo sustentável da floresta e coibindo as ações de especuladores e grileiros.

Hoje, os projetos ambientalmente diferenciados são de três categorias: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), no qual a atividade produtiva é o manejo florestal de uso múltiplo e também há a recomposição florestal de áreas já convertidas para outros usos.

Além do cuidado ambiental com os novos assentamentos na região, o MDA vem retomando áreas griladas e assumindo a responsabilidade de incentivar a recuperação de grandes extensões de terra, com uma ocupação sustentavelmente planejada e socialmente justa.

O resultado dessa nova política fundiária para a Amazônia pode ser aferido em números, com a redução pelo quarto ano consecutivo do índice de desmatamento nos assentamentos da reforma agrária. Essa redução é de 52% no último ano – mais que o dobro do índice de redução das demais atividades.

Apesar desses números, algumas notícias na imprensa sobre o tema apresentaram informações imprecisas. Com o objetivo de bem informar o público, vamos prestar os devidos esclarecimentos a respeito das reportagens divulgadas no último fim de semana pela revista **Época** e no programa Fantástico, da Rede Globo.

– Os dados apresentados pela revista **Época** para sustentar a tese de que os assentamentos contribuem para o desmatamento da Amazônia referem-se a assentamentos de 1970 a 2002, ou seja, nenhum criado no atual Governo. Portanto, nenhum de acordo com o novo modelo de assentamento para a região. Mesmo nesses casos que remontam a ações da ditadura militar, há de se registrar que a área desmatada é de 34% e que até 2001 a reserva legal para a região era de 50%.

– Os dados mais recentes divulgados no mês em curso pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), responsável pelo monitoramento do desmatamento da Amazônia, revelam um resultado exatamente oposto ao referido pela revista. Usando dados georreferenciados e imagens de satélite de alta definição, o INPE demonstrou que o desmatamento nos assentamentos da Amazônia Legal caiu pelo quarto ano consecutivo, chegando a uma redução de 52% no

último ano. E um índice de queda equivalente ao dobro da média geral da região.

– O Fantástico usou cenas do Assentamento Santa Clara, no Estado do Pará, como exemplo de desmatamento. Na verdade, o desmatamento da área é fruto da ação de um grileiro, José Donizete Pires de Oliveira. O Incra moveu uma ação de retomada da área ilegalmente grilada e desmatada, para tão somente depois destinar à criação de um projeto de assentamento. O grileiro responsável pelo desmatamento da área foi preso. Portanto, a ação do Incra ao criar o Assentamento Santa Clara, ao contrário de estimular o desmatamento, o deteve.

– O Fantástico cita a inexistência de assentados nas áreas-alvo da ação do Ministério Público, o que denomina “assentamentos fantasmas”. Não cita, no entanto, que o não assentamento das famílias se dá por um acordo firmado entre o Incra e o Ministério Público Federal, pelo qual o instituto se compromete em só assentar famílias depois de obtido o Licenciamento Ambiental, concluído o PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) e aprovado o plano de manejo sustentável. Essa é a única razão para o fato de não haver ainda famílias trabalhando a terra. Ou seja, ao contrário do que a reportagem faz parecer, a iniciativa demonstra seriedade ambiental do Incra.

– Todo o desmatamento que por acaso venha a ser constatado nas áreas da reportagem é necessariamente ilegal e clandestino, uma vez que o Incra por força de lei só pode autorizar retirada de madeira após o licenciamento ambiental e a aprovação do manejo florestal. Em diversas áreas da região, como é o caso do assentamento Serra Azul, citado na reportagem, o Incra denunciou desmatamento ilegal ao Ibama que tem a responsabilidade de coibi-lo.

– Nos dois projetos de assentamento em que foi constituído acordo entre assentados e madeireiras para construção de infra-estrutura, existe um plano de manejo aprovado; e as madeireiras estão devidamente regularizadas.

– Nenhum dos assentamentos realizados nos últimos quatro anos envolveu transferência de populações de região. Todos os beneficiários de assentamentos habitavam a região em que foram assentados.

Ao repor as informações corretas sobre o tema, cabe acrescentar que toda a denúncia (seja da imprensa ou da sociedade civil), mesmo que contendo informações incorretas ou imprecisas, terá neste Ministério a imediata apuração e serão tomadas as providências necessárias. Dar dignidade aos habitantes da Amazônia dentro de um projeto de desenvolvimento ambientalmente sustentável é tarefa deste Ministério e desejo da sociedade brasileira.

Cerca de cinquenta mil mulheres trabalhadoras rurais, vinda de todo o País, estão em Brasília para a Marcha das Margaridas 2007. As trabalhadoras estão acampadas no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, onde ficam até amanhã (22), quando marcharão para a Esplanada dos Ministérios e farão ato político em frente ao Congresso Nacional. A abertura do encontro acontece às 10h, na tenda montada na parte externa do Pavilhão.

Ainda amanhã, à tarde, as mulheres se reúnem em cinco mesas de debates simultâneos. As ministras Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, além de Maria da Penha, símbolo de luta contra a violência doméstica, participam, às 15h, do debate sobre o combate à violência. Outros temas como previdência rural, emprego, renda e agroecologia também fazem parte da programação.

A marcha é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e CUT, e tem como parceiros Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR-NE), Movimento Interstadual das Quebradeiras de Côco Bagaço (MIQCB), Movimento de Mulheres da Amazônia (MMA), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (REDELAC) e Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COOPROFAM).

Economia Solidária

Além das atividades políticas, a Marcha das Margaridas será um espaço para as trabalhadoras rurais exporem produtos elaborados por elas. A Feira Solidária das Margaridas será um momento de socialização e troca de produtos com base nos preceitos da economia solidária.

Quem foi Margarida Alves

A mobilização das mulheres trabalhadoras rurais recebe o nome de Marcha das Margaridas em homenagem à ex-líder sindical paraibana Margarida Maria Alves. Ela foi assassinada em 1983, na porta de sua casa, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba.

Programação

Dia 21 – Terça-feira

10h – Abertura da Marcha das Margaridas e da Feira Solidária das Margaridas, no Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade.

15h – Cinco mesas de debates simultâneas, no Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade.

Dia 22 – Quarta-feira

8h – Caminhada até a Esplanada dos Ministérios. Está previsto um ato político em frente ao Congresso Nacional.

12h – Retorno ao Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade.

14h – Plenária final para repasse dos pontos negociados com o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência agradece o brilhante pronunciamento do Senador João Pedro, do PT do Amazonas.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, do PT do Paraná, último orador inscrito desta sessão de 21 de agosto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste pronunciamento, desejo relatar a experiência vivida pela Associação Pestalozzi, de Niterói, na busca pelo fortalecimento dos projetos sociais e educacionais desenvolvidos pela instituição, que atende pessoas com deficiência no Estado do Rio de Janeiro.

Conforme relata no *Jornal da Pestalozzi* de julho de 2007, portanto, do mês passado, a Presidente da entidade, Sr^a Lizair Guarino, visitou centros de reabilitação na Europa e constatou o apoio dado pelo Governo a iniciativas da sociedade.

A matéria cita o exemplo da Plataforma Europeia de Reabilitação, uma entidade sediada na Itália e que congrega as instituições que atendem pessoas com deficiência na União Europeia. Segundo o relato, 90% das atividades desenvolvidas pelas instituições filiadas são subvencionadas pelo Estado. É aquele espírito de abordagem que diz que são entidades públicas não estatais, assim como a Pestalozzi aqui no Brasil também o é. É uma entidade pública da sociedade, não tem dono, é filantrópica e não estatal. Além disso, o pagamento dessas subvenções na Europa é feito sem atraso.

A comparação com a realidade brasileira tornou-se inevitável ao constatar a valorização dada ao trabalho desenvolvido pelas instituições europeias. Eu diria que esse é o maior desafio do Brasil, hoje, em uma série de áreas: valorizar a sociedade organizada; valorizar o terceiro setor; considerar o terceiro setor público, não estatal, dentro de regras bem objetivas de credibilidade.

Esse exemplo nos leva a refletir sobre a importância de apoiarmos as ações dessas entidades no Brasil. Hoje, elas lutam para conseguir se manter, como já foi dito hoje à tarde em relação às Santas Casas, com recursos parcos, diante do complexo atendimento que

oferecem em áreas multidisciplinares, como educação, saúde, assistência, trabalho, esporte e lazer.

A falta de programas e de políticas públicas estruturados para o atendimento de pessoas com deficiência no Brasil nos mostra que é preciso avançar na caminhada a favor da cidadania de milhões de brasileiros.

As dificuldades enfrentadas são muito sérias, em áreas fundamentais para a pessoa com deficiência, como transporte, infra-estrutura para o atendimento, aquisição de equipamentos, manutenção e custeio das atividades desenvolvidas, entre outras.

Essa é uma reflexão muito oportuna para esta data, no dia de hoje, quando comemoramos, no Brasil, o início da Semana Nacional do Excepcional, celebrada anualmente entre os dias 21 e 28 de agosto, desde 1964. São 43 anos com a celebração da Semana Nacional do Excepcional, que começa hoje. Por isso, faço questão de registrar isso neste pronunciamento.

Em sua 43ª edição, a Semana vem, mais uma vez, mobilizar a sociedade brasileira e o poder público para a reflexão sobre a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e sua inserção efetiva nos contextos social, cultural, educacional e político.

Em 2007, neste ano, o tema proposto, “Participação e Autogestão: em busca da igualdade de oportunidades”, deverá orientar as ações da Semana, além de fomentar reflexões e debates a serem realizados no decorrer do ano.

O que peço aos nobres colegas, ao Poder Executivo e à sociedade brasileira é um olhar mais atento a essa questão. Vimos, nos Jogos Parapan-americanos, exemplos extraordinários de superação de desafios. São pessoas que contam com o apoio dessas instituições para ter acesso aos seus direitos fundamentais.

Podemos perguntar para qualquer atleta dos Jogos Parapan-americanos. Na história de vida desses atletas, vamos ver a importância de entidades públicas não estatais na construção dessa cidadania com acesso ao esporte. Nessa área, o Brasil é referência, principalmente no que se refere à mobilização da sociedade – pessoas com deficiências, pais e amigos – pela busca desses direitos. Temos no Movimento Apaeano, das Apaes, a maior rede de entidades sociais do mundo. São mais de 2 mil Apaes e entidades congêneres atuando em todo o Brasil, de forma organizada e competente, a favor dessas pessoas e de suas famílias.

Quero destacar que, neste momento, em Santa Catarina, no Município de Penha, dentro do Parque Beto Carrero, está ocorrendo o Festival Nacional Nossa Arte, para pessoas com deficiência mental. O Festival Nossa Arte ocorreu em todas as microrregiões, em todos os Estados, e agora ocorre, no Município de Penha, Santa Catarina, o evento nacional, com quatro

apresentações de palco, música, dança, dança folclórica, teatro, e também apresentações individuais, como artesanato, pintura, literatura, fotografia, o que valoriza o desempenho da pessoa com deficiência mental.

Nunca é demais lembrar que esse trabalho feito pela sociedade seria uma atribuição do Estado. No entanto, pela ausência de ação, ao longo dos anos, foi sendo realizado pela sociedade organizada, por meio dessas entidades.

Sr. Presidente, na Irlanda, houve inclusive um plebiscito no qual a população interessada opinou se desejava que o atendimento às pessoas com deficiência, principalmente àquelas que apresentavam necessidades mais acentuadas, fosse feito pelo Poder Público ou por entidades sociais. Pelo plebiscito, a população da Irlanda decidiu-se pela sociedade organizada, mas recebendo do Poder Público os respectivos benefícios, como se fosse uma entidade pública comum. Aliás, são entidades públicas não-estatais. Deve-se valorizar o terceiro setor sério e competente.

Por isso, considero fundamental o apoio do Poder Público a essas iniciativas, com programas sistematizados para essa área, seguindo o exemplo de Países desenvolvidos.

A forma como um País trata a pessoa especial – já dizia o Presidente norte-americano John Kennedy – mostra o quanto esse País é desenvolvido. Que o Brasil possa ser exemplo de desenvolvimento nessa área, e que todos nós, nesta Semana Nacional do Excepcional, de 21 a 28 de agosto, possamos nos orgulhar de ter um País efetivamente justo e igualitário.

Agradeço, Sr. Presidente, pedindo que o pronunciamento seja transcrito nos Anais da Casa, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flávio Arns, V. Ex^a faz com que eu repita, cada vez, que este é um dos melhores Senados da história da República no Brasil, porque nomes como o de V. Ex^a dignificam esta Casa.

Sem dúvida nenhuma, eu convivi muito com a Apae. Quando eu era do Rotary Club, fundei uma sede da Associação na minha cidade, Parnaíba, com outros companheiros, liderados pelo Professor Cordão, símbolo maior da Apae.

V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, é esse símbolo. Pode-se dizer que o Brasil tem um ministro em V. Ex^a, que é de fato o ministro que apóia os deficientes na nossa Pátria. Eu não sei quem vai chegar ao céu primeiro, se V. Ex^a ou o Bispo Evaristo Arns. V. Ex^a santifica este Parlamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu só quero dizer a V. Ex^a que tive o prazer de ter amizade e de ser um companheiro de caminhada do Professor Cordão, da Apae de Teresina, no Piauí, e ele foi, durante muitos anos, uma das grandes lideranças do movimen-

to apaeano no Brasil. Ele orgulha muito a luta pelos direitos da pessoa com deficiência em nosso País. Foi uma grande liderança. E a família dele continua sempre ativa, a favor da cidadania dessas pessoas.

Quero cumprimentá-lo pelo grande conterrâneo que foi o Professor Cordão e também por V. Ex^a ter sempre manifestado apoio irrestrito às pessoas com deficiência.

Parabéns!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para relatar aos nobres colegas a experiência vivenciada pela Associação Pestalozzi de Niterói na busca pelo fortalecimento dos projetos sociais e educacionais desenvolvidos pela instituição que atende pessoas com deficiência no Estado do Rio de Janeiro.

Conforme relata no “Jornal da Pestalozzi” de julho de 2007, a Presidente da entidade, Sra. Lizair Guarino, visitou centros de reabilitação na Europa e constatou o apoio dado pelo governo a iniciativas da sociedade.

A matéria cita o exemplo da Plataforma Européia de Reabilitação, uma entidade sediada na Itália e que congrega as instituições que atendem pessoas com deficiência na União Européia. Segundo o relato, 90% das atividades desenvolvidas pelas instituições filiadas são subvencionadas pelo Estado. Além disso, o pagamento destas subvenções é feito sem atraso.

A comparação com a realidade brasileira se tornou inevitável ao constatar a valorização dada ao trabalho desenvolvido pelas instituições européias.

Este exemplo nos leva a refletir sobre a importância de apoiarmos as ações destas entidades no Brasil. Hoje, elas lutam para conseguir se manter com recursos parcos diante do complexo atendimento que oferecem, em áreas multidisciplinares, como educação, saúde, assistência, trabalho, esporte e lazer.

A falta de programas e políticas públicas estruturados para o atendimento de pessoas com deficiência no Brasil nos mostra que é preciso avançar na caminhada a favor da cidadania de milhões de brasileiros. As dificuldades enfrentadas são muito sérias em áreas fundamentais como transporte, infra-estrutura para o atendimento, aquisição de equipamentos, manutenção e custeio das atividades desenvolvidas, entre outros.

Esta é uma reflexão muito oportuna para esta data, quando comemoramos no Brasil o início da Semana Nacional do Excepcional, celebrada anualmente entre os dias 21 e 28 de agosto, desde 1964.

Em sua 43^a edição, a Semana vem mais uma vez mobilizar a sociedade brasileira e o poder público para

a reflexão sobre a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e sua inserção efetiva nos contextos social, cultural, educacional e político.

Em 2007, o tema proposto, “Participação e Autogestão: em busca da igualdade de oportunidades”, deverá orientar as ações da Semana, além de fomentar reflexões e debates a serem realizados no decorrer do ano.

O que peço aos nobres colegas, ao Poder Executivo e à sociedade brasileira é um olhar mais atento a esta questão. Vimos nos Jogos Parapan-americanos exemplos extraordinários de superação de desafios. São pessoas que contam com o apoio destas instituições para terem acesso aos seus direitos fundamentais.

Nesta área, o Brasil é referência, principalmente no que se refere à mobilização da sociedade – pessoas com deficiência, pais e amigos – pela busca destes direitos. Temos no Movimento Apaeano a maior rede de entidades sociais do mundo. São mais de 2.000 APAEs e entidades congêneres atuando em todo o Brasil, de forma organizada e competente, a favor destas pessoas e de suas famílias.

Nunca é demais lembrar que este trabalho, feito pela sociedade, é uma atribuição do Estado. No entanto, pela ausência de ação, ao longo dos anos foi sendo realizado pela sociedade organizada, por meio destas entidades. Por isso, considero fundamental o apoio do poder público a estas iniciativas, com programas sistematizados para esta área, seguindo o exemplo de países desenvolvidos.

A forma como um país trata a pessoa especial, já dizia o presidente americano John Kennedy, mostra o quanto ele é desenvolvido.

Que o Brasil possa ser exemplo de desenvolvimento nesta área e que todos nós possamos nos orgulhar de ter um país efetivamente justo e igualitário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar da palavra o ex-Prefeito e ex-Governador, Senador da República Cícero Lucena, que está inscrito como último orador.

Acaba de chegar – e, evidentemente, ninguém poderá negar-lhe a palavra – Francisco Dornelles, o continuador de Tancredo Neves.

Senador Cícero Lucena, V. Ex^a continua também a política de Humberto Lucena, que engrandeceu esta Casa como V. Ex^a engrandece agora.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Volto a um assunto que foi palco de matérias no Jornal Nacional, no Fantástico e no Bom Dia Brasil, so-

bre o caos da saúde no Brasil, e que foi objeto também de pronunciamentos aqui por vários Senadores.

A Medicina da Paraíba pede socorro. A nefasta situação ocorrida no último domingo, que levou a óbito uma jovem de 28 anos, era esperada por todos que trabalham com o atendimento oferecido pelo SUS em João Pessoa, independentemente da paralisação dos Médicos, que ora ocorre. Infelizmente, foi necessário uma jovem vir a óbito, após ter feito um apelo na imprensa local exprimindo todo o seu pavor, fragilidade e total impotência ante a situação, restando-lhe apenas aquilo de que dispunha, a fraca voz do seu clamor, que já não mais ecoará. Porém, a falta de socorro sucede cotidianamente nos corredores dos nossos hospitais. E a classe médica pleiteia salários condizentes com a atividade que exerce, pois lida com vidas, e qualquer engano pode levar à fatalidade.

Ocorre que as 35 cirurgias cardíacas disponibilizadas pelo SUS para a população de João Pessoa, que tem mais de 600 mil habitantes e é a capital do Estado, indubitavelmente são insuficientes e não atendem a demanda da população, levando pacientes graves a esperarem em longas filas para fazer uma cirurgia cardíaca.

V. Ex^a, Sr. Presidente, que é médico, sabe o quanto isso é triste e doloroso para uma família que tem um ente que precisa passar por uma cirurgia.

Um fator agravante, em se tratando de João Pessoa, é que a cidade, por ser capital, também recebe pacientes de todo o Estado. Ora, se as 35 cirurgias são insuficientes para os pessoenses, imagine-se para todos os paraibanos.

Atualmente, os hospitais não têm o devido interesse, e os médicos sentem-se impotentes e desestimulados em realizar cirurgias cardíacas. Estas requerem de seis a oito horas de minuciosa atenção, sendo grande a responsabilidade. E a remuneração oferecida pelo Sistema Único de Saúde é irrisória – o que, inclusive, já foi motivo de muitos pronunciamentos de V. Ex^a aqui, Sr. Presidente.

Esse foi um dos principais motivos que levaram um dos hospitais pioneiros na cardiologia da Paraíba, que há quarenta anos prestava serviços à população carente pelo SUS, a não mais realizar cirurgias cardíacas, sobrecarregando os que, ainda que de forma precária, realizam essas cirurgias.

Faz-se mister que o Governo entenda que esses hospitais são empresas, que precisam honrar seus compromissos, pagar a seus fornecedores, bem como a seus funcionários e outras despesas.

Essa celeuma só será resolvida quando o SUS remunerar dignamente médicos e hospitais. Se a situação permanecer como está, outras pessoas continua-

rão morrendo. A vida é um bem indelével, indisponível e ninguém possui a faculdade de dispor ou não dela, de escolher quem deve ser operado ou não. O direito à vida e à saúde é a consagração da dignidade da pessoa humana, direito assegurado pela Constituição Federal em diversos dispositivos.

Quando se destaca a necessidade de o Estado democrático assegurar o bem-estar da sociedade, neste deverá estar inserido a saúde, consagrada como direito de todos e dever do Estado, garantido por intermédio de políticas sociais e econômicas que vislumbrem a redução do risco de doença e o acesso igualitário aos serviços de saúde pública para prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. Este tem que ser um interesse primordial do Governo.

Uma reforma em caráter de urgência se faz necessária. Quando o nobre Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, instituiu naquela época a CPMF, foi como uma luz no fim do túnel para a saúde brasileira. Contudo, esses recursos arrecadados tomaram outros rumos, bem distantes das calçadas daqueles que varam madrugada aguardando atendimento.

Aqui lembro que a receita da CPMF, no ano em que foi criada, foi de, aproximadamente, R\$6 bilhões; hoje, ela está projetada para R\$34 bilhões. E o que vemos é o agravamento do sistema de saúde.

A população carente paraibana clama pela sensibilidade dos membros desta Casa, para que, juntos, possamos cobrar do Governo amenizar a situação caótica do sofrido Estado paraibano.

Sr. Presidente, quero ler artigo escrito pelo jornalista Luis Torres, num portal do Estado da Paraíba chamado Click PB. No final de semana, faleceu também um ex-deputado estadual daquele Estado. O artigo tem o título “O coração e o erro de todos” e diz:

O coração é a pauta da semana. Teve o coração de Gervásio que parou sem avisar. Teve o de Elizângela que avisou muito antes de parar. Um coração que foi enterrado sem carro de bombeiros, sem batedores da Polícia Militar, sem luto oficial. Mas que repercutiu nacionalmente pela futilidade da *causa mortis*: a insensibilidade.

A coisa mais asquerosa em casos como o de Elizângela é o esforço das partes em garantir a isenção da culpa. Ninguém pensou em resolver o problema antes. Mas todos são extremamente dinâmicos, sagazes e inteligentes em defenderem-se. Elizângela queria dinamismo e soluções na madrugada do sábado.

Só encontrou insensibilidade. E de todos. Porque todos são culpados. E, se mexerem um pouco mais, até nós jornalistas temos conta da

responsabilidade porque não fizemos, como costumamos, o terrorismo necessário quanto à greve dos cardiologistas.

Como diria Shakespeare, tem algo muito podre na tentativa da prefeitura de João Pessoa em responsabilizar, unicamente, os médicos em greve. Eles têm culpa sim, porque, se reivindicam melhores salários, devem fazê-lo com base no juramento profissional de salvar vidas. E não de tirá-las.

Sabem que uma paralisação desse porte é mais delicada de que uma greve de motoristas de ônibus.

Mas, se analisarmos friamente, os médicos estão no segundo estágio da escala de responsabilidades. A primeira, como está bem claro na Constituição, é do Poder Público.

E, neste caso, da prefeitura de João Pessoa, que detém a gestão da saúde após municipalização do setor, recebendo para isso recursos no valor de R\$ 12 milhões mês do Sistema Único de Saúde.

Constitucionalmente, não são os médicos os obrigados a garantir o serviço de saúde à população. Eles são profissionais. É o padrão deles, neste caso o Poder Público, que tem que lhes dar chicotadas, se for o caso, para garantir o tal serviço público de qualidade.

Mas é engraçado ler os jornais hoje e ver, em todos eles, que além de Elizângela, a coitadinha da prefeitura de João Pessoa também foi vítima dos médicos. Ora, vamos deixar de hipocrisia. A prefeitura e os jornais.

É o Poder Público, em primeiro lugar, que tem que garantir serviço de saúde. E que seja debaixo de pau e pedra. Com greve, paralisação, jogo de seleção brasileira, furacão, tornado [...]. Tem que garantir.

Tem de saber que, se os médicos insensíveis – “monstruosos no seu direito de melhores salários” – vão parar, vai ser preciso um plano emergencial, enviando pacientes para outros Estados, contratando médicos, colocando polícia para que 30% da categoria trabalhe ou, se nada disso der certo, atender submissa à reivindicação dos médicos.

É a prefeitura que deveria, se considera que os médicos estão sendo intransigentes, buscar médicos de Londres ou de Cuba, onde o prefeito adora passear. Quem sabe da Áustria, onde o prefeito foi receber (?) prêmio pela qualidade na administração. Ah, se a Fundação Harmonia soubesse da morte de

Elizângela! Aliás, a prefeitura gastou por volta de R\$100 mil na viagem do prefeito à Áustria. Teria feito, a conta própria, cinco cirurgias em Elizângela.

Em suma, os médicos foram a segunda categoria a omitir socorro à Elizângela. A prefeitura, esse título ninguém poderá contestar, foi a primeira.

É o artigo do jornalista Luis Torres, no ClickPB. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA.**

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medicina da Paraíba pede socorro. A nefasta situação ocorrida no último domingo, que levou a óbito uma jovem de 28 anos, era esperada por todos que trabalham com o atendimento oferecido pelo SUS em João Pessoa, independentemente da paralização dos médicos.

Infelizmente foi necessário uma jovem vir a óbito após ter feito um apelo na imprensa local exprimindo todo o seu pavor, fragilidade e total impotência ante a situação, restando-lhe apenas o que dispunha a fraca voz do seu clamor, que já não ecoará mais.

Porém, a falta de socorro ocorre cotidianamente nos corredores dos nossos hospitais, a classe médica pleiteia salários condizentes com a atividade que exercem, lidam com vidas onde qualquer engano pode levar fatalmente à letalidade, o que ocorre é que as 35 cirurgias cardíacas disponibilizadas pelo SUS para a população da Paraíba são indubitavelmente insuficientes, e não atende a demanda da população, levando pacientes graves a esperar em longas filas uma cirurgia cardíaca.

Um fator agravante, e se tratando de João Pessoa, é que a cidade recebe pacientes de todo o interior do Estado.

Ora, se as 35 cirurgias já são insuficientes para os pessoenses, imaginem para todos os paraibanos.

Atualmente, os hospitais não têm o devido interesse e os médicos sentem-se impotentes e desestimulados em realizar cirurgia cardíaca, esta requer seis a oito horas de minuciosa atenção sendo grande a responsabilidade, e a remuneração oferecida pelo Sistema Único de Saúde é irrisória, esse foi um dos principais motivos que levaram um dos hospitais pioneiros na cardiologia da Paraíba, que há 40 anos prestava serviço à população carente pelo SUS, a não mais realizar cirurgias cardíacas.

Sobrecarregando os que ainda de forma precária realizam essas cirurgias. Faz-se mister que o Governo entenda que esses hospitais são empresas e que precisam honrar seus compromissos, pagar fornecedores bem como seus funcionários, etc.

Essa celeuma só será resolvida quando o SUS remunerar dignamente médicos e hospitais, se a situação permanecer como está outras pessoas continuaram morrendo. A vida é um bem indelével e indisponível, ninguém possui a faculdade de dispor ou não dela.

O direito à vida e à saúde são a consagração da dignidade da pessoa humana. Direito assegurado pela Constituição Federal em diversos dispositivos.

Quando se destaca a necessidade de o Estado democrático assegurar o bem estar da sociedade, neste deverá estar inserido a saúde, consagrada como direito de todos e dever do Estado, garantindo por intermédio de políticas sociais e econômicas, que vislumbrem a redução do risco de doença e o acesso igualitário aos serviços de saúde pública para prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. Esse tem que ser um interesse primordial do Governo.

Uma reforma em caráter de urgência se faz necessária, quando o nobre Ministro da Saúde Dr. Adib Jatene instituiu a CPMF surgiu uma luz no túnel para a saúde brasileira. Contudo, esses recursos arrecadados tomaram outros rumos.

Bem distantes das calçadas daqueles que varam madrugada aguardando atendimento.

A população carente paraibana clama pela sensibilidade dos membros desta Casa no empenho de amenizar a situação caótica do sofrido povo paraibano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço ao Senador Cícero Lucena pelo pronunciamento.

Aproveito a oportunidade – não poderia ser de outro modo, uma vez que se fala tanto do problema da saúde em todo o Brasil e principalmente no Nordeste – para apelar ao nosso Ministro Temporão para que olhe para as condições da saúde no Piauí.

Quero crer que o nosso maior hospital, o Hospital Getúlio Vargas, criado na Era Vargas, vive momentos de muitas dificuldades. E para que não aconteça, como está acontecendo nos Estados vizinhos do Nordeste, nós imploramos a S. Ex^a o Ministro Temporão para que, com sua sensibilidade, leve os recursos que a direção daquele hospital pede.

Aquela é, sem dúvida nenhuma, a mais importante unidade hospitalar do Piauí, que atende, pela localização de Teresina e por sua grandeza, o Maranhão, Tocantins, Goiás e o próprio Ceará. Já apelamos para o Líder Raupp, para Wellington Salgado, para quase todas as lideranças do PMDB, para que o Ministro

Temporão, do nosso Partido, atenda às necessidades daquele hospital, que vive momentos de dificuldades e de aflição para o povo do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação os **Requerimentos nºs 924 e 927, de 2007**.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 922, de 2007**, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 721, de 2007, que a homenagem a ser realizada no Período do Expediente da sessão do próximo dia 28 de agosto seja dedicada ao Dia do Corretor de Imóveis.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Também entrego à Secretaria-Executiva da Mesa, para atender à solicitação do Senador Flávio Arns, o seu pronunciamento, para que seja transcrito nos Anais da Casa.

Como último orador, concedo a palavra ao Senador Magno Malta, extraordinário orador do Estado do Espírito Santo. Além de Espírito Santo, S. Ex^a tem a santa Dadá para inspirar a sua oratória, a última de hoje.

De acordo com a Sagrada Escritura, os últimos serão os primeiros. V. Ex^a está nessa situação, sendo um dos primeiros nomes que engrandecem esta Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, volto a esta tribuna para comentar e dizer da minha felicidade, contrária à posição de alguns. Todas as vezes que eu, que luto, que milito e sou um combatente na área de segurança pública, venho a esta tribuna, eu o faço preocupado com a violência que grassa no País, que rompeu todos os limites.

Costumo dizer que vivemos um estado de exceção na segurança pública brasileira. Perdemos todos os limites. A sociedade brasileira vive perplexa. Há uso de drogas e abuso delas, porque, diga-se de passagem, não há traficante sem quem use drogas e quem abuse delas.

O traficante é tão-somente o grande empresário para sustentar aqueles que fornecem dinheiro para comprar armas e matar a sociedade. É com dinheiro do usuário que se compra gasolina, Sr. Presidente, para

incendiar ônibus. É com o dinheiro do usuário que o traficante traz as grandes partilhas de cocaína a serem vendidas. É com o dinheiro do usuário que se financia seqüestro. O dinheiro do usuário de drogas é o próprio sangue derramado pelas ruas das cidades pequenas e grandes deste País, com as balas perdidas. Os seqüestros, os assaltos, os estupros e seqüestros-relâmpago são patrocinados com o dinheiro do usuário.

E ainda amolecemos em uma questão como esta, quando esta Casa, juntamente com a Câmara dos Deputados – creio que não se pensou na dor de uma sociedade e na lágrima de uma mãe que chora, porque tem filho drogado –, resolveu que não se pune quem usa droga.

Vai punir quem, então? Pena de 50 anos para traficantes? Eles dão risada, porque, para quem entra no submundo do crime, pena de 50 anos ou 100 anos não faz diferença! Além de acreditarem na impunidade, eles sabem que é vida fácil e vida curta. Não se tem vida longa, porque quem não ama sua própria vida também não ama a vida dos outros. É preciso haver punibilidade, sim, para o usuário, porque é o dinheiro dele que compra aquele meio galão de gasolina usado para incendiar ônibus e matar pessoas queimadas, inclusive crianças indo para suas escolas.

Por isso, Sr. Presidente, avassalou-se a violência no País, sendo comandado o bonde da violência dentro dos próprios presídios, porque o sistema penitenciário brasileiro está falido.

Vejo com bons olhos o PAC da Segurança Pública. Parabenizo o Presidente Lula e o Ministro Tarso Genro, porque, quando não se faz movimentação nenhuma nessa ou em qualquer outra direção, as críticas vêm. Quando se faz a movimentação nessa direção, as críticas ficam no mesmo lugar?!

Não precisamos ser dessa forma. Pode-se fazer oposição crítica. O que é bom é bom; o que é ruim é ruim! Não se pode dizer que o PAC de Segurança Pública é ruim. Pelo menos, é preciso esperar para ver, dar um tempo para ver se vai dar certo, se vai colar. Pelo menos a proposta de sair daquela velha história de comprar carro e arma para a Polícia, porque isso não faz segurança pública. Nós ainda temos de avançar mais, porque temos de ter verba carimbada para a segurança pública, como temos para a educação, porque isso não é gasto e, sim, investimento.

Mas quero parabenizar o Presidente Lula e o Ministro Tarso Genro, pela movimentação nesse sentido. Que haja suficiente empenho e disponibilidade do Governo Federal, porque segurança pública pertence aos Estados. Que o Governo produza os elementos e os instrumentos para facilitar a vida dos Srs. Governadores.

dores, que precisam ter comportamento arrojado para combater a violência.

Não se pode combater violência “viajando na maionese”. Houve época de discussão intensa sobre direitos humanos. É preciso entender que, a partir de agora, são os humanos que precisam ter direitos na questão da segurança pública.

Quando vejo que o PAC da Segurança foi lançado sem prestígio – e o título está aqui comigo –, considero bobagem. Por que os Governadores não vieram? É uma pergunta para ser feita a eles. Não vieram porque não puderam? O que foi? Ou querem que não dê certo, que o caos se instale mesmo, que vire terra de ninguém, porque isso facilita as eleições. É um ponto nevrálgico: quanto pior, melhor. Não podemos viver dessa forma.

E não acredito que esses Governadores não vieram por isso, até porque os conheço. Aécio Neves foi Presidente da Câmara. Quando presidi a CPI do Narcotráfico, participei de uma Comissão Mista de Segurança Pública, após a morte de Celso Daniel, proposta por Aécio Neves, então Presidente da Câmara. Na época, Ramez Tebet, nosso querido Senador falecido, um patrimônio dos mais significativos do Brasil, era Presidente desta Casa. Fizemos, então, uma Comissão Mista. Tive o prazer de ser o Sub-relator da Comissão que elaborou, juntamente com o Ministério Público e a Polícia Federal, a Lei de Crime Organizado e a Lei de Narcotráfico para o Brasil. Imagino que alguma coisa aconteceu.

Alguém diz que o PAC da Segurança começou sem prestígio, sendo que a falta de segurança e a violência, hoje, são pontos nevrálgicos do País; que os Governadores não vieram para dizer que o Presidente deixou de ser prestigiado ou para não prestigiarem uma iniciativa. Essa iniciativa do PAC da Segurança, por mais ínfima e insignificante que fosse, por menor que fosse, precisava ser prestigiada, sim. E, se não vieram para não prestigiar, pressupõe-se dizer que terra arrasada é melhor. Quanto pior, melhor, porque isso facilita as eleições vindouras.

Precisamos fazer oposição crítica, porque o que é bom é bom; o que é ruim é ruim. Dizer que o PAC da Segurança não presta, que o Governo fica lançando pessoas?! Como fazer? É preciso ter um programa mesmo. E segurança pública ganhou dimensões tão tremendas que ninguém vai resolver a questão da violência num estalo, num conto de fadas.

É preciso ter realidade, ter plano traçado; é preciso ter investimento; é preciso que haja unidade nesse sentido, para salvaguardar a sociedade, que quer muito mais do que discurso.

Não dá para ficar torcendo, “tomara que não dê certo”, para que o PAC da Segurança não dê certo. Precisamos torcer para que dê certo. “Ah, mas, se der certo com o Governo Lula, o Lula fica mais forte.” Calma! Se esse PAC der certo, é a probabilidade de que alguém deixe de morrer com uma bala perdida; se der certo, quem sabe tenhamos traficantes a menos; se der certo, quem sabe chegaremos ao ponto de punir o usuário de drogas, porque é o dinheiro dele que compra a gasolina que incendeia o ônibus; se der certo, quem sabe devolvamos as ruas às crianças, as praças aos namorados; se der certo, quem sabe não tenhamos mais igrejas saqueadas, roubadas por pessoas drogadas, endemoninhadas completamente. Agora, ficar torcendo para que o PAC da Segurança não dê certo é o fim do mundo. Pelo menos, é esperar ver para crer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna para parabenizar o Presidente Lula, eu, que passei quatro anos batendo, quando Deputado Federal, mostrando caminhos, mostrando saídas. Não erradicaremos a violência no Brasil. Essa é uma bobagem que não se pode falar. A violência não será erradicada, a violência está no coração do homem. Começou com Caim e Abel lá atrás, com o primeiro assassinato. E o coração do homem não mudou. Precisamos de Deus na família, no coração da família. Sem dúvida, este é o grande preventivo: é Deus no coração da família. Não me refiro à religiosidade, mas a Deus, a ter, de fato, a Bíblia com a família dentro de casa, a conhecer a Palavra de Deus, a criar filhos no caminho, na visão de Deus. “Ensina a criança no caminho que deve andar e, quando for grande, não se desviará dele”.

Há uma semente a ser plantada, e, quando a semente morre, há que nascer alguma coisa boa.

Sr. Presidente, por isso falo hoje, desta tribuna, depositando todas as minhas crenças, o meu otimismo e sonhando para que o PAC dê certo.

Eu sou de um Estado extremamente violento. No Estado do Espírito Santo, a violência ganhou dimensões que não dá para descrever. É um Estado pequeno, bonito, promissor, com um povo trabalhador, mas do qual a violência tomou conta e assusta as pessoas. Não existe uma mãe sequer que durma antes que a filha chegue da escola ou que o marido chegue do trabalho; a inquietação de quem depende de ônibus, a inquietação das pessoas que precisam ficar às dez, às onze horas da noite em um ponto de ônibus, dependendo de uma condução, as pessoas que dependem de ter as ruas para criar os seus filhos, a inquietação do Estado do Espírito Santo com a violência, que tomou tamanho corpo lá, é a mesma. É o mesmo sofrimento das pessoas dos outros Estados da Federação brasileira.

Temos um País com fronteiras abertas. O nosso País é entreposto de tráfico internacional de drogas e de armas, de todos os nossos vizinhos. Eles passam por dentro, pelas nossas fronteiras secas, Sr. Presidente. Só com o Paraguai, são 1.100 km; com a Bolívia, 700 km; e toda a nossa Amazônia é aberta. Só na Amazônia, há mais de duas mil pistas clandestinas para vôo de pequenas aeronaves, com carregamento de cocaína, de *crack*, de armas, para matar os nossos filhos. E nós achamos que o usuário é um inocente.

Há 26 anos da minha vida, tiro drogados das ruas, e sei plenamente que não é assim, absolutamente. O traficante, como grande empresário da morte, só existe porque existe quem consome o seu produto.

Então, eu confio muito, mas o Governo precisa ser sensível, porque ele se mobilizou para tirar a culpabilidade do usuário. É preciso que se mobilize para punir quem, com seu dinheiro, ajuda a comprar gasolina para queimar ônibus!

Estou crente no PAC da Segurança. Lamento não ter estado no plenário mais cedo, para poder fazer apartes aos meus Pares que fizeram um debate sobre a segurança pública. Eu tenho feito essa lamentação da falta de segurança brasileira há muito tempo, há muito tempo. Não tenho me furtado disso na tribuna desta Casa, Sr. Presidente – V. Ex^a é minha testemunha.

Deposito minhas fichas nesse plano, porque minhas filhas precisam voltar a ser donas da rua, e meus netos – ainda não os tenho, espero tê-los, porque minha mãe dizia que neto é filho com açúcar, e eu quero ver como é isso – precisam ser donos das ruas e dos parques novamente.

Que as crianças possam brincar no *playground* da escola. Que possamos sair à rua! Que possamos ir à igreja, sem precisar pedir autorização ao traficante para que nos deixe sair com os filhos para a igreja! Que as pessoas possam descer e subir o morro com dignidade, sem pedir autorização para saber se o seu comércio fecha às dez horas ou às oito horas! Que um homem trabalhador, que sua o dia inteiro para criar a sua família, não precise perguntar a um homem de quinze que mata, que estupra, que segura escopeta – aquele homem de 15 anos que é chamado de menino pelo Estatuto da Criança e do Adolescente –, se ele pode fechar o estabelecimento dele às oito horas ou se tem de fechar naquela hora mesmo. O homem de 16 anos, com duas pistolas nas mãos, que mata e estupra, diz: “Fecha agora!” Ele, que deu a sua vida pelo trabalho, é obrigado a fechar.

Vamos acabar com essas indignidades!

Por isso, deposito minhas fichas nesse PAC. Dou os parabéns ao Presidente da República e ao Ministro Tarso Genro.

Sr. Presidente, encerro a minha fala nesta noite, referindo-me à prisão do apóstolo Estevam Hernandes e da Bispa Sônia nos Estados Unidos. Eu os conheço. Fico triste e lamento. Fui aconselhado a não falar sobre esse assunto, que não é bom. Mas, a cada conselho que recebi, fiquei mais fortalecido, mais indignado e com vontade de falar.

A igreja não pode ser um exército que tenha medo de recolher os seus feridos; a igreja não pode ser um exército que não recolhe feridos. A instituição, a igreja, o corpo de Cristo é maior que os homens.

Conheço, neste País, milhares de jovens tirados das drogas pela Renascer. Conheço homens e mulheres hoje, na sociedade, que foram recuperados dentro da casa de Sônia e de Estevam Hernandes; marginais arrancados de cadeias, lares defeitos, vidas desgraçadas, milhões de pessoas; vidas desgraçadas que foram reconstruídas a partir da mensagem do Evangelho.

Não tenho direito de pensar nada nem de fazer previsões, mas uma coisa eu sei, porque a Bíblia diz isto, que Deus tem o seu caminho na escuridão. Quando tudo parece perdido, Ele se apresenta. Quem não tem pecado atire a primeira pedra. Quem nunca errou? Mas é preciso recolher, e quem erra precisa responder pelo erro. E quantas acusações são fortuitas?

Agora a mim me entristece saber que essa decisão foi tomada em cima de uma condenação que eles já tinham no Brasil, e nunca foram condenados no Brasil. Existe denúncia e investigação, nunca condenação.

Quando foram presos nos Estados Unidos, parecia que eles tinham prendido Bin Laden, uma grande conquista da polícia americana.

Ninguém respeita mais o Ministério Público do Brasil do que eu. Os promotores de São Paulo são meus amigos. Mas denúncia não é condenação. Todo cidadão é honesto até que se prove o contrário. E esse imbróglio todo? Mas, como a Bíblia diz que não cai uma folha de uma árvore, nem um fio de cabelo da nossa cabeça sem autorização do Senhor, com tudo isso que falaram e que estão falando, sou testemunha de milhares de vidas arrancadas do *crack*, das ruas, das favelas, debaixo dos viadutos e dos guetos das ruas de São Paulo, das algemas, gente tirada de cadeia, os mais vis bandidos, facínoras, que foram limpos, lavados, resgatados, transformados, burilados e devolvidos à sociedade de São Paulo e do Brasil como homens de bem.

Por isso, Sr. Presidente, sem medo nesta tribuna, posso e continuo a chamá-los de irmãos. Sei que “o choro pode durar uma noite inteira, mas a alegria vem logo ao amanhecer”. Sabe por quê, Sr. Presidente? Sabe por que a Bíblia diz que o choro pode durar uma noite e acaba ao amanhecer? Porque a noite tem hora para começar e para acabar.

Portanto, desta tribuna, conclamo àqueles que se comportam como Mical, mulher de Davi, filha de Saul, que, enquanto Davi vinha dançando na frente do povo, diante da Arca do Senhor, ficou na janela apontando-o e criticando-o: este é um momento fácil para se ficar na janela, para ter o comportamento de Mical, mostrar o dedo, apontar, criticar e falar.

A Bíblia diz: “Tudo quanto quereis que os outros vos façam, fazei vós também. E com a medida com que medirdes vos medirão a vós”.

Esta é muito mais uma hora para se ter misericórdia do que ficar na janela. E é com estas palavras que eu encerro o meu pronunciamento, dizendo ao Apóstolo Estevam Hernandez e à Sônia que continuam. Posso chamá-los de irmãos e abraçá-los num momento de sangramento, e posso me sujar no seu próprio sangue, num momento de dor, porque irmão não deixa o outro sangrar no caminho, a despeito do que possa ou do que tenha acontecido.

Em havendo erro, responda-se por ele. Em havendo dolo, responda-se por ele. Em havendo acusação flácida e infundada, que se diga: não houve, não achamos. Mas num momento como este, quando tantos se acovardam e vão para a janela, eu venho aqui porque detesto a janela. Justo, só um. Esse justifica, advoga. E esse justifica. E o homem, por mais limpo que pensa ser, e se acha puro, cem por cento dono da ética, da dignidade, da grandeza; que pensa que a moralidade mora só na sua casa, ainda esse não está autorizado a fazer julgamento.

Para tanto, Sr. Presidente, eu abraço a família inteira, abraço a família Renascer, abraço todos eles e encerro podendo, com a minha cabeça erguida e os meus olhos olhando para o Brasil, chamá-los de irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, estou aqui desde as 14 horas e, realmente, eu apreciei todo o comportamento de todos os Senadores da Oposição. O que eu vi aqui foi este Parlamento engrandecido. Eram 14 horas e são 20 horas e 46 minutos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o melhor Senado da história da República.

Eu vi Senadores, como eu mesmo, cumprindo uma missão que achamos que só tem razão de ser neste Parlamento, Senador, um tripé, primeiramente, para fazer leis boas e justas.

Não estamos fazendo e não é por erro nosso, não, Senador Magno Malta. Não há lei mais bela do que aquela em que nós nos debruçamos e que destinou 16,7% de aumento aos velhinhos e que foi vetada por Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio, que baixou para 3,4%. Não fizemos mais leis boas como aquela

que soerguia a Sudene para terminar as desigualdades, Senador Magno. E foram vetados por Sua Excelência os recursos necessários para a Sudene. Nós não fazemos em razão da existência das medidas provisórias.

A outra função do Poder Legislativo é fazer o controle, fiscalizar o Poder Executivo. O outro contrapoder, e o último, Teotônio Vilela, que é um orgulho, como V. Ex^a, porque falava bem – não vou dizer que V. Ex^a fez o melhor discurso, porque como digo sempre V. Ex^a só faz extraordinários pronunciamentos –, mas Teotônio Vilela ressaltou uma das finalidades deste Parlamento, que é falar, é “parlar”. É falar resistindo e resistir falando. Então o que há é essa resistência das preocupações, da gravidade do conhecimento e da grandeza dos que fazem oposição nesta Casa.

Atentai bem, um homem como V. Ex^a. O Chefe da Federação Nacional dos Pilotos do mundo diz: “É melhor ter alguém com forte bagagem técnica para comandar um Ministério complexo como o da Defesa. Atentai bem! Abadia, não é? Ele entrou no Brasil sabe como? Ali no nosso litoral, em Camocim, num veleiro. Por quê? Porque o Ministro da Marinha Júlio Soares, recentemente esteve aqui e disse: a Marinha do Brasil estará acabada. Acabou em 2005. Não se comprou uma canoa. A idade média dos navios da Marinha é 47 anos. Estão todos sucateados...”

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com licença. Abadia entrou em Camocim, viveu, tornou-se um ídolo, um líder. Quantos milhares de Abadias estão entrando? A Marinha está aí. O Exército brasileiro, do qual sou oficial da reserva. Conheci o Tiro de Guerra, o CPOR! A mocidade está assim porque não tem mais. O Piauí tinha Batalhão de Engenharia. Quem não conhece o Infa? A Escola de Engenharia do Exército? As melhores pontes deste Brasil, as maiores estradas foram construídas pelos batalhões rodoviários. A Aeronáutica, que está aí! Minha geração toda – sou mais velho que V. Ex^a – só tinha um sonho: estudar no ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Foram eles que fizeram os aviões, a Embraer. Está tudo sucateado. Então essa é uma preocupação não só de V. Ex^a, mas de todos.

Ninguém quer aquilo que foi dito, o pior. Nós e todos os brasileiros podemos dizer como o Almirante Barroso, que espera que cada um cumpra o seu dever. Todos os brasileiros e brasileiras trabalhando, pagando os impostos, as mais altas taxas. Então há uma descrença porque muita coisa que foi anunciada não se concretizou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Não vou cansá-lo, mas queria dizer que só no Piauí eu perguntaria: onde está a transnordestina do Piauí, o Porto de Luís Correia, a ferrovia, o hospital está calamitoso, o pronto-socorro... O Tribunal de Contas da União atesta, antes do escândalo da construtora Gautama, que havia 400 obras inacabadas por corrupção. Mas todos nós temos o mesmo sentimento de V. Ex^a: nós queremos construir uma sociedade justa e digna e estamos cumprindo o nosso dever. Esperamos e torcemos para que dê certo Luiz Inácio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, V. Ex^a suscitou o debate e permitiu que ficasse aqui e é o que o Brasil quer e que nós queremos. Só quero dizer que essas coisas não são novas. Abadia não é só esse. Há outros que estão aí e que entraram pelos 1.100 quilômetros abertos com o Paraguai, que entraram pelos 700 quilômetros com a Bolívia, onde estão todas as “cabriteiras” por que passam os carros roubados do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Citei o mais recente, o que está na mídia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – As nossas fronteiras na Amazônia estão completamente abertas.

Aliás, na Presidência da CPI do Narcotráfico, prendi um coronel aviador e traficante da Aeronáutica, que era o chefe do espaço aéreo da Amazônia! Era um traficante que foi preso na CPI do Narcotráfico. Para mostrar como o País está aberto.

É coisa nova? Isso é o que discuto. Não. Estamos num bom momento para discutir um novo conceito de segurança nacional. Nosso problema não é com Bush, nosso problema não é com o Iraque, não é com a Al Qaeda, nosso problema não é com o Talibã; o nosso problema é com o narcotráfico.

Então temos que discutir um novo conceito de segurança nacional, o papel das Forças Armadas. Por exemplo: a Marinha do Brasil. Não conseguimos ter 15 mil homens na Polícia Federal para guardar essas fronteiras todas, mas, tínhamos um pouco mais de 3 mil homens, 3 mil marinheiros em Brasília. Não temos mar em Brasília! Por que termos 3 mil marinheiros aqui? E isso não é coisa nova. Já falava isso quando era Deputado Federal.

Lembro-me que, quando a Senad foi criada – a Secretaria Nacional Anti-Drogas – o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez um discurso na ONU e disse que erradicaria a droga no Brasil em dez anos. Erradicar? Nunca ninguém erradicará. A violência está no coração do homem. E a Senad foi criada para minimizar. Quando o Presidente saiu, havia R\$68,00 no orçamento da Senad. Até hoje não entendi a Senad!

Até agora! Porque a Senad gasta seus recursos para fazer pesquisa com ONGs, com não sei o quê, para saber onde cheira mais, onde cheira menos, onde tem mais menino cheirando cola, onde tem mais menino envolvido com isso, não sei o quê e tal.

Agora, quem está na ponta fazendo o trabalho, produzindo prevenção e cura, nada. Digo a V. Ex^a que fui Deputado Federal no Governo passado. Fernando Henrique Cardoso, no Governo, levou sete anos para dar 1% de aumento ao funcionalismo público; saiu e deixou 11 milhões de desempregados.

Então o País precisa avançar e não precisamos entrar num processo comparativo. Acho que hoje avançamos, fomos para frente, V. Ex^a sabe que sou extremamente crítico, eu não sou Líder do Governo, eu não faço a defesa do Governo, mas o posicionamento tem que ser crítico: o que é bom é bom. Porque não é nova essa violência que avassala o País.

O ex-Deputado Federal Hildebrando Pascoal foi cassado – eu presidi a CPI do Narcotráfico – e está preso até hoje, com uma quadrilha que serrava gente. Ele serrava gente naquela época com motosserra, e nós vamos dizer que era culpa de Fernando Henrique Cardoso? Isso é uma loucura. Foi Fernando Henrique quem construiu o presídio lá. Então nós temos que ver as coisas boas e fazer coro com elas, e não fazer coro com aquilo que é ruim. Nós estamos vivendo um estado neste País na questão da segurança pública que não é nova, que não começou no Governo do Lula. Bala perdida não foi inventada pelo Governo do Lula. Bala perdida foi inventada pelo descaso de governos e governos e governos federais, estaduais, municipais... Descasos da segurança pública e na saúde ao longo dos anos. Chegamos a um momento extremamente crítico, e temos que nos juntar, temos que nos fortalecer...

A questão das medidas provisórias, isso não é coisa nova. Eu era Deputado Federal com Fernando Henrique Cardoso e eu escuto essa lenga-lenga da mesma forma, há muito tempo, de que medida provisória trava tudo; de que um que chega e diz que vai resolver e não resolve; o outro fez medida provisória assombrosamente... Quero dizer uma coisa para V. Ex^a: o próximo Presidente, seja ele de oposição ou não, fará medidas provisórias da mesma forma. A não ser que nós nos levantemos e criemos mecanismos e instrumentos para barrar definitivamente e acabar com a história de medida provisória. Porque farão da mesma forma, Sr. Presidente!

O meu raciocínio é que é hora de todos estarmos juntos, pelo menos, vamos dizer: vamos esperar para ver esse PAC, vamos esperar para vê-lo. Se não esperarmos para vê-lo, vai parecer que Lula inventou

a bala perdida. Não tenho procuração para defender Lula. Mas se não esperarmos para ver vai parecer que o sucateamento da política no Brasil é culpa do Lula.

Proponho emendas pela segurança pública de meu Estado desde que sou Deputado Federal. Todos propõem. Se fizermos um levantamento lá, há dez, quinze anos, vamos ver que o repasse para segurança pública foi infinitamente menor do que aquele que foi colocado. Hoje estamos falando assim porque nos esquecemos de lá de trás. V. Ex^a foi Governador. Quantas investidas positivas fez em favor do seu Piauí?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero agradecer a V. Ex^a, como chefe da CPI do Narcotráfico. V. Ex^a nos ajudou a prender o chefe do crime organizado que ainda está preso. Falo de Viriato Correia Lima. Como outros Estados, o Piauí também estava envolvido. Agradecemos e reconhecemos o trabalho de V. Ex^a. Nós sonhamos juntos pela grandeza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quero falar do Piauí.

Quantas foram as investidas do Governador popular Mão Santa, que conheço, dessa terra de um povo trabalhador que acolheu meu irmão lá – o Piauí –, foram atendidas? Quantas não foram atendidas? Mesmo na área de segurança pública? Quantos recursos deixaram de ir, nos governos passados, para o seu governo? Não é coisa nova, Senador Mão Santa. É uma coisa velha.

Também não quero debitar na conta de Fernando Henrique Cardoso. Fernando Henrique já pegou a coisa meio podre. É uma coisa velha, antes de Fernando Henrique Cardoso.

Não dá para arrumarmos um culpado para isso. É preciso que juntemos forças, que descubramos os erros, que fechemos as brechas para buscar saídas.

Quero encerrar dizendo ao Presidente da Philips, a esse moço que fez uma declaração infeliz, esse intelectual de nada, esse insensível, quem sabe mora num apartamento de luxo que foi construído por um nordestino. Quem sabe? Quero dizer a ele que sou nordestino de origem: fui parido pelo Nordeste e criado pelo Espírito Santo. Eu estava internado; por isso, não pude vir aqui no dia para revelar a minha indignação. Agora falo à população do Piauí, do Nordeste, do Brasil, indignado com esse comportamento.

A revolta que tomou conta do coração de todos os piauienses é a revolta que toma conta do meu coração também. Declaração infeliz. De quem, parece, nunca pisou no chão, nunca andou de chinelo, nunca pegou ônibus nem estudou em escola pública, não é de se esperar outra coisa. Em nome de uma população que abraçou meu irmão Zózimo, que viveu no Piauí, onde morreu aos 45 anos de idade, morte tão trágica, e onde vivem meus sobrinhos, minha cunhada, parte significativa da minha família, manifesto a minha revolta,

o meu lamento e a minha indignação com quem não tem um pinga de postura e de respeito ao sentimento nativista daqueles que têm sentimento aguçado à terra, ao torrão onde nasceram.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não sei se foi aprovado nesta Casa – se não foi deveria ter sido – um voto de repúdio ao comportamento desse homem, ao escárnio dele a um povo trabalhador, honrado, culturalmente magnífico para este País, espalhados por este País, intelectuais, trabalhadores anônimos, os mais simples, gente preparada, povo dos mais hospitaleiros. Ao povo do Piauí, o meu abraço, o meu sentimento, e a esse cidadão, o meu repúdio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a solidariedade ao Piauí.

Não há mais oradores inscritos.

Queremos, antes de terminar esta sessão, apenas dizer ao Brasil que este é um Senado do qual nos orgulhamos nesses 183 anos. Um quadro vale por dez mil palavras. Esta sessão começou às 14 horas, são 9 horas e 1 minuto de duração.

Agradecemos a todos, bravos Senadores e Senadoras que dela participaram.

Agradecemos também à Secretária Executiva Cláudia Lyra e a todos os eficientes funcionários.

O que traduz a grandeza deste Senado da República é que esta instituição, como diz o Presidente Sarney, nunca faltou ao País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de eventuais e inevitáveis percalços inerentes a esse ramo de atividade, o agronegócio brasileiro mantém, no geral, uma trajetória de grande sucesso.

Seu continuado crescimento deve ser creditado, em primeiro lugar, à competência dos nossos agricultores. Outros fatores, contudo, concorrem para que o Brasil se conserve e se fortaleça cada vez mais na condição de grande potência agrícola. Dispomos de vastíssimas extensões de terras agricultáveis, a preços baixos em comparação aos padrões internacionais. E somos detentores de um considerável acúmulo de conhecimento no setor. Décadas de dedicação e competência na pesquisa agropecuária conseguiram gerar avançadas tecno-

logias produtivas, particularmente aquelas projetadas e ajustadas para regiões tropicais. O empreendedor rural brasileiro, por seu turno, foi bastante ágil em incorporar essas tecnologias ao seu cotidiano de trabalho.

O Governo Federal tampouco se tem omitido no cumprimento de seu papel para assegurar a continuidade dessa história bem-sucedida. O ajuste macroeconômico levado a efeito ao longo dos últimos treze anos desempenhou papel fundamental no sentido de estimular os investidores, propiciando-lhes um ambiente de estabilidade, previsibilidade e confiabilidade. No âmbito específico da política agrícola, não descuidou o Governo de, tempestivamente, disponibilizar e regular as linhas de crédito indispensáveis ao início e à continuidade dos empreendimentos agropecuários. Tratou, outrossim, de criar instrumentos necessários para minimizar os riscos indissociáveis à atividade agrícola.

Bafejado por esse ambiente favorável, o agronegócio brasileiro tem conseguido abastecer, de forma regular e a preços decrescentes, o amplo mercado brasileiro de alimentos e outros produtos agropecuários. A oferta de alimentos mais baratos muito tem contribuído no combate à fome. Serve, igualmente, para robustecer o poder aquisitivo da população, particularmente daquela que compõe os extratos mais carentes da nossa sociedade.

É de conhecimento geral que, quanto mais baixo é o nível de renda das famílias, maior é a parcela de seus ganhos destinada à aquisição de comida. Portanto, para essa parcela dos brasileiros, o menor custo dos gêneros alimentícios implica, diretamente, maior poder de compra. Nessa medida, o bom desempenho do agronegócio acaba por favorecer o incremento do consumo de outros produtos e de serviços não-agrícolas, contribuindo para a dinamização e a maior pujança da economia de um modo geral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o bom desempenho do agronegócio brasileiro nos últimos anos garantiu o incremento das exportações de um patamar de 20 bilhões e 600 milhões de dólares, no ano 2000, para nada menos que 43 bilhões e 600 milhões de dólares, já em 2005. Também o saldo comercial do agronegócio tem sido crescente, atingindo 38 bilhões e meio de dólares em 2005, num total de 137 bilhões de dólares entre 2001 e 2005. Esses excelentes resultados permitiram ao Brasil superar os graves problemas que suas contas externas apresentavam em passado recente. Além disso, permitiram a importação de tecnologia e insumos fundamentais para o nosso processo de desenvolvimento.

Não desconhecemos, contudo, Senhoras e Senhores Senadores, que nem tudo são êxitos no caminho do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. De

fato, muitos agricultores ficaram à margem do mercado, enquanto outros viram sua renda ser reduzida, comprometendo a qualidade de vida de suas famílias.

Vastas regiões produtoras de grãos foram flageladas por severas estiagens em anos recentes. Algumas questões pertinentes à sustentabilidade ambiental pendem ainda de adequado equacionamento. Doenças animais, como a febre aftosa e a gravíssima ameaça representada pela influenza aviária restringiram nosso potencial produtivo e exportador. Muitos países – por razões ou pretextos sanitários, ou por ostensivo protecionismo – criaram embargos à carne brasileira.

É preciso ressaltar, contudo, que as dificuldades enfrentadas por alguns segmentos nestes últimos anos não se estenderam, de forma alguma, ao conjunto do agronegócio nacional. Tanto isso é verdade que segmentos com participação destacada no panorama da nossa produção mantiveram uma trajetória de ininterrupto crescimento ao longo dos últimos anos, garantindo sempre remuneração condizente aos empreendedores que neles labutam. A título meramente exemplificativo, podemos mencionar os casos dos setores do açúcar e álcool, da citricultura, do café, da madeira e celulose, das carnes.

Ninguém poderia acusar o Governo do Presidente Lula de ter feito vistas grossas aos problemas com que se defrontaram alguns segmentos agrícolas no passado recente. Para mitigar os efeitos das secas, que atingiram os produtores de grãos, o Governo prorrogou dívidas e ampliou recursos oficiais de crédito. Era bem clara para nós a absoluta necessidade dessas medidas, pois sempre estivemos determinados a sustentar o nível de produção e a manter os agricultores engajados na sua atividade.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem implementando, com muita firmeza e determinação, medidas de erradicação e controle das doenças animais. Em cooperação com a iniciativa privada, o Governo Federal empenha-se constantemente na promoção da qualidade dos produtos brasileiros. Nos mais diversos fóruns internacionais, combate intransigentemente as ações protecionistas de nossos potenciais concorrentes.

Nesse esforço, as autoridades federais não se limitam aos colóquios nas mesas de negociação. Esgotadas as possibilidades de entendimento, o Governo não tem hesitado em levar essas questões aos órgãos de solução de controvérsias, onde temos obtido importantíssimas vitórias, como aconteceu no caso da disputa com os Estados Unidos da América acerca das nossas exportações de algodão.

Neste momento, já está bem claro que mesmo aqueles setores que experimentaram dificuldades no

passado recente estão em pleno processo de reerguimento. A venda de maquinaria agrícola e fertilizantes vem tendo um incremento regular. São sinais que comprovam o acerto das medidas adotadas pelo Governo Federal no último período.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a agricultura brasileira é competitiva e ainda possui alto potencial de expansão, pois dispõe de terra em abundância e detém um bom estoque de tecnologias para emprego em regiões tropicais e subtropicais. Na medida em que conseguirmos garantir a redução dos custos de produção – tanto pelos ganhos de escala como pelas melhorias de logística e transporte –, elevaremos significativamente a participação do País no mercado agroalimentar mundial.

No que tange especificamente à área de agroenergia, o Ministério da Agricultura, em parceria com os Ministérios de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, definiu as diretrizes de Política de Agroenergia e, à luz dessa política, elaborou o Plano Nacional de Agroenergia, envolvendo, na sua execução, os setores privado e governamental.

Sr. Presidente, a política agrícola conduzida pelo Governo do Presidente Lula não mede esforços no sentido de conciliar a busca do fortalecimento do setor agropecuário com os objetivos sociais e ambientais. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; qualidade e segurança alimentar; infra-estrutura; esforços de promoção dos produtores brasileiros, vendas e distribuição; maior acesso aos mercados-chave estarão sempre presentes nas políticas e ações do Governo voltadas para a melhoria da competitividade do agro-negócio brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, que acresce

e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22-6-07)
Prazo final (prorrogado): 18-9-07

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, que *dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7-7-07)
Prazo final (prorrogado): 3-10-07

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9-7-07)
Prazo final (prorrogado): 5.10.2007

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007*.

5

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos
do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões*

de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

9

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

11**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

12**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

13**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

14**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD*.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004*.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 3 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 21.08.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello** ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (*) Vago
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), ocorrido em 20-7-2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 21.08.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 196 PÁGINAS